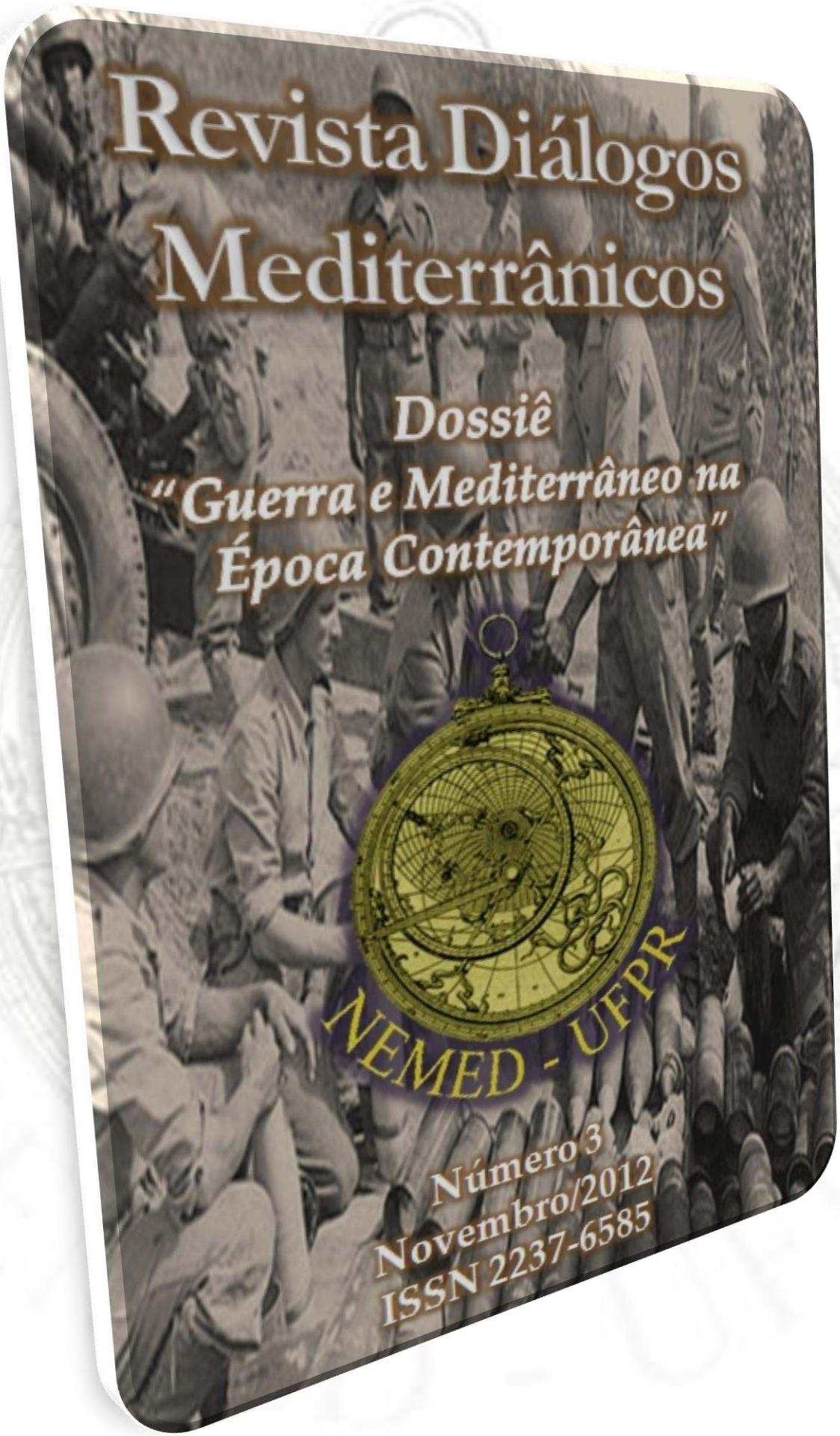
Revista Diálogos Mediterrânicos
Dossiê
"Guerra e Mediterrâneo na Época Contemporânea"
NEMED - UFPR
Número 3
Novembro/2012
ISSN 2237-6585

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
EQUIPE EDITORIAL

EDITOR GERENTE

Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Dennison de Oliveira, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Hans-Werner Goetz, Universität Hamburg, Alemanha
Prof. Dr. Saul António Gomes, Universidade de Coimbra, Portugal
Profa. Dra. Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Prof. Dr. Stéphane Boissellier, Université de Poitiers, França
Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Profa. Dra. Renata Cristina Nascimento, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Prof. Dr. Gerardo Fabián Rodríguez, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina
Profa. Dra. Ana Paula Magalhães, Universidade de São Paulo, Brasil
Profa. Dra. Maria Filomena Pinto Da Costa Coelho, Universidade de Brasília, Brasil
Profa. Dra. Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
Prof. Dr. José Carlos Gimenez, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Profa. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Prof. Dr. Marcos Luis Ehrhardt, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Profa. Dra. Armênia Maria de Souza, Universidade Federal de Goiás, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

Prof. Doutorando André Luiz Leme, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Doutoranda Elaine Cristina Senko, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Doutoranda Janira Feliciano Pohlmann, Universidade Federal do Paraná, Brasil

FOCO E ESCOPO DA REVISTA

A **Revista Diálogos Mediterrânicos**, vinculada ao **Núcleo de Estudos Mediterrânicos** da Universidade Federal do Paraná, tem como principal missão à difusão do conhecimento historiográfico relativo a realidade do mundo mediterrânico na diacronia histórica, desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Tal iniciativa é amparada por objetivos definidos, como o de incentivar a produção acadêmica – científica qualificada e, conseqüentemente, incrementar o debate e o intercâmbio entre especialistas nas áreas das Ciências Humanas que tenham como motor de suas investigações a História do mundo mediterrânico. Trata-se duma publicação vocacionada ao espaço científico, sendo destinada à divulgação de artigos e resenhas de mestrandos, mestres, doutorandos e doutores que devem ter como tema central a História na realidade mediterrânica.

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados pela página web http://www.dialogosmediterranicos.com.br, através do sistema Open Journal Systems que favorece a ocorrência duma avaliação criteriosa e séria por parte dos pareceristas e dos autores de artigos e resenhas. Para tanto é essencial que cada autor realize seu cadastro no sistema, seguindo os passos informados. Os trabalhos serão enviados para sessões específicas – Dossiê; Artigos Isolados; Resenhas; Entrevistas – e sua publicação será realizada conforme a avaliação dos pareceristas.

CONTATO PRINCIPAL

Núcleo de Estudos Mediterrânicos
Universidade Federal do Paraná

Endereço: Rua Gal. Carneiro, 460. Prédio D. Pedro I, 7º andar, sala 715.
Centro - Curitiba - Paraná – Brasil
CEP 80060-150

Telefone: 55 (41) 3360-5416 / 3360-5417

E-mail: revistadialogosmediterranicos@hotmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL

Editorial Revista "Diálogos Mediterrânicos" **7**
Renan Frighetto

DOSSIÊ
"GUERRA E MEDITERRÂNEO NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA"

Apresentação ao Dossiê **10**
Dennison de Oliveira

A Itália e a guerra no Mediterrâneo entre 1940-1943 **12**
Alfredo Oscar Salun

Parallel Wars: Strategy and the Nature of Mediterranean Conflict in the mid-Twentieth Century **24**
Simon Ball

Morte no Mediterrâneo: O Pelotão de Sepultamento da Força Expedicionária Brasileira e suas práticas **39**
Francisco César Ferraz e Adriane Piovezan

Veteranos Brasileiros do Mediterrâneo: a Força Expedicionária Brasileira (1944-45) e o Batalhão Suez (1956-1967) **55**
Dennison de Oliveira e Fabiano Luis Bueno Lopes

As Relações Civis Militares na transição espanhola e seus impactos na profissionalização da atividade de inteligência **77**
Priscila Carlos Brandão

ARTIGOS

Os apuros de um professor: Libânio e o cotidiano escolar em Antioquia **91**
Gilvan Ventura da Silva

O discurso historiográfico como fonte na Antiguidade Tardia **108**
Marcus Silva da Cruz

A influência da Bíblia na construção da imagem de D. João I, o "Messias de Lisboa" **124**
Adriana Zierer

Uma 'Terceira Via' para o Estudo das Idéias Políticas: A Vorstellungsgeschichte como resposta aos problemas colocados pela Cambridge School of the History of Political Thought **143**
Lukas Gabriel Grzybowski

E des ally foi pera mall - o reinado de D. Sancho II na cronística medieval portuguesa **160**
Filipe Alves Moreira

RESENHAS

FRIGHETTO, Renan. A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012, 226p. **173**
Thiago David Stadler

CARVALHO, Margarida Maria de. Paideia e retórica no Séc. IV D.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. São Paulo: Annablume, 2010, 182p. **179**
Janira Feliciano Pohlmann

ZÉTOLA, Bruno Miranda. Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia. Curitiba: Editora UFPR, 2010, 301p. **182**
Danilo Medeiros Gazzotti

NORMAS DE PUBLICAÇÃO **188**

EDITORIAL

Editorial Revista "Diálogos Mediterrânicos"

Renan Frighetto
Universidade Federal do Paraná
Núcleo de Estudos Mediterrânicos

Ao olharmos atentamente para o espaço mediterrânico verificamos de imediato que o mesmo sempre foi, ao longo da História, um ambiente propício às trocas culturais, comerciais e políticas. Ao mesmo tempo em que se desenvolveram intensos intercâmbios entre o oriente e o ocidente, que tiveram no mediterrâneo o seu autêntico *boulevard*, notamos também que a guerra e a confrontação se fizeram presentes, propiciando por sua vez novas aproximações e contatos com personagens muitas vezes alheios aquele mundo mediterrânico.

É exatamente sobre este espectro que se oferece na revista *Diálogos Mediterrânicos* o dossiê *Guerra e Mediterrâneo na Época Contemporânea*, organizado pelo Prof.Dr.Dennison de Oliveira da UFPR e que conta com a colaboração de importantes pesquisadores nacionais e internacionais que lançam um olhar meticuloso sobre o desenrolar do último grande conflito que marcou o século XX, a segunda guerra mundial, exatamente no ambiente mediterrânico. De fato, a intervenção militar nazista sobre a área mediterrânica foi marcada pelo fracasso do governo de Vichy em controlar as áreas da Argélia e da Tunísia, assim como também pela ineficácia das forças militares italianas na Líbia e que levaram o *Afrika Corps* a alcançar as proximidades da cidade do Cairo. Sem esquecermos a progressão alemã na Península Balcânica e que levou à ocupação da Grécia e a tomada de Creta. Porém, a maioria dos trabalhos apresentados nesse número da revista *Diálogos Mediterrânicos* direcionam sua atenção sobre a campanha da Itália (1943-1945) e de forma interessante analisam a participação brasileira num conflito distante, naquele que fora na Antiguidade e na Idade Média o eixo civilizacional por excelência das civilizações greco-romana e medieval.

Na seção de *artigos isolados* contamos com estudos voltados ao ambiente do mediterrâneo tardo-antigo e medieval, incluindo os espaços peninsulares ibéricos nesse conjunto da tradição mediterrânica. Também se destacam artigos que trazem ao ambiente acadêmico-científico brasileiro discussões teóricas e historiográficas que vem sendo desenvolvidas nos centros de pesquisa e investigação europeus e norte-americanos.

Tais discussões e debates acadêmico-científicos também são explorados na seção *resenhas* com a apresentação de estudos recentemente publicados e que trazem importantes contribuições de especialistas brasileiros que começam a ganhar espaço e projeção nos ambientes internacionais.

Agradecemos a todos os colaboradores que enviaram seus trabalhos que foram avaliados segundo os critérios internacionais exigidos para a publicação de estudos científicos relevantes e inéditos. Igualmente, agradecemos aos avaliadores que compõem o conselho consultivo da revista *Diálogos Mediterrânicos* pela valiosa análise e contribuição dos artigos demandados. Aos integrantes da equipe editorial, em particular ao Prof.Ms.André Luiz Leme, meu muito obrigado pela dedicação e apoio sem os quais seria impossível realizarmos uma edição dessa qualidade. Que todos desfrutem e aproveitem, ótimas leituras!!!

DOSSIÊ

"GUERRA E MEDITERRÂNEO NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA"

Apresentação ao Dossiê "Guerra e Mediterrâneo na Época Contemporânea"

Dennison de Oliveira
Universidade Federal do Paraná
Núcleo de Estudos Mediterrânicos

A Revista Diálogos Mediterrânicos traz neste número o Dossiê "Guerra e Mediterrâneo na Época Contemporânea". Desde sempre o Mar Mediterrâneo esteve envolvido com a maioria das guerras que travou a Humanidade, exercendo influências e impactando o desenrolar dos eventos militares. A história militar da região teve importância tanto para as sociedades humanas em torno desse mar, quanto para várias outras em diferentes partes do mundo, inclusive o Brasil.

Neste Dossiê serão abordadas questões relativas à guerra e o Mediterrâneo com referência à época contemporânea, da Segunda Guerra Mundial até a Guerra Fria. São textos que se voltam a temas como as relações internacionais, conflitos armados, instituições militares, questões de pré-guerra e pós-guerra, memória e história dos conflitos, sempre com referência ao contexto da Segunda Guerra Mundial, das forças e missões de paz e da assim chamada "luta contra a subversão", tal qual era entendida pelos contemporâneos da Guerra Fria.

Dos cinco textos selecionados para compor esse Dossiê dois dizem respeito diretamente a participação de nações que foram grandes protagonistas, em lados antagônicos, dos conflitos travados no Mar Mediterrâneo: a Itália e a Grã-Bretanha. O texto do Prof. Dr. Alfredo Oscar Salun abre essa publicação abordando a participação da Itália na guerra no Mediterrâneo no período compreendido entre 1940/1943. O texto seguinte é o do professor Simon Ball que analisa a condução da guerra pela Grã-Bretanha naquele mar e abrange todo período da Segunda Guerra Mundial (1939/45). Trata-se de textos da mais alta relevância para se entender o contexto do segundo grande conflito mundial, em particular no que se refere a guerra que viria a ser travada pelos brasileiros na Itália.

Os dois textos seguintes dizem respeito diretamente a participação do Brasil em operações militares e de forças de paz no Mediterrâneo, respectivamente a Força Expedicionária Brasileira (FEB – 1944/45) e o Batalhão Suez (1956/67). O texto do Prof. Dr. Francisco César Ferraz e da doutoranda Adriane Piovezan se dedica ao estudo do Pelotão de Sepultamento da Força Expedicionária Brasileira. O sepultamento dos nossos mortos durante a guerra ocorreu em um cemitério de campanha em solo italiano. O translado destes restos mortais ao Brasil só se deu em 1960, o que foi um fator a mais na antiga e relevante ligação afetiva do nosso país com a Itália.

Aqui o foco dos autores é no uso das fontes legadas por essa organização militar para o entendimento das atitudes dos indivíduos diante da morte.

Outro texto que se refere diretamente ao Brasil é o de autoria do organizador do Dossiê, Prof. Dr. Dennison de Oliveira, e do doutorando Fabiano Luis Bueno Lopes. O tema é o processo de reintegração social de dois diferentes tipos de veteranos brasileiros do Mediterrâneo, no caso a FEB e o Batalhão Suez. O foco é no exame do processo de desmobilização dessas forças e seu impacto sobre a reintegração social e a mobilização coletiva desses veteranos, cobrindo o período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria. Ou, em termos da História Nacional, do fim da Ditadura Vargas (1945) à atual ordem constitucional, iniciada em 1988, passando também pela Ditadura Militar. Certa ênfase foi dada nessa comparação ao caso dos veteranos do Batalhão Suez, cuja história é ainda menos conhecida do que os que pertenceram à FEB.

Encerrando esse Dossiê tem-se mais um artigo que também aborda o período da Guerra Fria, nesse caso, seu período final. O texto da Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão se refere as relações civis militares na Espanha. O período abrangido é o decorrer da transição espanhola rumo a um regime democrático. Seu foco é no impacto dessa conjuntura de transição sobre o processo de profissionalização da atividade de inteligência daquele importante país do Mediterrâneo.

A principal expectativa da Revista Diálogos Mediterrânicos é que os textos selecionados, tomados em seu conjunto, se constituam num painel abrangente e diversificado das atuais possibilidades de estudo e pesquisa de diferentes guerras travadas na região do Mediterrâneo na época contemporânea. Uma outra expectativa é que esse Dossiê sirva também para divulgar entre os pesquisadores brasileiros da Guerra no Mediterrâneo a importante obra do Prof. Simon Ball sobre o tema, até hoje não traduzida em língua portuguesa. Dentre os vários trabalhos que ele publicou sobre o assunto cabe destacar o livro The bitter sea: the brutal World War II fight for the Mediterranean. London, Harper Press, 2010. As principais contribuições dessa importante obra estão sintetizadas no texto que ele publica nesse Dossiê.

Boa leitura,

A Itália e a guerra no Mediterrâneo entre 1940-1943

La guerra in Italia e nel Mediterraneo: 1940-1943

Alfredo Oscar Salun[1]
UniABC/Anhanguera

Resumo

O presente artigo analisa a participação da Itália na Segunda Guerra Mundial, especificamente no *front* do Mediterrâneo, destacando as aspirações imperialistas de Benito Mussolini, assim como os resultados político e militar de sua aliança com a Alemanha nazista.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Fascismo; Mediterrâneo.

Sintesi

Questo lavoro analizza la partecipazione in Italia nella Seconda Guerra Mondiale, in particolare di fronte al Mediterraneo, mettendo in evidenza le aspirazioni imperialiste di Benito Mussolini, e i risultati della loro alleanza politica e militare con la Germania nazista.

Parola chiave: Seconda Guerra Mondiale. Il Fascism. Mediterraneo.

● **Enviado em: 01/11/2012**
● **Aprovado em: 28/11/2012**

[1] Doutor em História Social pela USP, professor da UniABC/Anhanguera, pesquisador do NEHO/USP e GERP/UniABC. Autor dos livros "Zé Carioca vai à guerra" pela Editora Pulsar e "Revolucionários e Tiranos: Temas de História Contemporânea", Editora Todas as Musas. Email: aosalun@uol.com.br

Quando em 01 de setembro de 1939 a Alemanha invadiu a Polônia originando a Segunda Guerra Mundial, ainda não era possível prever que o conflito iria se alastrar pelo globo e ceifar milhares de vidas. O presidente Franklin Delano Roosevelt, em discurso para os meios de comunicação, reafirmou a neutralidade dos Estados Unidos e dias depois, na Conferência do Panamá, os países americanos decidiram pelo mesmo posicionamento e concordaram sobre a proibição da entrada de navios de guerra das nações beligerantes em seus portos ou em águas territoriais.

Ao ser deflagrado o conflito, a URSS, que representava o comunismo internacional, estava coligada ao regime nazista na invasão e fatiamento do território polonês. O inimigo tão decantado do regime fascista italiano fazia parte de uma estranha aliança que havia deixado muitas pessoas perplexas. Marc Ferro[2] analisou o choque causado entre os comunistas enfatizando essa análise nos franceses que, ao procurarem entender a estratégia adotada por Stalin, provocaram inúmeras discórdias. O mesmo ocorreu entre militantes fascistas, pois o Pacto de Aço entre Alemanha e Itália tinha como um dos objetivos o combate ao comunismo. Assim, o acordo entre Hitler e Stalin continua como alvo de intensa discussão, como atestam as obras de John Lukacs[3] e Viktor Suvorov[4].

O cartunista Belmonte explorou em seus trabalhos essas reviravoltas na diplomacia internacional, pois a ideia de um "jogo duplo" (como muitas vezes a historiografia se referiu ao posicionamento de Getúlio Vargas) não pode ficar resumida ao Brasil, já que Itália, França, Grã Bretanha, Japão, URSS e Alemanha haviam realizado verdadeiros malabarismos para justificar seus interesses e acordos políticos.

A Itália e o Mediterrâneo

No Império Romano, o Mar Mediterrâneo era conhecido como *Mare Nostrum*: uma clara alusão ao controle dessa via marítima que ligava a Europa às grandes riquezas do Egito e Oriente Médio. Após a vitória sobre Cartago nas Guerras Púnicas, as naus romanas navegavam incontestes e a ameaça dos piratas foi afastada pela ação enérgica de Pompeu.

No século XIX, o cenário era outro: o Mediterrâneo estava dominado praticamente pelos ingleses e franceses. Daí compreendermos a essência do discurso fascista que se propagava herdeiro dos césares e que ansiava, no mínimo, ser uma potência regional.

A Itália não possuía uma saída marítima para o Atlântico, sendo o único acesso o Estreito de

2 FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial.* São Paulo. Editora Ática, 1995.
3 LUKACS, John. *Junho de 1941. Hitler e Stalin*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2007.
4 SUVOROV, Viktor. *O grande culpado. O plano de Stalin para iniciar a Segunda Guerra Mundial*. Barueri. Amarilys Editora, 2010.

Gibraltar. Além do mais, a sua participação na Primeira Guerra Mundial contra os Impérios Centrais não havia trazido as compensações esperadas pelos governantes.

Nesse aspecto, segundo Paul Kennedy[5], havia uma ambiguidade na relação entre a Itália e a Inglaterra, pois, se existia uma dependência de matérias-primas provenientes das colônias britânicas por parte da Itália, em contrapartida o Mediterrâneo era considerado por ela como uma "extensão natural" do seu território e precisava tolerar ali a presença naval britânica que mantinha parte de sua esquadra em Alexandria, Gibraltar e Malta. MacGregor Knox[6] e Alexander Grand[7] afirmam que isso afetava o sonho de Mussolini em estabelecer um império italiano dos Bálcãs à África Oriental, e do Suez até Gibraltar.

Nos primeiros anos da década 1930, as relações diplomáticas entre os dois países eram mantidas em um estado de cordialidade e políticos conservadores (como Churchill) fizeram declarações de simpatia por Benito Mussolini. A ideologia fascista atraiu personalidades como Oswald Mosley, o líder do Partido Fascista Britânico. Esse cenário da atração exercida pelo *Duce* sobre as elites britânicas foi descrito no filme *Chá com Mussolini*[8]. A amizade entre as duas nações foi abalada em função da invasão italiana na Etiópia, que levou à condenação do país pela Liga das Nações, liderada pelos britânicos e pelos franceses.

Entretanto, em 1939, mesmo com os acordos assinados com Adolf Hitler e com o estremecimento das relações com os ingleses, diversos militares e hierarcas fascistas tinham reservas em relação à Alemanha nazista e também se opunham a um conflito contra a poderosa Grã Bretanha, argumentando que o país não estava preparado militarmente. Mas quando a guerra eclodiu, a entrada da Itália era vista por diversos diplomatas e jornalistas como uma questão de tempo, em virtude das aspirações de Mussolini.

A marcha para o Teatro de Operações no Mediterrâneo

Michael Mann[9] aponta aspectos do cotidiano que refletiram a radicalização do regime no início dos anos 1930: foi adotada a saudação fascista no lugar do aperto de mão, os funcionários públicos começaram a usar uniformes e o passo romano foi incorporado no exército. O fascismo assumiu uma política expansionista e ocorreu uma concentração de poder nas mãos de Mussolini, que assumiu o comando das forças armadas em 1932.

5 KENNEDY, Paul. *A Ascensão e Queda das Grandes Potências.* Rio de Janeiro. Editora Campos, 1989.
6 KNOX, Macgregor. *Mussolini Unleashed, 1939-1941: Politics and Strategy in Fascist Italy's Last War.* New York .Cambridge University Press, 1986
7 GRAND, Alexander. *Itália Fascista e Alemanha Nazista*. São Paulo. Editora Madras, 2005.
8 CHÁ com Mussolini. Direção: Franco Zeffirelli. Universal Pictures, 1991. 1 DVD (148 min), NTSC, color. Título original: *Tea with Mussolini.*
9 MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro. Editora Record, 2008.

A ideologia fascista, segundo Donald Sassoon[10], estava baseada no culto à virilidade e à guerra como sendo *"um processo de higienização dos povos" ou "como única fonte de progresso humano"*, onde os fracos morriam e sobreviviam os mais fortes.

Alexander Grand[11] indica que o primeiro ato da expansão imperialista fascista ocorreu em 1935, quando tropas italianas invadiram a Etiópia. Após uma luta muito mais árdua do que o esperado, Benito Mussolini, no ano seguinte, declarou o rei Vitor Emanuel III imperador da Etiópia. Da sacada do Palácio Venezia em Roma anunciou, em 09 de maio de 1936:

> Nossa espada cintilante cortou todos os nós e a vitória africana permanecerá completa e pura na história da pátria... o povo italiano forjou um império com seu sangue. Ele fertilizará com seu trabalho e o defenderá com suas armas contra quem quer que seja[12].

Esta invasão foi seguida por uma condenação da Liga das Nações e pela ameaça de um boicote econômico. E foi exatamente nesse cenário de isolamento internacional que Benito Mussolini recebeu o apoio de Hitler, dissipando as reservas que o líder italiano tinha em relação ao nazismo e criando um ambiente positivo para se forjar uma aliança (historiograficamente discutida se era pragmática ou ideológica) entre os dois ditadores, assinada em outubro de 1936, denominada de Eixo Roma-Berlim. Hitler rompeu com o Tratado de Versalhes e ocupou a Checoslováquia em março de 1936, nos mês seguinte, Mussolini invadiu a Albânia e em julho, se envolveu no conflito espanhol. Aos poucos, os interesses italianos foram se deslocando de regiões que geravam atritos com os alemães (Áustria e Checoslováquia) e se concentrando ao redor do Mediterrâneo. [13]

Outro teste militar para o fascismo foi a Guerra Civil na Espanha, quando Mussolini enviou armas, equipamentos, munições e soldados em apoio aos nacionalistas de Franco. Além de colocar em prática o celebrado combate ao comunismo internacional, tal participação também pode ser analisada como parte de uma estratégia política italiana, já que a Espanha podia ser um aliado importante para o controle do Mediterrâneo considerando sua disputa histórica com os ingleses pelo controle do estreito de Gibraltar.

Parcela dos especialistas analisa a participação nesse conflito como apenas uma aventura, que desgastou drasticamente os parcos recursos militares e econômicos da Itália, que comprometeriam sua atuação na Segunda Guerra, mas devemos levar em consideração que a diplomacia e a política internacional afetaram algumas decisões de Mussolini, principalmente em

---

10 SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do Fascismo*. Rio de Janeiro. Editora Agir, 2009.
11 GRAND, Alexander. *op.cit*.
12 PAXTON, Robert. *A anatomia do Fascismo*. São Paulo. Paz e Terra, 2007. P 272
13 Ver TRENTO, Angelo. *Fascismo italiano.* São Paulo. Ática, 1986; GRAND, Alexander. o*p.cit*. e MANN, Michael. *Op.cit.*

relação á aspiração imperial, como salientou John Gooch[14].

O discurso belicista repousava no ideal de reviver o esplendor romano, e o orgulho nacionalista era fomentado com a propaganda sobre suas forças armadas. Paul Kennedy[15] e John Gooch[16] explicam que a Força Aérea Real - criada pouco após a ascensão de Mussolini - ostentava uma aura de modernidade tecnológica aliada ao culto do espírito audacioso fascista, que pode ser sintetizado nas proezas do hierarca Ítalo Balbo, reconhecido mundialmente pela travessia do Atlântico: as aventuras de sua esquadrilha eram estampadas nos jornais do mundo e em revistas especializadas sobre a *"vida fascista"*.

É licito afirmar que, entre as décadas de 1920 e 1930, ocorreu um desenvolvimento significativo da aviação militar italiana. Contudo, em 1939, ela que havia sido uma das mais poderosas do mundo, carecia de investimento e modernização.

Nos estudos de Robert Mallett[17], o mesmo padrão se aplica à Marinha Real, que era uma das maiores frotas do mundo e estava concentrada no Mediterrâneo, o que a tornava um rival de peso à esquadra britânica que se encontrava distribuída pelo Império. Ela era composta por grandes couraçados, cruzadores, submarinos, destróieres, torpedeiros e lanchas, mas não dispunha de porta aviões, que se demonstrariam indispensáveis nas grandes batalhas navais na Segunda Guerra.

Como compensação dessa deficiência, o alto comando alardeava que a Itália continental e as ilhas sob seu controle poderiam desempenhar essa função e que, de suas bases, partiriam os aviões de combate. Muitos navios tinham sido remodelados e os estaleiros pretendiam entregar diferentes vasos de guerra até 1942, mas a falta de combustível, matéria-prima e a pouca eficiência produtiva comprometeram os planos de modernização e ampliação naval.

Das três armas, o exército era o que estava em pior situação. O tradicionalismo e a aversão à modernização - que caracterizava o alto oficialato - somava-se à desorganização e à falta de equipamentos. O treinamento era insuficiente e o armamento pesado ultrapassado. Assim, apenas alguns batalhões tinham qualidade condizente com os percalços de uma guerra moderna. O alto comando acreditava que o número de soldados (Mussolini sonhava com oito milhões de baionetas) poderia se sobrepor a um exército melhor provido, mas inferior em contingente[18].

Entretanto, não deve ser menosprezada a participação italiana na Segunda Guerra reproduzindo-a de forma pejorativa, pois o seu "malogro" tem muita semelhança aos insucessos de outros países nesse conflito.

---

14 GOOCH, John. *Mussolini and his Generals: The Armed Forces and Fascist Foreign Policy, 1922-1940.* Cambridge. Cambridge University Press, 2007.

15 KENNEDY, Paul. o*p.cit*,

16 GOOCH, John. O*p.cit.*

17 MALLETT, Robert. *The Italian Navy and fascist expansiom: 1935-1940.* London. Frank Class\Taylor & Francis Group, 1998.

18 Ver as obras citadas neste artigo de J. Gooch, R. Mallett, M. Bluemenson e M.Knox,

A Guerra no Mediterrâneo

A entrada da Itália no conflito, de acordo com Martin Kitchen[19] e Robert Mallett[20], seguiu a lógica traçada pela política expansionista fascista que apregoava o militarismo e a reconstrução do império romano. Todavia, devemos mencionar que as elites italianas apoiaram essa iniciativa em função dos interesses econômicos e políticos: participando dos conflitos europeus, os círculos dirigentes procuravam se afirmar no cenário internacional a partir de meados do século XIX.

É o que se constata no Pacto de Amizade e Aliança (Pacto de Aço), assinado em 22 de maio de 1939 entre a Alemanha e a Itália:

> Sua majestade o rei da Itália e da Albânia, imperador da Etiópia, e o chanceler do Reich Alemão creem ter chegado o momento de confirmar os estreitos laços de amizade e solidariedade que existem entre a Itália fascista e a Alemanha nacional socialista.... se acaso os interesses das partes contratantes forem ameaçados por acontecimentos internacionais de qualquer natureza, elas sem nenhuma demora se consultarão...[21]

Ainda, o artigo 3º definia que qualquer das partes contratantes, se envolvida em complicações bélicas com outras potências, a outra parte deveria colocar-se ao seu lado, seja por força área, terrestre ou marítima.

Dessa forma, quando em 10 de junho de 1940 anunciou que havia enviado um comunicado de guerra aos governos da França e da Inglaterra, Benito Mussolini deu continuidade a uma política já conhecida na história da nação desde o processo de Unificação.

> Combatentes de terra, mar e ar! Camisas pretas da revolução e das legiões! Homens e mulheres da Itália, do império e do reino da Albânia! Ouçam! Bate no céu da nossa pátria uma hora marcada pelo destino-a hora das decisões irrevogáveis. A declaração de guerra já foi entregue aos embaixadores da França e Grã Bretanha. Entramos em campo contras as democracias plutocráticas e reacionárias do ocidente[22].

Para Michael Mann[23], o envolvimento de Mussolini no conflito se deveu ao desejo de aproveitar a situação desfavorável dos britânicos para iniciar uma política expansionista no Mediterrâneo. Mesmo com a oposição de elementos mais sensatos, ele decidiu se engajar no conflito europeu desconsiderando os alertas sobre o despreparo para ações de grande envergadura, já que de acordo com o relatório do Estado Maior das Forças Armadas, a modernização militar do país estaria concluída somente entre 1942 e 1943.

---

19 KITCHEN, Martin. *Um Mundo em Chamas*, Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1994.
20 MALLETT, Robert. *Mussolini and the origins of the second war world 1933-1940*. New York. Palgrave Macmillan\ Houndmills, 2003.
21 PALLA, Marco. *A Itália Fascista*. São Paulo. Editora Ática, 1996. P 115
22 *ibdem.* P 118
23 MANN, Michael. *op.cit*.

O governo dos Estados Unidos manifestou sua indignação com o ataque italiano à França e, apesar de manter uma política de neutralidade já que a opinião pública interna era, na sua maioria, a favor da política de isolamento, resolveu acelerar os planos de defesa continental, pois acreditava que a entrada do país no conflito era uma questão de tempo: na Ásia havia desentendimentos com o Japão e na Europa estava forjada uma aliança entre os inimigos da democracia liberal; Alemanha, URSS e Itália.

Na Conferência de Havana em 1940, os países americanos rechaçaram a agressão italiana e assinaram uma proposta de alinhamento diplomático com qualquer país do continente que fosse vítima de atos hostis. Os Estados Unidos buscavam, mediante pressão diplomática e econômica, garantir o monopólio de matéria-prima e manter sua influência continental, conforme observou Frank McCann[24] .

A resistência britânica continuou mesmo após a rendição da França, e sua tenacidade pode ser avaliada pelo bombardeio realizado contra a marinha francesa, pois temia que esta caísse nas mãos dos alemães e fosse utilizada para a invasão do país. Ainda que houvesse lideranças favoráveis a um armistício com a Alemanha, esta possibilidade se distanciou quando ocorreu a substituição de Chamberlain por Churchill como ministro, em maio de 1940. Hitler ofereceu aos britânicos um armistício, e as pressões para que Churchill aceitasse foram enormes e procediam de várias partes do mundo[25].

Em 1940, as forças do Eixo pareciam vislumbrar enormes horizontes. Em setembro daquele ano, assinaram o Pacto Tripartido (Alemanha, Itália e Japão) que definia as respectivas áreas de influência. Detalhava também que, se um país que não estivesse envolvido no conflito europeu ou na guerra sino-japonesa atacasse um dos signatários, este receberia apoio militar, econômico e político. E o comunismo internacional continuava a ser um inimigo, mas deixava claro que isso não comprometia os acordos assinados entre as três potências com a Rússia Soviética[26].

Enquanto Hitler usava sua aviação para bombardear Londres, ocorreram os primeiros enfrentamentos entre britânicos e italianos na África. Os comandantes Ítalo Balbo e o Duque de Aosta haviam feito previsões pessimistas em relação às condições militares nas colônias, pois, se os britânicos eram inferiores em número, por outro lado, contavam com melhores equipamentos, além de suprimentos e combustível em maior quantidade.

Inicialmente, os italianos colheram alguns sucessos e as batalhas se irromperam com o avanço das tropas estacionadas na Abissínia em direção ao Sudão, empurrando os britânicos para o

---

24 MCCANN, Frank. *The Brazilian American Aliance, 1937-1945*. Princeton. Princeton University Press, 1973.
25 LUKACS, John. *O duelo Churchill x Hitler*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2002.
26 PALLA, Marco. *Op. cit.*

Oriente Médio e para o Egito. Na região do Saara, com a morte de Balbo (28 de junho de 1940), o Marechal Rodolfo Graziani, seu substituto, obrigou os britânicos a recuarem para o Egito e em 16 de setembro ocupou Sid Barrani, onde ficou estacionado em virtude da falta de combustível e de problemas logísticos, contrariando o desejo de Mussolini de continuar a ofensiva. No mar Mediterrâneo, em 11 de novembro de 1940, aviões britânicos atacaram a esquadra italiana ancorada em Taranto e avariaram diversas naus, incluindo os grandes couraçados.

Diversos autores admitem que o esforço de guerra italiano ficou comprometido com a invasão da Grécia em outubro de 1940. O *Duce* estava descontente por não ter sido consultado nas decisões tomadas por Hitler e assim decidiu realizar uma guerra paralela onde se pretendia constituir um *front* italiano estabelecendo sua esfera de influência no Mediterrâneo. Foi um enorme fracasso que obrigou a intervenção alemã na região, abalando o prestígio italiano.

Dentre os motivos principais que contribuíram para o malogro das ações militares estavam o treinamento e equipamentos insuficientes, falta de organização, baixa produtividade industrial, excessiva ampliação do raio de ação (que dificultava as linhas de abastecimento), carência de matéria-prima e os problemas de coordenação entre o alto comando e seus generais no *front*.

Aproveitando essa situação, os britânicos, entre dezembro de 1940 e maio de 1941, contando com os reforços de tanques pesados, penetraram na Líbia, capturaram diversos portos colocando em perigo Trípoli e ainda ocuparam a Abissínia e a Somalilândia, fazendo cerca de cento e trinta mil prisioneiros. Os insucessos militares se repetiram no mar, quando foram travadas as batalhas no cabo de Matapam, no fim de março de 1941. Os britânicos saíram novamente vitoriosos, contando com a vantagem da aviação e dos radares. Com esse revés e sem a cobertura da aviação, os italianos decidiram não colocar em risco suas naus e passaram o restante do conflito praticamente ancorados nos portos[27].

O império italiano na África estava comprometido e para evitar uma catástrofe, os alemães enviaram um corpo expedicionário comandado por Erwin Rommel, cuja ofensiva se iniciou nos meses de março e junho de 1941 e obteve inúmeras vitórias, amparado pelos blindados e com o apoio da aviação. Em julho de 1942 chegou ao Egito e, de acordo com Blumenson[28], sonhava com a conquista de todo o Oriente Médio. Seus êxitos assustaram Churchill, mas nessa data já estava concluída a aliança anglo-americana que começou a enviar reforços para esse setor.

Para Benito Mussolini, a ideia de uma vitória rápida dos alemães sobre os ingleses, que permitiria a ele tirar vantagens como país beligerante, demonstrava ser um equívoco. E a situação piorou quando o conflito europeu se ampliou em 22 de junho de 1941 com a invasão da URSS

[27] cf. BLUMENSON, Martin. *A invasão da Sicília: Vitória ou Derrota.* Rio de Janeiro. Editora Renes, 1976.
[28] ver BLUMENSON, Martin. In: BARNETT, Corelli. (org.). *Os Generais de Hitler.* Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1989.

pelos alemães, que alegavam colocar em prática a luta contra o comunismo. Ao invés de reforçar o setor africano, como argumentavam seus subordinados, Mussolini enviou um corpo expedicionário italiano de duzentos e cinquenta mil soldados para combater na União Soviética.

A guerra se tornou mundial com o ataque japonês à base norte americana em Pearl Harbor (7 de dezembro de 1941), e quatro dias depois, seguindo o Acordo Tripartite, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos. Os inimigos da Itália se ampliavam na medida em que seus malogros aumentavam. Em 28 de janeiro de 1942, seguindo as orientações da 3ª Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, diversos países americanos, inclusive o Brasil, romperam relações diplomáticas com os países do Eixo em solidariedade aos Estados Unidos.

Após uma série de ataques de submarinos ítalo-germânicos aos navios brasileiros, em agosto de 1942 foi declarado o estado de guerra em todo território nacional. Finalmente, após o encontro entre Roosevelt e Vargas em janeiro de 1943, o Brasil discutiu a remessa de tropas para lutarem na África.

Aos poucos, a vantagem do complexo industrial-militar conjunto dos Estados Unidos, URSS e Grã Bretanha sobre a coligação inimiga mostrava-se fundamental. Em novembro de 1942 ocorreu a rendição do regime de Vichy na África do Norte Francesa, mas, apesar da sua superioridade militar, os Aliados não tiraram melhor proveito. Andrews Robert ressaltou os desentendimentos entre os ingleses, que queriam estender o conflito no Mediterrâneo para invadir a Itália, e os Estados Unidos, que pretendiam um ataque à Alemanha [29].

Nesse cenário é que se desenvolveu a conferência em Casablanca em janeiro de 1943 entre Winston Churchill e Franklin Roosevelt, que decidiram desembarcar na margem norte do Mediterrâneo e escolheram o General Eisenhower como comandante supremo na região.

Para Martin Kitchen:

> Churchill defendia a invasão da Itália, pois pretendia usar suas bases para as ofensivas de bombardeio contra a Alemanha. Embora Marshall não se impressionasse com esses argumentos, havia numerosos americanos no Estado Maior de Eisenhower favoráveis à invasão da Itália. Planos alternativos, por conseguinte, foram traçados para as invasões da Sardenha e Itália, de modo que quando a "Operação Husky" foi lançada, era ainda incerto onde os Aliados atacariam em seguida[30].

Nessa época, os alemães concentravam seus esforços no leste europeu. Assim, a escassez de combustível, armamentos, munições e a dificuldade de repor os soldados perdidos foram fatores que contribuíram para a derrota do Eixo na África.

---

29 ROBERTS, Andrews. *Mestres e comandantes*. Rio De Janeiro. Editora Record, 2012.
30 KITCHEN, Martin. *Op.cit.* p 103

Em maio de 1943 as divisões italianas e alemãs se renderam, perdendo cerca de duzentos e cinquenta mil soldados que poderiam ter auxiliado na defesa da Itália. Os novos comandantes das forças do Eixo no Mediterrâneo, Vittorio Ambrosio e Albert Kesselring, apontaram as dificuldades para a defesa da Sicília e da região sul italiana.

Na mesma ocasião, Adolf Hitler e Benito Mussolini realizaram uma conferência (19 de julho de 1943) em Feltre, na qual se esperava que o *Duce* pudesse persuadir seu aliado para uma paz em separado com a URSS, ou mesmo o recuo das tropas para criar uma linha de defesa. Nada disso ocorreu e os ataques dos Aliados à Itália se sucederam, minando ainda mais o moral da população em uma guerra que se mostrava impossível de ser ganha.

Em pouco tempo, as forças aliadas conquistaram as ilhas que serviam de fortalezas no Mediterrâneo, como Pantelleria, para utilizarem como base. Ela foi subjugada mediante forte bombardeio aeronaval que transformou em escombro o centro urbano e arrasou o sistema defensivo italiano. Assim, as forças terrestres só foram usadas para a sua ocupação, já que não houve resistência ao desembarque das tropas aliadas. [31]

O próximo passo foi a invasão da Sicília em 10 de julho, com o desembarque do 8º Exército britânico, sob o comando de Bernard Montgomery, e do 7º Exército americano de George Patton que mesmo com o auxílio do fator surpresa, enfrentaram a resistência das forças do Eixo. De acordo com a estimativa de Andrews Roberts, para cada soldado alemão morto, havia a perda de três combatentes aliados, que demonstrava a supremacia das tropas germânicas no que concerne as ações no campo de batalha[32].

Apesar da superioridade material, com muito custo os Aliados conseguiram se apoderar da Sicília em agosto, e os alemães se retiraram para a Itália em uma operação brilhantemente conduzida, com um número insignificante de baixas. O historiador militar Shelford Bidwell[33] avaliza essa opinião na obra "os Generais de Hitler":

> Em seis dias e sete noites de agosto de 1943, entre 60.000 e 80.000 soldados conseguiram cruzar para o território continental da Itália, incluindo todos os alemães e parte considerável do valioso equipamento necessário para travar, no solo italiano, as batalhas que se avizinhavam. O fato de o jactancioso Patton não conseguir sequer fazer uma mossa nas defesas alemãs de Messina, de a misteriosa indolência de Montgomery acabar resultando no fracasso do 8º Exército em perseguir um inimigo batido e da inatividade das marinhas de guerra e forças aéreas dos Aliados terem todos contribuído para o sucesso de Kesselring, em nada diminuem sua façanha de organização de uma Dunquerque alemã[34].

---

31 cf . BLUMENSON, Martin. *op.cit.*.

32 Ver ROBERTS, Andrews. *Op.cit.*

33 ver BIDWEL, Shelford. *Kelssering* In: BARNETT, Corelli (org.). *Os Generais de Hitler.* Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1996.

34 BIDWEL, Shelford. In: BARNETT, Corelli. *Op.cit*. p 134

Em 17 de julho, Roma havia sido bombardeada e a invasão do país era iminente. Assim, as elites econômicas, os militares e mesmo alguns fascistas reconheceram o fracasso italiano. No dia 25 de julho, após reunião do Grande Conselho Fascista que transferiu para o rei Vitor Emanuel a responsabilidade pela condução da guerra, Benito Mussolini foi demitido do cargo de primeiro ministro e substituído pelo marechal Pietro Badoglio.

Conclusão

Em cerca de três anos de conflito (junho de 1940 - julho de 1943), Benito Mussolini transmutou da imagem de grande conquistador, que a propaganda fascista levara anos para solidificar, para o de uma figura patética, que foi recolocada no poder devido à intervenção alemã.

Foi libertado da prisão por um comando alemão e, após curta conferência com Adolf Hitler, voltou para Itália e proclamou, em 17 de setembro de 1943, a República Social Italiana. Para Silvio Bertoldi era um Estado fantoche e, além de ser "último exército de Mussolini", também estava longe dos sonhos imperialistas e românticos do renascimento romano que caracterizaram o início da guerra. E o *Duce* tinha consciência de sua tragédia, mesmo ainda se fazendo valer da verborragia que lhe era natural[35].

Mesmo com toda a crise institucional, econômica, social e militar, a campanha para conquista da Itália pelos Aliados foi, na opinião de muitos historiadores, um verdadeiro fiasco. Praticaram sucessivos erros estratégicos, como o desembarque em Anzio, que por pouco não se tornou uma derrota.

Vários dos livros citados nesse artigo criticaram a campanha aliada na Itália, dentre eles, merece destaque pela polêmica produzida a denominada "Guerra Inútil" de Eric Morris[36], defendendo que foi uma campanha brutal, desnecessária e liderada por generais de competência duvidosa.

Martin Kitchen[37], ao comentar as ações dos generais Mark Clark, comandante do 5º Exército norte-americano que teve a FEB sob seu comando, destacou suas rusgas particulares com generais britânicos que o levavam a esconder seus objetivos dos aliados ingleses. O comandante britânico Harold Alexander é acusado de exagerar nas estatísticas de prisioneiros e materiais tomados dos inimigos para a obtenção de crédito político do Ministro Winston Churchill. E Bernard Montgomery é apresentado como um general lento em demasia para aproveitar as oportunidades militares apresentadas no campo de batalha.

35 BERTOLDI, Silvio. *Soldati a Saló*. Milano. Editora Rizoli, 1995.
36 MORRIS, Eric, *La guerra inutile. La campagna d'Italia 1943-45*. Milano. Casa Editriche Longanesi, 1993
37 KITCHEN, Martin. *op.cit*.

Atuavam no país tropas aliadas, alemãs, italianas leais ao rei, guerrilheiros e a guarda republicana fascista. O caos se aprofundava com os intensos bombardeios dos aviões aliados, que destruíram não apenas alvos militares, como centros urbanos e locais históricos, como o mosteiro de Monte Cassino, por exemplo.

> Os ataques dos anglo-americanos continuavam. No dia 15 de fevereiro de 1944, 450 toneladas de bombas foram lançadas contra um mosteiro beneditino, reduzindo a escombros um dos grandes monumentos culturais da Europa. Por sorte, os alemães já haviam transferido para o Vaticano, um lugar seguro, os tesouros de arte da abadia. As ruínas do mosteiro deram à 1º Divisão Aerotransportada uma posição defensiva excelente, mas o fato é que os Aliados repetiram várias vezes os mesmos erros no curso da campanha italiana. Arrasavam totalmente cidades e aldeias onde desconfiavam que os alemães se escondiam e dessa maneira lhes davam uma cobertura quase perfeita por trás dos escombros[38].

Esses erros de estratégia foram ressaltados por Eric Morris[39], que chamou a atenção para o elevado número de civis italianos mortos nos bombardeios aliados devido a interesses políticos e estratégicos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. A Campanha da Itália se deveu somente à necessidade de colocar em movimento os exércitos aliados estacionados no Norte da África, assim ela, na opinião de A.J.P.Taylor, foi decidida por falta de uma ideia melhor.[40]

Para os autores citados neste artigo, como Andrews Roberts, Shelford Bidwell e Eric Morris, muitos dos erros estratégicos cometidos foram ocasionados pela rivalidade existente entre os comandantes aliados, que obstava a ação conjunta de suas tropas enquanto a guerra de desgaste na Itália continuava e os Aliados progrediam em extrema lentidão, pois a parte peninsular do país possui relevo montanhoso que dificultava qualquer ofensiva de movimento.

Uma nova decisão veio criar problemas para as tropas Aliadas no *front* italiano. Os Estados Unidos, que pretendiam travar a batalha decisiva na França, impuseram seu ponto de vista e se preparavam para o desembarque na França, que se efetuou em 6 de junho de 1944. Por isso, não só ocorreu diminuição do volume de material disponível no TO da Itália, como também tropas anglo-americanas foram sendo retiradas da região e substituídas por divisões de outras nacionalidades, como poloneses, neozelandeses, sul-africanos, marroquinos e brasileiros.

É nesse contexto que a Força Expedicionária Brasileira participou da campanha na Itália, um setor que havia perdido importância em face das invasões bem sucedidas à Normandia e depois em Provença na França.

---

38 *Ibdem.* p 217
39 MORRIS, Eric. *op.cit*.
40 cf. TAYLOR, A. J. P. *The Second World War.* London. Penguin, 1976.

Parallel Wars: Strategy and the Nature of Mediterranean Conflict in the mid-Twentieth Century

Guerras Paralelas: Estratégia e Natureza do Conflito Mediterrâneo em Meados do Século Vinte

Simon Ball[1]
University of Leeds

Abstract

During World War II three parallels conflicts were fought in the Mediterranean. The more straightforward was the dispute over the Mediterranean coastline, valid in itself. The second conflict was the passage through the Mediterranean. The third conflict was fought to escape the Mediterranean. The text interpret the dilemmas and contradictions of these overlapping conflicts, analyzing critically the conduct of war by Britain.

Keywords: World War Two; War in the Mediterranean; Parallel Wars.

Resumo

Durante a Segunda Guerra Mundial três conflitos paralelos foram travados no Mediterrâneo. O mais franco foi a disputa *pelo* litoral mediterrâneo, válida por si mesma. O segundo conflito era pela passagem *através* do Mediterrâneo. O terceiro conflito foi travado para *escapar* do Mediterrâneo. O texto interpreta os dilemas e contradições destes conflitos superpostos, analisando de forma crítica a condução da guerra pela Grã-Bretanha.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Guerra no Mediterrâneo; Guerras Paralelas.

● **Enviado em: 27/11/2012**
● **Aprovado em: 01/12/2012**

[1] Chair of International History & Politics, School of History, University of Leeds. Author of *The Bitter Sea: The Brutal World War II Fight for the Mediterranean*. London, Harper Press, 2010. E-mail: S.J.Ball@leeds.ac.uk

Between June 1940 and May 1945 there were a series of significant land, sea and air campaigns fought *in* the Mediterranean. The great powers involved were Britain, Germany, the USA, Italy and France. The Soviet Union's direct participation was limited to small military aid missions.

In the Mediterranean Britain was the strategy-maker. The other powers were strategy takers. Only Britain had the potential to be a 'thalassocrat', the ruler of the sea. This role combined both power and desire. In the end, Britain's power failed – but by that time it had shaped the struggle for the Mediterranean to its conclusion. Italy, and to an extent France, had the desire to dominate the Middle Sea, but not the power to do so. The United States, and, possibly, Germany, may have had the power to dominate: but they had no coherent vision. In addition to the territories and colonies of the great powers, states around the Mediterranean littoral were both belligerents and battlegrounds for these campaigns: Egypt, Greece, Albania and Yugoslavia played important roles in the War; the last three mentioned were conquered and occupied. In the latter stages of the War states with no Mediterranean role volunteered to fight in the campaigns. For instance, a Brazilian expeditionary force landed in Italy in July 1944.

An analysis of these campaigns reveals that there were three parallel wars fought in the Mediterranean. The most straightforward war was *for* the Mediterranean littoral, valued in its own right. The second war was for passage *through* the Mediterranean. The third war was fought *to escape* the Mediterranean. In the 'thirties Mussolini had predicted, although not resolved, the tension that would be caused by these parallel wars. One could fight, he had said, for the 'natural space' of the Mediterranean, binding the north and south shores together as an organic whole. Yet, *Il Duce* feared, the Mediterranean would become a prison. The proper 'historical objectives' of empires were Asia, Africa and 'the Oceans', not the Mediterranean itself. Indeed Mussolini originated the term 'parallel war' in his March 1940 war plan in which he envisaged a naval offensive against Britain in the Mediterranean, and, if at all possible, beyond.[2] The Italian dictator was not the only commentator to notice the confining nature of war in the Mediterranean. Admirals Raeder and Doenitz, for instance, pointed out to Hitler that ships only entered the Middle Sea: they never left.[3] 'I thought we should', Churchill said of his own brainchild, the 1944 Anzio landings

[2] Meir Michaelis, 'Italy's Mediterranean Strategy, 1935–1939' in Michael Cohen and Martin Kolinsky (eds), *Britain and the Middle East in the 1930s: Security Problems, 1935–39* (Basingstoke, 1992), pp. 41–60; Reynolds Salerno, *Vital Crossroads: Mediterranean Origins of the Second World War, 1935–1940* (Ithaca, 2002), p. 106.

[3] Report of the Commander-in-Chief, Navy to the Fuehrer, 20 April 1941; Conference of the Commander-in-Chief, Navy with the Fuehrer at HQ Wolfsschanze in the afternoon of 25 July 1941; Report by the Commander-in-Chief, Navy to the Fuehrer in Berlin, 12 December 1941, *Fuehrer Conferences on Naval Affairs, III, 1941* (London, October 1947); German U-Boats Detailed for the Mediterranean and the Account of their Fate, September 1941 to September 1944, London, The National Archives (TNA), AIR41/54.

that failed to seize Rome, 'fling a wildcat ashore and all we got was an old stranded whale on the beach.'[4]

The ambiguities of the parallel Mediterranean wars were apparent to contemporary commentators. Strategy operated at two levels. The first level of high-level policy makers did not tend to explain themselves in detail in public. Nevertheless there was a 'strategic public sphere' in which politicians and journalists tried to work out what the Allies were fighting for. This public sphere persisted throughout the post-war period, and shaped the memory of the Mediterranean war. The question of belligerents' goals in waging their battles remained a puzzle in the 'strategic public sphere'. It was not always clear at the highest levels of policy making. In the post-war words of Sir Alan Brooke, 'we worked from day to day, a hand-to-mouth existence with a policy based on opportunism. Every wind that blew swung us like a weathercock.'[5] John North, one of the first historians of the war, noticed in 1944 that, 'the war in the Mediterranean was … only superficially a struggle between land armies for victory or defeat on the field of battle … land fighting as such … [was] no more than incidental to a vast strategic picture in which land forces … were called upon to carry to a decisive conclusion a series of campaigns which, in their deeper aspect, were essentially sea and air operations.'[6] As a result, North wrote in 1945, there would be 'the attempt to resolve [the] as yet unresolved question of grand strategy' in the Mediterranean. He also warned, in vain, that 'today, after victory, these are but arid topics'.[7]

Through the Mediterranean

The British described their Mediterranean as an 'artery'.[8] Armies and navies made the passage to the East through the artery, raw materials, tin, rubber, tea and, above all, oil, made their way West. On any given day in the mid-1930s the tonnage of British shipping in the Mediterranean was second only to that found in the North Atlantic. Seven million tons of commercial shipping called at Gibraltar every year.[9] The Mediterranean was not, however, Britain's only arterial route. Many of the same destinations could be reached by sailing the Atlantic-Indian Ocean route around Africa via the Cape of Good Hope. The Mediterranean's chief attraction was speed. A ship steaming from the Port of London to Bombay would take a full fortnight longer, and travel nearly

4 John Colville, *The Fringes of Power: Downing Street Diaries*, II, (London, 1987), 3 March 1944.
5 Alex Danchev and Dan Todman, eds, *Field Marshal Lord Alanbrooke: War Diaries, 1939-1945* (London, 2001). Brooke was commenting on the situation on 3 December 1941, a few days after he became Chief of the Imperial General Staff.
6 John North, 'Lessons of the North African Campaign', *Military Affairs*, 8 (Fall 1944), pp. 161-169, 161.
7 John North, 'Two Armies', *Military Affairs*, 9 (Fall 1945), pp. 270-274.
8 Elizabeth Monroe, *The Mediterranean in Politics* (Oxford, 1938), p. 11.
9 D. H. Cole, *Imperial Military Geography: General Characteristics of the Empire in Relation to Defence* (London, 8th edition, April 1935), pp. 89-112, 291-292.

four-and-a-half thousand miles more, to reach its destination if it did not pass through the Mediterranean. For the British, Mussolini charged, the Mediterranean was no more than, 'a short cut whereby the British empire reaches more rapidly its outlying territories.'[10]

A hostile Italy made it hard to imagine 'the artery' as a centrepiece of strategy. As early as 1925 the iconoclastic British military thinker Basil Liddell Hart had written that, 'when to the proved menace of submarine power is added the potential effect of aircraft attack against shipping in the narrow seas, it is time the British people awoke to the fact that, in the case of such a war, the Mediterranean would be impassable, and that this important artery would have to be abandoned.' The Suez Canal was really of little use, since shipping would have to sail instead around the Cape. Returning to the subject in the wake of the Italian conquest of Ethiopia in the spring, and the outbreak of the Spanish Civil War in the summer, of 1936, Liddell Hart was satisfied that his predictions had proved accurate.[11]

In public navalists rejected new thinking on Mediterranean strategy.[12] Yet for all their protestations about the sanctity of their battleships, the Admirals were, in reality, far from sanguine. Dudley Pound, the wartime British First Sea Lord, then commanding the Royal Navy's Mediterranean Fleet, organised naval and air manoeuvres to test the possibilities of moving slow and fast convoys through the Mediterranean. His conclusions were not encouraging. The movement of a convoy through the Mediterranean, if opposed by Italian submarines and aeroplanes, would become a major fleet operation. As a result, 'the Central and Eastern Mediterranean, though seemingly one of the nearest of the foreign stations, becomes ... the most distant of all'.[13] In 1938 General 'Tiny' Ironside, subsequently Chief of the Imperial General Staff, was sent to inspect British military preparations in the Mediterranean. He confided to his diary, 'that it would be far too dangerous for our ships to think of going into the Mediterranean until we have cleared the air properly'. Ironside concluded that, 'the Mediterranean was now much more vulnerable than the Navy will ever admit'.[14]

The Royal Navy used a friendly defence correspondent, Hector Bywater, later famous as the man who predicted Pearl Harbor, to put their doubts into the public domain. Bywater made it his business to lay to rest some 'myths' about the Mediterranean. 'In my experience four people out of five are convinced that denial of the Mediterranean route would lead to grave shortage of foodstuffs

10 'Italian Role in Europe; Mediterranean Interests; Duce and British Policy, *The Times*, 2 November 1936, 14.
11 Basil Liddell Hart, 'The Strategic Future of the Mediterranean', *Yale Review*, 26/2 (1937), pp. 232-245.
12 Admiral Sir Herbert Richmond, 'The Strategy of the Mediterranean', *Foreign Affairs*, 14 (1935/36), pp. 274-282.
13 Lawrence Pratt, *East of Malta, West of Suez: Britain's Mediterranean Crisis, 1936-1939* (Cambridge, 1975), p. 119.
14 Roderick Macleod and Denis Kelly, eds, *The Ironside Diaries, 1937-1940* (London, Constable, 1962), 26 June 1937 & 2 October 1938.

and raw materials in Britain, if not to famine conditions. And yet that belief is unfounded.' Few people seemed to realise, 'what an appalling liability the Mediterranean was to us during the last war'. 'It is,' Bywater concluded, 'quite probable that a compromise policy would be adopted, the effect of which would be that we should retain ... our strategic grip on the Mediterranean route between Gibraltar and the Suez Canal by the conjoint use of naval, military and air power, while declaring that route our of bounds for all non-combatant traffic.' Bywater's account proved an accurate description of the strategy Britain adopted when it went to war with Italy in the summer of 1940.[15] Within days of becoming prime minister Churchill declared: 'I regard the Mediterranean as closed'.[16]

The 'compromise policy' narrowed the bounds of debate about the artery from grand strategy to mainly operational concerns. It set up a persistent discord between Churchill and his admirals as to whether military convoys could, or should, sail through the Mediterranean. In July 1940 Churchill said that he was 'going to insist that convoys should come through the Mediterranean'.[17] The admirals, on the whole, took a cautious line. The result was that between 1940 and 1942 each convoy sent through the Mediterranean, beginning with HATS in August 1940, was the subject of detailed and pressured debate. The convoys were infrequent, carefully planned, and resource intensive. Their purpose was threefold, to transfer naval forces into the eastern Mediterranean for offensive operations, mainly against Axis shipping, reinforcing Middle East Command in Egypt, and latterly to re-supply Malta.

Sea power thus became the servant of land and air power, rather than vice versa. This subordination was extraordinarily costly. In February 1942 the *Kriegsmarine* were able to report to Hitler that, 'the most significant factor at this time is that not a single heavy British ship in the Mediterranean is fully seaworthy. The Axis rules both the sea and the air in the Central Mediterranean … the Mediterranean situation is definitely favourable at the moment … the British position is at present weakest in the North-Africa-Suez area.'[18] The British naval commander-in-chief in the Mediterranean, Andrew Cunningham, admitted in March 1942 that although he had the largest command in the Royal Navy, 'there is now no fleet to go to sea in'.[19] In his valedictory report Cunningham charged that Britain had lost sight of why it was fighting in North Africa. 'The strategic reason for our presence in Gibraltar, Malta and the Middle East,' he wrote in June 1942, 'is

---

15 Hector Bywater, 'The Changing Balance of Forces in the Mediterranean', *International Affairs*, 16 (1937), pp. 361-387.

16 Churchill to Ismay, 29 May 1940 printed in *Churchill War Papers* (New York, 1993 onwards), II, p. 191.

17 Bernard Freyberg, *Diary*, 8 July 1940 printed in *CWP*, II, pp. 494-95.

18 Report by the Commander-in-Chief, Navy to the Fuehrer, 13 February 1942, *Fuehrer Conferences on Naval Affairs, IV, 1942* (London, June 1947).

19 Michael Simpson, ed. *The Cunningham Papers, Volume I: The Mediterranean Fleet, 1939-1942* (Aldershot, 1999), 15 March 1942.

in order that we may have control of the Mediterranean Sea. At the moment that control has lapsed to an alarming extent owing to our weakened sea power which is due in part to war losses and weakness in the air and in part to the enemy success on land in capturing the important air and sea bases which we need. ... Until our strategical direction is fully alive to the implications of sea power we shall fail to achieve our objects. Within the Mediterranean the problem is principally that of application of sea power and our fighting ashore should be directed to assist in that application.'[20]

The Chief of the Imperial General Staff, Alan Brooke, believed that Churchill did not understand the true import of what Cunningham was telling him: 'the situation as regards shipping [without Mediterranean route] is most disturbing and one that the PM will not face,' he wrote in February 1942, 'and yet it is the one situation that will affect our whole strategy during the coming year.'[21] When he returned to the Mediterranean in November 1942, as naval commander for the *Torch* landings in Morocco and Algeria, however, Cunningham discomfited Brooke by pointing out that the arterial Mediterranean strategy was different from 'the Mediterranean strategy'. He told the Combined Chiefs of Staff at Casablanca that he could command the Mediterranean without the possession of Sicily. He openly doubted whether possession of the island, 'would add very greatly to the security of the sea route through the Mediterranean.' 'If we were in Sicily,' Cunningham observed, 'he would estimate the route as being 90% or more secure, without Sicily it would be 85% secure once we held the whole of the North African coast.'[22] Nevertheless when General George Marshall, the Chief of Staff of the US Army, came to justify the American Joint Chiefs of Staff's eventual support for an invasion of Sicily in July 1943 he said it was because the capture of Sicily would make the Mediterranean more secure for Allied shipping and save merchant vessels from the long haul around South Africa.[23]

In retrospect the 'arterial strategy' made the most sense of the North African campaigns. This was not a 'Desert War'. There was nothing remotely strategically interesting about 'the desert'. The British, Italians and Germans were fighting for a coast road, and a series of port settlements, and aerodromes. Coastal Cyrenaica was not a desert: the irrigated coastal towns and the terraces of the Green Mountain were fertile if delicate ecosystems. In 1934, when Libya had been created by decree, there had been no roads linking Tripolitania and Cyrenaica, the main form of transport was a weekly boat between Tripoli and Benghazi. Marshal Balbo built a one-thousand three-hundred-mile highway from the Tunisian border to the Egyptian frontier – the 'Balbia'. Construction began

[20] Cunningham, 'Memorandum on Command in the Middle East', 10 June 1942, *Cunningham Papers*, I.
[21] Brooke, *War Diary*, 4 February 1942.
[22] Brooke, *War Diary*, 18 January 1943.
[23] US Department of State, *Foreign Relations of the United States: The Conferences at Washington, 1942, and Casablanca, 1943* (Washington, 1968), p. 631 quoted in David Reynolds, 'North Africa in Anglo-American Strategy and Diplomacy, 1940-43', *La Guerre des Sables: Projets, Plans et Operations Militaries*, *École française de Rome*, 5 et 6 *octobre* 2012.

in October 1935 and was completed in January 1937.[24] Churchill speculated at the outset of the desert war, 'it may be … that the desert itself affords free movement to the enemy's supplies. I wonder whether this is so, and if so, why the Italians were at pains to construct this lengthy road.'[25]

British ambition was defined by how far they intended to go along the road. When the British recaptured Sollum, 'the most distinctive spot in the Western Desert', where immense six hundred foot high cliffs, falling from the desert plateau, clipped the Mediterranean coast, in December 1940, the commander-in-chief, Middle East, Sir Archibald Wavell, agreed with the commander-in-chief Mediterranean, Sir Andrew Cunningham, and the Air Officer Commanding Middle East, Sir Arthur Longmore, that their target was the Mediterranean ports, first Bardia and ultimately Tobruk.[26] In the spring of 1941, 'the Chiefs of Staff were of the opinion that we should make certain of our hold of the Eastern Mediterranean ... to carry out this policy, we must first of all clear out Cyrenaica, and secure Benghazi. This would deprive the Italians and the Germans of all the first class aerodromes within striking distance of Alexandria.'[27] Following the fall of Crete in May 1941, Andrew Cunningham defined strategy as 'to try and close [the] southern flank.' 'If,' he said, 'the army can advance sufficiently to reach, say, Derna, a good deal will have been done … the whole object of thus clearing the Southern flank is to provide a series of airfields'.[28]

Derna was less than 200 miles by ship from Egypt. Its position on the bulge of the Libyan plateau, which pushed out into the Mediterranean, gave it its strategic attraction: not only was it a short flight from the Sicilian Narrows but it was in range of Greece and the Aegean. A key reason for the slow advance of the 8th Army in November 1942, after El Alamein, was a belief in the pivotal importance of Derna. 'My final objective', Montgomery recorded in his 'pursuit diary', 'was to establish the RAF in the [Derna] triangle of aerodromes; from this area the RAF could dominate the Mediterranean'.[29]

In retrospect the land campaigns in Libya and Tunisia could be reconfigured to be, once more, the handmaidens of a naval strategy. Indeed that strategy could be portrayed as a specifically British triumph. It was the proof that Britain combined the power and the desire to unify the Mediterranean. On Trinity Sunday, 20 June 1943, King George VI sailed in triumph from Tripoli to Valletta. 'I thought,' Cunningham wrote, 'a visit to Malta would have a great effect all over the

[24] Steven Morewood, *The British Defence of Egypt, 1935-1940: Conflict and Crisis in the Eastern Mediterranean* (London, 2005), pp. 124, 133.
[25] Churchill to Ismay, 10 July 1940 printed in *Churchill War Papers*, II, p. 499.
[26] I. S. O. Playfair, *The Mediterranean & Middle East*, I (London, amended edition, 1974), pp. 257-275; Victoria Schofield, *Wavell: Soldier and Statesman* (London, John Murray, 2006), pp. 145-164.
[27] Minutes of Defence Committee (Operations), 20 January 1941 printed in *CWP*, III, pp. 101-104.
[28] Cunningham to Pound, *Cunningham Papers*, I, 28 May 1941.
[29] Nigel Hamilton, *Monty: Master of the Battlefield, 1942–44* (London, 1987), pp. 56–7.

British Empire.'[30] 'The Mediterranean route to the East,' the British declared in June 1943, 'was again open'. By this they meant that 'super convoys' of well over a hundred ships at a time could sail west through the Sicilian Narrows, passing beyond Malta to points in the eastern Mediterranean. Due to their size these super convoys had a relatively low proportion of escorts to merchant ships. Their composition was thus in stark contrast to the 'compromise policy' in which a few merchant ships were fought through the Mediterranean by a much larger flotilla of warships. A ship sailing from Liverpool to Egypt now had its journey time shortened by forty-five days as a result of cutting through the Mediterranean instead of having to sail around South Africa. The 'opening' of the Mediterranean actually increased Allied ship casualties in the short term: there were now many more merchant ships to sink.[31] As a proportion of the whole, however, such losses were annoying rather than serious.

By the summer of 1944 well over eight-hundred convoys, comprising twelve-thousand ships, had passed through the Mediterranean.[32] In his immediate retrospect of the North African campaign John North argued that although the southern shipping route via South Africa, 'was never seriously imperilled by submarine or air attack, the route itself represented an almost intolerable strain on Allied shipping … at a time when U-boat warfare was still a prime factor in the outcome of the war in the west, the clearing of the North African coastline, as a preliminary to the re-opening of the Mediterranean route to Allied shipping, was a major strategic objective from the transportation angle alone.'[33] He went on to acknowledge, however that a belief in the primacy of the arterial strategy, 'the safety of the Mediterranean route – the first priority of the whole Allied strategy of the war', posed difficult questions for the later conduct of the war.[34]

Escaping the Mediterranean

In the 'thirties Mussolini had predicted that the Mediterranean would become a prison. As an existing global empire the British had historically been less concerned about becoming trapped in the Mediterranean. As a result thinking about 'the escape from the Mediterranean' was much less developed than the 'arterial strategy'.

In March 1940 Winston Churchill, then still First Lord of the Admiralty, wrote that 'the question that stares us in the face is "How are we going to win the war?"'[35] Churchill argued that

30 Cunningham to Aunt Doodles, 24 June 1943, Michael Simpson, ed., *The Cunningham Papers, II: The Triumph of Allied Sea Power, 1942-1946* (Aldershot, 2006).
31 'The Story of the North African Coastal Convoys', AIR23/7511.
32 *Mare Nostrum*, 14 September 1944, AIR23/920; 'British, Allied and Neutral Merchant Ship Losses in the Mediterranean and the Indian Ocean due to Enemy Action', AIR41/54.
33 John North, 'Lessons of the North African Campaign', p. 161.
34 John North, 'Two Armies', pp. 270-274.
35 Churchill to Pound, 23 March 1940 printed in *CWP*, I, pp. 910-912.

the 'supreme strategic operation' should be an escape from the Mediterranean. The argument about the form and direction of this escape from the Mediterranean is what came to be known as 'the Mediterranean strategy' in Michael Howard's classic use of the phrase.[36] The argument formed the centrepiece of Anglo-American debates in the middle years of the war. By that time the British and the Americans had a complex system of strategic decision-making: large staffs produced endless papers on the subject. They indulged in what became known as a transatlantic essay contest. At root, however, Allied strategy rested on some nebulous British assumptions held over from the early years of the war. These assumptions boiled down to two beliefs. First, that Britain's enemies could indeed be 'bottled up' in the Mediterranean. 'Should war be forced upon us by Italy in the Mediterranean,' Churchill wrote to his naval commanders just before he became prime minister, 'I do not see why we are obliged to take immediate offensive action. By closing Gibraltar and the Canal we inflict immense damage on Italy, and it is for her to come far from her bases to retaliate or try to break this distant blockade.'[37] Second, that some kind of *coup de main* in the Mediterranean would provide a 'quick fix' that would unravel the Axis.

The 'quick fix' had, in fact, been abandoned as a strategy before the outbreak of the war. Mediterranean war planning reached a crescendo in the spring and early summer of 1939. Then the bubble of expectations burst. In May 1939 Sir Roger Backhouse, the most outspoken British champion of the 'quick fix' died in office. His successor as First Sea Lord, Dudley Pound, who would hold the post until his own premature death in 1943, arrived at the Admiralty fresh from commanding the Mediterranean Fleet. From his headquarters in Malta, Pound had regarded the stream of scenarios for a 'knock out' blow against Italy that had flowed from London with contempt. The Royal Navy performed a *volte-face*. 'Britain,' it now stated, 'could not, as hitherto contemplated … undertake offensive naval action' in the Mediterranean.[38]

Although Pound killed off the specific war plans, the belief in the 'quick fix' proved too strong to shake for long. This belief was most publicly resuscitated in the propaganda and political initiative of Churchill's Christmas 1940, 'Appeal to the Italian People'. 'One man and one man alone has ranged the Italian people in deadly struggle against the British Empire,' Churchill claimed, 'to stand up to the battery of the whole British Empire on sea, in the air, and in Africa'. As a result Italy had to 'call in Attila over the Brenner Pass with his hordes of ravenous soldiery and his gangs of Gestapo policemen to occupy, hold down.' The response should be clear, 'the Italian nation will once more take a hand in shaping its own fortunes; surely the Italian army … [which]

---

36 Michael Howard, *The Mediterranean Strategy in the Second World War* (London, 1968) & Michael Howard, *Grand Strategy, August 1942-September 1943* (London, 1972).

37 Churchill to Pound & Phillips, 1 May 1940 printed in *CWP*, I, pp. 1181-82.

38 Salerno, *Vital Crossroads*, p. 131.

evidently has no heart for the job, should take some care of the life and future of Italy.'[39] The first stage of either 'bottling up' or the 'quick fix' would be the seizure of the 'delectable prizes on the Libyan shore'.[40]

With regard to both 'bottling up' and the 'quick fix' it could be argued that others' assumptions about what the British could do were as important as actual British plans. In December 1940 it was Hitler who believed that it was 'important to frustrate English efforts to establish … an air base that would threaten Italy in the first place and, incidentally, the Rumanian oilfields.'[41] His answer was the planned seizure of important points on the north Mediterranean littoral, particularly Salonika, and the immediate deployment of significant air forces in the Mediterranean. In January 1941 Hitler directed that 'the situation in the Mediterranean area, where England is employing superior forces against our allies, requires that Germany should assist for reasons of strategy, politics and psychology'.[42] In February 1941 Hitler decided to intervene with land forces in North Africa. His reasoning was based on the fear of 'bottling up'. The loss of Libya in itself was bearable, but it might cause Italy to drop out of the war. Germany would then be hemmed into the south coast of France. After the war Kesselring argued that Germany had played into Britain's hands by taking a half-hearted approach to the threat of being bottled up. The 'main error,' he claimed, 'lay in a total misunderstanding of the importance of the African and Mediterranean theatre. I never understood the ideas of Hitler and the *Wehrmacht* operations staff. Their fundamental mistake was completely to misjudge the importance of the Mediterranean theatre. They would not or could not see that from the end of 1941 the colonial war had taken on a different aspect, that Africa had become a theatre in which decisions vital to Europe were maturing.'[43]

'Bottling up' could be a conservative strategy. In an argument with the senior US army officer in the UK the Vice-Chief of the Imperial General Staff produced a glum version of 'bottling up' in North Africa: Britain could 'fight Germans there, add to her difficulties, keep away from her material resources she needs and hold the same for ourselves, and produce a "bloc" to impede her south-eastwards expansion.' 'Surely,' Sir Henry Pownall argued, 'these are all worth doing? Wars are won by a combination of a number of conditions ... one can't reject any one of them because in itself it is not sufficient to deliver a knock-out blow.' Pownall concluded that 'we can't beat Germany in the Middle East ... but we can fight Germans there.'[44] The act of fighting in the

39 'Mr. Churchill Speaks to the Italian People', *The Times*, 24 December 1940.
40 Churchill to Ismay (for COS), 6 January 1941 printed in *CWP*, III.
41 Directive 20, 20 December 1940 in Hugh Trevor-Roper (ed.), *Hitler's War Directives, 1939–1945* (Edinburgh, 2004).
42 Hitler Directive 22, 11 January 1941.
43 Albert Kesselring, *Memoirs* (London, 1953), p. 157.
44 Brian Bond, ed., *Chief of Staff: The Diaries of Lieutenant-General Sir Henry Pownall*, II, (London, 1974), 20 September 1941.

Mediterranean, it sometimes seemed, had a metaphysical rather than a strategic value. 'Far more important than the loss of ground is the idea that we cannot face the Germans and their appearance is enough to drive us back many scores of miles,' Churchill wrote in April 1941. 'Sooner or later we shall have to fight Huns.'[45] Such arguments did gain traction. Roosevelt himself had declared, as early as October 1941, to the consternation of his advisers, a serious interest in fighting in North Africa.[46] In 1943 General Marshall said that he supported the decision to invade Sicily from Tunisia 'because we will have in North Africa a large number of troops available'.[47]

Churchill always argued that 'bottling up' would require more than action in North Africa. He was willing to run many risks to strengthen the Mediterranean bulwark. At the beginning of 1941, 'the PM said that he was anxious to give the war a more active scope in the Mediterranean. We were being attacked at Malta ... and we should not doubt see the Germans arrive at Salonika. Greece might be ruined. We would find it difficult, if not impossible, to parry these blows and therefore, we must take steps to counter them by aggressive action at some point.'[48] The subsequent Greek expedition had more to do with politics than strategy. The permanent under-secretary at the Foreign Office noted in February 1941 that 'it *must*, in the end, be a failure … [but] better to have failed in a decent project than never to have tried at all.'[49] Churchill cabled the Foreign Secretary, Anthony Eden, then in the Mediterranean shaping British strategy, that it was 'difficult … to believe that we have any power to avert fate of Greece ... [but] loss of Greece and Balkans by no means a major catastrophe for us'. He calculated that, 'our ignominious ejection from Greece would do us [less harm] … than the fact of submission of Balkans, which with our scanty forces alone we have never been expected to prevent.'[50]

Contemporaries made even greater claims for counter-factual 'bottling up'. *The Spectator* argued in April 1941 that 'the importance of [the Mediterranean] is beyond exaggeration … it is the scene today of a strategy vast in its conceptions … German pincers movement is notorious … in the Mediterranean area two such movements, or attempted movements, are in progress, the one directed from the north and south of that sea, with the remainder of the Balkans, Turkey, Syria, Palestine, Iraq and Egypt as its destined prey, the other, geographically still more ambitious, aiming at securing Spain, Morocco, Tunis, Algeria and Libya, as well as the eastern spoils, and thus adding the whole of the Iberian peninsula, with the northern and much of the western coast of Africa, to the

45 Churchill to Eden, 3 April 1941 quoted in *CWP*, III, p. 445.
46 Nigel Hamilton, 'Torch', *La Guerre des Sables: Projets, Plans et Operations Militaries*, *École française de Rome*, 5 et 6 *octobre* 2012.
47 *Foreign Relations of the United States: The Conferences at Washington, 1942, and Casablanca, 1943* (Washington, 1968), p. 631.
48 Minutes of Defence Committee (Operations), 20 January 1941 printed in *CWP*, III, pp. 101-104.
49 David Dilks (ed.), *The Diaries of Sir Alexander Cadogan 1938–45* (London, Cassell, 1971), 24 February 1941.
50 Churchill to Eden, 5 March 1941 printed in *CWP*, III, pp. 311-312.

projected booty … both more practical and more attractive than the invasion of Britain. And imaginative though the conception may be, let us not suppose for a moment that it is merely visionary. It can be, and may be, realised unless we take prompt and vigorous measures to prevent that.'[51] In 1946 Norman Angell claimed to have 'put again and again to American anti-imperialists the question: 'Would not Germany and Japan have won their war against the West and its institutions if there had been no British Empire in 1940 – no Gibraltar, Malta, a base in Egypt to prevent the junction of the totalitarian powers?'[52]

The actual importance of Egypt, as the stopper in the bottle remained a moot point. Some commanders had doubts about either metaphysical or physical bottling up. Sir Arthur Longmore, the commander of the RAF in the Middle East, said 'it really didn't matter whether we held Egypt or not. All we had to do was to fall South and let the Mediterranean look after itself.'[53] Military doubts about 'bottling up' culminated in a confrontation between Churchill and Sir John Dill, the Chief of the Imperial General Staff, which resulted in an irreparable breach between the two men. Dill told Churchill that, 'the loss of Egypt would be a calamity which I do not regard as likely and one which we should not accept without a most desperate fight; but it would not end the War. Churchill replied contemptuously that, 'I gather you would be prepared to face the loss of Egypt and the Nile Valley, together with the surrender or ruining of the Army of half a million we have concentrated there ... I do not take that view'.[54]

In the great crisis of the summer of 1942 when Churchill himself went to Cairo to replace Britain's army commanders, there was a discussion between him and Dill's successor, Alan Brooke. 'We discussed the relative importance of Egypt as opposed to Abadan,' Brooke recorded, 'and all agreed that the latter's importance was paramount.'[55] Churchill announced that a Persia-Iraq Command would be split off from Middle East Command. The military commanders whom Churchill left behind in Cairo, however, pointed out that the grand strategies discussed during the prime minister's visit were not necessarily relevant: the future lay not in great imagined sweeps across the Caucasus in months to come but in what happened in North Africa in days to come. General 'Jumbo' Wilson, although appointed to head the Persia-Iraq command, headed west rather than east, taking command of the force that would fight on in Egypt if Rommel destroyed the field army at Alamein.[56]

---

51 'The Mediterranean War', *The Spectator*, 25 April 1941, pp. 440-441.
52 Sir Norman Angell, 'America-Britain', *The Spectator*, 20 September 1946, pp. 281-282.
53 Trefor Evans, ed., *The Killearn Diaries, 1934-1946* (London, 1972), 14 April 1941.
54 Alex Danchev, 'Dilly-Dally, or Having the Last Word: FM Sir John Dill and PM Winston Churchill', *Journal of Contemporary History*, 22 (1987), pp. 21-44.
55 Brooke, *War Diary*, 4 August 1942.
56 Field-Marshal Lord Wilson of Libya, *Eight Years Overseas, 1939-1947* (London, Hutchinson, 1948), pp. 134-135.

The ambiguous strategy of 'bottling up' always ran, in British minds, in parallel with the even more ambiguous 'quick fix'. In 1941 Churchill had demanded an escape from the Mediterranean via Greece. Even before any significant victory had been won in North Africa he was confident that the deployment of American military power in French North Africa would make escape both a genuine political and military possibility. He proposed a spacious definition of the 'Second Front' as comprising 'both the Atlantic and Mediterranean coasts of Europe' along with the idea that 'we can push either right-handed [in the Mediterranean], left-handed [across the English Channel], or both-handed as our resources and circumstances permit.' When Churchill travelled to Moscow in August 1942 to sell this version of 'escape' to a sceptical Stalin he drew a sketch of a crocodile. Northern France, he said, constituted the hard snout of Hitler's Europe; it was better, therefore, first to strike at the enemy's 'soft underbelly' in the Mediterranean.[57]

The concept of the 'soft underbelly' was to some extent a political convenience for Churchill and Roosevelt. 'We believe,' they jointly assured Stalin after Casablanca, 'that these operations … may well bring Germany to its knees in 1943'. There were, however, genuine military adherents of the Mediterranean 'quick fix'. Alan Brooke said to his staff officer, John Kennedy, before they set off for the Casablanca conference in January 1943 that he was, 'quite determined to go flat out in the Mediterranean: if we can get near enough to bomb the Rumanian oil fields and cut the Aegean and Turkish traffic there is a real probability that the Germans may collapse within a year.'[58] The main focus of the 'quick fix', however, remained Italy. There was a consistency in British assumptions. When Brooke himself took office in December 1941 he wrote 'I am positive that our policy for the conduct of the war should be to direct both our military and political efforts towards the early conquest of North Africa. From there we shall be able to re-open the Mediterranean and to stage offensive operations against Italy.'[59] On first day of the Alamein offensive he confirmed that, 'just after taking on CIGS I had planned my policy for running the war. I wanted to clear North Africa, open the Mediterranean, threaten Southern Europe and at some later date liberate France'.[60] Under Brooke's chairmanship the British Chiefs of Staff in London continued to talk of dramatic advances that could be made in the Mediterranean, in Sicily, Sardinia, Italy or even Turkey at relatively little cost.

Actual experience in North Africa led some to doubt the validity of the 'quick fix'. At the beginning of December 1942 Churchill had predicted that the campaign in North Africa would be

---

57 Prime Minister to Chiefs of Staff, 23 July 1942 quoted in David Reynolds, 'North Africa in Anglo-American Strategy and Diplomacy, 1940-1943'.

58 Kennedy Diary, 8 December 1942 quoted in Nicholas Tamkin, 'Britain's Relations with Turkey during the Second World War', (Ph.D thesis, Cambridge University, 2006), 142.

59 Brooke, *War Diary*, 3 December 1942.

60 Brooke, *War Diary*, 23 October 1942.

over 'by the end of the year'.[61] Harold Macmillan, the British resident cabinet minister sent to the Mediterranean in January 1943 observed, on the other hand, that 'the trouble is that no one really has any idea as to the future course of the war. ... and the experts cannot give them any guidance. The better they are, the less willing I find them (I mean men like Cunningham, Tedder and Alexander) to express a view. Certainly there is no sign of any break in German morale on this front. They are fighting fiercely and valiantly.'[62] Dwight Eisenhower, the Allied commander in North-West Africa, complained that, 'so many people are considering the war already won and are concerning themselves with considerations of "after the war" jockeying for position.' Like Macmillan he emphasised 'the toughness and skill of the Germans, both in offensive and defensive battle'.[63] Visiting the Salerno beachhead, after the invasion of Italy, Eisenhower similarly concluded, 'there was every indication that the Germans had expended their energy and were battle-weary: signs of withdrawal were evident all along the front; but it was a certainty that this withdrawal would be planned to impede our advance and to inflict the greatest number of battle casualties on us'.[64]

The 'quick fix' remained, however, at the heart of Allied strategy. In July 1943, Eisenhower and his three chief subordinates, all British, met at La Marsa on the Bay of Tunis. They agreed that caution needed to be thrown aside. The Italian collapse on Sicily made an ambitious assault on the Italian mainland, not just a hop across the Straits of Messina into Calabria, the Toe of Italy, a viable prospect. 'I recommend carrying the war to the mainland of Italy immediately Sicily has been captured,' Eisenhower wrote to his reluctant bosses in Washington. Ike's conversion to the operation long advocated by his British colleagues was something of a coup.[65] Eisenhower said his that his biggest failure in North Africa had been the result of diverting forces to the Atlantic coast. He should have opposed the pointless invasion of Morocco and concentrated solely on the Mediterranean, as the British had advocated.[66] 'There might occur,' Eisenhower advised Marshall, 'a vast but possibly fleeting opportunity to accomplish all we are seeking in the Italian peninsula'.[67] As late as December 1943 he argued that, 'the most important land objective in the Mediterranean, from a strategic standpoint, is the Po Valley because of the fact that land forces based there are extremely threatening to the German structure in the Balkans, France and in the Reich itself ... from

61 Reynolds, 'North Africa in Anglo-American Strategy and Diplomacy, 1940-43'.
62 Harold Macmillan, *War Diaries: The War in the Mediterranean, 1943-1945* (London, 1984), 1 April 1943.
63 Alfred Chandler (ed.), *The Papers of Dwight David Eisenhower: The War Years* (Baltimore, 1970), Eisenhower to Marshall, 5 April 1943.
64 C. J. C. Molony (ed.), *The Mediterranean and the Middle East, V: The Campaign in Sicily and the Campaign in Italy to 31 March 1944* (London, 1973), pp. 323-24.
65 Eisenhower to JCS, 18 July 1943, *Eisenhower Papers*.
66 Harry Butcher, *My Three Years with Eisenhower: The Personal Diary of Harry C. Butcher, Naval Aide to General Eisenhower, 1942 to 1945* (New York, Simon and Schuster, 1946), 14 August 1943.
67 Eisenhower to Marshall, 29 July 1943, *Eisenhower Papers*; Brooke, *War Diary*, 15 August 1943.

that position, landing operations either to the east or the west can be more readily supported'.[68] As the critical American historian Richard Leighton regretted in 1963, for the rest of the War, US, no less than British, 'strategy evolved as a process of constant adjustment to the consequences' of Britain's pursuit of a 'quick fix' in the Mediterranean. General Marshall described this pursuit as a 'suction pump' that inexorably drew in resources.[69]

Conclusion

The ambiguities of the parallel Mediterranean wars were apparent to contemporary commentators. In 1952 the British geopolitical writer Gordon East, a champion of the 'pivotal' importance of the Mediterranean, returned to a subject that he had first tackled in 1937. Then he had been sure that the Mediterranean 'should be regarded in its entirety . . . as part of the continent of Europe, with which its relationships, physical and human, have been closest'.[70] Fifteen years later he still maintained that the Mediterranean had been vital to victory in Europe. 'Allied sea power,' East argued, 'taking advantage of the peninsular character of Europe, thus made practicable the invasion of Italy … the "Mediterranean" school of strategists had justified its views,' he wrote in his post-war retrospect. 'The grandiose strategy of the enemy, which would have outflanked the Allied position in the Mediterranean by a gigantic pincer movement directed toward the Middle East from the Caucasus and from Libya, came to nothing,' he observed. The British had thus fought a rational and successful 'war of escape' that contrasted favourably 'with the failure of the Mediterranean strategists' of the First World War, 'the Easterners'. But, East admitted, the war *to escape* the Mediterranean had, in fact, become a war *for* the littoral, and had had entirely unpredicted consequences: 'the revolutionary advent of the state of Israel and the creation of an independent Libya in place of Italian North Africa'.[71]

War in the Mediterranean, on the testimony of contemporary accounts, was a strange beast. It rested on a series of counter-factuals. The North African campaigns made perfect sense if the Allies had been pursuing the arterial strategy. It is the Italian campaign that can be challenged on that score. But from the beginning Britain was playing a bigger, if ill-defined, game in the Mediterranean. This game was more open to the accusation of being a 'weathercock'.

68 Robert Ferrell (ed.), *The Eisenhower Diaries* (New York, 1981), 6 December 1943.
69 Quoted in Reynolds, 'North Africa in Anglo-American Strategy and Diplomacy, 1940-43'.
70 Gordon East, 'The Mediterranean Problem', *Geographical Review*, 28 (January 1938), pp. 83–101.
71 Gordon East, 'The Mediterranean: Pivot of Peace and War, *Foreign Affairs*, 31 (1952/1953), pp. 619–33.

Morte no Mediterrâneo: O Pelotão de Sepultamento da Força Expedicionária Brasileira e suas práticas

Death in the Mediterranean: The Burial Squad of the Brazilian Expeditionary Force and its practices

Francisco César Ferraz[1]
Universidade Estadual de Londrina

Adriane Piovezan[2]
Doutoranda em História - Universidade Federal do Paraná

Resumo

A morte massiva, durante uma guerra, requer o funcionamento de uma unidade especialmente designada para recolher, identificar e sepultar os mortos de suas forças armadas, bem como encaminhar aos familiares seus objetos e pertences. No Teatro de Operações do Mediterrâneo da Segunda Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) organizou uma unidade para esses fins, o Pelotão de Sepultamento (PS). O objetivo deste artigo é discutir o papel desempenhado pelo PS nas ações da FEB. A partir da coleta e sistematização dos relatórios realizados por esta unidade,pode-se estabelecer a relação da instituição com o tratamento do soldado morto, já que cada um possuía um relatório individual com dados sobre as condições de morte, de recolhimento dos corpos, da religião, dos objetos encontrados em seu cadáver. Também é possível identificar as devoções pessoais de cada soldado através dos objetos religiosos encontrados em seus corpos após as ações de combate. Ocasionalmente, são feitas comparações com os procedimentos dos aliados norte-americanos para as mesmas situações, uma vez que a unidade brasileira reproduziu, organizacionalmente, a de seus irmãos-em-armas.

Palavras-chave: Morte; Segunda Guerra Mundial; Pelotão de Sepultamento; Força Expedicionária Brasileira; Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Abstract

The massive death, during a war, demands the functioning of a special unit, directed to collect, identify and bury the fallen of the armed forces, as well to send personal objects and vestiges to their families. At the World War II's Mediterranean Theater of Operations, the Brazilian Expeditionary Force (FEB) organized an unit to perform this task, the Burial Squad (PS). Starting the research from reports issued by this unit, it is possible to establish the relationship between the institution and the dead soldier. Each report included an individual statement containing data about reason of death, the way the body was found out and collected, of dead soldiers' religion and his personal objects. Moreover, it is also possible to identify personal devotion of each fallen soldier, by religious objects found into their bodies, after be killed in action. Occasionally, comparisons are made with the procedures of the American allies in the same situations, since the Brazilian unit emulated, in organizational framework, his brothers-in-arms.

Keywords: Death, World War II; Burial Squad; Brazilian Expeditionary Force; Mediterranean Theater of Operations.

● **Enviado em: 27/11/2012**
● **Aprovado em: 01/12/2012**

[1] Professor associado do Departamento de História da UEL. Autor, entre outras obras, do livro *A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*, Londrina, EDUEL, 2012.

[2] Doutoranda em História da UFPR. Autora de Ritos de Morte: O Pelotão de Sepultamento da FEB (1944-1945), In: OLIVEIRA, D. (org.) *A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: Estudos e Pesquisas, 2012.*

O fenômeno mais visível e impactante de uma guerra é a letalidade para os que dela são agentes e pacientes. Por mais poderosas e confiantes que sejam, as forças armadas em combate esperam, naturalmente, que uma parcela de seus homens pereça no front, em ação contra o inimigo ou por motivos relacionados às atividades bélicas (doenças, acidentes, etc).

O Brasil participou do esforço dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, enviando para a frente de combate mediterrânica, uma divisão de exército de aproximamente 25 mil soldados, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou ao lado das forças norte-americanas do V Exército, contra divisões de exército do Eixo e algumas forças fascistas italianas.

De todas as frentes de combate na Europa, a Frente Mediterrânica foi uma das mais difíceis e de maiores taxas de mortalidade em ação[3]. A geografia acidentada da península itálica diminuiu consideravelmente as vantagens materiais dos Aliados, que não podiam usar seus tanques e aviões com a mesma desenvoltura que desempenhavam em outras frentes, além de terem dificultados os suprimentos e remuniciamento. Assim, a maior parte dos choques era efetuada em pequenas unidades, como pelotões e companhias, e os sistemas defensivos das tropas do Eixo, melhor posicionados nas alturas das montanhas, compensavam, com baixas pesadas, a inferioridade numérica e material, em relação aos seus inimigos Aliados.

Quando feridos, os soldados Aliados tinham uma estrutura bem organizada para tentar salvar suas vidas e encaminhá-los de volta ao combate ou, em casos mais graves, para casa. Uma parcela dos combatentes, contudo, não teve a mesma sorte. Para essa eventualidade, era necessário o funcionamento de unidades especialmente designadas para recolher, identificar e sepultar os mortos de suas forças armadas, bem como encaminhar aos familiares seus objetos e pertences. No Teatro de Operações do Mediterrâneo da Segunda Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) organizou uma unidade para esses fins, o Pelotão de Sepultamento (PS). O objetivo principal deste artigo é discutir o papel desempenhado pelo PS nas ações da FEB e, secundariamente, fornecer subsídios para o entendimento de como a realidade da morte foi vivenciada entre os combatentes, através do estudo de suas atitudes perante as mortes de companheiros e inimigos. Por fim, intenciona-se discutir a vivência religiosa dos soldados brasileiros no front, a partir do estudo da documentação do PS.

O Pelotão de Sepultamento (PS) da FEB foi criado somente em 4 de julho de 1944, dois dias depois do primeiro escalão da FEB ter zarpado do Rio de Janeiro, levando cerca de cinco mil homens para a Itália. O fato do PS não ter seguido de imediato com o primeiro escalão colocou como problema para aquelas tropas a remoção, identificação e enterramento dos mortos em combate nessa primeira fase da Campanha da Itália.

[3] ELLIS, John. *The Sharp End: The Fighting Man in World War II*. New York: Charles Scribner's Sons, 1980, p. 158-159.

Esta unidade estava subordinada ao Serviço de Intendência, primeiro agregado à Companhia de Intendência e, em seguida, ao Depósito de Intendência da FEB. Tal era a prática organizacional adotada pelo Exército Americano e que coube à FEB emular. Aqui é importante notar outras peculiaridades da organização militar então adotada. Cabia ao Serviço de Intendência o abastecimento das tropas de todos os gêneros alimentícios, munição, peças de reposição, etc.

O PS só chegou à Itália em 9 de outubro de 1944. As tropas brasileiras estavam em combate desde 15 de setembro, de forma que foi necessário formar um PS na Itália. Esse primeiro PS foi treinado pelos norte-americanos, oferecendo estágios aos brasileiros nos cemitérios militares e postos de coleta do Exército dos EUA (*Graves Registration*). O PS original não foi substituído por aquele criado no Brasil, mas fundido a ele. Os recém-chegados foram incorporados como recompletamentos ao PS original.

Foram destacados em novembro daquele ano efetivos para manter em operação três postos de coleta de corpos destinados à remoção para enterro, localizados um na estrada de Porreta Terme a Silla e outro em Valdibura. O terceiro ficava em reserva, sendo constituído por elementos em licença. Como a citada estrada era a única via de acesso ao front o trabalho dos postos de coleta podia se concentrar ali.

Além de coletar os corpos, outro problema consistia em organizar um local para seu enterramento, bem como das atividades preparatórias deste. Na inexistência de um cemitério militar brasileiro na Itália, os expedicionários mortos foram inicialmente enterrados tanto em cemitérios civis (Tarquínia), quanto em militares norte-americanos na Itália (Folonica e Vada).

O primeiro problema que surgiu como decorrência dessa prática era a longa distância a ser vencida para realizar os sepultamentos. Na fase inicial da campanha a linha de frente ficava em Garfagnana, obrigando um deslocamento de 180 Km até o cemitério norte-americano mais próximo. Uma fonte de problemas adicional para o trabalho do PS dizia respeito à disponibilidade de uma única viatura para essas viagens, tumultuando o processo de transporte no caso de existirem sucessivos mortos a transladar.

Com o deslocamento da linha de frente brasileira para o centro do front italiano a situação se agravou. Agora era necessário se vencer o dobro da distância para se proceder aos sepultamentos. Na média os membros do PS tinham que viajar 360 Km para levar os corpos ao seu local de sepultamento.

Uma medida paliativa para encarar esse problema foi a criação de um novo posto de triagem de mortos na cidade de Pistoia. Essa medida aliviou de forma considerável o trabalho de transporte dos corpos por parte do PS. Agora os postos de coleta (ditos "avançados") entregavam os corpos ao

posto de triagem, distante apenas 40 quilômetros, podendo retornar com mais brevidade à linha de frente.

Outro problema dizia respeito aos procedimentos burocráticos adotados pela administração dos cemitérios militares norte-americanos. Na média o preenchimento dos relatórios de sepultamento e redação de demais documentos por parte dos norte-americanos levava de oito a dez dias. Nesse período o Serviço de Intendência ficava impossibilitado de fazer a comunicação da morte aos familiares. De fato, o Ministério da Guerra, sediado n Rio de Janeiro, só ficava autorizado a comunicar o falecimento a família após o recebimento dos citados relatórios. Essa realidade, entretanto, era comum aos Aliados no Mediterrâneo e em outros Teatros de Operações na Europa. Os familiares dos soldados norte-americanos, por exemplo, recebiam a notificação em duas semanas após a morte no front[4].

A fim de dar conta dessas questões o chefe do Serviço de Intendência sugeriu ao comandante da FEB a criação de um cemitério militar brasileiro. No organograma do V Exército dos EUA a autoridade responsável pela alocação de cemitérios era o *Grave Registration*, conhecido dos brasileiros como Serviço de Sepultamento. Essa entidade designou técnicos para localizar e demarcar uma área adequada para a construção do cemitério militar brasileiro, a ser localizado na cidade de Pistoia[5].

O Batalhão de Engenharia da FEB forneceu o material e a mão de obra para construção do cemitério, o qual comportava quatro quadras para os mortos brasileiros e duas quadras para mortos inimigos. Toda área foi cercada com arame farpado, instalado um mastro para hasteamento da bandeira nacional e pavimentadas as ruas. De fato, um dos maiores problemas na locação do cemitério foi encontrar um terreno livre de lençóis freáticos superficiais e que não empoçasse água da chuva. O trabalho de pavimentação das ruas do cemitério, sempre sujeitas à formação de lama quando chovia, ainda estava em andamento em fevereiro de 1945.

O cemitério contava também com um necrotério, instalado numa modesta barraca de lona. Preocupados com a privacidade do trabalho com os mortos, o necrotério foi oculto das vistas dos curiosos com um biombo de dois metros de altura, também de lona. A fragilidade da barraca que servia de necrotério foi comprovada diversas vezes, sofrendo os seus usuários com as constantes

---

4 McMANUS, John C. *The Deadly Brotherhood.The American Combat Soldier in World War II*.New York: Random House, 2003, p. 176

5 O órgão norte-americano se guiava por um documento de treze páginas, "*Graves Registration Directive*" , que indicava como deveriam ser construídos e organizados os cemitérios militares, como os jazigos deveriam estar alinhados, tanto lateral quanto longitudinalmente, e até certos cuidados, como retirar dos objetos removidos qualquer objeto que, comprovadamente, pudessem ser embaraçosos às famílias dos soldados tombados em combate.ATKINSON, Rick. *The Day of Battle. The War in Sicily and Italy, 1943-1944*. New York: Henry Holt and Company, 2007, Kindle Edition, pos. 1364 de 21266.

ventanias que assolavam a região. Como resultado, solicitou-se que a mesma fosse substituída por uma construção de madeira.

O respeito aos mortos nessas instalações se manifestava na preocupação em colocar as macas com os corpos, enquanto aguardavam autópsia, sobre cavaletes de madeira. Evitava-se dessa forma que os mesmos ficassem no chão. A preocupação com o respeito também se evidenciou nas precauções em relação à privacidade no tratamento e manuseio dos cadáveres.

Uma fonte preciosa para o entendimento das relações e atitudes diante da morte neste período é a análise da documentação referente aos Relatórios Individuais, gerada pelo Pelotão de Sepultamento.Na análise desses Relatórios, deve-se levar em conta a relação entre o seu conteúdo, a realidade que descrevem e os fatores que podem ter atuado, impactado, interferido no arrolamento dos fatos ali descritos.

Um primeiro leque de considerações se refere às circunstâncias relacionadas ao exercício das atividades do Pelotão de Sepultamento. Parece claro que as variáveis mais relevantes na preservação da integridade do corpo do morto e seus pertences dizem respeito ao tempo decorrido desde a morte até o sepultamento, por um lado e, por outro, a natureza das causas da morte.

Pode se assumir como óbvio que quanto menor for o tempo decorrido desde a morte do indivíduo e o seu sepultamento, maior será a probabilidade de se resgatar, identificar e preservar em bom estado o conjunto dos pertences legados. Inversamente, quanto maior for o tempo passado entre a morte do sujeito e o seu sepultamento, tanto menores serão tais possibilidades.

A forma pela qual o indivíduo morreu também é determinante no grau de sucesso da tarefa dos membros do PS em descrever de forma acurada os pertences encontrados com o morto. Parece claro que os corpos – e os objetos pessoais - de indivíduos que morreram em combate na linha de frente podem ter passado por extensos processos de fragmentação, degradação e dispersão de seus fragmentos. Deve-se ter em conta que o maior número de baixas - tanto de mortos quanto de feridos - brasileiros na Campanha da Itália decorreu entre aqueles que foram atingidos por estilhaços. A razão para tão alta letalidade destes projéteis é compreensível. Trata-se de fragmentos de metal de tamanho variado, arremessados instantaneamente em todas as direções pela explosão de granadas. A própria explosão da granada no impacto com o solo gerava mais e mais estilhaços, aumentando a probabilidade dos homens expostos sobre o solo serem atingidos em qualquer uma das suas partes.

As granadas podiam ser disparadas tanto por canhões pesados ocultos na retaguarda inimiga, quanto pelos morteiros operados pela infantaria na imediata linha de frente. É importante lembrar que não apenas durante a fase de atuação da FEB, como também em toda Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, foram os morteiros os responsáveis pelo maior número de baixas em ambos os lados em luta. As razões são simples de entender. Por dispararem suas granadas

em uma trajetória acentuadamente curva ("parabólica") são capazes de atingir tanto o inimigo oculto atrás dos morros que ocupa, quanto dentro de suas trincheiras e outros abrigos abertos no solo. Desta forma seus projéteis alcançam até homens que se encontram protegidos contra projéteis que tem uma trajetória paralela ao do solo.

Para além dos estilhaços de granadas de canhão ou morteiro, na vizinhança imediata da explosão se verificava a súbita e insuportável compressão do ar, capaz de provocar extensos danos aos órgãos internos dos indivíduos, favorecendo seu esfacelamento. A explosão de minas explosivas terrestres, ocultas no solo, ou de armadilhas explosivas plantadas nos bosques, edificações, etc., também podiam provocar efeitos similares sobre os cadáveres de suas vítimas. Também o impacto das balas de metralhadora, podiam desfigurar, desmembrar, mutilar partes extensas do corpo dos soldados expostos ao combate na linha de frente.

Tais são as principais razões pelas quais os corpos encontrados pelo PS na linha de frente tinham muito menor probabilidade de estarem preservados do que os corpos dos mortos na retaguarda. Cabe mencionar um fator secundário, mas importante, da maior probabilidade dos corpos encontrados na linha de frente: a ação humana, tanto de inimigos quanto de civis.

Até que finalmente fossem encontrados pelos membros do PS tais corpos podem ter sido revistados, saqueados ou – como afirmam algumas poucas fontes, minados pelos alemães. Civis italianos, tanto moradores das regiões onde ocorreram os combates, quanto refugiados ("sffolatti") de passagem podem ter também saqueado os corpos de brasileiros mortos. Finalmente, o fato mesmo do corpo de um combatente brasileiro ter caído na linha de frente praticamente garantia que o mesmo não poderia ser recuperado imediatamente. Pior ainda, no caso de terreno que foi abandonado em poder do inimigo, muito tempo pode ter decorrido até que os membros do PS pudessem ter acesso aos corpos ali caídos. Já os corpos dos mortos na retaguarda podiam ser – como em alguns casos foram – enterrados no Cemitério Militar de Pistóia no mesmo dia em que morreram.

Um segundo leque de considerações se refere as atitudes e procedimentos de indivíduos que atuaram no Pelotão de Sepultamento e seu grau de comprometimento com as tarefas que lhes cabiam executar. E aqui reside uma pergunta crucial: cumpriam os membros do PS seu compromisso com a descrição acurada, precisa e honesta dos bens e valores encontrados nos corpos que recuperavam?

As motivações positivas para o bom desempenho das funções dos membros do PS dizem respeito ao papel que assumiram: o de tornar possível para os entes ligados aos mortos tanto os procedimentos legais quanto espirituais decorrentes do falecimento de um combatente. De seu desempenho em recuperar, identificar e resgatar os corpos dos brasileiros mortos dependia a

comunicação da morte aos parentes, o pagamento de pensões as viúvas, e o envio dos pertences do morto à família, a última - e frequentemente premeditada - ligação dos mortos com o mundo dos vivos. Não se tratam de tarefas que possam ser facilmente negligenciadas, a não ser por parte de indivíduos distantes ou mesmo completamente desligados dos valores morais vigentes à época, os quais também eram insistentemente apregoados pelas instituições religiosas e militares, para não mencionar a sociedade brasileira como um todo.

Cabe destacar que a demora, negligência ou mesmo a impossibilidade em se recuperar e identificar os cadáveres seria causa de angústia entre os entes queridos dos falecidos, sempre inclinados a pensar no pior na ausência de notícias por muito tempo. Ademais, seus dependentes seriam reduzidos à pobreza, se não pudessem obter, através da comprovação da morte em combate de seu provedor, os benefícios financeiros da pensão concedida pelo Governo Brasileiro.

Havia, porém, um imperativo moral ainda mais forte para motivar a ação eficiente dos membros do PS em suas tarefas: a responsabilidade que lhes cabia de serem os portadores da última comunicação, da última vontade ou manifestação dos mortos aos seus entes queridos. Os membros do PS certamente sabiam que, independentemente de raros ou banais, caros ou baratos, pessoais ou indistinguíveis, os objetos, valores ou documentos encontrados com o morto seriam sempre encarados pelas famílias como de incalculável valor afetivo. Para além da afeição, seriam também os últimos objetos terrenos que o morto destinaria aos vivos, o que o que os ligava de forma inequívoca a ocorrência de toda sorte de reações psicológicas e sensoriais. Negar essas possibilidades aos parentes vivos não poderia ser encarada de outra forma que não o exercício de uma crueldade e grave infração ética.

É o que se percebe através do exame do relatório que o comandante do PS, 1º. Tenente Lafayette Varga Moreira Brasiliano apresentou em 2/02/1945. Logo de saída, em seu preâmbulo lê-se:

> "A guerra moderna em sua complexidade sentiu a necessidade de criação de um serviço de sepultamento, que viesse de modo conveniente atender a esta parte do seu desenrolar, evitando os lamentáveis casos ocorridos nas guerras passadas, de verdadeiras hecatombes de epidemias mortíferas, ocasionadas, em geral, pela displicência com que eram tratados os mortos, permanecendo na maioria das vezes insepultos e, não havendo preocupação com registros e outros documentos indispensáveis à perfeita identificação dos mesmos, assim como cuidado e o carinho que deve existir pelos objetos pessoais deixados por eles, porque estes são o maior conforto moral que uma mãe, esposa, irmã ou noiva pode ter ao receber essas relíquias que pertenceram àqueles que souberam com desprendimento de espírito e com honra, sacrificar o que há de mais precioso, que é a própria vida, em holocausto à causa sagrada da Pátria".

Para além dos imperativos morais e éticos a regerem a ação dos membros do PS havia, claro, havia a coerção institucional, manifestada tanto nas sanções administrativas e penais a transgressões ao regulamento, quanto no estímulo ao bom comportamento como pré-requisito a uma bem-sucedida carreira militar. O interesse do comando da FEB no êxito das ações do PS não se prendia apenas a realização de ações do interesse dos entes queridos dos falecidos, nos termos já comentados. A rápida e bem sucedida remoção dos corpos da área de trânsito e combate da FEB era também um imperativo em termos de moral de combate. É sabido que a visão dos corpos dos companheiros caídos, decompondo-se à vista (e ao olfato) de todos, era nefasta para a vontade de combater das tropas. Daí os cuidados que o comando da FEB dedicou a oferecer meios de consecução das tarefas do PS.

Isso não resolve, obviamente, o problema fundamental de estabelecer o grau de honestidade e seriedade dos membros do PS no exercício de suas funções. Mesmo uma rápida e eficaz remoção de cadáver não impede os responsáveis pelo serviço de se apropriarem dos bens e valores encontrados em poder dos mortos. Afinal de contas, trata-se de bens portáteis, facilmente ocultáveis para serem oportunamente desviados. A documentação examinada, contudo, mostra que tais práticas não ocorreram.

Cabe examinar os fatores que negativa e positivamente contribuíram para a lisura dos trabalhos dos membros do PS. Já foram citadas as objeções de ordem moral e ética à subtração de bens encontrados nos corpos dos brasileiros mortos no Teatro de Operações na Campanha da Itália. Cabe agregar a estas as restrições de ordem legal. Nos termos do Código Penal Militar tanto o roubo, quanto o furto e a apropriação indébita são tipificados como crimes, incorrendo seus autores em penas de prisão respectivamente de, no mínimo, quatro anos no primeiro caso e até seis anos, no máximo, no demais. Também a violação de correspondência é tipificada como crime, e nele poderiam ter incorrido os membros do PS, dada a recorrência com que eram encontradas cartas, postais e outras correspondências nos cadáveres dos mortos na guerra. Nesse último caso, a pena prevista era de até seis meses de prisão. Finalmente, cabe lembrar que também a lei civil criminalizava a violação do cadáver, prevendo o Código Penal de 1940 sentenças de um a três anos e multas para os que a praticassem.

Consultando os registros da Justiça Militar Brasileira na Campanha da Itália não foi constatado o envolvimento de nenhum dos membros do PS em quaisquer dos crimes citados. Aliás, não consta que nenhum dos seus integrantes tenham sido levado às cortes militares por ter cometido quaisquer crimes, de qualquer tipo ou gênero. Desse ponto de vista, não há como deixar de reconhecer que o PS era uma unidade, do ponto de vista disciplinar, impecável. É difícil imaginar que, se houvesse existido a prática – fosse eventual ou frequente - de desvio de valores e bens dos

mortos da FEB por parte dos membros do PS, ela não tivesse sido jamais descoberta ou denunciada. Tampouco se encontra, nas dezenas de memórias escritas e publicadas pelos veteranos de diversos escalões e armas, qualquer referência a atos dessa natureza.

Uma outra hipótese poderia pesar contra a lisura e o profissionalismo dos integrantes do PS: a de que elementos estranhos ao serviço a ele fossem incorporados como "castigo". É um fato estabelecido a ligação do serviço militar no Brasil com o papel de instituição correcional ou mesmo prisional, conforme já comentado. Na FEB essa dimensão foi – em certa medida - preservada, transmutando-se no uso da transferência de indivíduos de comportamento desviante ou condenável para tarefas mais penosas do que aquelas que exercia. Destas, a mais temida era, obviamente, a transferência das cômodas, lucrativas e seguras atividades de retaguarda para o serviço na linha de frente dos combates. No entanto, pode-se descartar também esse fator como possível "porta-de-entrada" de elementos de perfil criminoso ou delituoso no PS, pois inexistem menções ao fato na documentação estudada. Com efeito, só se encontram disponíveis descrições de tais punições que tratam da incorporação de elementos sob punição exclusivamente para serviço na linha de frente.

A natureza desgastante e nunca recompensada ou reconhecida dos trabalhos dessa unidade proporcionava uma imagem interna um pouco diferente daquela desfrutada por outras unidades de apoio, como por exemplo os padioleiros, as enfermeiras e os médicos[6]. Entretanto, não há registros de desentendimentos entre os combatentes e os membros do PS brasileiro, como ocasionalmente ocorria com seu congênere norte-americano. As unidades do *Graves Registration* trabalhavam sob pressão intensa, para a execução rápida dos procedimentos de coleta, identificação e sepultamento de milhares de soldados norte-americanos. Havia o zelo dos próprios companheiros daqueles tombados em combate, a respeito da maneira com que os restos mortais eram manipulados e encaminhados para o identificação e sepultamento, bem como a atenção para com os objetos deixados pelos mortos. Embora a rotina tenha sido a da correção para com os despojos físicos e materiais dos mortos em combate, as vezes essa tarefa, inglória e sujeita às pressões de ordem militar e sanitária,tinha que ser desempenhada com pressa e pouca reverência, o que deixava os camaradas das unidades de pertencimento dos mortos irados com o que entendiam ser pouco-caso com seus companheiros mortos. Alguns desentendimentos eram comuns, nessa situação[7].

Mesmo nos casos em que havia a necessidade de enterrar cadáveres de soldados inimigos, obviamente quando não comprometia os objetivos de combate e a segurança das tropas, tal tarefa era feita, em geral, com o respeito ao combatente morto. A despeito de alguns registros de

---

6 SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um Soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989; MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial.* São Paulo: Grua, 2010, 148-149.

7 McMANUS, *op. cit*., p. 182.

armadilhas deixadas por soldados do Eixo, em cadáveres de combatentes Aliados, a prática mais comum na Frente Européia era a do respeito com os inimigos tombados. Ficou famoso, entre os expedicionários brasileiros, o sepultamento de três brasileiros pelos alemães, com uma placa reconhecendo seu valor combatente ("Três Bravos Brasileiros")[8]. Porém, essas práticas, no caso do Teatro de Operações do Mediterrâneo, não eram tão comuns assim. Em parte por estarem em movimento constante de recuo, em parte por alguns de seus soldados desprezarem os inimigos brasileiros como etnicamente inferiores, as tropas alemãs deixaram os corpos dos brasileiros insepultos. Quando os expedicionários tomavam posições alemãs, se deparavam frequentemente com os cadáveres de seus camaradas abandonados, o que contribuiu para estimular o ódio ao inimigo[9].

Há ainda mais evidências de ordem material que pesam em favor da lisura moral e da eficiência profissional dos membros do PS. Que necessidade teriam eles de roubar valores ou bens dos mortos quando não só todas suas necessidades básicas eram satisfeitas pela logística do V Exército Americano, como também recebiam na qualidade de militares brasileiros os mais altos salários pagos naquele espaço de Operações? Pode-se entender a eventual profanação dos cadáveres dos brasileiros por parte dos militares alemães ou dos civis italianos. Ambos os grupos passavam por privações de todo tipo e, portanto, inclinados a saquear bens e valores encontrados nos mortos. No caso dos alemães, haveria ainda o natural desprezo pela condição dos mortos brasileiros: inimigos, aos quais não se devia, na prática, qualquer respeito. Tais profanações eram, contudo, mal vistas pelos soldados.

Os brasileiros contavam com tamanha abundância de bens, que se permitiam negociar com ou doar aos civis italianos suas mercadorias excedentes. Havia poucas motivações, relacionadas à privação material, que levassem os membros do PS a tomar para si o que encontrassem com os mortos. Os substanciais valores em dinheiro de diversas procedências, entregues pelos membros do PS para serem remetidos aos seus entes no Brasil, não deixa margem à dúvida nesse aspecto.

A luz destas considerações pode-se, em princípio, considerar pequena ou nulaa possibilidade de que membros do PS tenham se apropriado daquilo que encontravam nos corpos que resgatavam. E, se tal tivesse por acaso ocorrido, muito provavelmente o saqueador daria prioridade ao roubo de dinheiro, ao invés de relíquias religiosas baratas do ponto de vista financeiro, mas profunda e

[8] RAMOS, José de Oliveira. *A Epopéia dos Apeninos*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, s.d.; PIOVEZAN, Adriane, Ritos de Morte: o Pelotão de Sepultamento da FEB. In: OLIVEIRA, Dennison; ROSTY, Claudio Skora (orgs.). *A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: Estudos e Pesquisas.* Rio de Janeiro: DECEx/DPHCEX/CEPHiMEx, 2012, p. 07; para os norte-americanos, tais procedimentos eram comuns na Frente Ocidental da Europa, mas não no Pacífico. Cf. ATKINSON, *op. cit*., pos. 2483 de 21266 e segs.; KENNET, Lee. *The American Soldier in World War II.*New York: Scribner, 1987, p. 181; ROSE, Kenneth D. *Myth and the Greatest Generation. A Social History of American in World War II*. New York: Routledge, 2008, p. 22 e segs.

[9] MAXIMIANO, *op. cit*., p. 151.

intensamente valiosas de um ponto de vista religioso, afetivo e moral. Mas, vale a pena insistir, nas condições as quais historicamente viveu e trabalhou o PS, o estímulo ou a pressão para a prática de tais delitos era nulo, a sanção civil e penal severa e, talvez o mais importante, perturbadoras as penas e sanções a serem impostas na vida e, após a morte, aos que afrontaram o tabu relacionado a violação dos corpos.

A esse respeito vale a pena transcrever as conclusões do comandante do PS sobre a disciplina dos membros dos seus membros:

> "... tenho a gratíssima satisfação de não ter uma só vez, aplicado punições a qualquer componente do mesmo. Tanto oficiais como os praças tem a noção exata da responsabilidade e cumprimento do dever, trazendo em consequência maior rendimento e produtividade ao trabalho, porque nada se pode conseguir de uma tropa se esta não possui em alto grau uma disciplina sã e consciente. O trabalho do pelotão é árduo, duro e penoso, requerendo, portanto, de todos seus elementos, além de uma disciplina sã e consciente, um ascendrado espírito de dedicação e abnegação."

Dessa forma, o problema que se coloca ao historiador que se debruça sobre os RI (Relatórios Individuais) do PS não diz respeito tanto à confiabilidade do conteúdo das fontes, embora algumas omissões nos procedimentos institucionais tenham sido constatadas. Se existe algum problema importante com estas fontes, é o seu caráter demasiado lacunar, sintético, protocolar. Infelizmente, nem todas as informações que achamos relevantes foram registradas, em especial o detalhamento das devoções encontradas com os mortos, o conteúdo das fotos e – já implicando em transgredir a ética e a lei então vigentes – até mesmo das correspondências encontradas. São enormes, pois, as limitações com que nos defrontamos no esforço de interpretarmos as atitudes dos indivíduos que se preparavam para – ou tentavam evitar – a própria morte na guerra.

Não obstante o caráter lacunar, sintético e formalista das informações contidas nos RI do PS, ainda assim elas se constituem numa fonte essencial para o entendimento das idéias, práticas e valores extremamente representativos das atitudes e representações diante da iminência da morte, ou da morte propriamente dita, desses combatentes

Os relatórios são sintéticos e concisos. Os objetos são listados, mas não descritos. O maior problema com que se defronta o pesquisador diz respeito à diversidade dos objetos. Um primeiro conjunto de objetos, que apareciam com maior recorrência, mereceram ser identificados e contados. Dentre estes se incluem, em ordem de importância: dinheiro (com a especificação das quantias e origem do papel moeda), fotos, medalhas religiosas, cartas, estampas de santos, cartão de identificação, crucifixos, orações, quadros religiosos, rosários, imagens santas, relíquias religiosas, bíblias, etc.

Um segundo conjunto de objetos diz respeito àqueles encontrados com pouca frequência, ou mesmo apenas uma única vez, com os mortos. Aqui encontramos uma diversidade de objetos tanto de uso diário quanto de caráter religioso, a qual é difícil se estabelecer uma frequência de aparecimento de caráter estatístico. Nesse caso, os objetos encontrados pelo PS foram colocados numa categoria à parte ("outros").

Finalmente, havia um relativamente elevado número de corpos com os quais nada foi encontrado. Aqui é fundamental se estabelecer uma diferença entre os casos em que isso decorreu da vontade do indivíduo, daquele em que o fato decorreu das circunstâncias nas quais o corpo foi encontrado. Em se tratando de corpos encontrados e sepultados com relativa brevidade, em especial no que diz respeito a indivíduos exercendo atividades na retaguarda, pode-se assumir que o fato derivou de uma opção do falecido. Já o mesmo não se pode afirmar com relação a corpos recuperados e sepultados muito tempo após a morte. Aqui é mais cabível se presumir que o fato de nada ter sido encontrado se deve à perda, saque ou extravio dos bens do morto no tempo decorrido entre o falecimento e o achado do cadáver.

Para visualizar os objetos encontrados nos corpos, desenvolvemos uma tabela[10]:

Objeto	Ocorrências mais frequentes
Chapa de identificação	333
Objetos diversos	187
Nada	175
Dinheiro	144
Fotografias	116
Medalhas religiosas	84
Correspondência	59
Carteira	51
Estampas de Santos	47
Cartão de Identificação	43
Crucifixos	34
Orações	32
Quadros Religiosos	31
Anel	30
Manual de Orações	27
Relógio	27
Recibo Banco do Brasil	24
Rosários	23
Corrente	21
Registro de Vacina	20
Caneta	19
Canivete	15
ImagensReligiosas	11
Telegrama	10
Reliquias Religiosas	9

[10] Relatórios do Pelotão de Sepultamento, Arquivo do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

A grande diversidade dos objetos mais recorrentemente encontrados nos corpos exige uma tipologia. Uma primeira distinção que pode ser feita diz respeito aos objetos de uso religioso e os demais, de uso civil. Os objetos religiosos são fáceis de serem distinguidos. A dificuldade é se estabelecer a que devoção se refere, uma vez que os membros do PS tinham como norma jamais identificar santos, arcanjos, santas, etc. nos objetos que listavam. Quando isso ocorreu foi tão raro que a informação passa a ser considerada excepcional: uma oração de São Jorge, uma estatueta de São Pedro, uma fita da congregação católica, um patuá.

Chegamos a 32,17% de soldados mortos que levavam consigo algum objeto de cunho religioso no momento de sua morte. Em praticamente um terço dos cadáveres foram encontrados artefatos ou impressos relacionados a diferentes devoções, praticamente todos de origem cristã. À primeira vista, o fato parece indicar um acentuado distanciamento do apego às devoções - mesmo num contexto de permanente e extremo risco de vida - por parte dos componentes desse grupo social tão peculiar, mas ao mesmo tempo tão significativo para se entender a sociedade na qual foram formados.

Os componentes da FEB viviam num período histórico em que a laicização das práticas e das representações associadas aos ritos funerários já estava bem adiantada. No caso dos militares brasileiros esse processo estava muito mais próximo da concretização do que no resto da sociedade, mesmo à luz de alguns desenvolvimentos que parecem contradizer essa tendência mais geral, como é a própria reinstituição do corpo de capelães que seguiu com a FEB.

O período a que se refere essa pesquisa está historicamente, muito longe dos tempos em que os brasileiros levavam à frente das suas tropas em combate imagens de santos que os protegessem dos perigos do campo de batalha e atemorizassem seus inimigos. Tal aconteceu na prolongada campanha das tropas do Império Português contra a ocupação holandesa no Brasil do século XVII.

Porém, historicamente, os indivíduos aqui examinados já estavam bastante próximos da época em que rezavam-se missas antes das batalhas e jurava-se fidelidade ao imperador com a mão direita sobre a bíblia. Essa foi a prática institucional até o fim do Império, distante escassos 56 anos do momento em que acabou a Segunda Guerra Mundial. Contudo, e pensando em termos teleológicos, os brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial estão muito mais próximos dos anos 1970, quando se nota pela primeira vez e de forma inequívoca, a interdição das atitudes diante da morte e da invisibilidade do luto. Apenas um quarto de século separa os combatentes da FEB deste contexto que para nós é tão contemporâneo.

A época em que viveram os membros da FEB é marcada por sucessivas revoluções urbanas, industriais, científicas e tecnológicas. Todas essas amplas, importantes e, por vezes, radicais

transformações agiram no sentido do enfraquecimento dos dogmas religiosos, do reforço da crença no poder da ciência e na geral laicização de todos os ritos e monumentos públicos.

No caso dos membros da FEB, essas tendências devem ter sido sentidas de maneira mais intensa que se possa, a princípio, conceber. A razão é que eles foram incorporados à um dos exércitos mantidos na linha de frente da Segunda Guerra Mundial pela maior super-potência econômica, industrial e científica que o mundo já havia conhecido – os Estados Unidos.

As demonstrações da superioridade material, organizacional, cultural, etc., da civilização norte-americana, e seu profundo efeito sobre os brasileiros, são bem conhecidos. Nenhum dos ex-combatentes que escreveu a respeito deixou de descrever da forma a mais intensa e explícita possível sua admiração, por vezes até assombro, diante da materialidade do caráter superior da civilização construída nos EUA.

A Segunda Guerra Mundial foi um choque armado no qual questões como o nível de produtividade industrial, o grau de desenvolvimento científico e tecnológico e a adequada organização dos recursos nacionais foram os fatores decisivos. Nada disso estava disponível no Brasil dos anos 1940, ainda mais se tratando de cumprir com o compromisso de participar de uma guerra na Europa contra a Alemanha Nazista.

É possível afirmar que, na guerra travada pelos brasileiros nos Montes Apeninos na Itália ao final da Segunda Guerra Mundial a importância do poder material foi demasiado evidente para passar desapercebida ou ser minimizada por qualquer um vivendo naquela época. A todos envolvidos era óbvio que, apesar das dificuldades específicas da Frente Mediterrânica, e da importância das habilidades militares e a motivação para combate, a vitória viria, cedo ou tarde, como decorrência da superioridade material dos Aliados contra o Eixo.

As aparentemente infinitas disponibilidades materiais da logística norte-americana ajudariam os brasileiros a prevalecer diante dos defensores alemães, respeitados como combatentes, mas padecendo de graves privações materiais e humanas. No caso dos membros da FEB, se acontecesse de serem atingidos em combate os brasileiros sabiam que podiam contar com a remoção pelos padioleiros até uma ambulância, que os levaria até um hospital, no qual suas chances de sobreviver e se recuperar seriam maximizadas numa escala sem precedentes. E, se acontecesse o pior, igualmente sabiam os brasileiros que seus companheiros – e, novamente, a Intendência – providenciariam para que ele tivesse um enterro decente.

No entanto, nada disso fazia o soldado esquecer do medo da morte. Esse temor era compartilhado por estes combatentes. Para enfrentar este medo, e se preparar para o encontro com o Além, alguns destes soldados traziam consigo elementos religiosos que simbolizavam sua crença e sua fé numa salvação no pós-vida.

Tomamos como exemplo as medalhas religiosas. Quase um entre cada dez mortos da FEB tinha consigo uma ou mais medalhas religiosas. O número mais frequentemente encontrado dessas medalhas era apenas uma ou duas. Quase todas ocorrências somaram umas poucas medalhas, com exceção de dois indivíduos que carregavam consigo um número sem precedentes delas. É o que se constata na tabela a seguir[11]:

Número de medalhas	mortos
1	35
2	31
3	6
4	5
5	3
6	2
16	1
42	1

Destes 84 mortos que possuiam uma medalha religiosa entre seus pertences, 60 % eram soldados, 8% eram cabos, 7%eram terceiros sargentos e 9 % eram segundo-tenentes. No que se refere à maioria que portava uma ou duas medalhas, 47% eram soldados, 7 % eram cabos, 6 % eram 3º. Sargentos e 6 eram 2º. Tenentes. No outro extremo, era um cabo que portava 16 medalhas e um 2º. Sargento em cujo corpo foram encontradas 42 delas. Esses indivíduos nos quais foram encontradas quantidades tão altas de medalhas religiosas parecem perfis sociais excepcionais, destoando bastante dos demais membros dessa parte da amostra[12].

O exemplo das medalhas religiosas é um entre tantos outros objetos devocionais que permitem uma reflexão sobre as atitudes diante da morte neste contexto. No entanto, não é possível avaliar o grau de devoção dos expedicionários apenas por esses indícios estatísticos. Comportamentos, ritos, alusões a elementos religiosos em cartas, diários e memórias, devem ser investigados mais detidamente. Por ultrapassar os limites da pesquisa que originou este artigo, não serão analisados em detalhe as memórias e registros dos capelães militares e de alguns combatentes, que possuem opinião diversa daquela que é proposta aqui: para aqueles, os expedicionários não

11 Relatórios do Pelotão de Sepultamento, Arquivo do Exército.

12 O 2º. Sargento José Pessoto Sobrinho de Limeira (SP) morreu em um acidente de Jeep no dia 10 de março de 1945 em Porreta Terme. Ele era católico, branco, tinha 30 anos e estava lotado no Quartel-General da 1ª. DIE. Além das 42 medalhas religiosas, ele tinha também nada menos de 13 rosários, um crucifixo, 13 orações, 5 relíquias religiosas, 54 quadros religiosos, um porta terço, uma fita da congregação católica e um quadro religioso de louça. Além de um considerável acervo de 138 objetos religiosos ele também carregava ambas as chapas de identificação, alfinete com medalha, 2 diários, 9 vistas de Roma, 4 anéis, 2 aros para óculos, 3 lentes para óculos escuros, lapiseira, escova, torre de Pisa, álbum de Nápoles, 1 livro "O oceano", livro "Episódios de Guerra", 5 conchas de ostra, um cartão de identificação, 10 cartas e 16 fotografias.

apenas possuíam, como expressavam sua religiosidade intensamente[13]. Nas memórias de um expedicionário, cujo irmão era do serviço religioso da FEB, o soldado da FEB caracterizou-se pela religiosidade: "...carregou para a guerra sua fé, suas medalhinhas, seus santinhos, seus terços. Achava hora para rezar suas orações. Sargentos sérios, religiosos, puxavam o terçoque muitos traziam de encontro ao corpo, especialmente no pescoço, à guisa de colar. Antes dos ataques e patrulhas, verdadeiros passeios em direção à morte, era comum rezarem em conjunto. Oficiais se irmanavam a seus soldados nas orações[14]".

Assim, como conclusão, pode-se dizer que o Pelotão de Sepultamento desempenhou papel inglório, porém relevante nas ações da Força Expedicionária Brasileira. Reproduzindo, como a maior parte da FEB, a estrutura norte-americana, essa unidade pode proporcionar, aos mortos brasileiros no front mediterrânico o sepultamento digno, bem como o conforto possível aos seus familiares, através do envio de suas lembranças e objetos derradeiros. Em um ambiente de extremo relativismo ético, pautou-se com retidão, o que seguramente contribuiu para o moral dos combatentes, sempre sensíveis ao destinos de seus camaradas. Mais importante, contudo, é poder perceber, em seus registros, como os expedicionários da FEB enfrentavam a possibilidade sempre presente da morte, seja racionalizando os riscos de combate, seja intensificando a fé e a devoção religiosa.

[13] Pe. BRITTO. *Fui Capelão da FEB*. Santa Maria, 1947; DOURADO. J.J. *Estou Ferido...* Rio de Janeiro, 1955; PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982; SILVA, Nestor da. "Depoimento de um expedicionário sobre o poder de "oração"na guerra. *Revista Militar Brasileira.* Número Comemorativo do 30º Aniversário da Organização da Força Expedicionária Brasileira. Ano 59, Vol. 102, 1973, p. 36-39.

[14] VIOTTI, Cassio Abranches. *Crônicas de Guerra*: A Força Expedicionária Brasileira na Itália. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1998, p. 145.

Veteranos Brasileiros do Mediterrâneo: a Força Expedicionária Brasileira (1944-45) e o Batalhão Suez (1956-1967)

Brazilian veterans of the Mediterranean: the Brazilian Expeditionary Force (1944-45) and Suez Battalion (1956-1967)

Dennison de Oliveira[1]
Universidade Federal do Paraná

Fabiano Luis Bueno Lopes[2]
Doutorando em História - Universidade Federal do Paraná

Resumo

O Brasil enviou efetivos militares para prolongadas operações no Mediterrâneo durante a Segunda Guerra Mundial (1939/45) e no contexto compreendido entre o fim da Guerra do Sinai e o início da Guerra dos Seis Dias (1956-1967): a Força Expedicionária Brasileira e o Batalhão Suez. Este artigo se dedica a examinar o processo de desmobilização dessas forças. O texto examina tanto o efeito dessas operações sobre o Exército, em particular sobre seu processo de modernização, quanto sobre o processo de construção da cidadania, particularmente no que se refere ao destino dos veteranos destas operações. O foco é no destino dos veteranos, em particular no que se refere ao seu processo de reintegração social e a paralela mobilização em associações, sempre com referência ao estudo do caso dos veteranos radicados no Estado do Paraná (Brasil).

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Batalhão Suez; reintegração social.

Abstract

Brazil sent military troops to extended operations in the Mediterranean during World War II (1939/45) and in the context between the end of the Sinai War and the beginning of the Six Day War (1956-1967): the Brazilian Expeditionary Force and Battalion Suez. This article is dedicated to examining the process of demobilizing these forces. The text examines both the effect of these operations on the Army and Civil Society, in particular on its modernization process and about the process of building citizenship, particularly with regard to the fate of veterans of these operations. The focus is on the fate of veterans, in particular with regard to their social reintegration process and parallel mobilization associations, always with reference to the case study of veterans settled in Paraná State (Brazil).

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; Suez Battalion; social reintegration.

- **Enviado em: 27-11-2012**
- **Aprovado em: 01-12-2012**

[1] Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Autor dos livros *Os soldados brasileiros de Hitler* e *Os soldados Alemães de Vargas*, publicados pela Editora Juruá de Curitiba (2008). Organizou a coletânea A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro, Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. 2012. 116 pg. Disponível em http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/livro_final.pdf

[2] Doutorando em História pela UFPR. Autor do livro *Batalhão Suez: história, memória e representação coletiva.(1956 – 2006)* Curitiba, Editora do Autor, 2008. 171 p.

Introdução

Em duas diferentes ocasiões ao longo do século passado o Brasil remeteu efetivos da ordem de milhares de militares para prolongadas operações no Mediterrâneo. No primeiro caso, o da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para operações de guerra como parte do V Exército dos EUA contra tropas do Eixo no norte da Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1944/45), com efetivos de uma Divisão de Infantaria (25.000 homens dos quais metade combatentes). No segundo, o do Batalhão Suez, para atuar como força de paz integrando a UNEF I ("First" United Nations Emergency Force) prevenindo a ocorrência de conflitos entre Egito e Israel na fronteira entre esses dois países entre o fim da Guerra do Sinai (1956) e o início da Guerra dos Seis Dias (1967), com efetivos de batalhão em regime de rodízio ao longo de uma década. Foram enviados ao Oriente Médio cerca de 6.300 homens em serviços de guarda e vigilância, dos quais apenas os últimos contingentes foram de fato envolvidos em operações de guerra, havendo casos isolados de incidentes derivados das missões de sentinela nas fronteiras ou ocorrências controladas envolvendo grupos armados locais.

O Brasil é um país que tradicionalmente se manteve afastado dos grandes conflitos que eclodiram por todo mundo ao longo do século XX, o que torna o exame destas duas prolongadas e intensas experiências na bacia do Mediterrâneo de particular interesse para os estudiosos da História Militar. O que estamos propondo aqui é problematizar simultaneamente com referência a ambos os episódios alguns aspectos da maior relevância tanto para a história institucional do Exército Brasileiro, como para o estudo das relações entre forças armadas e sociedade civil no Brasil contemporâneo. Dentre os temas possíveis os mais importantes se referem ao recrutamento, treinamento, emprego e desmobilização de cada uma dessas forças. Tais temas tem que ser interpretados sempre com relação ao contexto político interno e mundial, bem como nas suas conexões com a história do Exército e do respectivo processo histórico de construção da cidadania.

Vamos enfatizar aqui a etapa de desmobilização dessas forças, sobretudo pelo que ela tem de reveladora dessas conexões. No processo de desmobilização, por sua vez, cabe enfatizar, tanto o efeito dessas operações sobre o Exército, em particular sobre seu processo de modernização, quanto sobre o processo de construção da cidadania, particularmente no que se refere ao destino dos veteranos destas operações. No caso específico desse texto importa o exame do destino dos veteranos, em particular no que se refere ao seu processo de reintegração social e a paralela mobilização em associações, sempre com referência ao estudo do caso dos veteranos radicados no Estado do Paraná.

No caso do Batalhão Suez, ao término da missão de um ano, havia o rodízio de contingentes realizado semestralmente. Ao retornar os soldados eram desligados da corporação, geralmente perdendo o contato entre si. Apenas a partir de finais da década de 1970 iniciam-se as primeiras associações, sendo a pioneira formada em Curitiba. Ao longo do tempo assumem algumas formas de atuação, visando exercer algumas posições principais: confraternizações vinculadas à lembrança e formação de uma memória histórica sobre a atuação e o caráter contestador e reivindicatório, visando conquistar de direitos e benefícios aos ex-combatentes.

Considerações teóricas do processo de reintegração social dos veteranos

As principais interpretações disponíveis sobre o processo de reintegração social do ex-combatente no Brasil entendem que o processo de reintegração social do ex-combatente foi decisivamente influenciado, senão determinado, por dois fatores: 1) o estágio que se encontrava naquela época o processo de construção histórica da cidadania brasileira[3]; e 2) o perfil político e institucional das entidades civis e militares encarregadas de implementar as medidas de apoio e amparo à esse processo de reintegração[4].

Não pode haver dúvida sobre o enorme grau de influência que ambos fatores exerceram no processo. Por um lado, é quase um truísmo afirmar que, se os indivíduos recrutados pelo Brasil para lutarem na guerra ou atuar em forças de paz não eram cidadãos na plena acepção do termo (cidadania incompleta ou inconclusa)[5], não podemos nos surpreender que também não tenham tido no retorno ao país após a guerra o pleno reconhecimento de seus direitos como cidadãos, mesmo

[3] "Os direitos sociais são conquistados (décadas de 1930 e 1960) exatamente quando os direitos políticos e civis e políticos foram negados". In: CREMONESE, D. A Difícil Construção da Cidadania no Brasil. In: *Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun., 2007. Pg. 59. Ou ainda: "Esses dilemas atingiam não apenas os ex-combatentes, mas toda a classe trabalhadora brasileira. Mesmo as categorias profissionais mais combativas enfrentaram grandes dificuldades na luta por melhores condições de trabalho e de seguridade social. No que concernia à luta por direitos sociais básicos, a combinação das práticas sociais de paternalismo e repressão governamentais estimulavam a conciliação entre capital e trabalho e estigmatizavam, quando não criminalizavam, o conflito social". In: FERRAZ, F.C.A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. Tese de Doutorado. História, USDP, 2002. Pg. 375. As atrocidades perpetradas contra opositores políticos na Era Vargas são discutidas em ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil* (1930-54). São Paulo, Cia. da Letras, 2001.

[4] "Se concebermos a cidadania "clássica" como o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, entendemos que as estruturas políticas e sociais brasileiras de então ofereciam poucas condições para o exercício pleno desta categoria de cidadania, ou mesmo de qualquer outra. O Estado Novo sufocava direitos civis e políticos, e promovia alguns poucos direitos sociais como uma concessão sua. Seu Exército não só reproduziu tal estrutura como a reforçava. A sociabilização dos expedicionários, nestas condições, constituir-se-ia, com o tempo, em uma força de conservação, e não de mudanças, da estrutura social. Os conscritos eram, assim, mais soldados que cidadãos". In FERRAZ, Op. Cit. Pg. 371.

[5] SAES, Décio Azevedo Marques de. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. Estudos Avançados. 2001, vol.15, n.42, pp. 379-410.

tendo honrado seus compromissos cívicos, cumprindo com seus deveres para com a pátria no campo de batalha[6].

A noção de uma cidadania incompleta ou inconclusa tem sido utilizada em tempos recentes por uma variedade de grupos sociais, todos tidos como marginalizados ou discriminados no exercício dos seus direitos como cidadãos, como as mulheres[7], os negros[8], etc. O caráter incompleto ou inconcluso se refere à ideia de que a cidadania é construída historicamente, contemplando etapas que englobam tanto a aquisição de direitos civis quanto sociais[9], podendo historicamente ser exercida na sua plenitude ou de forma limitada[10].

Segundo José Murilo de Carvalho, o conceito de cidadania inclui direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante à lei; direitos políticos, incluindo direito do cidadão no governo estabelecido e; direitos sociais, que são entendidos como direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria. Ao concluir que o Brasil possuiu um histórico de construção de uma cidadania "inconclusa", ou seja, em que em algumas fases foram negados ao cidadão determinados direitos, destacamos aspectos sociais que foram subtraídos dos veteranos estudados. Apesar do retrocesso evidente com a cassação dos direitos políticos e civis devido aos Atos Institucionais, sob a desculpa do "perigo comunista (...) usada para justificar a repressão"[11] o governo militar permitiu acesso a vários itens sociais. As reivindicações relacionadas aos veteranos de Suez estão vinculadas ao desligamento da instituição militar sem amparo e aos problemas de saúde gerados pelo stress pós traumático em alguns militares, aliado ao aspecto de desvalorização da importância da missão executada.

Por outro lado, as características históricas das instituições brasileiras, sejam componentes do aparelho de Estado (elitismo[12], clientelismo[13], patrimonialismo[14], etc.), seja do Exército

---

6 A avaliação positiva da FEB por membros do Estado Maior do V Exército dos EUA na Itália pode ser encontrada em STARR, Chester G. *From Salerno to the Alps: a history of the fifth army* (1943-45). Washington, Infantry Journal Press. 1948.

7 "Nossa cidadania política está inconclusa, pois praticamos um jogo político-representativo quase na ausência das mulheres de seu cenário." MATOS, Marlise. *A "ausência" das mulheres na política e a cidadania incompleta*. Disponível em http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=17057&cod_canal=38 Acessado em 21/02/2012.

8 BELCHIOR, D. & ALVES, J. A. *Desconstruir o racismo e forjar uma utopia radical negra*. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2146-artigo-mostra-a-persistencia-do-racismo-no-brasil-e-propoe-formas-de-supera-lo Acessado em 27/11/2011

9 PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J. & PINSKY, C. B. (org.) *História da Cidadania*. São Paulo, Contexto, 2010. Pg. 9.

10 "Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos". CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002. Pg. 9. Ou ainda ".. as características fundamentais da cidadania política no Brasil republicano são o seu caráter limitado e a sua instabilidade". In: SAES, Décio Azevedo Marques de. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. Estudos Avançados. 2001, vol.15, n.42, pg. 379

11 CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 160.

12 "O Estado é... onde se apura a chefia única, na cúpula da hierarquia administrativa, tende a esvaziar a direção da nação pelos órgãos colegiados, figurando como bom governante aquele que é bom provedor". In: FAORO,

(hierarquia[15], disciplina[16], etc.) igualmente conspiravam para obstaculizar qualquer processo mais radical tanto de reivindicação de novos direitos quanto de aplicação dos já existentes[17]. Os veteranos da FEB ao longo desse processo enfrentaram forte reação do Exército. No caso dos veteranos de Suez ele foi quase que completamente obstaculizado pela Ditadura Militar.

Para além de tudo isso, o sistema eleitoral e o processo legislativo também teriam conspirado contra o sucesso das políticas de reintegração social dos ex-combatentes. Por se constituírem em um efetivo reduzido a pressão eleitoral dos veteranos de guerra ou das forças de paz seria negligenciável. No processo legislativo teriam sido grandes as dificuldades tanto para eleger representantes dos seus interesses, quanto para pressionar os legisladores a abraçar sua causa[18].

Uma breve revisão da literatura disponível sobre o tema em nível internacional permite compreender a importância do exame dessas variáveis. O surgimento dos primeiros estudos acadêmicos sobre a história dos processos de reintegração social de ex-combatentes e ex-integrantes de forças de paz foi decisivamente favorecido pelo impacto das duas guerras mundiais que

---

Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Editora Globo, 1986. P.265

13 "De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto". In: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, vol. 40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997. Pg. 2.

14 "O uso do termo "patrimonialismo" nas ciências sociais tem sua origem nos trabalhos de Max Weber, e foi utilizado para caracterizar uma forma específica de dominação política tradicional, em que a administração pública é exercida como patrimônio privado do chefe político. Mas ela remonta à diferença estabelecida por Maquiavel entre duas formas fundamentais de organização da política, uma mais descentralizada, do "Príncipe e seus barões", e outra mais centralizada, do "Príncipe e seus súditos". No seu uso mais recente, o termo "patrimonialismo" costuma vir associado a outros como "clientelismo" e "populismo", por oposição ao que seriam formas mais modernas, democráticas e racionais da gestão pública..." In: SCHWARTZMANN, S. *Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão publica na formação da América Latina Contemporânea.* Disponível em http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf Acessado em 15/09/2011.

15 "Na vida militar, a hierarquia é muito mais rígida, mais bem delineada que em outros lugares, uma vez que é capaz de se expressar em momentos em que o valor da individualidade é invocado, pela valorização de cada uma das patentes e não pelo nível pessoal. Todos são submetidos a uma mesma regra disciplinar, obedecem a um mesmo comando escalonado, e apesar de se reconhecerem como iguais perante a instituição militar, estão criando e organizando a diferença entre os indivíduos" THOMAZI, R. L. M. *A hierarquia e a disciplina aplicada as instituições militares: controle e garantias no regulamento disciplinar da Brigada Militar*. Dissertação de Mestrado em Direito, UCRS, 2008. Pg. 128.

16 Mesmo considerados pilares da vida militar, ainda assim se verificaram ao longo da história, embora raras, as contestações à hierarquia e a disciplina: "(A) fundação da Associação de Praças do Exército Brasileiro (APEB), em julho de 2000, em Pernambuco. A associação havia sido fundada no sentido de lutar pelos direitos das praças do Exército, contra as arbitrariedades e abusos cometidos pelos seus superiores, sob o manto da hierarquia e da disciplina". In: RODRIGUES, Everton Gustavo. *A Contenda das Divisas sem Butim: Eixos de Massa e Distinção Social na Socialização Militar do Exército Brasileiro (1994-2004).* Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=190 Acessado em: 22/08/2011

17 FERRAZ, F. C. A. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V. & KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004. Pp. 365-388.

18 Evidências contrárias apareceram pela primeira vez em REHBEIN, Mauro Pioli. Curitiba, *50 anos de eleições municipais. As forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam o poder*. Dissertação Mestrado em Sociologia. Curitiba, 2008

assolaram o planeta no século passado[19]. A continuidade quase ininterrupta de conflitos de menores proporções, mas igualmente letais, associados à conjuntura da descolonização[20], Guerra Fria[21] e Guerra ao "terror"[22] contribuíram para manter aceso o interesse dos pesquisadores de nível universitário sobre o assunto[23]. Em particular nos EUA, a prolongada Guerra do Vietnã (1961-73) e seu fluxo constante de ex-combatentes, teve enorme importância para estes estudos[24].

O caso dos ex-combatentes das duas guerras mundiais foi objeto de extensa produção e legou e tem legado vasta bibliografia. Neles o foco é no impacto da reintegração dos ex-combatentes na cultura e na política do contexto pós-guerra, com referência a diferentes cenários nacionais. Os casos da Primeira Guerra Mundial, Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial e Guerra do Vietnã são os que tem recebido dos pesquisadores maiores atenções.

O impacto da Primeira Guerra Mundial – originalmente conhecida como "Grande Guerra" – nos estudos acadêmicos é fácil de entender. Além de ter sido a maior de todas guerras na História da Humanidade até então, em diversos casos nacionais (Grã-Bretanha, França, Itália) foi também a que causou o maior número de baixas, não perdendo em importância nesse quesito nem para a posterior Segunda Guerra Mundial, sendo que esta soma um total de mortos e feridos muito maior.[25] O número de ex-combatentes está, naturalmente, na proporção direta do maciço recrutamento empregado por todos lados em luta. Para além da importância demográfica, os ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial também atraíram interesse pelo seu impacto político,

---

19 FERRAZ, Francisco César Alves. *As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 28, n. 56, 2008 .

20 KRIGER, Norma J. *Guerrilla veterans in post war Zimbabwe: symbolic and violent politics* (1980-1987). Disponível em http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam033/2002031404.pdf Ver também: PROST, A. The algerian war in french collective memory. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) *War and remembrance in the twentieth Century*. Cambridge Univesity Press, 2000. Pp. 161-176

21 DUCLOS Nathalie (org.) *War veterans in post war situations: Chechnya, Serbia, Turkey, Peru, and Côte d'Ivoire*. Palgrave Macmilian, 2012.

22 DEMERS, Ane. *When veterans return: the role of community in reintegration*. In: Journal of loss and trauma. 16:160-179. 2011 onde é analisado o caso dos veteranos da OTAN na atual Guerra do Afeganistão. O caso dos veteranos da atual Guerra do Iraque é analisado em ANDERSON, Beverly J. *Reintegration & Readjustment Program For Iraqi Veterans: for officers returning from the war in Iraq.* Disponível em http://www.giftfromwithin.org/html/Police-returning-from-War.html Acessado em 29/02/2012

23 Além do publico acadêmico também entidades governamentais e organizações multilaterais tem produzido extensa bibliografia sobre o assunto, como por exemplo: *Socio-economic reintegration of ex-combatants*. Organização Mundial do Trabalho, Genebra, 2009. p. 165. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/instructionalmaterial/wcms_141276.pdf Acessado em 29/02/2012. Ver também: PERL, Libby. *Veterans and Homelessness*.Congressional Research Service. Congresso dos EUA, 2012, 45 p. Disponível em http://www.fas.org/sgp/crs/misc/RL34024.pdf Acessado em 29/02/2012.

24 The Vietnam War and Its Impact - American veterans. In: *Encyclopedia of the New American nation*. Disponível em: http://www.americanforeignrelations.com/O-W/The-Vietnam-War-and-Its-Impact-American-veterans.html#b Acessado em 03/03/2012. Ver também FREY-WOUTERS, Ellen & LAUFER, Robert S. Legacy of a War: The American Soldier in Vietnam. M.E. Sharpe, 1986. 434 p.

25 Talvez a melhor interpretação disponível sobre o impacto da Grande Guerra na História Cultural dos países avançados seja o trabalho de WINTER, J. *Sites os memory, sites os mourning: the great war in European Cultural History.* Cambridge University Press, 1995. 309 p.

absolutamente sem paralelo[26]. Seja em organizações de direita na Itália, Alemanha, etc. ou de esquerda como na Rússia, os ex-combatentes estavam no centro mesmo das transformações políticas de seu tempo, tanto como causa quanto como consequência destas. Sobre esse último aspecto da questão a literatura disponível é volumosíssima e parece crescer ainda mais a cada ano[27].

A Segunda Guerra Mundial encontrou a maioria das nações que participou da Grande Guerra preparadas, pelo menos em algum grau, para uma nova e gigantesca leva de ex-combatentes ao fim do conflito. Naturalmente, as providências necessárias para acolher o veterano de guerra eram muito mais fáceis de serem implementadas nos países que venceram a guerra (novamente, os "Aliados") do que naqueles que a perderam (conhecidos como o "Eixo")[28]. Isso não exclui a ocorrência de uma série de tensões e conflitos, mesmo em processos de reintegração social de ex-combatentes tidos como amplamente exitosos, como foi o caso dos EUA[29].

Uma das preocupações centrais dos pesquisadores tem sido compreender a relação entre o contexto institucional interno a cada nação, o estatuto de cidadania vigente e a relação que cada cultura nacional mantém com a história e a memória das guerras. O caso soviético, por exemplo, parece constituir um fracasso precisamente por estas razões. Sob a ditadura stalinista, num contexto onde os direitos civis eram fracamente respeitados ou sequer existiam, e com as urgências da reconstrução nacional e do rearmamento para encarar a Guerra Fria (1945-1991), os veteranos de guerra se viram rapidamente nivelados à massa dos cidadãos soviéticos, com os mesmos encargos e responsabilidades[30]. A história oficial da guerra imposta à sociedade soviética enfatizou durante muito tempo os méritos da pessoa de Stalin[31] na vitória contra a Alemanha Nazista, esvaziando o prestígio dos militares e civis, singulares ou comuns, que travaram aquele longo e desesperado conflito. Até mesmo vários dos cemitérios militares soviéticos foram destruídos em grandes obras de infraestrutura, por um governo que não tinha interesse na preservação da memória dos mortos[32], cuja quantidade real, aliás, se esforçou durante muito tempo em ignorar[33].

---

26 KEEGAN, J. *História ilustrada da Primeira Guerra Mundial.* Rio de Janeiro, Ediouro, 2003. 493 p.

27 Ver a título de exemplo: HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p. 128.

28 DIEFENDORF, J.M. & FROHN, A. *American Policy and the Reconstruction of West Germany,* 1945-1955. Cambridge University Press, 1993**.** 537 p. Ver também: DIEHL, James. *The thanks of the fatherland: german veterans after the second world war.* University of Carolina Press, 1993.

29 VAN HELS, Mark David. *To hear only thunder again: America's World War II veterans come home*. Lexington Books, 2001. 271 **p.**

30 EDELE, Mark. *Soviet Veterans of the Second World War: A Popular Movement in an authoritarian society*, 1941-1991. Oxford University Press, 2008. 336 p.

31 VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004. 2º. Vol. p. 520.

32 MERRIDALE, C. War, death and remembrance in Soviet Russia. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) *War and remembrance in the twentieth Century*. Cambridge Univesity Press, 2000. Pp. 61-83.

33 PHILLIPS, Sarah D. *"There Are No Invalids In The USSR!": A Missing Soviet Chapter In The New Disability History.* In: Disability Studies Quarterly. Vol 29. Num. 3, 2009.

O fato da URSS ter passado por uma guerra civil ou, no caso de ter sido derrotado numa guerra externa, também tem sido levado em conta nesses estudos. O grau de institucionalização das políticas públicas voltadas para a reintegração social do ex-combatente tem uma relação direta e demonstrável com cada uma destas questões. A Guerra Civil Espanhola, tida como a mais cruenta da História Humana, legou milhões de ex-combatentes, mas somente os que lutaram pelo lado vencedor (Franquismo) é que receberam algum amparo do Estado Nacional Espanhol, situação que só será revertida – e mesmo assim parcialmente - com a redemocratização daquele país[34].

No Brasil o tema ainda desperta pouco interesse entre os pesquisadores, o que não deixa de ser surpreendente. Embora seja amplamente reconhecido o impacto da Guerra do Paraguai sobre a mudança no padrão de atuação política do exército[35], pouco ou nada se sabe – por exemplo - sobre as implicações políticas e sociais mais amplas do processo histórico de reintegração social dos seus ex-combatentes[36]. Informações esparsas podem ser colhidas em diferentes obras, mas estas geralmente estão focadas nas transformações políticas e sociais que estão ocorrendo tanto na instituição militar quanto no perfil dos indivíduos que a integram[37]. Ainda é em boa medida desconhecido o destino da grande massa de dezenas de milhares de cidadãos brasileiros que lutou nesse que é, até hoje, a maior de todas as guerras travadas pelo país. Contudo, existe um relativo consenso na literatura disponível sobre o caráter socialmente injusto e politicamente ruinoso do abandono mais ou menos geral a que foram relegados os ex-combatentes da Guerra do Paraguai.

A série de conflitos internos ocorridos no país durante a primeira fase do regime republicano não produziram apenas dezenas de milhares de vítimas, mas também um número equivalente de ex-combatentes. Também não se conhece nenhum trabalho dedicado especificamente sobre o tema, embora seja possível encontrar publicações com informações esparsas a respeito. O fato de um veterano de Canudos ter tentado assassinar o Presidente da República, ou que as atuais favelas cariocas tenham tido origem no abandono puro e simples de grande massa de ex-combatentes, recrutados em todo Brasil, na cidade do Rio de Janeiro são apenas alguns dentre tantos indicadores da relação entre natureza e conteúdo da (não) cidadania então vigente e as feições que assumia o processo de reintegração social dos ex-combatentes àquela época. De fato, não apenas aos

---

34 AGUILAR, Paloma. Agents of memory: Spanish Civil War veterans and disabled soldiers. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) *War and remembrance in the twentieth Century*. Cambridge Univesity Press, 2000. Pp. 84-103.

35 Veja-se, por exemplo COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Editora Hucitec, 1996. 333p.

36 Uma exceção é o trabalho GOMES, Marcelo Augusto Moraes. "*A espuma das províncias": um estudo sobre os inválidos da pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte* (1864-1930). Tese Doutorado História USP, 2006.

37 Mesmo um trabalho extenso, abrangente e detalhista sobre aquele grande conflito como DORATIOTO, F. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002. 617 p. traz pouquíssimas informações sobre o assunto.

indivíduos das classes mais baixas era imposto o ônus de defender a pátria no campo de batalha, mas a eles eram negados quase que totalmente o amparo do Estado ao fim do conflito[38].

Em tempos recentes o tema da reintegração social dos ex-combatentes da II Guerra Mundial tem chamado a atenção dos pesquisadores em proporções crescentes. Além de se tratar de um conflito que legou um número significativo de ex-combatentes, dentre estes se encontram quadros importantes da política partidária e institucional. A história e a memória dos eventos relativos à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tem reconhecidamente um impacto substancial na cultura política do pós-guerra e isso tem ajudado a atrair o interesse dos pesquisadores para o tema da reintegração social dos ex-combatentes[39].

A dissolução da FEB antes mesmo do retorno ao Brasil foi devido a ter tida tomada como politicamente suspeita pelo regime político vigente, fato que tem despertado o interesse dos historiadores em tempos recentes. O papel da FEB na derrubada de Vargas em outubro de 1945 sempre foi objeto de debate entre os historiadores da política. Muito menos atenção recebeu o estudo das biografias políticas dos veteranos de guerra no período populista, embora recentemente isso tenha começado a mudar[40]. Já os nexos entre a FEB e o golpe militar de 1964 tem merecido desde sempre a atenção dos pesquisadores acadêmicos, analistas políticos e cineastas. Também a pesquisa sobre a trajetória histórica das associações de ex-combatentes tem merecido atenção dos pesquisadores.[41] Em contraste, o estudo do processo de reintegração social dos veteranos do Batalhão Suez ainda se encontra em estágio bem preliminar.

---

38 Pode-se encontrar algumas informações sobre o assunto em MCCANN, F. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro* (1889-1937). São Paulo, Cia. Das Letras, 2007. 706 p.

39 O trabalho pioneiro e até hoje o mais importante sobre o assunto é FERRAZ, op. cit. O autor também é orientador de pesquisas sobre o tema, como as apresentadas no II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira – II SESFEB, realizado em Curitiba/PR em 2011: Carlos Henrique Lopes Pimentel - A Associação de Ex-Combatentes do Brasil: O Conflito ideológico e a Esquerda Militar (1945-1950); Renata Viana - Os ex-combatentes civis da Força Expedicionária Brasileira e a difícil retomada da vida anterior a guerra. Disponíveis em http://iisesfeb.blogspot.com.br/2011/04/propostas-de-comunicacao-de-trabalhos.html Acessado em 14/04/2011. Em todos esses trabalhos a principal base empírica são depoimentos orais ou publicados de ex-combatentes, cuja quantidade pode variar de um máximo de 46 em FERRAZ, op. cit. A apenas dois como em FERRAZ, F. C. & LOCASTRE, A. V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. In: *Militares e Política*, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 81-98.

40 Oficiais de alta patente da FEB com envolvimento político-partidário tiveram há tempos publicadas biografias e auto-biografias, mas tal fato parece se dever muito mais à importância da atuação política do que do papel desempenhado na Campanha da Itália. DULLES, J. W. F. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Prefácio de Roberto Campos. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979. CAMARGO, Aspásia & GOES, Walder de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. ABREU, H. *O outro lado do poder.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

41 NASS, Sirlei de Fátima. *Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses.* Dissertação Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, 2005. Ver também: AMARAL, Maria do Carmo *Museu do Expedicionário: um lugar de memórias*, Universidade Federal do Paraná, Dissertação Mestrado em História, 2001. SILVA, Marcio Pinheiro aparecido da. *Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: memórias e identidades de ex-combatentes no sul de Mato Grosso*. Monografia de Conclusão de Curso. UFMS, 2011.

Recrutamento e dissolução da FEB e do Batalhão Suez e suas implicações

Já fizemos menção à forma pela qual foi dissolvida a FEB e o Batalhão Suez e, embora não seja esse o foco do presente texto, cabem também menções ao tipo de recrutamento de ambos efetivos. O fato a ser sublinhado aqui é que se tratavam de efetivos recrutados majoritariamente no mundo civil, incluindo ai reservistas com tempo de serviço obrigatório (SMO) concluído. Poucos militares da ativa, geralmente aqueles que ocupavam posto de oficiais, tomaram parte seja na FEB, seja no Batalhão Suez.

Para o Batalhão Suez era pré-requisito serem reservistas com recente cumprimento do Serviço Militar Obrigatório. O primeiro contingente enviado foi formado de soldados já incorporados e que estavam prestando tal serviço. Após os seis primeiros meses foi feito um rodízio e adotou-se um sistema de convocações de reservistas com recente cumprimento do SMO, ou seja, com experiência. Deviam ser indivíduos que não tiveram alterações disciplinares. Priorizava-se participantes da Polícia do Exército ou outras tropas de elite e especiais. A regra geral utilizada para a missão substituía semestralmente metade do efetivo, de maneira que cada grupo permanecia um ano na área. No início, muitos foram conduzidos ao Oriente Médio em navios de transporte de tropas da Marinha. A viagem demorava mais de quarenta dias. Posteriormente o deslocamento ao Mediterrâneo de alguns contingentes brasileiros foi feito pela Força Aérea Brasileira (FAB) em aviões de transporte de tropas.

Percebe-se que a atuação em missões internacionais expedicionárias e a identidade dos veteranos com a ONU vinculada ao Exército Brasileiro conferem certo prestígio aos ex-participantes e despertam a curiosidade, o interesse e por fim a valorização por parte da comunidade em geral. Alguns documentos do Arquivo Histórico do Exército são cartas de recomendação de superiores para soldados e oficiais que seriam analisados para composição do III Btl./2 º R. I., o Batalhão Suez. A partir de determinado período passou-se a exigir o documento obrigatoriamente para entrada no procedimento de recrutamento.

Apesar do caráter de voluntariado havia uma procura por indivíduos mais capacitados, assim como havia imenso interesse por parte dos praças em serem escolhidos e enviados ao Oriente Médio. Veteranos entrevistados afirmam terem desejado demasiadamente embarcar para uma missão militar brasileira no exterior, sendo que dois outros motivos apareceram freqüentemente em nossas fontes: a viagem a um país estrangeiro e a promessa de um salário melhor.

Quanto aos salários serem maiores, na verdade os ganhos das patentes mais baixas eram modestos, porém superiores aos praticados no Brasil. Os soldados recebiam 108 dólares americanos (US$) por mês, os cabos ganhavam US$ 187, sargentos US$400 e oficiais tinham o salário de

US$1.000. Além disso, havia uma ajuda de custo do governo egípcio de 11 libras egípcias por semana, equivalente à US$27, além de cigarros e outros produtos que eram fornecidos de modo gratuito às tropas.

Tais dados fazem surgir críticas ao tratamento diferenciado recebido pelos oficiais em relação aos demais soldados.[42] Como se percebe, os oficiais poderiam acumular boa parte do soldo ganho como Boina Azul da ONU, tendo em vista o valor do dólar na época. Cem dólares americanos em 1956 equivaleriam a cerca de dois salários mínimos brasileiros. O recruta brasileiro na época recebia pouco menos de um salário mínimo, o que tornava economicamente atrativo o embarque para Suez. Em comparação e tratando dos ganhos econômicos, encontramos a menção de que os soldados canadenses eram os mais bem pagos em Suez, ficando os brasileiros em segundo lugar.[43]

A Força Expedicionária Brasileira foi criada pelo Decreto-lei nº 6.018-A de 23 novembro de 1943. Planejada inicialmente para ser formada por três divisões de infantaria (DI), acabou sendo composta apenas pela 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária. Os órgãos que deveriam compor essa 1ª. DI, em especial seus três Regimentos de Infantaria, estavam por ocasião da incorporação à FEB muito abaixo dos seus efetivos, alguns contando com menos da metade do pessoal previsto nas suas tabelas de organização que, de qualquer forma, era composto majoritariamente de convocados para um ano de serviço militar. Um intenso mas mal sucedido processo de convocação para o serviço em tempo de guerra conseguiu fazer exames médicos em mais de 100.000 indivíduos, resultando em pouco mais de 25.000 selecionados. Embora a proporção de militares da ativa que compuseram a FEB ainda seja motivo de controvérsias, parece claro que a vasta maioria de seus integrantes veio mesmo diretamente do meio civil. Mesmo nos postos de oficiais subalternos havia uma maioria de convocados civis.

Foram intensas e generalizadas as fugas à convocação para lutar na Segunda Guerra Mundial, tanto do pessoal da ativa quanto dos recrutados. É revelador dessa situação o comentário do chefe do Estado-Maior da FEB sobre o envio do primeiro contingente da FEB à Itália: "a bordo do navio só estavam os que não conseguiram escapar".[44] Nem mesmo a triplicação dos vencimentos dos convocados para a FEB pôde alterar a quase geral recusa à incorporação ao seu efetivo.[45]

A criação do Batalhão Suez ocorreu pelo Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro de 1956, em que o então presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira autorizou o envio de um contingente militar, um Batalhão, "para formação ou integração da Força Internacional de

42 BARROS, Fernando Correa de. *Na fronteira das ilusões.* 1º ed. Porto Alegre: FCB Consult, 1998, p. 77.
43 DOURADO, Joaquim de Jesus. *Oriente Médio: Batalhão Suez.* Petrópolis: Vozes, 1963. p. 51.
44 BRAYNER, F. L. *A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de estado-maior na campanha da Itália*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Pg. 88.
45 CASTELO BRANCO, M. T. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro, Bibliex, 1960. Pg. 335.

Emergência"[46], O Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, determinou que o Comandante da 1ª Divisão de Infantaria ativasse o 2º Regimento de Infantaria (2º RI) e apresentasse tropas para embarque rumo a Missão Suez.[47] Foi designado o Terceiro Batalhão daquele regimento (III/2º RI). O fim do Batalhão Suez se deveu ao pedido de retirada da força da ONU feito pelo presidente egípcio, imediatamente antes da eclosão da Guerra dos Seis Dias (1967).

O destino dos membros da FEB e do Batalhão Suez também foi semelhante. Uma vez retornados ao Brasil os indivíduos engajados com base na obrigatoriedade de prestação de um ano de serviço militar obrigatório foram prontamente dispensados, devolvidos ao mundo civil às pressas e para sempre. No caso dos Boinas Azuis de Suez tratavam-se de voluntários, mas da mesma forma foram selecionados e treinados rapidamente, rumando para o Egito com pouco preparo, mal informados sobre a missão e deparando-se com um ambiente hostil e distinto. Em nenhum dos dois casos se cogitou de incorporar permanentemente ao efetivo – ou sequer reengajar por mais um ano para fins de transferência da experiência acumulada aos recém-chegados – aqueles que retornavam do exterior. Perdia dessa forma o Exército Brasileiro oportunidades valiosas de modernizar seus métodos e formas de atuação, fosse para a guerra moderna[48], fosse para o exercício de funções afetas as forças de paz. É significativo que tenha sido necessário o prolongado e intenso impacto da atuação do nosso exército na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti ou MINUSTAH (Mission des Nations Unies pour l´astabilisation en Haïti), iniciada em 2004 e que se arrasta até nossos dias, para ser adotado o princípio de que os efetivos que seguirão em direção àquele país sejam treinados pelos indivíduos que retornam de suas missões. [49]

O contexto político vigente também contribuiu para criar obstáculos tanto para as reivindicações dos veteranos da FEB quanto do Batalhão Suez. A FEB foi criada pela ditadura Vargas (1943), extinta antes mesmo do seu retorno ao Brasil, e seus ex-membros foram fortemente enquadrados pelo Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em particular no que se refere à proibição dos veteranos comentarem ou publicarem suas experiências nos campos de batalha da Itália. Dutra, aliás, seria o candidato da situação à sucessão de Vargas, e o principal interessado na neutralização política dos ex-febianos, tidos como potencialmente perigosos de um ponto de vista político.

---

46 BRASIL. Decreto Legislativo n º 61/56. Autorização do Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência em 22 de novembro de 1956. Brasília: Senado Federal, 1956.

47 BRASIL. *O Exército na História do Brasil*. Biblioteca do Exército. Salvador, BA: Odebrecht, 1998. (CD-ROM).

48 FARIAS, Cordeiro de; CAMARGO, Aspásia; GÓIS, Valder de. *Meio século de combate, diálogo com Cordeiro de Farias.* Documento secreto norte-americano sobre a inconveniência da desmobilização da FEB no Brasil – 6 abril 1945. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, pp. 660-661.

49 http://www.exercito.gov.br/web/guest/ccopab

Já o retorno do último contingente do Batalhão Suez se deu em um contexto de aprofundamento do autoritarismo que vinha sendo imposto ao país pela Ditadura Militar (1967). Para além do regime político vigente ser desfavorável tanto ao culto à memória desses eventos militares, quanto a organização política dos veteranos, devemos levar em conta também o processo histórico de construção da cidadania no Brasil, até hoje incompleto.

A dissolução do Batalhão Suez ocorreu em circunstâncias dramáticas. Em 1967 o conflito árabe-israelense era uma possibilidade perigosa para as tropas brasileiras. Consta que anteriormente ao conflito o Ministro da Guerra teria concordado com a retirada das tropas brasileiras da região, mas a decisão foi barrada pelo Itamaraty. Fato é que o previsto pelo chefe do estado-maior do Exército na ocasião, General Floriano de Lima Brayner, aconteceu. Segundo ele:

> "A nada atenderam. Em junho de 1967 estourou, de fato, o violento conflito entre Israel e o Mundo Árabe. Todas as unidades da UNEF abandonaram da noite para o dia. Nosso Batalhão, de boa fé, não se moveu, por ordem do Governo. Tropas de Israel atacaram nossa Unidade, causando-lhes baixas e submetendo-a a humilhações, até ser evacuada. Entre os sacrifícios impostos ao Batalhão, após a triste aventura, verificou-se a destruição (sic.) e a reforma de seu Comandante. E tudo isso porque um veemente Relatório do Chefe de Estado Maior do Exército foi desacatado por outros interesses subalternos. A verdade é que, daquele episódio, saímos arranhados. E o Batalhão Suez, sem dúvida, não foi o Guardião das tradições da FEB. Voltou ao Brasil silenciosamente"[50]

A mídia na época relatou as movimentações de tropas e eminências dos combates, bem como noticiou as agitações na ONU, com informações atualizadas e divulgadas, principalmente entre os órgãos internacionais e de relações exteriores. No caso das informações sobre o ocorrido estarem certas, a gravidade da situação estava no desconhecimento por parte das autoridades brasileiras a respeito do destino e localização das tropas brasileiras passados quinze dias da extinção da UNEF I, com vários pedidos de repatriação.

A dificuldade nas comunicações após a extinção da Força por certo aumentaram as adversidades enfrentadas pelos militares, devido a falta de perspectiva diante da movimentação de tropas que formavam um sanduíche com o restante das tropas de paz. Na ocasião houve a informação de que o governo da Itália colocara à disposição do Brasil quatro aviões Hércules C-130 da Força Aérea Italiana para apoiar a evacuação, oferta não aproveitada e que solucionaria o problema em poucas horas.

Analisando a situação em conjunto com outras fontes, percebemos que uma soma de erros parece ter ocorrido: atrasos, despreparos, apatias diante da situação difícil, problemas burocráticos e diplomáticos comuns ao Itamaraty, falta de informação e comunicação, etc.. Fato é que os brasileiros localizados na zona de guerra, juntamente com os indianos, iugoslavos e noruegueses,

[50] BRAYNER, *Luzes sobre memórias*..., op. cit., p. 209.

passaram por situações delicadas e experimentaram o descaso futuro ainda em campo de atuação. Um brasileiro morreu e dois ficaram feridos, totalizando 15 servidores da ONU mortos pelos combates na ocasião. Outros relatórios da missão, depoimentos de veteranos da força de paz e fotografias tiradas no momento dos ataques confirmam os bombardeios em instalações da ONU. As tropas brasileiras que passaram pela situação foram transferidas para a região de El Arish, onde permaneceram até o outro dia "sob custódia" as forças armadas de Israel (IDF). Após liberados, retornaram às instalações do campo e constataram que parte das bagagens foi saqueada.[51]

Um veterano brasileiro que vivenciou os eventos afirma que o oficial da IDF justificou a ação por confundir as tropas da força de paz. A mesma versão traz os brasileiros sendo resgatados pelos israelenses até um local seguro e transportados até a Ilha de Chipre para união com outras tropas brasileiras.[52] Para Israel a justificativa é a necessidade de evacuação das tropas com a necessidade do desarmamento dos soldados e da custódia do batalhão. No caso das acusações sobre os pertences extraviados, há a afirmação - compartilhada por alguns veteranos - de que teriam sido saqueados por populações locais.[53]

Israel avança tornando impossível a saída dos locais em que estavam abrigados os soldados brasileiros e indianos durante dois dias e duas noites de batalhas quando assistem ao bombardeio entre Israel e Egito, com intensa movimentação de carros de combate, tiros atingindo as instalações e alguns soldados, envolvendo-os em violentos confrontos. Relatórios oficiais apontam para veículos da Força totalmente destruídos e colunas de blindados agindo próximos das tropas da UNEF I,[54] além de intensa atividade de forças aéreas na região.

A morte do cabo brasileiro Carlos Adalberto Ilha de Macedo repercutiu como principal problema que vinculou os atrasos da retirada com a violência israelense. A perda do companheiro em uma situação como esta tornou a situação ainda mais complicada de ser enfrentada pelos militares. Somente no dia 12 de Junho de 1967 o Batalhão Suez embarcou para retorno ao Brasil. A escala foi feita na Ilha de Chipre, onde parte da tropa brasileira estacionada em Port Said havia sido evacuada, juntamente com parte de um destacamento precursor que havia saído de Rafah Camp anteriormente.

---

51 ZOUAIN FILHO, Stans. *Histórias de Suez: aventuras de nossos soldados*. Vitória, Edição do Autor, 2003. p. 207.

52 FREIRE, Manuel Wagner de Araújo. *A participação do 20 º contingente do Batalhão Suez na Guerra dos Seis Dias*. Acesso em 28 nov. 2003. Disponível em: http://www.batalhaosuez.com.br

53 NETTO, Haroldo Carvalho. Entrevista ao Projeto de História Oral do Exército nas Operações de Manutenção da Paz. PHOEx Op Mnt Paz. Coordenadoria de História Oral do Exército. Diretoria de Assuntos Culturais. Departamento de Ensino e Pesquisa. Exército Brasileiro. Ministério da Defesa. Rio de Janeiro, 11 abr 2005.

54 BATALHÃO SUEZ. Força de Emergência das Nações Unidas. (FENU) III/2º Regimento de Infantaria "Batalhão Suez". Ten Cel Cmt do III/ 2º RI. Wilson Figueroa Nepomuceno da Silva. Aditamento ao Boletim Interno n º 111. Acantonamento em Rafah, Egito, Em 22 de maio de 1967.

Após o fim da missão do Batalhão Suez vemos algumas notícias em periódicos informando o retorno, a chegada, os dramas vividos e o próprio conflito em si.[55] O silêncio impera a partir de então sobre o ocorrido com as tropas do Batalhão Suez. Vivia-se no Brasil o período inicial dos chamados anos da Ditadura Militar no Brasil, com a extinção dos partidos políticos existentes e o fim da eleição direta para os mais importantes cargos públicos, além do exercício constante da censura aos órgãos de imprensa. Segundo documentação vasta a respeito e vozes de alguns veteranos nas entrevistas, eram censuradas reuniões em associações do tipo que se pretendia formar. Alguns veteranos afirmam ter recebido instruções para não comentarem sobre a missão, pois foram proibidos de dar entrevistas de qualquer natureza, semelhantemente ao ocorrido na desmobilização da FEB. Durante a vigência do governo militar, dados sobre missões como essa eram controlados pelo regime.

O significado do processo de organização dos veteranos da FEB e do Batalhão Suez

Importante observar que algumas fontes e boa parte da literatura mencionam o termo "pracinha" para designar os soldados brasileiros enviados ao Oriente Médio. Trata-se de uma denominação do militar engajado na FEB, porém parece ter sido adotada pela instituição maior e pelos discursos comuns como um termo denominador de qualquer indivíduo que participe de uma força expedicionária, como um termo relativo ao cargo de "praça", geralmente o soldado comum, que durante a II Guerra Mundial recebeu o diminutivo, cujas conotações e interpretações de alguns estudiosos e especialistas sobre a FEB atestam o sentido do termo ao mesmo tempo carinhoso, pejorativo e desvalorizador.

O processo histórico de organização dos veteranos da FEB iniciou-se logo após o fim da guerra. Recebidos com festas e aclamados como heróis, foram em sua quase totalidade imediatamente dispensados do exército, sem sequer terem passado por exames médicos e psiquiátricos. Foram de uma hora para outra devolvidos à vida civil por um governo que, pelo seu passado de identificação com o nazi-fascismo, temia a ação política de indivíduos com experiência direta de combate contra a barbárie de Hitler e Mussolini. Os receios de Vargas, e de Eurico Gaspar Dutra seu ex-Ministro da Guerra (1937-45) e candidato à sucessão, eram infundados. Por um lado, depois de terem passado um ano no exterior, os ex-combatentes estavam quase que completamente à margem do debate público sobre o fim da ditadura e as próximas eleições presidenciais. Por outro, a prioridade era voltar para casa, matar a saudade da família e dos amigos, rever sua terra e entes

[55] FOLHA DE SÃO PAULO. Amplia-se a Guerra: israelenses tomam a Faixa de Gaza. São Paulo: 6 jun. 1967.

queridos. O imediato envolvimento político-partidário só despertou o interesse de uns poucos veteranos de guerra[56].

A fim de evitar ao máximo o perigo da arregimentação dos ex-combatentes por parte dos partidos e movimentos políticos que lhes faziam oposição, Dutra e Vargas dissolveram a FEB antes mesmo dela começar a retornar ao Brasil. A tropa foi desengajada o mais rapidamente possível, feito o acerto financeiro e dispensada. Aos militares de carreira foi reservado um destino humilhante: ser deslocado para guarnições diferentes das que ocupavam ao serem incorporados para a FEB, geralmente muito distantes. A todos foi ordenado que dispensassem o uniforme e distintivos em uma semana. Até mesmo as comemorações dos feitos da FEB nas instituições militares ficaram durante muito tempo proibidas.[57]

As consequências da rápida desmobilização não demoraram a aparecer. O dinheiro que tinham logo acabou e os veteranos descobriram várias coisas: que seus antigos empregos estavam ocupados por outros; que suas habilidades militares não tinham qualquer valor no mundo civil; que várias leis estavam sendo criadas para beneficiá-los, mas das quais ele raramente tinha conhecimento; que ninguém conseguia entender como ele fora afetado pela experiência da guerra; que tinha adquirido ferimentos e doenças em campanha que foram negligenciados ou ignorados na sua dispensa do exército; e, no caso dos que permaneceram no exército, que seu histórico de combate era motivo de ciúme, boicote, perseguição e inveja de colegas que ficaram no Brasil durante a guerra e temiam serem ultrapassados nas promoções. E assim, sucessivamente, descobriram-se na condição de soldados que foram traídos pelo seu próprio país.[58]

A reação a este estado de coisas foi a criação de várias entidades representativas dos ex-combatentes por todo Brasil. Data de outubro de 1945 a criação da primeira associação de ex-combatentes, no Rio de Janeiro (RJ), a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB). A partir daí foram se disseminando, tanto com abrangência local quanto regional, as diversas entidades representativas dos ex-combatentes. Um episódio da mais alta relevância no início da história da entidade foi a disputa pelo seu controle, travada entre membros do Partido Comunista Brasileiro e oficiais da ativa do Exército, esses pautados por um assumido anti-comunismo:

> A (criação do) Conselho Nacional da AECB... tentou conciliar os lados opostos. Elegeu para seu primeiro presidente um veterano insuspeito de simpatias com o comunismo, o cabo da artilharia expedicionária Oswaldo G. Aranha, filho do ex-ministro Oswaldo Aranha. Seu vice era o aspirante a oficial e militante comunista Salomão Malina. Entre os membros do Conselho Nacional também haviam

56 FERRAZ, FG. C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira* (1945-2000). Londrina, Editora da UEL, 2012. Pg. 101-102.

57 FERRAZ, op. cit. pg. 144

58 OLIVEIRA, Dennison de. *Os soldados traídos do Brasil: o abandono dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a ação social da Legião Paranaense do Expedicionário*. Inédito, pg. 2.

> comunistas e não-comunistas. Esta composição heterogênea da chapa não duraria muito. Tanto dentro quanto fora da associação abundavam acusações de "práticas e pregações comunistas" no Conselho Nacional e em várias seções da AECB. Algumas associações, como a Legião Paranaense do Expedicionário, de Curitiba, se recusavam a filiar-se ao Conselho Nacional e participar das Convenções da AECB enquanto os comunistas estivessem com algum poder na AECB.[59]

A AECB permaneceu como a principal entidade representativas dos veteranos, até o início dos anos 1960. Na primeira metade dessa década foram promulgadas as célebres "leis da praia" que estendiam a várias categorias de profissionais civis e segmentos militares que não foram à Itália com a FEB os mesmos direitos que eram até então prerrogativas dos ex-febianos.

Uma vez que as "leis da praia" consideravam como ex-combatentes milhares de indivíduos que não combateram, os verdadeiros ex-combatentes não demoraram em serem inferiorizados em número nas suas próprias entidades representativas pelos "praieiros". Como reação a este estado de coisas surgiu em julho de 1963 no Rio de Janeiro o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália. Em 1969 a designação "Clube dos Veteranos" foi trocado por "Associação dos Veteranos da FEB (AVFEB)". Três anos depois a sigla da entidade mudaria para Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). A nova entidade não demorou a disputar com a AECB a filiação das entidades locais e mesmo hoje em dia possui 41 seções por todo Brasil.[60]

Dentre as diversas entidades de alcance local e regional fundada pelos veteranos da FEB se destaca a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). O efetivo recrutado no Estado do Paraná para ser enviado à luta na Campanha da Itália somava 1.542 indivíduos, ou 6,61% do total[61]. Com a intensa migração interna para o Estado do Paraná durante o ciclo do café no segundo pós guerra, bem como graças ao crescimento urbano de sua capital, um número substancial de ex-combatentes que não eram naturais do Estado acabaram por se filiar à LPE, elevando o número de seus membros a cerca de 2.500 indivíduos, o que em números aproximados soma expressivos 10% do total de militares que o Brasil enviou à Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

A LPE surgiu menos de um ano após o fim da guerra, resultado da iniciativa de um reduzido grupo de veteranos da Campanha da Itália. Em sua maioria eram oficiais da ativa e da reserva do Exército, que haviam lutado ou atuado com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O foco imediato da entidade desde seu início foi nas questões sociais e políticas envolvendo os veteranos da Campanha da Itália, a grande maioria dos quais foi abandonada à própria sorte pelo Governo Federal tão logo retornaram ao Brasil.

---

59 FERRAZ, op. cit. 298.
60 FERRAZ, op. cit. pg.216
61 MASCARENHAS DE MORAIS, J. B. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo, Progresso Editorial, 1947. P.304.

A assim chamada Casa do Expedicionário foi inaugurada em 15/11/1951 em Curitiba (PR). Sua construção foi resultado da iniciativa e determinação da LPE, e contou com o auxílio de órgãos públicos e privados, civis e militares, de entidades da sociedade civil, bem como de milhares de cidadãos da comunidade curitibana e de todo Brasil. Na sede própria da LPE quase todo espaço era ocupados por serviços sociais que oferecia aos veteranos de guerra, como atendimento médico, dentário, jurídico, administrativo, cultural, educativo, profissional, etc. Nada menos de dez cômodos no andar superior do edifício foram reservados para hospedar os ex-combatentes de outras cidades em trânsito pela Capital, geralmente em busca de atendimento médico. Pelo número de atendimentos, cerca de 840, que prestou aos ex-combatentes no período 1945-1960 a LPE se transformou numa das mais importantes entidades a participar do esforço de reintegração social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial no Brasil e, como se percebe, numa referência importante para a ação organizacional dos ex-boinas azuis do Batalhão Suez no Paraná.

A experiência histórica dos ex-integrantes da FEB e suas formas de organização em associações, faz com que o exemplo motive algumas ações e estratégias dos Boinas Azuis. Após o retorno da missão na Segunda Guerra Mundial vários "febianos" que permaneceram vivendo no Paraná ou mudaram-se para o Estado, buscaram organizaram-se com objetivos de se associarem, conforme vimos, estabelecendo inúmeros contatos com instituições afins. As principais motivações neste caso estariam relacionadas ao desamparo aos veteranos e as uniões dos indivíduos em busca de soluções para problemas comuns decorrentes de tal realidade. Os veteranos de Suez, assim como outros grupos, ampliam e fortalecem suas instituições através das atividades aglutinadoras e da necessidade de unirem-se para reivindicações e reparações. A LPE torna-se um modelo pelos esforços nas negociações e conquistas que com paciência esperaram anos por algum amparo. Além disso, o contato entre as instituições e a integração de veteranos em alguns eventos colaborou para que se percebesse uma luta em prol de uma causa em comum.

No Brasil, militares de várias missões e expedições enviadas ao exterior ao retornarem sofrem com a falta de políticas públicas que atendam a estas necessidades. Participantes da FEB esperaram anos para serem atendidos na simples necessidade básica de amparo financeiro, sem contar o atendimento aos múltiplos e graves problemas de saúde gerados pela guerra. Após a redemocratização do país em 1988, a nova Constituição concedeu aos veteranos da FEB o direito de pensão e assistência médica em hospitais militares do país. Na ocasião, dos cerca de 25 mil expedicionários haviam aproximadamente 10 mil com vida.[62]

A situação econômica brasileira durante o período estudado teve altos índices inflacionários, salários mínimos baixos e inúmeros outros problemas. No caso de veteranos de missões de paz a

[62] FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 70.

situação é pior para os que entendem que o Estado os deve algo ou que foram abandonados, sendo que o texto da lei que beneficia veteranos inclui apenas integrantes da FEB, caracterizados como ex-combatentes, agregando o pessoal militar e civil em serviço no território brasileiro (leis da praia) e os "soldados da borracha", igualando-os a categoria de oficial com pensão mensal e outros benefícios. Os soldados e cabos do Batalhão Suez ao retornarem do Egito foram desligados do Exército Brasileiro ao fim do serviço e alegam, em sua maioria, dificuldades para a reintegração social tendo em vista o descaso das autoridades em atendê-los em suas solicitações.

No Brasil, várias tentativas de incluir os veteranos brasileiros de Suez na folha de pagamento do Governo Federal como ex-combatentes reformados foram frustradas. Alguns processos legislativos tramitados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal foram arquivados. A idéia seria comparar os veteranos da UNEF I aos ex-combatentes da FEB, sendo que receberiam graduação de terceiro sargento e atendimento médico-hospitalar nos serviços de saúde das Forças Armadas do país. As respostas até então foram negativas e o Comando do Exército justifica-se destacando a natureza das Operações de Força de Paz da ONU, em que não há declaração de guerra entre as forças oponentes na ocasião, como no caso da Segunda Guerra Mundial, não os caracteriza como combatentes.[63]

Para composição de processos reivindicatórios foram realizadas avaliações psicológicas com veteranos gaúchos do 20º e último contingente onde constatou-se patologias como "síndrome de estresse pós-traumático cronificada"[64], esquizofrenia, buscando exemplificar os danos causados pela guerra. O descaso do governo brasileiro na época ao dispensar estes homens, de modo análogo ao ocorrido com os veteranos da FEB, sem sequer uma entrevista de avaliação psicológica contribuiu para o agravo dos problemas. Em depoimento aos autores um veterano revela a existência de companheiros de missão que enfrentam situações econômicas e emocionais extremamente críticas, identificando o tratamento destinado aos veteranos como um "total descaso"[65] e como uma situação de "dívida" pública por parte das autoridades competentes.

Algumas representações estaduais das instituições de ex-militares brasileiros participantes da UNEF I comemoram anualmente no dia 31 de Outubro o Dia da ONU. A associação sediada em Curitiba aproveita a data para realização de grandes eventos anuais na Praça das Nações, no bairro Alto da XV, desde a fundação do monumento no local, em 1989.[66] Neste local, identificamos comemorações dos veteranos paranaenses em que ocorre a prática de hasteamento de bandeiras da

63 NUNES, Juliana Cézar. Amnésia Tupiniquim: eles ganharam o Prêmio Nobel, mas vivem esquecidos em Brasília. In: Brasília: Correio Brasiliense, 25 fev. 2004.
64 Idem, p. 17.
65 GARCIA, Wilton Mello. Entrevista. Porto Alegre, 05 fev. 2007. TROMPCZYNSKI, Henrique João. Entrevista. Curitiba, 26 mar. 2006.
66 ESTADO DO PARANÁ. Boinas Azuis comemoram. Curitiba, 25 out. 1990.

ONU e dos países participantes da força, discursos de oficiais da ativa e de veteranos, cerimônias com menção religiosa ecumênica proferida por um ex-capelão do Batalhão Suez, leitura de poemas e condecorações com medalhas para militares e civis. Em um dos discursos chamou-nos atenção a comparação realizada em um discurso: "O soldado brasileiro soube enfrentar as nevascas da Itália e o sol escaldante do deserto no Oriente Médio", demonstrando uma vez mais o espelhamento existente entre veteranos de Suez e da FEB, valorizando o aspecto expedicionário da missão.

Sobre a formação das associações e suas principais atividades, comemorações em eventos e homenagens e outros papéis assumidos pelas organizações de veteranos vemos que o Brasil apresenta uma característica particular de pulverização das associações em diferentes cidades, com distintas manifestações e práticas, de modo a dificultar a integração do grupo, o que consequentemente ocasiona enfraquecimento da atividade política quando trata-se da conquista de alguns objetivos comuns. A forma de recrutamento das tropas de ambas as realidades estudadas ocorreu em forma de revezamento em unidades de vários Estados da Federação gerando a fundação de inúmeras associações no Brasil[67] Sabe-se notícias de reuniões entre veteranos de Suez em diversas outras cidades mas sem associações estabelecidas.

Sobre a situação jurídica do grupo estudado, temos exemplos de uma audiência pública ocorrida na Câmara Federal que ocorreu em 2 de dezembro 2003, por iniciativa do Deputado Federal Leonardo Mattos e do Deputado Federal Enio Bacci, este então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Na ocasião foi solicitado ao então Coronel da Reserva do Exército Brasileiro, Sr. Manoel Wagner de Araújo Freire, um relato dos acontecimentos por ele vivenciados em 1967 no Egito onde ocupava o cargo de Primeiro Tenente de Intendência.

Ao final de seu relato o ex-oficial afirma que os veteranos foram "injustamente esquecidos", e solicita "parecer favorável" para a causa. Na ocasião participaram vários representantes da associação de veteranos do Batalhão Suez no Rio Grande do Sul, participantes do 20º Contingente, o que tornou o teor da audiência voltado para o problema específico dos veteranos do último contingente e do trauma psicológico causado pela experiência em combate na Guerra dos Seis Dias,

[67] Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU, com sede em São Paulo; Associação Batalhão Suez Do Vale Do Paraíba, no interior de São Paulo, Associação dos Militares do Batalhão Suez - Seção: Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro; Associação dos Boinas Azuis da Paraíba; Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão Suez, com sede em Porto Alegre; Associação dos Boinas Azuis da ONU, fundada em Joinville, Santa Catarina; Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez em Pernambuco, Associação dos Integrantes do Batalhão Suez - III / 2°. RI, na cidade do Rio de Janeiro; além daquelas que parecem tentativas de integração nacional, como a Associação Batalhão Suez – Regional Paraná, que mudou o nome para Associação Brasileira de ex-Integrantes de Forças de Paz da ONU – os Boinas Azuis, com sede em Curitiba; a Associação Histórica dos Boinas Azuis do Brasil, com sede no Rio Grande do Sul; ou Federação Nacional das Forças Internacionais de Paz, no Rio de Janeiro, ou do Instituto dos Ex-combatentes das Forças Armadas Internacionais de Emergência das Nações Unidas, e por fim, Organização Brasileira dos Veteranos das Nações Unidas e Estados Americanos.

quando ocorreu a invasão de tropas de Israel nos campos da UNEF I. A prerrogativa foi negada e os veteranos prosseguiram com outros pedidos.

Em 2007 veteranos de Suez foram recebidos pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim e na ocasião eram intermediados pelo Deputado Nilson Mourão (PT-AC). As reivindicações consistiram em solicitação de amparo aos veteranos devido aos problemas vivenciados pelo Batalhão Suez. Alega-se erros no Exército Brasileiro como: despreparo das tropas, péssimas condições de vida durante a missão, risco eminente de guerra e não atendimento dos traumas com os quais retornaram Tampouco houve sucesso nesse encontro. A informação que baseou a pauta foi a de que "quase todos os brasileiros que estiveram na força Suez voltaram incapacitados física ou mentalmente".[68]

Um dos documentos que revelam a resistência do poder público em atender aos pedidos de reparos dos veteranos de Suez foi a resposta às solicitações feitas pelo Sr. José de Sá Medina em 13 de Novembro de 2007, então presidente do Instituto dos Ex-combatentes das Forças Armadas Internacionais de Emergência das Nações Unidas. Conforme vimos, varias associações foram criadas ao longo dos anos em diferentes Estados brasileiros. Este instituto parece ser uma das tentativas de integração nacional de veteranos de forças de paz em prol da causa reivindicatória junto à Justiça Federal do Brasil. A resposta emitida quatro meses depois, em 12 de Março de 2008, alega que os militares enviados tiveram seus ganhos extras durante a missão, pois:

> "recebiam soldo em moeda estrangeira e estavam amparados pela legislação da ONU e das Forças Armadas brasileiras. O direito de reforma apenas é válido em caso de incapacidade física definitiva. Caso algum veterano comprove o problema relacionando-o à missão, pode requerer tal reforma."[69]

Segundo o mesmo documento, os integrantes do Batalhão Suez que retornaram à vida civil por término do tempo de serviço não são considerados militares por não terem sido efetivados na instituição, não sendo portanto responsabilidade da mesma assegurar algum tipo de assistência à civis. A carta reitera ainda que todo cidadão tem assegurado por lei os benefícios constitucionais em que pode recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS) para assistência médica e aos Planos de Benefícios da Previdência Social para o suporte reivindicado. Os veteranos entraram com a mesma ação judicial no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, tendo sido o pedido considerado "improcedente", recorreram ao Superior Tribunal de Justiça, uma vez mais tendo seu pedido de reforma negado.[70]

---

68 ADGHIRNI, Samy. Jobim recebe soldados do Suez. In: Correio Braziliense. 28 nov. 2007.

69 BRASIL. Ofício n º 2537. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. Assessoria Parlamentar. Carta resposta ao Sr. José de Sá Medina, presidente do Instituto dos Ex-combatentes das Forças Armadas Internacionais de Emergência das Nações Unidas, emitido em 12 de Março de 2008 sobre pedido de reforma dos ex-integrantes do Batalhão Suez.

70 STJ - TV Justiça. Ex-combatentes do Batalhão de Suez (sic.) não têm direito à pensão especial. Disponível em: http://www.tvjustica.gov.br/maisnoticias.php?id_noticias=6406 Acesso em: 2/7/2008.

Conclusão

É fato que alguns veteranos de Suez superaram a dificuldade apresentada e não trouxeram trauma algum da missão ou do "abandono" questionado por alguns, sendo bem sucedidos em suas respectivas profissões e entendendo a missão como algo positivo para suas vidas.[71] Alguns afirmam ter retornado com dinheiro e adquirido bens que lhes foram fundamentais para o futuro. Outro veterano relata que ao final da missão realizou a retirada de 3000 dólares, provenientes dos soldos da UNEF I.[72] Alguns administraram as economias sem gastos excessivos nos '*leaves*', trazendo parte dos ganhos para o país. Outros seguiram carreiras promissoras obtendo melhores condições de vida. Enfim, temos aqui uma diversidade de destinos que contrasta com a situação de inadaptação e conflito mais ou menos geral do veterano da FEB. Em comum a ambas experiências, da FEB e do Batalhão Suez, temos uma mesma atitude por parte do Exército: o envio de recém-incorporados para missões no Mediterrâneo, ao invés de profissionais de longo tempo de serviço; o desprezo pela experiência adquirida quando do retorno das operações, ao mesmo tempo em que se pretendia modernizar as forças armadas; e uma indiferença permanente com relação ao destino dos desengajados e das implicações do processo de reintegração social destes veteranos, mesmo quando a experiência histórica da instituição recomendaria o contrário.

71 FUHRMANN, Silvio Luiz. Depoimento ao autor. Gramado – RS, 02 fev. 2007.
72 BARROS, Na fronteira das ilusões... op. cit., p. 243.

As Relações Civis Militares na transição espanhola e seus impactos na profissionalização da atividade de inteligência

Las Relaciones Civiles Militares en la transición española y su impacto en la profesionalización de la actividad de inteligencia

Priscila Carlos Brandão[1]
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este trabalho realiza uma análise do processo de reinstitucionalização do sistema de inteligência na Espanha no período posterior à transição para a democracia, considerado a partir do desafio profissional da construção de um órgão de inteligência legítimo, flexível, capacitado e analiticamente relevante. Algumas questões principais norteiam a discussão: quais impactos foram produzidos pelo processo de redemocratização no país e pelo fim da Guerra Fria, no desempenho da atividade? Como foi implementado o processo de profissionalização dos analistas de inteligência? Quais mecanismos institucionais relevantes foram criados para regular a atividade de inteligência? Os principais parâmetros a serem utilizados no trabalho estarão relacionados às intenções dos atores, ao contexto, e às regras do jogo político. Desta forma, serão analisadas as características organizacionais do sistema nacional de inteligência, à luz dos impactos do processo de transição; as ênfases operacionais (interna/externa, análise/repressão, inteligência/ contra-inteligência), bem como os mecanismos de recrutamento, treinamento e perfil de seus oficiais.

Palavras-chave: Inteligência; transição; Espanha.

Resumen

En este trabajo se realiza un análisis del proceso de reinstitucionalización del sistema de inteligencia en España en el período posterior a la transición a la democracia, considerada desde la perspectiva profesional de la construcción de una agencia de inteligencia legítima, flexible, hábil y analíticamente pertinente. Algunas preguntas claves guían la discusión: ¿qué impactos fueron producidos en el desempeño de la actividad por el proceso de democratización en el país y para el final de la Guerra Fría? ¿Cómo se ha desarrollado la profesionalización de los analistas de inteligencia? ¿Qué mecanismos institucionales pertinentes fueron creados para regular la actividad de inteligencia? Los principales parámetros que se utilizarán en el trabajo están relacionados con las intenciones de los actores, el contexto y las reglas del juego político. Por lo tanto, serán analizados las características organizativas del sistema de inteligencia nacional a la luz de los impactos del proceso de transición; los énfasis operacionales (interno/externo análisis/represión, inteligencia/contra-inteligencia), así como los mecanismos de contratación y formación, y el perfil de sus funcionarios.

Palabras Clave: Inteligencia; Transición; España.

● **Enviado em: 01/11/2011**
● **Aprovado em: 28/11/2011**

[1] Pós-Doutora em Ciência Política, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, e coordenadora do Centro de Estudos Estratégicos e Inteligência Governamental da Universidade Federal de Minas Gerais (CEEIG/UFMG).

Este texto é parte integrante de minha pesquisa de Pós-Doutorado, que contou com apoio da CAPES e Fundação Carolina (2011/2012)

I - Introdução:

A gênese do atual serviço de inteligência espanhol remonta à antiga *Organização Contrasubversiva Nacional* (OCN), criada no governo de Franco, como órgão de apoio ao controle dos considerados "movimentos subversos". Sua criação foi uma resposta à pressão exercida pelo movimento estudantil em 1968, influenciado pelos protestos e mobilizações surgidos na França, em atendimento às demandas do ministro da Educação e Ciência, Villar Pilasi[2].

Criado unicamente em função da luta "anti-subversiva" no meio universitário, surgiu timidamente, contando com pouco efetivo e recursos. O coronel Inácio San Martin seria o responsável pelo empreendimento, composto por um pequeno e seleto grupo de oficiais procedentes do Serviço de Contra-Espionagem do Exército de Terra[3]. No fim dos anos de 1960 a OCN seria responsável por fornecer as bases de uma doutrina anti-subversiva muito simples: "*Se basaba en el hecho comprobado de que la soberanía española estaba amenazada desde el exterior por fuerzas organizadas que pretendían interferir en los asuntos internos con medios insidiosos y violentos*"[4].

No intervalo de dois anos a OCN multiplicou seus poderes e adquiriu grande visibilidade no governo franquista. No entanto, paralelamente, seu condutor também ganhou muitos inimigos, o que o obrigou a se resguardar e criar o maior número de garantias possíveis. Neste sentido, ainda em 1971, San Martin decidiu reorganizar o órgão e tornar pública parte de sua estrutura. Destas alterações surgiria o novo órgão responsável pela produção de informações que visavam desarticular os movimentos "subversivos" e quaisquer outros tipos de oposição: o *Servicio Central de Documentación* (SECED).

O SECED foi criado em 13 de março de 1971, ainda sob o comando de San Martin, com parte de sua organização pública, e parte secreta: o setor operacional. Dado seu crescimento e a oferta de informações produzidas por San Martin, quem alimentava Carrero Blanco[5] de informações tanto sobre a subversão, quanto sobre seus oponentes políticos, o órgão foi criado subordinado ao Ministério do Interior (com quem tinha enorme rivalidade), mas sob a proteção do vice-presidente. Com o objetivo único de vigiar os espanhóis, nunca teve interesse em produzir informações externas, bem como contava com um sistema pífio de contraespionagem[6].

---

2 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, p.147.

3 San Martín era um especialista em criptografia do Alto Comando, quem havia decifrado telegramas emitidos pelo Marrocos ainda na década de 1950. Para maiores informações ver: ALMENARA, Vicente. *Los Servicios de Inteligencia em España: de Carrero Blanco a Manglano.* Madrid, Arco Press, 2010.

4 ALMENARA, Vicente. *Los Servicios de Inteligencia em España: de Carrero Blanco a Manglano.* Madrid, Arco Press, 2010, p. 52.

5 Vice-presidente do governo da Espanha no fim da ditadura franquista, assassinado por etarras em dezembro de 1973.

6 Para esta discussão ver: RUEDA. *La Casa: el Cesid, agentes, operaciones secretas y actividades de los espias españoles*. E. Temas de Hoy. Madri, 1993; MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios*

O SECED possuía autonomia e uma opinião própria do que politicamente deveria mudar na Espanha. Atento aos acontecimentos políticos, visíveis em um sistema já tão debilitado, San Martin procurou se antecipar à morte de Franco, como forma de preservar algumas características do movimento franquista. Tratou de se aproximar dos movimentos de oposição, identificando suas demandas e promovendo negociações. Deste modo não apenas ficava a par do que ocorria no país, mas também influenciava o rumo dos acontecimentos. A estratégia seria "mudar para preservar".

No entanto, o poder de San Martín acabaria juntamente com a morte de seu protetor. Em 20 de dezembro de 1973 o grupo separatista ETA voou Carreiro Blanco pelos ares, ganhando uma projeção até então inimaginável. No lugar de Blanco assumiu Arias Navarro, quem tinha enorme rivalidade com San Martín. Menos de um mês depois da morte de Carrero, aos 17 de janeiro de 1974, San Martin foi substituído pelo coronel Juan Valverde.

Valverde conseguiu reverter a seu favor a indisposição que havia contra ele dentro do centro no momento de sua chegada, pois se aproveitando da íntima relação com Arias Navarro, teria aumentado espetacularmente tanto a quantidade de equipamentos, quanto o seu número de oficiais[7]. Não obstante, em termos de condução dos membros, quem tomou as rédeas do órgão foi o coronel Andrés Cassinelo, que traçou novas orientações doutrinárias, procurando imprimir tanto uma aceitação do processo de transição enquanto fato consumado, quanto uma necessidade de adequação ao regime que seria inaugurado. Para Cassinelo a transição não apenas era uma realidade, como caberia ao órgão contribuir para a sua promoção[8].

Não obstante as contratações realizadas, a política conduzida por Cassinelo, que visava realmente produzir mudanças, causou enorme desconforto dentro do SECED, provocando uma autodepuração do órgão. Muitos militares que eram contrários à abertura voltaram para suas funções de origem. O rombo provocado por esta evasão foi tão significativo, que quando o órgão precisou articular operações visando assegurar a tranquilidade no país no momento em que ocorresse a iminente morte de Franco, o SECED teve que desenvolver uma atuação conjunta envolvendo os Ministérios do Interior e o Alto Estado Mayor[9].

Entretanto, a adoção de medidas para adaptar-se ao processo de transição não implicou que o SECED não se envolveria mais na vigilância ao sistema político, pois o ano de 1975 havia sido extremamente tumultuado para a Espanha, considerando a forte instabilidade política, os conflitos sociais, as várias ações terroristas produzidas pelo ETA, e a própria morte de Franco. Neste

---

Secretos de Carrero a Roldán. Madrid, Espana Hoy, 1995; GRAU, Anna. *De como La CIA elimino a Carrero Blanco y nos metió en Irak.* Madrid, Editorial Destino, 2011.

7 MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p.39.

8 NUMERIANO, Roberto. *Serviços secretos: a sobrevivência dos legados autoritários.* Recife, Editora UFPE, 2007, p.145.

9 URBANO, Pilar. *Yo entré enel CESID.* Madrid, Plaza & Janés, 1997, 125

processo, a elite militar que disputava espaços políticos de poder dentro do Estado protagonizou uma disputa interna pela hegemonia na condução dos órgãos de inteligência, não necessariamente antagonizando civis e militares pelo controle da comunidade, mas os próprios militares[10]. A morte do franquismo chegaria quase dois anos depois de seu criador, e o SECED seria extinto simplesmente pela chegada do novo regime.

Em termos de formação, o SECED teria contado com influência de alguns países, sobretudo Estados Unidos e Israel, por meio da CIA e do Mossad, respectivamente. Segundo o próprio San Martín (1983), os espanhóis teriam aprendido parte de seu trabalho principalmente com métodos e tecnologias norte-americanas[11]. Com eles aprenderiam técnicas de guerrilha urbana e de combate à subversão, e deles seriam os primeiros aparelhos capazes de interceptar as comunicações telefônicas e os microfones que utilizariam na pequena mesa instalada na própria sede da empresa de telefonia[12]. Outra importante fonte seria a Alemanha, para onde agentes seriam enviados para assistir cursos de operações especiais e para aprender a manusear e produzir equipamentos específicos para o exercício de seguimento e vigilância.

Em 1976 o coronel Andrés Cassinelo assumiu definitivamente o órgão, com a função de prepará-lo para sua mudança, na medida em que haveria eleições para presidente e a maioria dos partidos estaria legalizada. Para esta transição teria escolhido os melhores oficiais das forças armadas, em sua maioria diplomados do Alto Estado Mayor, que contavam com licenciaturas universitárias, conheciam outros idiomas e que haviam realizado cursos no exterior. Em julho de 1976 Adolfo Suárez foi nomeado presidente. Naquele momento já havia sido produzido pelo SECED um informe no qual eram apresentadas as reivindicações do próprio centro em relação à sua necessidade de modernização e definição de seus novos objetivos. Neste momento Cassinelo propunha o desaparecimento do órgão do qual era responsável, e a criação de outro que se adequasse às novas circunstâncias políticas, o que contava com o apoio do novo presidente e do futuro Ministro da Defesa, general Gutierrez Mellado, um dos homens fortes do processo de transição: "*En una democracia tenía poco sentido controlar y hasta actuar contra los partidos políticos*"[13]. Claro que esta não era uma opinião generalizada do órgão, pois mesmo depois de alguns radicais deixarem o SECED, ainda haviam ficado muitos outros que seriam refratários à transição.

---

10 NUMERIANO, Roberto. *Serviços secretos: a sobrevivência dos legados autoritários.* Recife, Editora UFPE, 2007, p.89 MARTIN, José Ignácio de. Servicio Especial. A las ordenes de Carrero Blanco. Barcelona, Editorial Planeta, 1983.

11 MARTIN, José Ignácio de. Servicio Especial. A las ordenes de Carrero Blanco. Barcelona, Editorial Planeta, 1983.

12 MARTIN, José Ignácio de. Servicio Especial. A las ordenes de Carrero Blanco. Barcelona, Editorial Planeta, 1983, p.145.

13 MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p.68.

Para dar andamento a este processo de reestruturação, o general Gutierrez Mellado convocou não apenas Andrés Cassinelo, mas também o chefe da divisão de inteligência do Alto Estado Mayor, Manuel Vallespín. Neste ato comunicou sua decisão de fundir as duas organizações em uma, e solicitou-lhes que preparassem um ante-projeto que estabelecesse as linhas gerais deste novo organismo[14]. Vale destacar que apesar de serem órgãos similares, o SECED e a Divisão desenvolviam funções totalmente distintas, o que causou desconforto e demora na elaboração do projeto, dada a dificuldade de diálogo. Por um lado, o órgão de Vallespin desenvolvia suas funções na mais estrita disciplina militar e refletia hegemonicamente uma determinada ideologia. Segredos sobre produção, aquisição e detenção de armamento de guerra, produção de informações sobre forças armadas externas (por meio de uma tímida presença no exterior, através de seus adidos militares nas embaixadas), e um setor considerado de extrema importância, responsável pela contraespionagem, estruturado com apoio norte-americano[15]. Estes homens não guardavam nenhum tipo de relação com as funções desenvolvidas pelos agentes do SECED, com os quais demonstravam, inclusive, algum desprezo. Seus membros eram considerados militares de escasso espírito militar e eram condenados por suas relações internas com a política[16]. Neste sentido é possível compreender as dificuldades que os dois responsáveis pelo pré-projeto atravessaram, e o que atrasou sua elaboração orgânica. Digo orgânica porque, não podendo seguir o ritmo lento desta elaboração, Suárez e Mellado, aos 04 de julho de 1977, apresentaram a nova estrutura administrativa do Estado, na qual se criava o Ministério da Defesa e a ele subordinado, o Centro Superior de Informação de Defesa (CESID)[17]. Para tanto o governo fixou o prazo de 04 de novembro para que a comissão encerrasse seus trabalhos. O CESID deveria deixar de ser um órgão orientado para o combate à subversão, e se tornar um centro de análise a serviço do Estado.

Os dois responsáveis tinham muitas resistências em relação ao novo órgão, cujas incertezas foram ainda balançadas pela segunda depuração promovida no centro: a legalização do Partido Comunista Espanhol (PCE). Tal ato deixou muitos militares atônitos, que não acreditavam no que consideraram uma falta de palavra do presidente Adolfo Suárez, e uma traição do Ministro da Defesa, Gutierrez Mellado. Naquele período, quase a totalidade dos membros do CESED eram militares e não ficaram nada satisfeitos com a decisão. Infiltrar agentes, controlar e reprimir as organizações comunistas havia sido a razão de ser do próprio órgão, e por extensão, de seus

[14] MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p.69.

[15] ALMENARA, Vicente. *Los Servicios de Inteligencia em España: de Carrero Blanco a Manglano.* Arco Press, Madrid, 2010, p.237.

[16] ALMENARA, Vicente. *Los Servicios de Inteligencia em España: de Carrero Blanco a Manglano.* Arco Press, Madrid, 2010, p.237.

[17] FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.189.

funcionários. Cassinelo também havia apoiado a decisão de Suarez, e juntamente com Mellado manteve uma postura firme no sentido de tranquilizá-los e convencê-los. Não obstante, a perda de sentido para o trabalho afetou vários de seus membros a ponto de pedirem sua baixa ou transferência. Segundo Medina, cerca de 30% dos membros teria abandonado o cargo[18]. Do restante, alguns poucos tinham convicções democráticas e apoiavam a pluralidade partidária sem exceções, e uma boa parte ficou no órgão, com algum grau de revolta e de resiliência.

O período se tornaria ainda mais conturbado naquele ano eleitoral (em 15 de junho ocorreram as primeiras eleições desde 1936), face à onda de atentados terroristas provocados pelo ETA, sobretudo sobre alvos militares. A revolta castrense foi fortalecida e os militares se viravam contra Gutierrez Mellado, a quem acusavam principalmente de complacente com o terrorismo e a subversão, em suas perspectivas, trava-se de um traidor.

Mas Mellado e Suárez não desistiram do processo de reforma das instituições, e para agilizar o difícil trabalho da comissão, procuraram atenuar alguns receios do que viria a ser o novo órgão: foi definido que o chefe do CESID seria uma militar com patente de general, e que não pertenceria a nenhum dos órgãos que estavam sendo fundidos.

Modo geral esta colocação, bem como a subordinação do novo órgão ao Ministério da Defesa, deixou o Alto Estado Mayor em situação relativamente mais confortável, o que não procederia para a maioria dos membros do extinto SECED, que viam com receio esta dependência. Como destaca Fernandez, receio muito compreensível, uma vez que durante anos esteve sob uma cômoda e rentável subordinação à chefia do Estado, que durante todos aqueles anos não havia imposto mudanças nem a seu caráter militar e nem à excessiva liberdade que gozava[19].

Assim, enquanto os membros dos órgãos de origem ainda lutavam para superar os receios da fusão, o CESID foi estruturado organicamente por meio do Decreto 2.723/77, o qual definiu seus objetivos, mantendo uma mesma estrutura responsável pelas questões internas e externas. Luis Bourgón López-Dóriga foi nomeado seu primeiro chefe e Andrés Cassinelo, quem havia lutado pela sua reforma, foi incorporado ao gabinete da Vice-presidência. O extremismo político, incluídos aí os movimentos *"involucionistas"* de extrema-direita e o terrorismo do ETA, bem como a projeção para o exterior, seriam seus novos objetivos. Vale destacar que Bourgón teria uma percepção muito distinta da de seu antecessor Andrés Cassinelo, e tentaria imprimir uma mudança radical no trabalho exercido pelo órgão. Em primeiro lugar, buscou frear a inserção do centro no mundo da política, uma vez que mesmo antes da promulgação da Constituição, algumas "atividades

[18] MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p.75.

[19] FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.189.

informativas" já haviam se tornado ilegais. Ou seja, não era mais permitido controlar e manipular os partidos políticos[20]. Mas teve problemas quanto ao outro delineamento, o foco *anti-involucionista.* Bourgón mostrou profundo desacordo com o direcionamento do governo, argumentando que o controle de seus companheiros de arma não faria parte de seu trabalho[21].

Por conta de suas convicções corporativas, Bourgón ficaria no cargo apenas até 1979. Aos 03 de janeiro daquele ano, o governador militar de Madrid foi assassinado pelo grupo ETA. O seu velório se transformou em um campo de batalha entre os que defendiam a democracia e os que não toleravam as mudanças que estavam sendo realizadas. Militares ofenderam diretamente o presidente Suárez e o Ministro da Defesa, Gutierrez Mellado, que mais uma vez foi acusado de traição. Bourgón se recusou a entregar uma lista com o nome dos militares participantes[22]. Pouco tempo depois foram detectadas três células *involucionistas* formadas por militares de alta patente e que contavam com importante apoio financeiro e de alguns políticos monarquistas, descontentes com o estado das coisas, principalmente em relação às ações terroristas provocadas pelo ETA[23]. Bourgón não resistiu à serie de atritos, e foi substituído por Gerardo Mariñas.

No fim dos anos setenta é possível afirmar que a suposta ruptura das estruturas duvidosas do SECED ainda não havia gerado mecanismos eficazes de produção de inteligência. Os meios materiais seriam insuficientes e inadequados para a proposta que estava sendo colocada. As poucas centenas de agentes do CESID se dedicavam aos temas que ocorriam na Espanha, e muito timidamente, tratavam de temas internacionais. Associado a isto estava o fato de que havia ocorrido um importante êxodo de agentes para seus órgãos de origem. Os responsáveis políticos por esta etapa eram conscientes do estado embrionário do órgão enquanto um serviço de inteligência, que em muito difere de um órgão de segurança, responsável por produzir informações para o processo repressivo. Também lamentariam a escassa utilidade das informações ali produzidas[24].

Gerardo Mariñas, seguindo as diretrizes do novo Ministro da Defesa que havia substituído Mellado após a crise anteriormente narrada (o general tornou-se vice-presidente), tratou de estabelecer um direcionamento do centro para as áreas externas. O objetivo era reformar e potencializar os órgãos de inteligência, produzindo uma comunidade de inteligência capaz de coordenar os departamentos de defesa, de assunto interior e exterior. Buscava-se profissionalizar os

---

20 MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p.76.

21 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.195.

22 RUEDA, Fernando. *Las Alcantarillas del Poder.* Madrid, La Esfera de lós Libros, 2011, p.34.

23 ALMENARA, Vicente. *Los Servicios de Inteligencia em España: de Carrero Blanco a Manglano.* Arco Press, Madrid, 2010, p.314.

24 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.199.

membros e promover maior eficácia e eficiência na produção de informação[25]. Mariñas deu início a um tímido processo de expansão dos agentes espanhóis para algumas partes do mundo, assim como fortaleceu o setor de combate ao terrorismo e a célula anti-involucionista do CESID, mas ficou pouco tempo no cargo, sendo substituído interinamente em 1981, por Narciso Carreras.

Em 1979 Mariñas havia criado uma seção de contra-inteligência de valor estratégico para o país, em um momento em que os interesses das médias e grandes potências estariam direcionados a conhecer e controlar a emergente Espanha, interesses que viriam tanto por parte de aliados ocidentais, como os Estados Unidos (mesmo com o serviço espanhol sendo fortemente influenciado pela CIA), como de inimigos ideológicos, a exemplo da extinta URSS[26]. Para o combate ao ETA encomendou, em 1980, um estudo aprofundado sobre movimentos terroristas que, concluído em 1981, serviria de referência para delimitar a nova política frente ao problema.

Quanto à tarefa de potencializar a célula *involucionista* naquele momento, tratava-se de uma missão quase impossível. A falta de convicção no governo ou na democracia por parte de muitos militares, deixava poucas opções sobre em quem confiar. Mais difícil era recrutar militares dispostos a vigiar seus próprios colegas, até mesmo porque, naquele momento era vedado ao CESID investigar militares e os centros militares. As células *anti-involucionistas* limitavam-se a trabalhar sobre os grupos civis de extrema direita. As divisões de informações do Alto Estado Mayor tinham competência exclusiva para realizar este tipo de investigação, o que seria alterado apenas após a tentativa de golpe de 23 de fevereiro de 1981, conhecido com 23-F.

O início dos anos de 1980 foi marcado por muitos ataques do ETA contra alvos militares, o que aprofundou ainda mais o mal estar no seio das Forças Armadas. Estes ataques fortaleceriam o número de adeptos à tentativa de golpe de estado, que se produziria e que contaria com o apoio de muitos membros do CESID: *"muchos agentes del CESID colaboraron activamente en el intento de que el golpe triunfara con la intención de que Armada presidiera un gobierno de concentración*"[27]. Poucos agentes defenderam abertamente a democracia na Espanha naquele período, e os que fizeram, sofreram perseguições a curto e médio prazo.

Posteriormente à tentativa de golpe, o diretor Interino Narciso Carrera foi substituído pelo tenente-coronel Emílio Alonso Manglano, quem conseguiria promover uma pequena ampliação da célula anti-involucionista, e mudanças que marcariam profundamente a evolução do CESID e a profissionalização de seus membros. Manglano assumiu o órgão com duas missões ordenadas pelo novo presidente Leopoldo Calvo Sotelo (Suárez havia caído meses antes): a de que lhe *"avisara del*

---

25 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.195.

26 RUEDA, Fernando. *Las Alcantarillas del Poder.* Madrid, La Esfera de lós Libros, 2011,140.

27 RUEDA, Fernando. *Las Alcantarillas del Poder.* Madrid, La Esfera de lós Libros, 2011, 37.

próximo golpe al menos cuatro dias antes", e que promovesse uma expansão do órgão para os países de maior interesse para a Espanha, a exemplo do Marrocos e a região do Sahara[28]. Estas regiões seriam de interesse imediato para o país, pois eram onde os membros do ETA conseguiam adquirir armas e instalar seus campos de treinamento[29].

Em primeiro lugar, Manglano promoveu uma imediata depuração (a terceira), retirando do centro vários suspeitos de golpismo. Mesmo com a vitória do partido de oposição, o PSOE, ele permaneceu no cargo e tratou de desmontar a antiga estrutura, rodeando o novo Ministro da Defesa Narcís Serra, de generais leais à democracia. O PSOE manteve as prioridades estabelecidas por Suárez e Cotelo: contenção das ameaças internas ao processo de consolidação democrática, combate ao terrorismo separatista, e assentamento do centro em zonas de interesse prioritário[30]. Estas diretrizes visavam, entre outros fatores, favorecer a candidatura de entrada da Espanha na OTAN. Para tanto, várias questões necessitavam mudanças, principalmente o problema da rotatividade dos cargos de direção (entre 1977 e 1981 haviam sido três diretores: Bourgón, Mariñas e Carreras), fortemente criticado pelos serviços estrangeiros. A presença na OTAN requeria estabilidade e confiança por um lado (era necessária uma autoridade nacional responsável por receber as informações classificadas geradas pela organização e um canal estável de comunicação entre a OTAN e o Estado), e presença internacional no outro. Sua entrada estaria condicionada pela necessidade de mudanças em sua política externa e por sua orientação em direção à própria Europa, ao Mediterrâneo e à América Latina.

No período de Manglano o CESID revelou uma tendência a se autonomizar no aparelho de Estado, sobretudo como uma forma de se preservar institucionalmente na dinâmica das mudanças. Foi neste processo também que teve início a resolução de um impasse gerado pela presença militar em um órgão voltado para a inteligência civil. Houve uma transição do caráter dualista do órgão, que de "apoio" ao golpe de 1981, transformou-se efetivamente no responsável pelo processo de desmantelamento do movimento *involucionista*, ao desarticular os preparativos de militares que propunham promover um atentado ao rei e ao primeiro-ministro no dia 02 e junho de 1985, durante a parada militar em La Coruña. Deste modo, com a depuração promovida após a tentativa de golpe de 1981 e o fracasso de La Coruña em 1985, o CESID pode privilegiar seus dois outros objetivos: o terrorismo do ETA, e promover sua expansão externa. Desde 1981 já havia um intenso acompanhamento da banda separatista, sendo a expansão externa seu maior e inovador desafio, a qual representaria sua atuação efetiva como órgão de inteligência.

---

28 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.202.

29 RUEDA, Fernando. *Las Alcantarillas del Poder.* Madrid, La Esfera de lós Libros, 2011,129.

30 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.206.

Em 30 de maio de 1982 a Espanha entrou para a OTAN, produzindo mudanças profundas no órgão, que iam desde a criação de um canal seguro para a transmissão das informações e o desenvolvimento de técnicas que aprimorasse seu sistema de segurança, ao seu fortalecimento no que diz respeito à capacidade de adquirir informação e produzir respostas, uma vez iniciado seu processo de expansão externa. Para a segurança de suas informações foi criado, ainda em 1982, *a Oficina Nacional de Seguridad.* Outro incremento de suas medidas de proteção ocorreu por meio de sua adesão ao extinto *Coordinating Committee for Multilateral Esport Controls* (COCOM), um comitê do qual participavam praticamente os mesmos membros da OTAN e que, amparados em uma série de acordos informais, regulava a exportação de tecnologia ocidental para os países do leste, suscetíveis de duplo uso[31].

A expansão do CESID era extremamente necessária, uma vez que até 1981 o CESID teria escassos agentes na América-Latina, Europa e no norte da África. Além das novas contratações, sua ampliação internacional crescia na medida em que se desarticulava o movimento *involucionista*, pois mais agentes tornavam-se disponíveis para atuar em outras áreas. Tanto para o CESID quanto para a diplomacia espanhola, América-Latina e Magreb, por extensão o mundo árabe, eram foco de atenção prioritária[32]. Ao largo de 1982, grupos de delegados do SECID foram destinados a quatro países latino-americanos e contaram com apoio da CIA para capacitar seus agentes nos temas concernentes. Participavam de palestras e observavam como seus anfitriões atuavam ante cada uma das diferentes situações que lhes apresentavam. Para entrar no Magreb, buscaram apoio da *Direction Générale de la Sécurité Extérieure* (DSGE) francês, do *Bundesnachrichtendiest* (BND) alemão e, principalmente da agência israelense, *Mossad*[33]. Além da *CIA,* o *Mossad* era um dos órgãos de maior presença na Espanha[34]. Tinha interesse em aumentar sua inserção no país e junto ao novo órgão, pois via com muito interesse as informações sobre os países árabes que a Espanha poderia lhe fornecer em troca de capacitação[35]. Segundo Rueda (2011) e Fernandez (2005), nos anos de 1990, o CESID teria cerca de 90 delegações pelo mundo.

Neste momento a ordem mundial já estava completamente alterada. A queda do muro de Berlin, o desmembramento da União Soviética, o fim do Pacto de Varsóvia, entre outros fatores, desfiguraram o antigo inimigo e trouxeram à tona uma realidade multipolar. A assimetria dos novos

---

31 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.251

32 RUEDA, Fernando. *Las Alcantarillas del Poder.* Madrid, La Esfera de lós Libros, 2011, 140.

33 MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p. 168.

34 GRAU, Anna. *De como La CIA elimino a Carrero Blanco y nos metió en Irak.* Madrid, Editorial Destino, 2011, p.34.

35 URBANO, Pilar. *Yo entré enel CESID.* Madrid, Plaza & Janés, 1997, p.59.

inimigos, como o narcotráfico, o crime organizado, as migrações massivas, lavagem de dinheiro etc., criaram novos desafios aos sistemas de defesa e segurança de todo o mundo.

Um dos eventos que marcaria significativamente a ruptura da dependência da inteligência espanhola, sobretudo em relação à CIA, ocorreria durante a Guerra do Golfo, quando o SECID deixaria de ser considerado como um serviço voluntarioso e passaria a ser tratado como igual por seus pares. Para surpresa de muitos, o conflito instalou-se dia 02 de agosto de 1990, com a invasão do Kwait pelo Iraque. Após uma reorganização de pessoal, que inclui convocação de pessoal em férias, transferências e deslocamentos, em 09 de agosto a Espanha já havia montado uma célula de crise. Analistas especializados em Oriente Médio, especialistas em informática, engenheiros de comunicações, tradutores, economistas, psicólogos etc., começaram a preparar informes[36]. Nestes informes constariam informações sobre a distribuição militar, as repercussões econômicas, as consequências que a crise poderia produzir na Espanha e nos países ocidentais e árabes, assim como seguimento psicológicos dos principais líderes envolvidos[37].

A Espanha também se destacou neste conflito ao constituir-se, por meio de seu diretor, em importante intermediário, que trataria de questões delicadas entre os países aliados e os líderes iraquianos, bem como pela qualidade das informações produzidas por suas redes implantadas no Oriente Médio e no norte da África[38]. Estes fatores, somados à incorporação de navios da Armada Espanhola à frota que vigiava o cumprimento do bloqueio ditado pela ONU contra o Iraque, supôs uma mudança radical na orientação dos trabalhos dos oficiais do CESID. Um refinamento dos informes, que de generalistas passaram a atender aos pedidos do governo e das necessidades impostas pelos Ministérios da Defesa e do Exterior.

Outra situação fortaleceria as bases da nova inserção espanhola no exterior. A instabilidade produzida na Europa Oriental, viabilizada pelos movimentos nacionalistas e religiosos, forçaram a expansão espanhola para o leste europeu. Em 1991, quando Eslovênia e Croácia declaram sua independência, o governo espanhol, que já havia apresentado sua candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, e que desejava ter um papel cada vez mais ativo junto à Comunidade Europeia e à OTAN, exigiu de seus agentes o máximo de informações possível. Preocupava-lhes a ameaça de uma crise interna naqueles países que pudesse gerar refugiados e produzir uma imigração massiva para o país. A Espanha queria informações confiáveis e desta forma fortaleceu cada vez mais sua independência em relação aos serviços de inteligência das potências ocidentais.

---

36 MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p. 237.

37 MEDINA, Francisco. *Las sombras del Poder. Los Servicios Secretos de Carrero a Roldán.* Madrid, Espasa Hoy, 1995, p.236.

38 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p.243.

Paralelamente, o governo seguia conquistando vitórias no campo interno, quando conseguiu desarticular o grupo Terra Lliure, que lutava para conseguir a independência da Cataluña. Nos preparativos de segurança para os Jogos Olímpicos de 1992, o grupo foi totalmente desmantelado a partir da infiltração de um agente do CESID.

Mas não só de flores viveu o órgão neste período. Em 1991 o responsável pelo Departamento de Ações Operativas (DAO), Alberto Perote, foi exonerado de seu cargo e levou consigo 1.245 documentos classificados, que a partir de 1992 passou a vazar para a imprensa, como forma de abalar a administração do PSOE. Neste período a agência seria constante alvo de "*aparición de noticias en los medios de comunicación que desvelaban sus comportamientos irregulares o simplemente ilegales, y las contraacusaciones directas o indirectas del Ministro de la Defensa e el Gobierno*"[39]. O governo denunciava a existência de agentes que estariam vazando noticias com o único propósito de provocar danos ao próprio Centro. Manglano sobreviveria a estes escândalos até que em 1995 foram vazadas informações de que o SECID teria realizado escutas das conversas do rei Juan Carlos. Desta vez caem, não apenas o diretor do órgão, como o ministro da Defesa, Julián Garcia Vargas, e o próprio vice-presidente Narcís Serra, ex-responsável pela pasta da Defesa.

Desta forma em 1995, com a saída de Manglano, o novo diretor Félix Miranda e seu secretário-geral Jésus Olmo, aceleram a elaboração de um estatuto para o pessoal do SECID que buscava claramente limitar os direitos dos agentes e evitar novos vazamentos. A agência viveu a pior crise de sua história. Sem conhecer o conteúdo dos documentos subtraídos, o CESID se paralisou e caiu no ostracismo. Era o fim da Era Manglano.

A respeito desta "Era" é possível afirmar que a Espanha mudou sua presença no mundo em termos de inteligência, forçando seu processo de aperfeiçoamento. Paralelamente à expansão internacional que tem início no princípio dos anos de 1980, e impulsionado pela paulatina redução do movimento *involucionista,* Manglano procurou potencializar sua área de contra-inteligência, segurança tecnológica e inteligência exterior, face sua integração junto à OTAN. Além destes objetivos técnicos, o plano também possuía seus fins políticos. Era preciso reordenar as missões e capacidades do órgão, tarefa que nem Suárez, nem Cotelo ou Gonzalez haviam conseguido[40]. Neste sentido, Manglano promoveu profundas alterações, que tiverem início com a conversão do SECID em um órgão de informação vinculado à Presidência, ainda que dependente em termos organizacionais do Ministério da Defesa[41], e cuidou de adquirir autonomia em termos de produção

[39] RUEDA, Fernando. *Las Alcantarillas del Poder.* Madrid, La Esfera de lós Libros, 2011, 172.
[40] NUMERIANO, Roberto. *Serviços secretos: a sobrevivência dos legados autoritários.* Recife, Editora UFPE, 2007, p.231.
[41] FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Alianza Editorial, 2005, p 225.

de inteligência, o que causou uma crescente independência em relação à CIA, atingindo a agência estadunidense no que ser referia tanto ao apoio que o SECID lhe demandava, em termos de formação e produção de tecnologia, quanto implicou uma limitação na atuação dos agentes norte-americanos no solo Espanhol:

> España deja de ser un sitio donde cualquier idiota puede ganarse la vida como agente de la CIA y ponerse a taladrar la pared de un hotel de Madrid para endosarle un micrófono a un prominente huésped árabe. En lo sucesivo tendrán que mandar personal que hile mucho más fino"[42].

A partir de então o CESID produziria a informação que lhe era necessária, e quando "*lo creían conveniente*", a compartilhariam com os norte-americanos[43].

Neste período também é possível afirmar que houve um esvaziamento do órgão como espaço de luta política. As depurações e auto-depurações realizadas no órgão, associadas às definições de objetivos e políticas de pessoal empreendidas por Manglano, conduziram a um progressivo afastamento de militares no controle do órgão em seus variados níveis. Segundo Numeriano (2007), tratar-se ia de uma *despolitização* similar à processada pelas forças armadas a partir do início da transição[44].

A expansão internacional da Espanha teria sido viabilizada justamente pela superação da inércia provocada pelo crescimento desordenado da atividade na democracia, quanto pela superação desta rivalidade entre agências, que deu passagem à cooperação[45]. A partir clara definição das missões do órgão, e o fim da sobreposição de funções entre as diversas agências de inteligência, que a partir de então não teriam que disputar as mesmas missões e orçamento, não apenas foi viabilizada a cooperação entre os distintos órgãos, como o SECID se deslocou para o centro do sistema de inteligência espanhol.

---

42 GRAU, Anna. *De como La CIA elimino a Carrero Blanco y nos metió en Irak.* Madrid, Editorial Destino, 2011, p.339.

43 RUEDA, Fernando. *Las Alcantarillas del Poder.* Madrid, La Esfera de lós Libros, 2011, 59.

44 NUMERIANO, Roberto. *Serviços secretos: a sobrevivência dos legados autoritários.* Recife, Editora UFPE, 2007, 231.

45 FERNANDEZ, Antonio M. Díaz. *Los Servicios de inteligencia españoles. Desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición.* Madrid, Albianza Editorial, 2005, p.236.

ARTIGOS

Os apuros de um professor: Libânio e o cotidiano escolar em Antioquia

A professor at bay: Libanius and the everyday life of his school in Antioch

Gilvan Ventura da Silva [1]
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Nascido em 314, de uma família ilustre de Antioquia, Libânio, após completar a sua formação educacional, se estabelece em Nicomédia e Constantinopla como professor de retórica, angariando ampla reputação. Em 354, solicita e obtém de Constâncio II autorização para regressar à sua cidade natal, Antioquia, passando a ocupar a cátedra pública de ensino do grego. Um dos escritores mais prolíficos do final do Mundo Antigo, Libânio nos legou um grande volume de cartas e orações sobre os mais diversos assuntos, incluindo o cotidiano de sua escola (*didaskaleion*). Tendo em vista essas considerações, pretendemos refletir, nesse artigo, sobre alguns problemas enfrentados por Libânio no exercício do magistério, em especial a indisciplina dos alunos, a falta de pagamento dos professores e o desinteresse pela língua e literatura gregas.

Palavras-chave: Antioquia; Libânio; Antiguidade Tardia; Educação; Cotidiano.

Abstract

Libanius was born in 314, in one of the wealthiest families of Antioch, the metropolis of the Syrian province. After taking a degree as sophist in Athens, he started teaching Greek language and rethoric in Nicomedia and Constantinople, acquiring an enviable reputation. In 354, he asked Constantius II permission to return to his homeland, Antioch, where he was appointed as public professor by the local council. Libanius was one of the most prolific writer of the Later Roman Empire, leaving a large bulk of letters and speeches about several issues, including the everyday life of his school (*didaskaleion*). In this connection, we aim at discussing, in this article, some troubles faced by Libanius as professor, namely the indiscipline of the students, the lack of payment of the tuition fees and the lack of interest regarding Greek tongue and literature.

Keywords: Antioch; Libanius; Later Roman Empire; Education; Everyday life.

- **Enviado em: 03/09/2012**
- **Aprovado em: 27/11/2012**

[1] Professor de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Coordenador da seção ES do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) e bolsista produtividade do CNPq.

Uma vida dedicada ao ensino

Libânio foi não apenas um dos mais célebres oradores de toda a Antiguidade, como aquele que nos legou uma das mais volumosas coleções de obras em língua grega, dentre as quais figuram exemplares de diversos gêneros da literatura antiga, tais como panegíricos, inventivas e cartas. Nascido em 314, em Antioquia, a metrópole da província da Síria que à época, antes da fundação de Constantinopla, era a maior cidade do Oriente romano, Libânio provinha de uma das mais ilustres famílias da elite local, o que lhe proporcionou o acesso a uma educação esmerada. Tendo cursado, como de praxe, as lições do mestre-escola e, em seguida, as do *grammaticus*, Libânio, aos quinze anos de idade, passa a se dedicar em tempo integral aos estudos de retórica, razão pela qual decide abandonar os combates de gladiadores, as corridas do hipódromo e as *performances* teatrais, como ele mesmo nos conta na sua *Autobiografia*.[2] Após cinco anos sob a supervisão dos retores e sofistas de Antioquia, empreende, em 336, uma viagem a Atenas, o mais importante centro de estudos de língua e retórica gregas do Império, aí permanecendo por quatro anos. Em 340, devido a distúrbios envolvendo alunos e professores, o governador da província determinou que os sofistas fossem privados de suas cátedras. Já reconhecido como um expoente em língua e literatura gregas, Libânio é então indicado, aos vinte e seis anos de idade, para o cargo de professor em Atenas, mas por maquinações dos concorrentes é forçado logo depois a deixar a cidade, rumando para Constantinopla, há pouco inaugurada.[3] Na nova Capital, inicia uma carreira promissora, mas cercada de contratempos, na medida em que a concorrência entre os professores era intensa. Ameaçado de morte pelos rivais, recebe das cúrias de Niceia e de Nicomédia, duas cidades vizinhas, a proposta para atuar como professor de grego, optando pela segunda, na qual permanece por seis anos, de 343 a 349. A fama alcançada em Nicomédia aliada a um bem-sucedido panegírico em louvor a Constâncio e Constante lhe renderam um convite para assumir a cátedra de retórica grega em Constantinopla, o que fazia dele, de certo modo, um funcionário imperial. A despeito de todo o sucesso obtido na Capital, Libânio acalentava o desejo de regressar à sua cidade natal, que logrou visitar em 353, a primeira vez desde que havia partido para Atenas. Determinado a deixar Constantinopla, Libânio insiste junto à corte para obter a sua liberação, alegando motivos de saúde. No início do ano seguinte, em 354, sua solicitação é enfim atendida e o orador se estabelece definitivamente em Antioquia, aí permanecendo até sua morte, após 393.[4]

---

2 LIBANIOS. *Autobiographie*. Texte établi par Jean Martin et traduit para Paul Petit. Paris: Les Belles Lettres, 1979, I, 5.

3 POTTER, D. S. *The Roman Empire at bay* (AD 180-395). London & New York: Routledge, 2004, p. 571.

4 LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Antioch: city and administration in the Later Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1972, p. 3.

Ao chegar a Antioquia, em 354, Libânio é obrigado a recomeçar a carreira. Sem local apropriado para ensinar, instala a escola na própria residência, onde leciona para uma classe de quinze estudantes que havia trazido da Capital. Exercendo um ofício marcado pela rivalidade entre os professores, que competiam por prestígio profissional, mas principalmente por alunos, Libânio necessitava conferir uma visibilidade maior ao seu trabalho, o que o levou a transferir a escola para a zona central da cidade até que, ao obter a cátedra municipal de ensino de retórica, passa a ensinar no *bouleuterion*, ou seja, no recinto que abrigava a cúria urbana. O edifício contava com uma sala de conferências coberta (*theatron*) e quatro colunatas que cercavam um pátio interno convertido em jardim, locais onde Libânio costumava declamar suas orações e ministrar suas aulas. Ao assumir a cátedra de grego, Libânio é declarado sofista oficial de Antioquia, acumulando as tarefas de primeiro orador e de professor de retórica mais graduado, o que representa para ele o ápice da carreira profissional. Embora houvesse outros sofistas ensinando em caráter privado, sua escola (*didaskaleion*) era a única pública.[5] Na estrutura do *didaskaleion*, Libânio não era propriamente um professor, desempenhando muito mais as funções de um coordenador ou supervisor ao liderar uma equipe composta por diversos outros retores. Do ponto de vista pedagógico, uma das suas principais incumbências era pronunciar as *orationes* de abertura e encerramento do ano letivo, quando então os alunos podiam apreciar de perto a excelência retórica do sofista. Afora isso, Libânio dividia seu tempo entre a composição de discursos, muitos deles em prol de amigos e de implicados em juízo, a expedição de cartas de recomendação para os ex-alunos, das quais possuímos diversos exemplares, e a socialização com os notáveis de Antioquia, atividade importante para um professor que desejasse reforçar ou conservar o seu prestígio na cidade.

Libânio, ao longo da sua carreira, foi testemunha das transformações próprias da fase tardia do Império, incluindo a perda progressiva de influência de Antioquia, eclipsada, tanto em termos políticos quanto em termos culturais, por Constantinopla, bem como a ascensão de um novo sistema religioso, o cristianismo, com o esvaziamento progressivo da devoção às divindades greco-romanas. Em suas obras, encontramos referências preciosas sobre esses e outros temas relevantes para a sociedade da época, o que as torna leitura indispensável para todos os interessados em conhecer um pouco do cotidiano imperial na Antiguidade Tardia. Todavia, num aspecto em particular Libânio revela-se uma fonte insuperável: na descrição das mudanças observadas no sistema de ensino greco-romano entre os séculos IV e V e, mais que isso, no tratamento dos dilemas enfrentados, no dia a dia, pelos professores, uma vez que o autor, em diversas ocasiões, foi levado a se pronunciar a respeito dos desafios que cercavam o exercício do magistério, com destaque para as dificuldades no

[5] CRIBIORE, R. *The school of Libanius in Late Antique Antioch*. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 37 e ss.

relacionamento entre professores, pais e estudantes, fruto, em grande parte, de uma situação de indisciplina na qual os docentes eram a todo o momento confrontados pelos seus alunos, o que os tornava inseguros como profissionais e receosos quanto ao seu próprio futuro. Nosso propósito, nesse artigo, é refletir, com base nas orações educacionais de Libânio, sobre os desafios colocados aos professores de retórica grega no Oriente, num momento em que se delineia uma alteração considerável no currículo escolar dos retores e sofistas cuja origem é a tendência a se reservar um tempo menor para o estudo do grego, com a consequente ampliação da carga horária dos estudos de latim e de Direito, disciplinas capazes de garantir aos filhos da elite uma próspera carreira pública como advogados ou como funcionários dos inúmeros escritórios que compunham a chancelaria imperial e a administração provincial. Vendo a disciplina à qual dedicou praticamente toda a existência perder importância, Libânio demonstra por vezes azedume e nostalgia ao tratar das condições de trabalho dos professores, o que não enfraquece, em absoluto, o valor das informações que nos legou, resultado da sua própria experiência ao longo de mais de cinquenta anos de magistério. Todavia, antes de passarmos a tratar dos problemas vividos por Libânio em sua escola, talvez fosse oportuno dedicar algumas linhas ao lugar ocupado pelo professor dentro do sistema educacional do Império Romano.

Mestres, gramáticos, retores e filósofos

As quatro principais categorias de professores no Império Romano eram, de acordo com o nível e a especialização dos estudos, o mestre-escola (*magister institutor litterarum*), o gramático (*grammaticus*), o retor (*rhetor*) ou sofista (*sophistes*) e o filósofo (*philosophus*). O mestre-escola, a despeito de atuar na zona rural ou na zona urbana, era por via de regra uma personagem humilde, de baixa extração social, que exercia uma profissão penosa e mal remunerada, como comprova o edito de 301 promulgado por Diocleciano, no qual o salário do *magister* é o mesmo do pedagogo – o escravo ou liberto que acompanhava os alunos às lições –, ou seja, 50 denários por aluno ao mês.[6] A equivalência da remuneração não deve nos surpreender, pois o *magister*, pertencendo aos estratos inferiores da sociedade, não raro era ele mesmo um escravo ou liberto, sobre o qual, inclusive, pairava certa desconfiança quanto à integridade de caráter pelo fato de lidar com crianças. À escola do *magister* comparecem os meninos e meninas a partir dos seis anos de idade, embora não se observe, em Roma, nenhuma prescrição oficial no que diz respeito à idade recomendável para a escolarização dos alunos. Somente mais tarde, em 370, Valentiniano estipulará uma idade limite de

[6] MARROU, H. I. *História da Educação na Antiguidade*: São Paulo: E.P.U., 1990, p. 415.

vinte anos para alguém concluir os estudos de retórica em Roma.[7] Da mesma maneira, não existia um currículo-padrão, ou seja, um repertório básico de temas, disciplinas ou assuntos a ser ensinado por todas as escolas do Império, ficando a seleção dos conteúdos a cargo dos professores, de acordo com as normas tradicionais que regiam a profissão. Seja como for, esperava-se que o *magister* ensinasse os seus alunos a ler e a escrever, assim como rudimentos de gramática e de aritmética. Cumpre salientar que o aprendizado era calcado no estímulo à capacidade mnemônica do aluno, uma vez que, nesse nível, não costumavam ser adotados livros de textos. O processo pedagógico encontrava-se assim centrado na pessoa do *magister*, comportando naturalmente um alto grau de emulação, de reprodução daquilo que o professor dizia e fazia, como de resto todo o sistema educacional greco-romano, com a possibilidade de se recorrer a castigos corporais a fim de "despertar" o interesse dos alunos pelo que era ensinado.[8]

Se o *magister* ocupava amiúde uma posição subalterna na escala social, o mesmo não se pode dizer do *grammaticus* e do retor, pertencentes à elite letrada com condições não apenas de reproduzir conhecimentos, mas também de elaborar composições da sua própria lavra. Concluído o curso de primeiras letras, o aluno, por volta dos dez anos de idade, ingressava na escola do gramático, responsável por iniciá-lo na leitura e interpretação da literatura clássica. O programa iniciava-se com a morfologia dos substantivos e dos verbos, tal como aparecia nessa literatura, para em seguida deter-se nas exceções no uso da língua, o que representava um significativo aprofundamento. Nesse nível, já eram utilizados livros-textos, com destaque para *A arte da gramática*, de Dionísio Trácio, um autor ativo no século II a.C., e para os poemas homéricos, que constituíam a súmula da *paideia*, por assim dizer. Algumas vezes liam-se também excertos de Hesíodo, de Demóstenes, de um tragediógrafo ou poeta.[9] Assim como ocorria com o *magister*, o método de trabalho do *grammaticus* envolvia uma boa dose de leitura oral e de memorização, pois os livros eram artigos raros e caros.[10] Do ponto de vista financeiro, a situação do *grammaticus* diferia bastante da do *magister*, pois sabemos que, no início do século IV, Diocleciano fixou seu ordenado em duzentos denários por aluno ao mês, uma cifra quatro vezes maior do que aquela paga ao mestre-escola, mas ainda assim modesta se comparada aos rendimentos obtidos em outras profissões. Desse modo, embora tenhamos conhecimento de gramáticos como Rêmio Palémon que,

7 PHARR, C. & DAVIDSON, T. S. (Ed.) *Codex Theodosianus and novels and Sirmondian Constitutions*. Princeton: Princeton University Press, 1952, 14,9,1.
8 BROWNING, R. O professor. In: CAVALLO, G. (Org.) *O homem bizantino*. Lisboa: Presença, 1998, p. 95.
9 LAISTNER, M. L. W. *Christianity and Pagan culture in the Later Roman Empire*. Ithaca: Cornell University Press, 1978, p. 11.
10 BROWNING, R. O professor. In: CAVALLO, G. (Org.) *Op. cit.*, p. 96-97.

no Alto Império, chegaram a auferir uma renda anual de 400 mil sestércios, quantia suficiente para promovê-los à *ordo* equestre, essa era sem dúvida uma exceção notável.[11]

Acima do *grammaticus*, temos o *rhetor*, *orator* ou *sophistes*, a quem cabia ensinar os alunos a desenvoltura e a elegância no manejo escrito e oral da língua, razão pela qual a oratória, a arte do bem falar, constituía o núcleo do currículo escolar. O retor não era apenas um professor, mas atuava também como orador e porta-voz da municipalidade, sendo chamado a declamar suas composições em diversas oportunidades: abertura de jogos e festivais, solenidades fúnebres, comemorações imperiais, rituais religiosos e outras. Além disso, o retor cumpria um importante papel de mediador entre a sua cidade e a corte, atuando por vezes como intercessor perante o governador de província ou mesmo a *domus* imperial, função que lhe permitia desfrutar da estima e admiração dos seus compatriotas. Em geral, o aluno que dispusesse de recursos financeiros para dar continuidade à formação iniciada com o *grammaticus* passava à supervisão do retor por volta dos quatorze anos de idade, dedicando-se ao estudo dos mais diversos gêneros literários. O ensino era ministrado com base em uma coletânea de *progymnasmata*, textos sucintos que ilustravam os gêneros das composições acompanhados de exercícios. Após anos de treinamento, o aluno estava preparado para o estudo dos tratados de retórica, dos quais o de Hermógenes de Tarso (160-235) era o mais utilizado.[12] Durante todo o período imperial, o conhecimento detalhado das regras de gramática e de retórica, e não a filosofia, foi sempre considerado o indício por excelência de cultura, o que conduzia inevitavelmente a uma clivagem entre retores e filósofos, embora ambos fossem tidos como especialistas em estudos avançados. Dentro do sistema educacional vigente no Império Romano, os estudos filosóficos constituíam matéria optativa, havendo a princípio duas modalidades de curso: um introdutório, fundado na lógica aristotélica e reservado àqueles que estivessem por concluir sua formação em retórica, e outro de aprofundamento, voltado para aqueles que desejassem tornar-se professores de filosofia. Nessa segunda etapa, o autor de referência era Platão, seguido por Aristóteles. Embora retores, sofistas e filósofos nem sempre fossem oriundos dos estratos superiores da sociedade imperial, costumavam ser figuras honradas por suas comunidades e mesmo pelas autoridades públicas, especialmente se demonstrassem *expertise* no exercício da função, o que os distinguia dos *magistri* e dos gramáticos. Apenas a partir do século III verificamos certo decréscimo no prestígio dessas personagens, que não são mais, como outrora, destinatárias de honrarias por parte da comunidade cívica, orgulhosa de contar com os seus serviços,[13] embora não devamos exagerar acerca desse aspecto, uma vez que a trajetória de

11 MARROU, H. I. *Op. cit.*, p. 424.
12 BROWNING, R. O professor. In: CAVALLO, G. (Org.) *Op. cit.*, p. 97-98.
13 CRIBIORE, R. *Op. cit.*, p. 43.

indivíduos como Ausônio, preceptor de Graciano, e Eugênio, aclamado imperador em 392, não deixam dúvida do valor social atribuído aos retores e sofistas na Antiguidade Tardia.

Retores e filósofos, de modo geral, eram detentores dos códigos de transmissão da *paideia*, da formação cultural de alto nível que constituía patrimônio da elite greco-romana. Tendo como espinha dorsal o ensino da língua, da literatura e da mitologia, a *paideia* pode ser definida como um conjunto de conhecimentos e de regras de comportamento altamente convencionais que visam ao preparo do indivíduo para o exercício da vida pública, o que explica a ênfase na oratória, no bem falar, assim como na elegância dos gestos e na entonação da voz, habilidades inequívocas de alguém treinado na escola dos retores e sofistas. No Império Romano, para além da fortuna que um indivíduo possuísse, sua posição social, poderíamos mesmo dizer seu status, dependia também de variáveis de natureza extraeconômica, como a tradição familiar e, de modo muito particular, o nível de instrução recebido, pois a *paideia* era considerada um critério de distinção entre uma categoria social que se julgava superior, seja do ponto de vista moral, intelectual ou mesmo biológico (os portadores da *humanitas*), e uma massa de pessoas tidas como "ignaras", "inferiores" ou "infames". Quanto a isso, vale a pena recordar que a escolarização, na Antiguidade, era um processo não apenas complexo, envolvendo um sem número de tarefas repetitivas impostas aos alunos, mas também bastante oneroso, especialmente para aqueles que se dispusessem a deixar a sua cidade e rumar para os grandes centros de ensino, como eram Roma, Alexandria, Atenas, Antioquia, Gaza, Beirute ou Constantinopla. O ganho simbólico e material obtido, no entanto, valia todos os esforços consumidos na tarefa, pois a *paideia*, como bem assinala Peter Brown,[14] não apenas conferia identidade a uma elite cuja coesão tendia a ser bastante frouxa devido à vastidão territorial do Império, mas também ratificava a sua condição de liderança, pois por intermédio da *paideia* os indivíduos eram capacitados para assumir os principais postos da administração municipal, provincial e imperial. Por essa razão, a *paideia*, ao contrário do que muitas vezes se supõe, não era tão somente um valor tradicional mantido por uma aristocracia ciosa do seu passado de glória e dos seus títulos de nobreza, mas um instrumento eficaz de ascensão/afirmação social, em particular na fase tardia, quando ocorre um incremento extraordinário da burocracia civil e militar, o que exige, em contrapartida, um maior número de pessoas qualificadas para atuar nos diversos ramos da administração pública.

Essa importância conferida à *paideia* contrasta de certo modo com a condição social dos professores que, como profissionais liberais, encontravam-se sujeitos a diversos contratempos. A princípio, é necessário esclarecer que, em Roma, nunca houve uma magistratura encarregada da supervisão ou inspeção dos estabelecimentos de ensino, cabendo aos próprios professores toda a

[14] BROWN, P. *Power and persuasion in Late Antiquity*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992, p. 39.

responsabilidade pelo serviço que prestavam, o que, se por um lado os livrava da intervenção direta do Estado, por outro dava margem a que profissionais com qualificação duvidosa, mas com certa influência política, fundassem suas escolas e disputassem espaço com os demais. O salário, como ressaltamos acima, não era dos mais rentáveis, especialmente para os *magistri* e *grammatici*. Com Vespasiano, no entanto, gramáticos e retores são isentos dos *munera*, os encargos compulsórios exigidos de quando em quando aos cidadãos – aprovisionamento das tropas, contribuição para a ginasiarquia, participação nos colégios sacerdotais e outras –, estendendo-se assim aos professores um privilégio até então concedido apenas aos médicos. O imperador foi também responsável por inaugurar o sistema de cátedras oficiais de ensino de retórica latina e grega, cujos detentores passavam a fazer jus a uma subvenção anual paga com recursos do tesouro. De início, apenas Roma foi favorecida, mas com Marco Aurélio são instituídas, em Atenas, uma cátedra de retórica grega e quatro de filosofia. Mais tarde, no século IV, será a vez de Constantinopla. Já as cidades não tardam em criar as suas próprias cátedras de ensino remuneradas com verba pública ou privada, não sabemos ao certo. Seja como for, por todo o Império vemos se multiplicar a *schola publica* ou *municipalis*, que congrega professores subsidiados com *salarium publicus*, tanto no Oriente como no Ocidente, a exemplo de Lião, Besançon, Toulouse, Cartago, Milão, Nicomédia, Niceia e Antioquia. Os professores da *schola publica* eram nomeados e destituídos por decisão do Senado, para o caso de Roma e Constantinopla, ou da cúria local, em se tratando dos municípios. Desde o governo de Marco Aurélio o candidato ao cargo deveria submeter-se a uma seleção (*probatio*) que Juliano regulamentou num texto legal.[15] A despeito de todo o apoio oficial, é conveniente não perder de vista que o magistério era uma profissão na qual prevalecia a iniciativa privada, uma vez que as cátedras criadas pelas autoridades imperiais e municipais abrigavam amiúde apenas os retores, os professores de ensino superior, de maneira que, para os níveis inferiores, os próprios familiares deveriam prover o pagamento dos professores. Além disso, as vagas disponíveis na *schola publica* não eram suficientes para atender à demanda. Desse modo, mesmo no nível superior havia uma intensa concorrência entre os professores que, em alguns casos, assumia contornos dramáticos, como demonstram as vicissitudes da carreira de Libânio. Dentre as dificuldades experimentadas pelos professores no exercício da profissão, as mais recorrentes diziam respeito à indisciplina dos alunos, à irregularidade no pagamento dos honorários docentes e ao desinteresse pelos conteúdos ensinados, com uma repercussão negativa sobre o trabalho em sala de aula. Durante a sua longa trajetória como sofista, Libânio se pronunciou em diversas oportunidades a respeito do assunto. No entanto, nos últimos anos de sua vida, as queixas começaram a se tornar mais intensas e diretas, resultado, certamente, do cansaço e da irritação de um professor

[15] PHARR, C. & DAVIDSON, T. S. (Ed.) *Op. cit.* 13,3,5.

septuagenário assaltado por dores atrozes provenientes de uma artrite crônica, mas também de um novo contexto político-administrativo marcado pela burocratização do Estado romano, como veremos a seguir.

Distúrbios no 'didaskaleion'

Em Antioquia, a clientela de Libânio era constituída majoritariamente por membros da aristocracia, excetuando um ou outro caso. Sua classe (*chorus*) incluía, como de costume, apenas rapazes, muitos deles provenientes de outras regiões do Oriente, atraídos pela oportunidade de completar os seus estudos numa metrópole como era Antioquia à época. Muito embora o fato de ensinar numa *schola publica* para estudantes da elite fosse, sem dúvida, um motivo de orgulho e de prestígio para Libânio, cumpre salientar que, em algumas circunstâncias, a arrogância, a ousadia e a agressividade dos alunos, sempre propensos a se envolver em brigas, trotes e arruaças, eram motivo de profundo dissabor para os professores. De fato, Libânio, em mais de uma passagem, lamenta o abandono do autocontrole, da *sophrosyne*, por aqueles que, sendo educados na *paideia*, deveriam adotar uma conduta serena e cordial no trato com os seus companheiros de escola. Em sua avaliação, os alunos, ou ao menos uma parcela significativa dentre eles, era responsável por introduzir a desordem, a *stásis*, no *didaskaleion*, por vezes com a anuência dos pais, que se furtavam em puni-los, numa alusão a uma suposta perda de autoridade paterna. Desafiados pelos filhos, os pais se acovardariam, quando deveriam expulsá-los de casa ou mesmo deserdá-los.[16] Na condição de educador e cioso dos rumos da sua escola, Libânio toma a si o encargo de repreender os alunos, censurando-os por dormirem e até mesmo roncarem durante as lições, por se embriagarem, por tomarem parte em festins, por agirem de modo insolente, por consumirem o dinheiro destinado ao pagamento dos honorários docentes em bebida, jogos de dados e prostitutas e por irromperem na sala de aula aos gritos e saltos, importunando os demais colegas. Por tudo isso, confessa ter sido, no decorrer dos anos, alvo de críticas constantes por parte dos seus adversários.

O ápice do desgosto de Libânio com o comportamento desregrado dos alunos ocorre por volta de 390, no assim denominado "episódio do tapete", que dá ensejo à *oratio* 58, na qual dirige severas críticas aos estudantes pela maneira como haviam tratado um pedagogo da sua escola, vítima de uma ação violenta e injuriosa por instigação, ao que tudo leva a crer, do retor de latim, um dos desafetos de Libânio.[17] Ao tomar a defesa do sistema de ensino praticado no *didaskaleion*, o

[16] LIBANIUS. Oration 62: against the critics of his educational system. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 87-109 (24).

[17] LIBANIUS. Oration 58: To his students on the carpeting. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p.169-181.

pedagogo teria sido capturado pelos estudantes, posto sobre um tapete e lançado para o alto repetidas vezes, enquanto os alunos e transeuntes se deliciavam com a cena. Libânio não sabe ao certo a origem de tal prática, habitual em outras cidades do Império, mas atesta que, em Antioquia, essa era a primeira vez que se ouvia falar dela. As implicações do ato eram múltiplas, tanto em termos físicos quanto em termos morais. De fato, ao ser arremessada para cima, nem sempre a vítima conseguia se equilibrar sobre o tapete, sendo por vezes projetada no chão, o que lhe rendia diversos ferimentos. Pior do que isso, no entanto, era a vergonha do pedagogo em ser maltratado publicamente por um bando de rapazes inconsequentes, o que representava um duro golpe na autoestima de um profissional dedicado a supervisionar de perto a formação intelectual dos alunos, atuando como parceiro do retor na cobrança dos exercícios, às vezes por meio do látego e da vara, e como um protetor dos pupilos ao manter à distância os admiradores "devassos" da juventude. Ao exporem o pedagogo à humilhação pública, os estudantes criaram um embaraço político para Libânio, pois os demais pedagogos, sentindo-se intimidados, a ele se dirigiram em comissão, exigindo providências. O receio dos pedagogos, ao que tudo leva a crer, era legítimo, pois o episódio teria alcançado uma repercussão muito maior, sendo já comentado em todos os recantos da cidade. Alguns mal-intencionados, desejosos de facilitar a corte aos jovens mais belos, estariam inclusive defendendo o uso regular do tapete contra os pedagogos. Na opinião de Libânio, o saldo mais negativo de tudo isso era justamente a perda de autoridade dos pedagogos para intervir na educação dos estudantes, pois com a reputação abalada e não tendo condições de mudar de ofício, ou o pedagogo se submeteria aos caprichos dos alunos ou seria obrigado a esmolar. Certamente é possível que Libânio, ao descrever a falta de compostura dos alunos de sua escola, tenha incorrido em alguns exageros por força mesmo dos cânones que regiam a *epitimesis*, o discurso de reprovação, uma peça de retórica destinada a admoestar a audiência diante de uma conduta imprópria, atribuindo assim ao incidente uma importância muito maior do que ele de fato possuía. Essa hipótese não deve ser, em absoluto, descartada, mas é necessário que lidemos com o problema de modo um pouco mais cuidadoso, pois ele nos sugere a existência, no ambiente da escola antiga, de procedimentos que, na atualidade, alguns não hesitariam em qualificar como *bullying*, resultado da tendência de uma parcela do alunado em desafiar as autoridades constituídas. A esse respeito, uma lei de 12 de março de 370 destinada a regular a permanência de estudantes em Roma e Constantinopla é bastante elucidativa, motivo pelo qual a transcrevemos na íntegra:

> Imperadores Valentiniano, Valente e Graciano Augustos a Olíbrio, prefeito da cidade. Todas as pessoas que vierem à Cidade devido ao desejo de aprendizado devem primeiramente, no ato da sua chegada, apresentar ao mestre das taxas (*magister census*) documentos escritos dos diversos juízes provinciais, por meio dos quais o direito de vir à Cidade deve ser concedido. Esses documentos devem conter o nome da municipalidade da qual cada um dos estudantes é proveniente,

> junto com a sua certidão de nascimento e cartas de recomendação atestando o seu nível superior de ensino. Em segundo lugar, após a matrícula os alunos devem indicar o ofício que desejam estudar. Em terceiro lugar, o *magister census* deve investigar cuidadosamente a vida dos estudantes nos seus locais de alojamento, para checar se de fato eles despendem seu tempo nas lições que declaram estar frequentando. Esses mesmos *magistri census* devem advertir os estudantes para, em suas reuniões, se comportarem estritamente como pessoas que consideram seu dever evitar uma reputação desgraçada e escandalosa, bem como o conluio para o mal, coisas que, em nossa opinião, serão sucedidas por uma pior: o crime ele mesmo. Os estudantes não devem comparecer com frequência a espetáculos ou tomar parte em pândegas extemporâneas. Nós, além disso, concedemos a você, como prefeito, a autoridade para, se algum estudante na Cidade falhar em se comportar com a dignidade requerida por uma educação liberal, ser publicamente açoitado, imediatamente embarcado num navio, expulso da Cidade e devolvido à sua terra. É claro que se deve conceder permissão para todos os estudantes que permaneçam em Roma até os vinte anos, se eles se aplicarem com afinco na sua profissão, mas se após expirar este prazo qualquer aluno relutar em retornar a sua pátria por vontade própria, ele deve, por meio da ação administrativa do prefeito, ser devolvido, mesmo contra sua vontade, à sua cidade. A fim de que estas determinações não sejam observadas de maneira superficial, Sua Excelsa Sinceridade deve determinar que o *magister census* inclua a cada mês, nos seus registros, os estudantes que chegam, venham de onde vierem, e aqueles que devem ser mandados de volta para a África ou para as outras províncias de acordo com o tempo. A única exceção serão os estudantes que estiverem unidos às obrigações dos *collegia*. Esses registros, além disso, deverão ser despachados a cada ano para o escritório de Nossa Clemência, de maneira que possamos tomar ciência dos méritos e da educação dos vários estudantes e julgar se eles podem ser úteis a Nós.[18]

Do texto da lei, é possível depreender que a presença, em Roma, de estudantes de outras cidades do Império, embora fosse admitida e até mesmo valorizada pelo legislador, uma vez que das fileiras estudantis poderiam ser convocados eventuais colaboradores da administração pública, era também motivo de preocupação para as autoridades em virtude justamente da má fama que acompanhava os alunos. A princípio atraídos para a Capital com a finalidade de prosseguir seus estudos em nível superior, os estudantes poderiam facilmente deixar-se seduzir pelos atrativos da vida urbana e, mais que isso, fomentar badernas, distúrbios e, no limite, praticar atos condenáveis do ponto de vista jurídico, o que exige do *Praefectus*, auxiliado pelo *magister census*, um cuidado permanente no sentido não apenas de verificar a procedência dos alunos e a real necessidade de permanecerem na Capital, mas também de supervisionar a assiduidade às aulas e o rendimento acadêmico por meio de mecanismos rotineiros de registro e controle. Diante de indícios de conduta imprópria, a penalidade seria o látego, seguida de expulsão sumária da cidade, o que *mutatis mutandis* equivalia à pena de *deportatio*. A lei nos sugere assim que não apenas em Roma, mas em todas as metrópoles do Império nas quais havia a oferta de estudos avançados, como Constantinopla, Atenas, Beirute e, no nosso caso, Antioquia, a aglomeração de alunos no recinto

[18] PHARR, C. & DAVIDSON, T. S. (Ed.) *Op. cit.* 14,9,1.

urbano era sempre vista com receio pelas autoridades municipais. Por esse motivo, o episódio do tapete descrito por Libânio não representa decerto um fato isolado, mas uma demonstração contundente da inclinação dos alunos, ou pelo menos de uma parcela deles, para se envolver em atos de indisciplina que, da sala de aula, extravasavam para as ruas e que incluíam a afronta aos professores e pedagogos, a coação de outros colegas e o choque entre classes de professores rivais, uma prática rotineira da qual o próprio Libânio foi testemunha nos seus anos de estudante em Atenas, quando se viu mais de uma vez envolvido em acontecimentos dessa natureza.[19] Além disso, o orador nos informa que não apenas o *staff* da escola e os colegas de classe eram vítimas em potencial dos maus alunos, mas também os trabalhadores humildes (ourives, sapateiros, carpinteiros, tecelões, ambulantes) que, trafegando pela via pública, poderiam se deparar subitamente com bandos de alunos proferindo ameaças, distribuindo chutes e golpes com as mochilas carregadas de rolos de papiro, donde resulta o seu apelo para que esses alunos extravasem a agressividade fora da sala de aula, evitando assim macular o *didaskaleion*, tido como um local sagrado, como o templo de Hermes e das Musas.[20]

Outro problema grave que afetava o cotidiano escolar em Antioquia na segunda metade do século IV era a falta de pagamento dos professores, acontecimento associado a uma taxa crescente de evasão escolar. Na *Oratio* 62, *Contra os críticos do seu sistema educacional de ensino*, proferida em 382, Libânio declara, talvez não sem uma ponta de exagero, que os devedores teriam se tornado mais numerosos que os pagantes.[21] Contemporânea a essa oração, temos a 43, *Sobre os acordos*, na qual o autor, discursando para os retores de Antioquia, faz um balanço das dificuldades que afligiam o magistério, ao mesmo tempo em que sugere algumas medidas com o propósito de contornar a situação. Libânio atesta, em sua época, a ruptura frequente do antigo rito que selava o compromisso entre o retor e seu aluno, rito este dividido em três partes: juramento de fidelidade, banho de purificação e banquete solene. Em caso de desistência injustificada, tanto o aluno quanto os pais seriam estigmatizados como desertores, sofrendo assim a censura da comunidade. O móvel do desacordo, nesse caso, era a decisão unilateral do aluno em abandonar a classe, acarretando para o professor não apenas a perda futura de receita, mas um débito pretérito, pois, ao tomar a decisão de ir embora, o aluno já se encontraria há meses inadimplente. Na realidade, a transferência de escola seria o último estratagema empregado pelos pais para evitar o pagamento dos docentes, produzindo-se assim um vai e vem constante de alunos, que se deslocavam de uma escola para a outra no decorrer do ano letivo, com um impacto desastroso sobre a autoestima do professor, como assinala Libânio:

---

19 LIBANIOS. *Autobiographie*, 19.
20 LIBANIUS. *Or.* 58, 5.
21 LIBANIUS. *Or.* 62, 20.

> No que diz respeito às deserções que têm adversamente afetado o magistério, quem vocês podem culpar senão vocês mesmos? Vocês me dirão que isso não afeta vocês profundamente? Vocês não vão para casa arrasados se o aluno de ontem vai embora como qualquer outro? Não é o seu almoço desagradável? Sua tarde tensa? Seu jantar insípido? A maior parte da noite passada sem sono? No dia seguinte você detesta a sua cátedra, odeia o lugar onde ensina e suspeita dos alunos que ainda permaneceram, enquanto o sorrateiro estudante, audacioso, com insolência deliberada, se é colocado frente a frente com o seu antigo professor, esquece tudo o que fez, dissipa do olhar o respeito que tem por ele e cresce em arrogância, desejoso de perturbá-lo com o seu comportamento. Se você mencionar os honorários, ele solta um uivo e protesta que gastou o seu tempo em vão, que não aprendeu nada, não ouviu nada, demorou a deixá-lo e que já deveria ter feito isso há muito tempo, e que não é justo pagar-se para nada aprender. [...] O pai faz a mesma observação aos outros pais, e embora pai e filho sejam mentirosos, eles têm a audácia de contar a história de modo que não sejam vistos como falhos no pagamento. E o professor fervilha com ódio ao pensar sobre todo o trabalho que teve com o aluno e na falta de percepção de que estava edificando a alma de um ingrato. [...] O professor então não se volta para o livro e para o nutriente que daí extrai, ou se o faz, o faz em vão, pois não pode concentrar sua atenção para tirar proveito disso. Como resultado, se torna menos eficiente. Assim, além da perda dos rendimentos, sua habilidade é prejudicada. [22]

A evasão escolar e os débitos deixados pelos alunos atormentam os professores que, com exceção dos detentores de cátedras públicas de ensino, uma minoria no contexto dos docentes do Império, dependiam visceralmente da contribuição dos alunos e que, no entanto, não apenas se viam privados dos meios para uma sobrevivência digna, como também encontravam-se sujeitos a ser difamados como incompetentes por uma clientela mal-intencionada. A fim de solucionar o problema, Libânio recomenda um acordo entre os próprios professores de retórica a fim de que não aceitem transferências injustificadas de alunos de uma escola para outra, bloqueando assim o círculo vicioso que se instituiu. Ao se valorizar como profissional, não cedendo à pressão para admitir os alunos ao bel-prazer dos pais, os professores passarão novamente a gozar da deferência e do prestígio que perderam como líderes da juventude, podendo reintroduzir nas escolas o uso do látego e da vara, instrumentos postos de lado por receio da reação negativa dos alunos.[23] Restituída a classe, os professores poderão cumprir de modo satisfatório a tarefa que deles se espera, formando alunos preparados para uma carreira de sucesso com condições de atuar como guias para as gerações futuras, o que reverterá, por sua vez, no aumento da fama dos próprios professores, reconhecidos na cidade por educar alunos-modelos.[24] Contra o argumento de que um pacto de fidelidade entre pais, alunos e professores poderia levar estes últimos a se tornarem negligentes e preguiçosos no exercício da profissão, Libânio se apressa em tomar a defesa da categoria,

---

22 LIBANIUS. Oration 43: On the agreements. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 111-121 (6-7).

23 LIBANIUS. *Or*. 43, 9.

24 LIBANIUS. *Or*. 43, 15.

declarando que os professores são, em geral, pessoas devotadas ao ofício, razão pela qual costumam trabalhar mesmo nos feriados, quando os governadores convocam a população ao teatro ou ao hipódromo.[25]

Além dos atos de indisciplina, das defecções abruptas e da falta de pagamento dos honorários, Libânio ainda se queixa com veemência do desinteresse dos alunos pela disciplina que ministra, a retórica grega, um estado de coisas que atribui a Constâncio II, imperador responsável por banir da corte os filósofos e os sofistas, substituindo-os por eunucos e estenógrafos incultos que trataram de minar a educação retórica. Começando pela corte, o desprezo pela retórica teria em seguida alcançado as escolas de todo o Império, pois os estudantes, contemplando o súbito sucesso de indivíduos obscuros e sem formação educacional adequada, muitos deles recrutados dentre os cristãos, passaram a julgar excessivos e enfadonhos os afazeres escolares, que não lhes garantiam mais uma carreira promissora. O problema teria sido temporariamente mitigado sob o governo de Juliano, pois o imperador era um amante das letras, mas logo depois a retórica sofreu novo abandono.[26] O descaso dos alunos para com os conteúdos ministrados no *didaskaleion* deu ensejo a um pronunciamento específico de Libânio em 388, numa composição intitulada *Aos seus estudantes sobre o seu discurso*.[27] Nessa oração, em especial, Libânio menciona as críticas recebidas por ter se mantido durante bom tempo em silêncio, sem proferir nenhum discurso, como se o seu labor já lhe trouxesse cansaço e fastio. Em resposta, o sofista nega que o tenha feito em represália à falta de pagamento dos honorários ou por estar idoso demais, mas devido ao desinteresse dos alunos pelos seus ensinamentos. De acordo com Libânio, seus alunos preferiam vagar pelas ruas da cidade, retardando-se de propósito para as lições e ignorando os apelos dos escravos do *didaskaleion*, enviados para apressá-los. Uma vez instalados no *theatron*, não se concentravam nas palavras do orador, mas acenavam entre si com a cabeça, trocando informações sobre aurigas, cavalos, atores, dançarinos ou atletas. Alguns permaneciam de pé, com os braços cruzados como se fossem estátuas; outros esfregavam continuamente o nariz com as mãos; outros se mantinham sentados, inertes; outros contavam o número dos recém-chegados; outros obrigavam os que estavam em pé a sentar; outros fitavam as folhas das árvores do lado de fora do *bouleuterion*; outros fofocavam acerca das bobagens que lhes vinham à cabeça, colocando-se assim num estado de inquietação ou de apatia que os impedia de concentrar-se na lição.[28] Segundo Libânio, um comportamento como esse exprimia não apenas uma falta de respeito para com o orador, mas um aviltamento do próprio ofício do professor de retórica. Dentre as razões para agirem assim, a mais importante era que os

[25] LIBANIUS. *Or.* 43, 14.
[26] LIBANIUS. *Or.* 62, 9-17.
[27] LIBANIUS. Oration 3: To his students about his speech. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 183-192.
[28] LIBANIUS. *Or.* 3, p. 6-14.

alunos não se sentiam atraídos pelo estudo da retórica por não vislumbrarem a possibilidade de, no futuro, seguirem a carreira do magistério, pois, como declara:

> Eles veem a profissão desprezada, aviltada e sem reputação, influência ou renda, mas, em lugar disso, envolvendo uma dura servidão, tendo muitos como senhores: pais, mães, pedagogos, os próprios estudantes, cujas reações são absurdas, pois pensam que o professor de retórica tem necessidade de alguém para receber seu ensinamento, e não o contrário. Vendo assim, do mesmo modo que os navegantes evitam os recifes, eles evitam uma profissão que vai mal. [29]

Conclusão

As dificuldades no exercício do magistério narradas por Libânio não se restringiam, em absoluto, ao *didaskaleion* de Antioquia nem resultavam, a princípio, de uma suposta perda de controle dos pais sobre os filhos, o que nos levaria a tratar a situação em termos eminentemente moralistas, procedimento adotado pelo próprio orador na maior parte do tempo. A "crise" no sistema educacional do Oriente derivava não tanto dos descaminhos nas relações familiares, mas de uma significativa mudança nos rumos da administração imperial a partir das reformas de Diocleciano e Constantino, que ampliaram sobremaneira o contingente de funcionários civis e militares ao mesmo tempo em que os cumulavam com toda sorte de privilégios e isenções. Dentro desse processo, merece sem dúvida destaque Constâncio II, que concede aos notários, os especialistas em estenografia do seu *consistorium*, um papel importante dentro da máquina de governo, promovendo-os até mesmo à prefeitura do pretório, uma das mais altas dignidades da carreira civil.[30] Além disso, observa-se uma transformação no status dos advogados, pois as novas diretrizes administrativas produzem a conversão dos juristas em suporte civil do poder imperial, o que implica a presença crescente de profissionais do Direito dentro da chancelaria.[31] A burocratização do sistema jurídico, por sua vez, facultava às partes, após o julgamento do governador de província, que atuava como juiz de primeira instância, recorrer ao tribunal dos vicários, dos prefeitos do pretório e do próprio imperador. Todavia, todas as etapas do processo requeriam o pagamento de taxas (*sportulae*) aos agentes envolvidos, incluindo o *advocatus* ou *patronus* (*scholasticus*, em grego), personagem que passa assim a extrair vultosos rendimentos da

29 LIBANIUS. *Or.* 62, 32
30 LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Op. cit.*, p. 243.
31 FERNÁNDEZ BARREIRO, A. Poder politico y jurisprudencia en la época tardo-clásica. In: PARÍCIO, J. (Org.) *Poder politico y derecho en la Roma clásica*. Madrid: Complutense, 1996, p. 118.

profissão.[32] Considerando que o ofício de juiz não fazia parte da tradição romana, que sempre confiou a tarefa de julgar a magistrados, os governadores de província, procônsules, vicários e prefeitos do pretório nem sempre possuíam um conhecimento jurídico satisfatório, o que os obrigava a cercar-se de assessores com treinamento específico retirados amiúde dos tribunais. A profissão era tão atrativa que, no Oriente, o *staff* do prefeito do pretório chegou a contar com 150 *advocati*, todos pagos com recursos públicos.[33] Pois bem, qual teria sido o impacto disso sobre o currículo escolar no Oriente? A resposta é, não o abandono puro e simples, mas a redução do tempo dispensado ao estudos de literatura e retórica gregas em prol de uma dedicação maior do aluno ao latim e ao Direito, pois, na fase tardia do Império, para ascender à carreira forense, o candidato deveria ter uma educação tradicional em gramática e retórica acrescida, se possível, de algum conhecimento legal. Um requisito, no entanto, era determinante para o sucesso tanto na carreira de *advocatus* quando na de funcionário público: o domínio do latim.

No século IV, o latim era, mesmo no Oriente, o idioma oficial, pois toda a correspondência da chancelaria imperial com as províncias era redigida em latim, assim como os documentos dos escritórios militares.[34] Desse modo, para os candidatos a uma vaga como notários ou funcionários dos diversos *officia* civis e militares, era condição *sine qua non* um conhecimento básico da língua. Em se tratando de uma formação de alto nível em Direito, cumprida quase sempre nas escolas de Roma, Beirute ou Constantinopla, o estudante deveria ser fluente na língua latina, pois todos os códigos jurídicos, as decisões dos jurisconsultos e as coletâneas de constituições imperiais encontravam-se disponíveis apenas em latim.[35] Como consequência, o latim se converteu, na Antiguidade Tardia, num concorrente direto do grego, cuja importância é diminuída em virtude das novas exigências profissionais advindas da burocratização. As condições sociais do século IV impõem assim novos desafios à escola no sentido de prover a formação adequada à força de trabalho, o que resulta na proliferação de professores de latim nas províncias orientais, com a criação de cátedras específicas para o ensino de língua e literatura latinas. Em Antioquia, data de 388 a instalação oficial de um professor de latim na cidade, que, ao atrair parcelas crescentes de estudantes interessados num posto na administração pública, logo se converte em rival de Libânio. A experiência vivida por Libânio é a de um professor cuja matéria à qual devotou toda a sua vida não suscita mais o interesse da clientela, não porque esta seja volúvel, temperamental ou desprovida de senso crítico, mas porque as condições sociais agora não favorecem mais a *paideia* grega, que

---

32 ELLUL, J. *Historia de las instituciones de la Antigüedad*. Madrid: Aguilar, 1970, p. 425; RODRÍGUEZ ENNES, L. Reflexiones en torno al origen de los honorarios de los 'advocati'. In: PARICIO, J. (Org.) *Poder politico y derecho en la Roma clásica*. Madrid: Complutense, 1996, p. 135.

33 JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire*. Oxford: Basil Blackwell, 1964, p. 499 e ss.

34 LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Op. cit.*, p. 247.

35 JONES, A. H. M. *Op. cit.*, p. 989.

durante mais de mil anos ditou os parâmetros de ensino no Oriente e no Ocidente. Libânio, um observador atento do seu próprio mundo, não deixa de reconhecer a parcela de responsabilidade do poder imperial no fortalecimento dos conteúdos de latim e de Direito em detrimento do grego, mas prefere atribuir os percalços da sua escola e do próprio ofício do magistério a uma conduta irresponsável dos alunos e seus pais e à inveja dos adversários, ancorando-se num discurso saudosista a respeito de uma escola que não mais existe e que, talvez, tenha existido apenas em sua memória.

O discurso historiográfico como fonte na Antiguidade Tardia

The historical speech as source in Late Antiquity

Marcus Cruz[1]
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo

A problemática da documentação esta no centro do debate historiográfico desde o estabelecimento da narrativa histórica enquanto um conhecimento de caráter científico. Ao longo deste debate a concepção do que se constitui uma fonte histórica passou por diversas transformações. No que concerne a Antiguidade Tardia, um dos campos do conhecimento histórico mais dinâmico nas últimas décadas, tais questões assumem um particular interesse. Neste trabalho nosso objetivo é discutir o papel e o uso de uma tipologia documental específica, o discurso histórico, para o estudo deste período histórico.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Documento; Discurso Histórico.

Abstract

The issue of documentation is in the center of the historiographical debate since the establishment of a historical narrative as knowledge of scientific character. Throughout this debate the concept of what constitutes a historical source has undergone several transformations. Regarding the Late Antiquity, a field of historical knowledge more dynamic in recent decades, these issues are of particular interest. In this paper we aim to discuss the role and use of a specific document type, historical speech, for the study of the historical period.

Keywords: Late Antiquity; Source; Historical Speech.

● **Enviado em: 31/07/2012**
● **Aprovado em: 27/11/2012**

[1] Doutor em História Social (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em História – Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenador do VIVARIUM – Laboratório de Estudos da Antiguidade e Medievo/UFMT

No princípio era o documento e o documento estava com os historiadores e o documento era Deus. Tudo era feito por meio dele e sem ele nada era feito. Ao parafrasear os célebres versículos iniciais do poético Evangelho de João gostaria de chamar a atenção para o lugar central do documento para a pesquisa histórica e por conseguinte da importância da discussão, constante e permanente, da problemática da documentação para o pensamento historiográfico. Afinal de contas mesmo para historiadores pouco afeitos as querelas epistemológicas e teóricas, como Langlois e Segnobos que afirmam, no hoje longínquo, mas ainda atual e influente século XIX: "*A História se faz com documentos...Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há História*"[2]

Neste artigo temos o objetivo discutir o uso das fontes no mundo tardo antigo, nossa contribuição busca pontuar alguns aspectos que nos parecem fundamentais para qualificar o debate sobre a temática em tela.

Para tanto organizamos este texto em três seções, não necessariamente equitativas, mas que se articulam em torno de nosso objetivo central. Inicialmente refletiremos acerca do conceito de Antiguidade Tardia considerando-o tanto como uma etapa do devir histórico como também enquanto uma categoria portadora de uma certa concepção historiográfica acerca deste período. Na segunda parte discutiremos a noção de documento como elemento fucral para o pensamento histórico. Finalmente no item seguinte visamos refletir acerca do problema da documentação, nos seus diversos e diferentes aspectos, tendo como referência a Antiguidade Tardia

O conceito de Antiguidade Tardia

O conceito de Antiguidade Tardia possui desde o seu surgimento uma dupla característica, por um lado busca delimitar temporalmente, ou seja estabelecer os marcos cronológicos de um período da história, senão do Ocidente, pelo menos do mundo mediterrânico. Por outro, esta categoria apresenta também um caráter de conferir a esta etapa do devir histórico uma especificidade, uma originalidade advinda de um conjunto de processos que marcam este momento. Essa ideia, de considerar o conceito de Antiguidade Tardia como sendo construído a partir da interação entre o aspecto cronológico e uma determinada perspectiva de abordagem para o período, pode ser sintetizada nas palavras de Marrou que afirma em *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive? III-VI siècle*:

> Temos que admitir definitivamente que a Antiguidade Tardia não é somente a última fase de um desenvolvimento contínuo, senão outra Antiguidade, outra

[2] LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944.p.13

> civilização, que temos que aprender a reconhecer em sua originalidade e a julgar por si mesma e não através dos cânones de idades anteriores[3].

O conceito de Antiguidade Tardia, portanto, possui como uma de suas dimensões constitutivas fundamentais seu caráter periodizador, ou seja, esta noção busca identificar e explicar um determinado período do devir histórico tal como fazem categorias como Idade Média ou Tempos Modernos. A utilização por parte do historiador do instrumento analítico da periodização se revela inerente ao trabalho historiográfico, como condição para a construção do conhecimento histórico, mesmo que seja apenas aquela baseada na sucessão dos séculos.

Entendemos que o recurso a periodização na construção do conhecimento histórico se constitui enquanto um esforço analítico do historiador que busca estabelecer o ritmo do devir histórico e demonstrar que os recortes temporais deste devir não possuem apenas um valor referencial, senão apresentam uma estrutura e originalidade. Como afirma Van de Kieft:

> ...a divisão da história em períodos consistirá pois, no final das contas, em analisar uma civilização em seus elementos constitutivos, desentranhar sua estrutura, estabelecer uma hierarquia entre seus diversos setores, descobrir suas linhas recíprocas, aproximar suas diferentes evoluções[4].

Desta forma a periodização se constitui enquanto um instrumento analítico múltiplo devendo e podendo se revestir de diversas formas segundo as modalidades e amplitudes dos fenômenos investigados, a dimensão temporal em que articulam e o âmbito espacial. Em qualquer caso os critérios utilizados para estabelecer a periodização deverão ser flexíveis e dinâmicos como o próprio devir histórico.

O recorte cronológico da Antiguidade Tardia apresenta uma variedade de propostas bastante significativa. Na obra, que podemos considerar como um dos marcos fundadores da Antiguidade Tardia, *The World of Late Antiquity from Marcus Aurelius to Muhammad.. AD 150-750*, Peter Brown estabelece seus marcos entre o final da dinastia dos Antoninos por um lado e a ascensão do poder islâmico abássida por outro. Escreve o historiador irlandês para justificar suas escolhas cronológicas:

> O estudo deste período obriga-nos a observar constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o Mediterrâneo. Por um lado, é então que algumas velhas instituições (cuja ausência pareceria quase impossível a um homem, cerca de 250) desaparecem irregovavelmente. Em 476 cai o Império Romano do Ocidente; em 655, desaparece do Oriente o Império Persa... Espanta-nos por outro lado, as novidades do começo deste período: por que se torna cristã a Europa, e o Oriente se torna muçulmano; por que se mostra dotado de

[3] MARROU, Henri-Irenée. *Romaine ou Antiquité Tardive? III-VI siècle*. Paris: Editions Du Seuil, 1977. p. 21.
[4] VAN DE KIEFT, Christian. *La periodisation de l´histoire du Moyen Age*. IN PERELMAN, Charles. *Les categories em histoire*. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie, 1969. p.52

> qualidades 'contemporâneas' a nova arte abstrata desta época; por que nos surpreendem os escritos de homens como Plotino e Agostinho...[5]

As escolhas cronológicas de Brown nos parecem claras. Esta nova etapa de devir histórico, a Antiguidade Tardia, marcada pela tensão entre a continuidade e a ruptura se estende do momento em que as estruturas do mundo Greco-romano clássico iniciam seu processo de desaparecimento, neste caso após o fim do reinado de Marco Aurélio, este o que poderíamos entender como o último imperador a honrar as antigas tradições e por outro lado a ascensão e consolidação do poder islâmico na bacia do Mediterrâneo. Na periodização proposta por Peter Brown confluem dois recortes temporais clássicos. O início da Antiguidade Tardia em *The World of Late Antiquity from Marcus Aurelius to Muhammad.. AD 150-750* coincide com o início da decadência romana em *History of the Decline and Fall of the Roman Empire* de Edward Gibbon: "*Se fosse mister determinar o período da história do mundo durante o qual a condição da raça humana foi mais ditosa e mais próspera ter-se-ia sem hesitação de apontar a que se estende da morte de Domiciano até a elevação de Cômodo*"[6]. Por outro lado Brown retoma para marcar o final da Antiguidade Tardia a tese de Henri Pirenne, no seu clássico *Mahomet et Charlesmagne* que o início da Idade Média é marcada pelo avanço dos muçulmanos na bacia do Mediterrâneo o que significa a fragmentação da unidade imposta a região desde as conquistas romanas.

Henri-Irenée Marrou por sua vez na sua obra *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive? III-VI siècle* propõe uma outra periodização para compreender este momento. Afirma o autor:

> Mesmo que tenha sido muito grave, especialmente no plano político ou econômico, a crise que convulsionou o sistema imperial romano ao longo do século III não trouxe consigo uma ruptura brutal, um desmoronamento tão complexo como o que o Ocidente conheceria durante os século V ao VII sob as invasões bárbaras. A vida não foi interrompida, nem se aboliram as instituições, tampouco os costumes e nem as formas tradicionais de existência.[7]

Esta passagem do historiador francês nos permite apontar duas diferenças importantes em relação a perspectiva de Brown. Em primeiro, o recorde temporal é outro, temos com Marrou uma Antiguidade Tardia mais curta, mais concentrada, mas principalmente um período histórico que encontra-se inserido num arco temporal maior, isto é da Antiguidade. Em outras palavras, a Antiguidade Tardia de Marrou é uma fase, a última e derradeira etapa do mundo antigo, o que não significa afirmar que esta é marcada pela decadência ou declínio, e não uma nova etapa do devir histórico como a compreende Peter Brown.

---

5 BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Clásscico. De marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972. p.7.
6 GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.87
7 MARROU. Op. cit. p. 27

Outra proposta de periodização é apresentada por Averil Cameron publica em 1993 no livro *The Mediterranean World in Late Antiquity. AD 395-600*. Na introdução da obra a autora sintetiza sua proposta de análise da seguinte maneira:

> O título deste livro The Mediterranean World in Late Antiquity, sugere o uso do termo Antiguidade Tardia em sentido da sobrevivência dos elementos básicos da civilização clássica, ainda que de forma fragmentada nos reinos bárbaros do Ocidente. Desta forma, contornamos a tradicional data de 476 para 'a queda e o declínio do Império Romano' e convidados o leitor a olhar a partir de uma perspectiva mais ampla tanto em termos geográficos quanto cronológicos. Pode parecer paradoxal iniciarmos nossa análise em 395, quando o império foi dividido simbólica e praticamente em duas metades. No entanto, acima de tudo neste período de transição observamos tanto grandes mudanças quanto muitas continuidades e é exatamente essa característica que faz esse momento tão interessante[8].

Apesar de podermos considerar Averil Cameron como seguidora da perspectiva aberta por Peter Brown acerca da Antiguidade Tardia podemos perceber, tanto em termos da discussão dos marcos temporais do período quanto de concepção acerca da época, uma discordância sensível e importante. Neste sentido a Antiguidade Tardia é entendida como marcada tanto pela tensão em relação à herança clássica quanto pelo processo de diferenciação entre Ocidente e Oriente tendo como pontos de inflexão a divisão do Império entre Arcádio e Honório e os desdobramentos da "Reconquista" de Justiniano.

Finalmente em 1999 surge a obra coletiva *Late Antiquity. A guide to the postclassical world* organizada por Bowersock, Brown e Grabar que se constitui como uma síntese das interpretações e abordagens dos defensores da perspectiva analítica da Antiguidade Tardia aberta por Peter Brown. Os marcos cronológicos do período são assim descritos:

> De volta ao ano de 250 o futuro da Idade dos Impérios parece incerto. Despedaçado pela guerra civil e pela larga escala de mobilização o Império Romano parece condenado a desintegração. Ninguém poderia prever que a dinastia Sassanida fosse emergir tão rapidamente, por volta de 220, de um pequeno reino do planalto do Irã em um formidável poder mundial na época de Khosro Anushirvan, além de se converter no modelo de império para as populações islâmicas da Ásia tal como o mito de Roma para os cristão do Ocidente europeu...A reforma do Império Romano de Diocleciano e Constantino foi a mais espetacular ação governamental do mundo antigo. Ela se manteve largamente intacta nas regiões orientais do Império até 640. A consolidação do domínio persa nos territórios iranianos apresenta a mesma importância. Depois do período das guerras civis a ascensão do Califado islâmico sob a dinastia abássida de Bagdá forma o que poderíamos chamar do último grande império da Antiguidade. O resultado disto é

[8] CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity. AD 395-600*. London; New York: Routledge, 1993. p.7-8

> que a população do ocidente da Eurásia por volta do ano 800 tinha em seu horizonte grandes impérios resultado do processo de reformador iniciado desde 250 e ainda insubstituíveis[9].

Após a leitura destas palavras a Antiguidade Tardia nos apresenta como sendo um momento histórico caracterizado pela recuperação dos grandes impérios da Antiguidade, ou seja o romano e o persa cujos legados são assumidos respectivamente por Bizâncio e o Califado islâmico. A continuidade é a marca distintiva do período. O recorte cronológico reflete esses processos de recuperação dos impérios com a ascensão da dinastia sassanida no mundo persa e as reformas de Diocleciano e Constantino em Roma. Estamos, portanto, diante de uma longa Antiguidade Tardia.

Após essa breve exposição podemos nos perguntar então quais seriam os marcos cronológicos da Antiguidade Tardia? A resposta a esta pergunta, como tantas outras dentro do campo historiográfico, não é simples e muito menos definitiva. Em linhas gerais, a partir de uma concepção historiográfica que coloca no centro da pesquisa histórica o problema. A resposta acerca dos limites temporais da Antiguidade Tardia depende da questão, do problema que o historiador se propõe na pesquisa, logo teremos uma variedade de possibilidade. Porém como afirmamos que o conceito de Antiguidade Tardia possui como um de seus elementos basilares e definidores ser um período, uma etapa do devir histórico, entendemos ser necessário precisar os seus limites cronológicos. Nossa proposta de delimitação inicia-se com a crise do III século, ou mais especificamente a reação a este dramático momento da história romana que significou uma profunda e essencial transformação no mundo mediterrânico e estende-se até o VIII século quando a ascensão dos carolíngios redefine o eixo hegemônico do Ocidente, não mais uma parte do Império Romano, mas agora já medieval.

Além de um período da história o conceito de Antiguidade Tardia nos remete para uma determinada abordagem deste momento histórico. As duas principais idéias que norteiam a argumentação da perspectiva tardo antiga é por um lado compreender a Antiguidade Tardia não como um momento de decadencia e declínio, mas sim como uma época de grande criatividade e inovação que se manifestam principalmente na religião e na cultura:

> O sentimento de uma 'explosão' da energia divina no mundo interior do indivíduo tem efeitos revolucionários. Em muitos homens e mulheres humildes despertam, subitamente, o poder formativo da cultura clássica e as sanções habituais do comportamento.[10]

---

9 BOWERSOCK, Glen; BROWN, Peter e GRABAR, Oleg. *Late Antiquity. A guide to the postclassical world*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1999. p.viii-ix

10 BROWN. Op. cit. p.55

Por outro lado a afirmação da existência de uma continuidade com o passado, a Antiguidade Tardia é a legitima herdeira do legado clássico e irá perpetuar essa herança:

> Grupo algum de romanos idealizara jamais Roma tão entusiasticamente como os poetas e oradores do fim so século IV e começos do século V. O mito de Roma, que havia de obcecar os homens da Idade Média e do Renascimento – Roma æterna, Roma concebida como clímax da civilização, destinado a continuar sempre -, não foi criado pelos homens do Império Romano clásscio; foi um legado direto do forte patriotismo do mndo latino do fim do século IV.[11]

Essa tensão entre continuidade e ruptura é um elemento marcante e estruturante da perspectiva tardo antiga. A Antiguidade Tardia é conceituada, a partir desta linha argumentativa, como um momento histórico onde se estabelece uma dialética entre a inovação e a conservação: "*Quando nos ocupamos do último período do Mundo Antigo, vemo-nos entre a contemplação saudosa das velhas ruínas e as aclamações esperançosas de um mundo novo.*"[12] A originalidade do período se encontra nesta dinâmica entre o antigo e o novo, a sua essência é ser uma época de transição.

A abordagem da Antiguidade Tardia abandona os conceitos de decadencia e de declínio substituídos pelos de transformação e transição. O pessimismo do final do século XIX e do entre guerras havia sido substituído pelo otimismo advindo da vitória dos valores civilizacionais ocidentais na II Guerra, (democracia e capitalismo), pela reconstrução da Europa e principalmente pela forte expansão do capitalismo do pós-guerra. A civilização ocidental não se encontra mais em risco no início da década de 70 do século XX. Os problemas a serem enfrentados são de outra ordem, contemplando, fundamentalmente, a forma e a maneira de incorporação de novos grupos a esta civilização: os imigrantes oriundos do processo de descolonização, as mulheres do movimento feminista, os jovens estudantes do maio de 68 entre outros. Esta passagem de *The World of Late Antiquity from Marcus Aurelius to Mohammad. AD 150-750*, texto que consideramos um dos fundadores desta abordagem, nos parece paradigmática:

> Como aproveitar um grande passado sem uma modificação aniquiladora; como mudar sem destruir as raízes; e sobretudo, como proceder, com desconhecidos pelo meio, com homens postos de lado por uma sociedade aristocrática tradicional, pensamentos privados de expressão por uma cultura rotineira, necessidade alheadas de uma religião convencional, estrangeiros de paragens distantes – **tais são os problemas que toda a sociedade civilizada se vê obrigada a defrontar** (grifo nosso).[13]

[11] Idem, ibidem.
[12] Idem. p. 7
[13] Idem. p.8

Peter Brown esta se referindo ao mundo tardo antigo, mas sua palavra bem poderia ser aplicadas, como ele próprio afirma, a toda a sociedade civilizada, portanto ao Ocidente contemporâneo em que vive.

As discussões acerca do conceito da Antiguidade Tardia, como também de diversos outros conceitos historiográfico, possui como um aspecto de grande importância a problemática da documentação, em outras palavras a dinâmicas das fontes, isto é, releitura de documentos já conhecidos e consagrados ou o aporte de novos registros impactam fortemente a reflexão conceitual no campo histórico. Tal fato nos impele a analisar a questão do documento no conhecimento historiográfico como um todo e na Antiguidade Tardia de forma específica.

A História do documento, o documento na História

O que é um documento para o historiador? Essa é a primeira a questão que nos propomos refletir hoje. Comecemos com uma constatação aparentemente um tanto óbvia, mas que revela desdobramentos importantes. A noção de documento, ou seja aquilo que os historiadores entendem ser o seu principal material de trabalho para explicar os homens no tempo, esta visceralmente ligada a concepção de história. Estes dois elementos estão estritamente ligados e não é possível defini-los separadamente. Nossa análise acerca da problemática documental se restringirá ao período em que surge e se estabelece a concepção de história que norteia os trabalhos historiográficos contemporâneos, ou seja a partir da segunda metade do século XVIII estendendo-se por todo o século XIX, os novecentos e chegando aos primeiros anos do novo milênio. Em linhas gerais e sob o sério risco de uma simplificação reducionista definimos esta concepção de história como uma reflexão racional de cunho científico que tem por objetivo explicar os processos sociais numa perspectiva diacrônica utilizando-se para tanto da narrativa. Recorrendo mais uma vez ao recurso da paráfrase de dois dos maiores historiadores do século passado, Marc Bloch e Pierre Vilar, podemos dizer que a história é a ciência dos homens no tempo, mas uma ciência em construção.

A perspectiva de que o documento se constitui como elemento fucral para a elaboração do conhecimento histórico é uma ideia que surge do início do século XIX, consolidando-se e tornando-se hegemônica ao longo dos oitocentos. O documento assume, desta forma, a função de prova, de constatação para uma historiografia que se esforçava para superar os limites da Filosofia da História iluminista para tanto se esforçava para construir uma história que se adequasse os ditames da ciência triunfante.

Neste esforço de construção de uma história científica o primeiro passo é o estabelecimento de um conjunto de regras e normativas para a crítica documental. A heurística do documento

começou a ser elaborada ainda no século XVII com a publicação do *De Re diplomática* de Dom Mabillon e foram aperfeiçoadas pela erudição alemã por um lado e pela Escola de Chartres de outro. Em linhas gerais a crítica documental que se consolida no século XIX, a partir destes desenvolvimentos iniciais, possui como elementos centrais a crítica externa que apoiada nas denominadas ciências auxiliares da História (epigrafia, paleografia, diplomática) tinha por objetivo principal, além de datar e estabelecer a autoria dos documento, expor as falsificações e conferir autenticidade a fonte. A segunda etapa desta heurística era a crítica interna através da qual se examinava a coerência interna da documentação e se reforçava a autenticidade da fonte pela comparação com outros documentos contemporâneos, assim as fontes adquiriam para o historiador a sua função de prova para a "descoberta" dos fatos históricos e, principalmente, a base sólida e objetiva para a construção de uma história científica.

Esta concepção de história e esta heurística documental privilegia uma certa tipologia de fontes, ou seja coloca o texto escrito de caráter narrativo como a principal, senão único registro válido para o conhecimento historiográfico. Um historiador do século XIX tinha por certeza e verdade absolutas que o documento é essencialmente, unicamente o texto escrito.

Esta noção de documento se articula com uma concepção de história eminentemente narrativa, na qual o fato histórico assume o protagonismo, ou seja fazer história é encontrar o fato histórico, descobri-lo objetivamente na documentação. Nesta perspectiva explicação o processo histórico se limita a estabelecer um nexo causal cronológico entre os fatos históricos, o antes explica o depois. Desta forma a história busca se apresentar e consolidar como a ciência do único e do que não se repete, mas, o que era fundamental no novecentos, uma ciência.

No entanto esta concepção estreita e restrita do documento, ainda que tenha desempenhado um importante e decisivo papel no estabelecimento do campo historiográfico, não se mostrou mais adequada quando na transição do XIX para o XX a historiografia vivenciou um período de intensas transformações a partir da crítica, primeiro advinda dos sociólogos e depois dos próprios historiadores, a concepção de história sintetizada pela Escola Metódica.

Uma dessas transformações, que nos interessa particularmente, é a ampliação da noção de documento para a história. A criação da Revista dos Annales, mas fundamentalmente o grupo de historiadores que gravita em torno da publicação, especialmente Lucien Febvre e Marc Bloch são elementos centrais para entendermos esse fenômeno do alargamento dos tipos de fontes a serem utilizados na produção do conhecimento histórico. Em sua *Apologia da História ou o ofício de historiador*, obra escrita em condições dramática como todos nós sabemos, Marc Bloch afirma, numa passagem por demais conhecida, mas que é imperativo citar:

> A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele...Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, manos é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza[14].

A distância que separa a historiografia do século XIX da perspectiva dos Annales é muito clara no que concerne a problemática da documentação. De uma concepção restritiva que se resumia e aferrava ao documento escrito e narrativo a um ideia de documento que abrange todas as manifestações humanas, qualquer vestígios é potencialmente capaz de informar e instrumentalizar o historiador para explicar as sociedades humanas no tempo.

Como afirmarmos anteriormente a noção de documento se liga intrinsecamente a uma concepção de história. No caso do Annales a ampliação do conceito de documento se integra a uma perspectiva historiográfica onde o problema assume o eixo central, se torna a essência da pesquisa histórica. No novo ofício do historiador cabe a este recortar uma problemática que norteará sua investigação determinando seu corpus documental, o tratamento deste corpus, bem como suas escolhas teóricas e metodológicas. A explicação dos processos históricos abandona a narrativa cronologicamente orientada de fatos para se constituir na corroboração argumentativa, assentada na documentação e na erudição historiográfica, de hipóteses levantadas para responder aos questionamentos iniciais da pesquisa.

Outro momento em que observamos uma significativa transformação da noção de documento foi o aparecimento da perspectiva quantitativa e serial tanto na história econômica quanto na história social. Esta perspectiva historiográfica consiste, fundamentalmente, na utilização sistemática de documentos e dos métodos quantitativos na explicação histórica. A novidade desta abordagem, segundo André Burguiére, consiste em três elementos: na utilização das estatísticas analíticas e não mais apenas aquelas de cunho descritivo; a verificação formal de hipóteses relativas as variáveis econômicas; e finalmente a reflexão acerca de processos históricos fictícios, a denominada história contrafactual.

Na perspectiva quantitativa o documento abandona o seu caráter de vestígio único passando a adquirir sentido e significado quanto colocando em uma serie, desta forma a fonte assume um caráter relativo, sua importância encontra-se em seu caráter relacional com outras fontes. Tal postura abriu a pesquisa histórica toda um novo espectro de possibilidades documentais, tais como inventários, registros paroquiais, ou seja fontes que se caracteriza pela grande quantidade de registros. Por outro a história quantitativa traz consigo uma heurística específica, a critica

[14] BLOCH, Marc. *Apologia da Historia. ou o ofício do historiados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p.79-80.

documental não é mais realizada a partir de uma comparação com documentos contemporâneos, mas sim a partir da serie em que o registro se insere, pela coerência e lugar entre as fontes da mesma natureza.

Porém a mudança de maior envergadura e impacto no conceito de documento, surgida no século XX, não tenha sido em relação a sua tipologia, mas sim a um novo estatuto epistemológico de verdade no bojo do docuemto. Esta transformação de cunho epistemológico é que Jacques Le Goff denomina de documento/monumento em um texto publicado no primeiro volume da Enciclopédia Einaudi e hoje clássico. Nele o medievalista francês afirma:

> Não existe documento objetivo, inócuo, primário...O documento não é qualquer coisa que fica do passado, é um produto da sociedade que os fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recupera-lo e ao historiador usa-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa[15].

O documento enquanto monumento supera a dicotomia entre o falso e o verdadeiro que marcou a heurística documental desde o surgimento da historiografia de cunho científica. A autenticidade de um documento deixa de ser uma questão vital e essencial uma vez que ele se liga indubitavelmente a construção de uma memória social que arbitra não apenas a sua elaboração como a sua preservação. A tarefa por excelência do historiador se constitui na desconstrução desta memória, no reconhecimento dessas estratégias de criação e preservação do documento/monumento

Esta concepção de documento exige tipo específico e próprio e heurística, ou seja uma a construção de uma nova crítica documental, algo que o próprio Le Goff no final texto já citado conclama:

> O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência história[16].

Esta é uma tarefa na qual os historiadores ainda estão empenhados.

Cabe, neste momento, após esses apontamentos de cunho geral acerca da problemática da documentação no campo historiográfico trazermos esta discussão para o âmbito da Antiguidade Tardia.

---

15 LE GOFF, Jacques. *História e Mémória.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p.545.
16 Idem. p. 549.

A questão do documento na Antiguidade Tardia

A primeira questão que devemos enfrentar acerca da problemática da documentação na Antiguidade Tardia é a ideia, relativamente difundida, da fragilidade e escassez dos documentos durante este período. A raiz desta visão é a desvalorização e mesmo o desprezo dirigido a este período durante muitos séculos, desde pelo menos a Renascença. Tal situação explica porque ao longo de varias décadas os arqueólogos tenham privilegiado a época clássica em detrimento do mundo tardo antigo, ainda que essa seja uma situação que encontra-se em processo de revisão com o significativo avanço das pesquisas arqueológicas referentes a Antiguidade Tardia.

Um segundo aspecto a ser considerado acerca desta questão, mas que também esta inserido nos preconceitos que ainda pairam sobre este momento histórico, uma grande parte das fontes escritas estão, na perspectiva de Bertrand Lançon, adormecidas nas bibliotecas devido a uma prevenção pouco objetiva e mesmo irracional de muitos historiadores em decorrência da origem cristã e eclesiásticas desta documentação.

No entanto, os progressos dos estudos acerca da Antiguidade Tardia, a partir da segunda metade do século XX que reconfiguraram esse campo de estudo, trouxeram tanto inovações temáticas e metodológicas quanto uma renovação do interesse em relação a documentação produzida neste período. É notável, por exemplo, o esforço de publicação de textos tardo antigo em grandes coleções de fontes como na Loeb Classical Library editada pela Havard University Press ou a coleção Sources Chrétiennes publicadas pelas Éditions Du Cerf. Além é claro dos tradicionais corpus documentais como a Patrologia de Migne em suas series latina, grega e oriental, o *Corpus Scriptorum Eclesiasticorum Latinorum* e ainda o *Corpus Christianorum*.

Porém é no registro arqueológico que a problemática da documentação na Antiguidade Tardia apresenta os maiores inovações e desenvolvimentos, uma vez que os achados arqueológicos são hoje uma das poucas, quase única possibilidade do surgimento de uma nova documentação acerca do período, mas principalmente os arqueólogos tendo contribuído crescentemente para fazer avanças os estudos do campo tardo antigo tanto no sentido de rediscutir antigas hipóteses como também para corroborar a documentação escrita. Um exemplo do primeiro caso é a obra de Richard Hodges e David Whitehouse, *Mohammed, Charlesmagne and the Origins of Europe: Archaeology and the Pirenne Thesis*[17] em que os achados arqueológicos, em maior parte, se contrapõe as conhecida tese do historiador belga. Já o livro de Peter Glob, *The Bog People: Iron-age man*

[17] HODGES, Richard; WHITEHOUSE, David. *Mohammed, Charlesmagne and the Origins of Europe: Archaeology and the Pirenne Thesis*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

preserved[18] comprova materialmente muitas das afirmações do historiador romano Tácito acerca dos germanos.

Esta contribuição, cada vez mais expressiva, da arqueologia para o estudo da Antiguidade Tardia somente foi possível em decorrência de uma importante mudança de concepção do trabalho arqueológico, isto é o abandono de uma arqueologia que se preocupava com os objetos únicos e refinados em detrimento dos objetos da vida cotidiana. Nas palavras de Lester Little e Barbara Rosenwein:

> Nos anos sessenta, alguns arqueólogos se deixaram influenciar em grande medida pelos avanços teóricos e metodológicos da arqueologia, da biologia e da matemática. Os denominados 'Novos Arqueólogos' pretendiam importar concepções de campos afins para depois tratar de descobrir os meios adequados que lhes permitiria comprovar essa hipótese em seu próprio campo de estudo. Seu propósito principal era o de converter a arqueologia em uma ciência, e em particular, buscar no passado as pautas do comportamento humano[19].

Um exemplo desta nova postura no campo da arqueologia em relação a Antiguidade Tardia é a obra de Bryan Ward-Perkins, *The Fall of Rome and the end of Civilization*[20], no qual o autor se apoiando em registro arqueológicos de cunho massivo, no caso específico, a cerâmica afirma o declínio do nível de vida na porção ocidental do Império Romano entre os séculos V e VII.

A hipótese do autor é que até a chegada dos germanos a cerâmica produzida no mundo romano se caracterizava pela alta e uniforme qualidade, produção em grande escala e ampla difusão apontando para um determinado nível de vida de grande parcela da população. Características essas, que segundo o autor, desaparecem ou melhor declinam a partir do século V, demonstrando um recuo das condições da existência dos romanos. Toda a argumentação do pesquisador do Trinity College possui como suporte documental primordial os registros arqueológicos cerâmicos produzidos no Ocidente romano durante a Antiguidade Tardia.

Outro exemplo é o livro de Neil Christie, *The Fall of the Western Roman Empire. An archaeological & historical perspective*[21], publicado em 2010 em que o autor faz um esforço interpretativo no sentido de comparar os testemunhos escritos, especialmente a *História* de Vitor de Vita e os achados arqueológicos acerca do período das invasões germânicas e da implantação do Reino Vândalo no Norte da África. Estabelecendo assim um diálogo, sem lugar a dúvida, extremamente profícuo para os estudos do mundo tardo antigo.

---

18 GLOB, Peter. *The Bog People: Iron-age man preserved*. New York: Barnes & Noble, 1997.

19 LITTLE, Lester; ROSENWEIN, Barbara. *Debating the Middle Ages: Issues and Readings*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

20 WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the end of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

21 CHRISTIE, Neil. *The Fall of the Western Roman Empire. An archaeological & historical perspective*. , London: Bloomsbury Academic, 2010

A contribuição da arqueologia, principalmente nesta nova perspectiva aberta na segunda metade dos novecentos, ao campo dos estudos tardo antigo revela-se de grande importância, mas isso não significa necessariamente o abandono de tipologias documentais tradicionais, como é o caso das narrativas históricas produzidas durante a Antiguidade Tardia.

Uma primeira questão que devemos nos colocar assume o cunho teórico, qual seja, a pertinência da utilização do conceito de historiografia para definir os textos produzidos neste momento e que são classificados como obras históricas. Entendemos que este conceito não se constitui como instrumental analítico adequado para compreender a produção histórica na Antiguidade Tardia. Essa escolha merece algumas reflexões, na medida que historiografia se apresenta como a categoria mais consagrada para discutir a narrativa histórica contando como uma ampla produção que ao tratarem da história da história lançam mão deste conceito para analisar essa problemática. É caso, para ficar nos exemplos mais conhecido da obra de Charles Oliver Carbonell *Historiografia*[22] ou ainda da mais recente de Marie-Paule Caire-Jabinet *Introdução a Historiografia*[23].

Entendemos, no entanto, que o conceito de historiografia deve ser utilizado de forma mais restrita para identificar a produção histórica, a escrita da história que começa a surgir em meados do século XVIII e que progressivamente constrói a forma como pensamos e concebemos a história nos dias de hoje tanto em termo de suas reflexões teóricas quanto de seus procedimentos metodológicos a partir do que poderíamos caracterizar como uma ruptura epistemológica em relação ao conhecimento histórico anterior.

Diante desta perspectiva apresentada acima optamos por utilizar como instrumental conceitual para a nossa pesquisa a categoria de discurso. Este, a partir dos anos 80 do século passado, tornou-se de ampla utilização tanto nas ciências humanas quanto na História. Tal fenômeno é o resultado de uma transformação na maneira de se pensar o lugar da linguagem na produção do conhecimento.

O discurso, passa a ser entendido enquanto uma organização transfrástica, ou seja todo discurso se constitui por sequencias de palavras que se organizam a partir de estruturas, de uma ordem que apresenta-se como diferente daquela que encontramos na frase. Desta forma o discurso é submetido a regras de organização pertencente a uma determinada comunidade. Em outras palavras quando afirmamos a existência de um discurso historiográfico estamos defendendo que este possui um conjunto de regras que o individualiza em relação a outras tipologias de discursos.

Por outro lado devemos ressaltar que todo discurso é orientado não apenas porque é concebido a partir dos interesses e propósitos daquele que o produz, mas também e principalmente

[22] OLIVER CARBONELL, Charles *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.
[23] CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução a Historiografia*. Bauru SP: EDUSC, 2003.

porque ele se constrói na historicidade de uma sociedade. Por conseguinte podemos considerar o uma forma de ação.

Portanto, fundamentalmente nossa proposta de repensar o discurso histórico como fonte para o estudo da Antiguidade é exatamente entender as narrativas históricas produzidas neste período histórico enquanto discursos, por conseguinte um fenômeno marcadamente contextualizado, na medida que não podemos atribuir um sentido a nenhum enunciado fora de um contexto, que por sua vez é histórico e social. Por outro lado, não devemos esquecer que o discurso contribui para a definição de ser contexto, bem como é um poderoso instrumento de transformação da realidade em que se insere.

As obras de História produzidas durante a Antiguidade Tardia se destacam não apenas pela sua quantidade, mas também por sua diversidade. Temos autores, como Amiano Marcelino, que é o herdeiro da tradição histórica clássica, cuja obra segue todos os parâmetros e modelos dos grandes historiadores gregos e romanos. Por outro lado assistimos ao surgimento e desenvolvimento, por parte dos autores cristão, de uma nova temática de interesse histórico, a História Eclesiástica que tem no livro de Eusébio de Cesaréia o seu marco fundador. Finalmente assistimos o surgimento de textos históricos redigidos não por romanos, mas por autores de origens germânica como é o caso de Jordanes.

A produção histórica tardo antiga, portanto, se relaciona intimamente com as grandes questões que marcam este momento, isto é, a preservação e utilização da herança romano-helenística, o avanço da Igreja e a progressiva cristianização da sociedade e finalmente o assentamento, violento e pacífico, dos povos germânicos e seu impacto no mundo mediterrânico. Esta é uma forte razão para que não abandonemos a análise deste tipo de documentação, pois sua contribuição ao estudo da Antiguidade Tardia ainda é fundamental. Porém, é preciso renovar não apenas as questões, mas também os procedimentos analíticos para a interpretação desta documentação.

Os estudos acerca do produção histórica tardo antiga tem uma de suas mais importantes contribuições no artigo de Arnaldo Momigliano intitulado *Historiografia pagã e historiografia cristão no século IV* publicado em 1963 na coletânea *The conflict between paganism and christianity in the fourth century*. O historiador italiano afirma não existir um conflito entre os historiadores pagãos e cristão no IV século, na medida que havia uma divisão de campos entre as duas historiografias. Cabendo aos autores cristãos a história eclesiástica e a biografia, enquanto aos pagãos cultivavam as formas tradicionais do discurso histórico. Nas palavras do autor:

> Podemos ver, pois que no século IV não se podia esperar um conflito direto entre cristãos e pagãos no plano superior da historiografia. Os cristãos, com toda a sua

> agressividade, criavam nos tipos de história e biografia... Os pagãos ficam em paz para cultivar qualquer discussão direta com seus formidáveis vizinhos de campo historiográfico. Na maioria dos estudiosos pagãos da história, a oposição ao cristianismo se intui, mas quase nunca se pode demonstrar[24].

Discordamos frontalmente de Momigliano, pois entendemos que o discurso histórico apresenta-se em primeiro lugar como fazendo parte da Paidéia Greco-romana, sendo portanto uma das amplas zonas de contato entre o pensamento pagão e o cristão, uma vez que essas duas vertentes da produção histórica constroem seus discursos a partir de uma herança advinda da historiografia clássica, apesar de certas inovações cristã acerca da temática ou em termos das dimensões da cronologia do processo histórico, e principalmente no que concerne a contribuição de Agostinho e de Paulo Orósio no estabelecimento de uma filosofia da história de caráter transcendente.

Em segundo lugar o discurso histórico tardo antigo é um dos *lócus* do conflito entre os intelectuais pagãos e cristãos pela Paidéia Greco-romana. Por meio das suas obras tanto os historiadores pagãos quanto os historiadores cristãos buscam legitimar sua posição como os verdadeiros herdeiros da tradição clássica e simultaneamente desqualificar seus adversários na medida em que estes não são autênticos representantes deste legado cultural.

O conhecimento histórico neste momento é uma zona de contato, talvez o conceito mais adequado seja o de fronteira na medida em que este permite tanto o convívio no mesmo espaço simbólico entre pagãos e cristãos, mas também nos alerta sobre o caráter conflituoso e tenso deste contato.

Para finalizar gostaria de reinterar a importância do discurso histórico como fonte para o estudo da Antiguidade Tardia, mas para tanto é necessário desafiar essa documentação com novos questionamentos, propor releituras e também contribuir para uma a construção da heurística destes documentos/monumentos.

[24] MOMIGLIANO, Arnaldo. "Historiografia pagana e historiografia Cristiana en el siglo IV" IN MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografia antigua y moderna*. México: Fondo de Cultura Económica,1993. p.107.

A influência da Bíblia na construção da imagem de D. João I, o "Messias de Lisboa"

The influence of the Bible in the construction of the image of John I, of Portugal, the "Messiah of Lisbon"

Adriana Maria de Souza Zierer[1]
Universidade Estadual do Maranhão

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os elementos que auxiliaram a construção da imagem de D. João I, primeiro rei da Dinastia de Avis, por Fernão Lopes. Num período de crença em ideias escatológicas por grupos como os beguinos e franciscanos espirituais, marcado por eventos como a fome e a Peste Negra, uma parte da população portuguesa acreditava na vinda de um governante ideal que traria um novo período de felicidade na terra, apresentado por Lopes como a Sétima Idade. Este também é um momento do Cisma do Ocidente, com dois papas na Cristandade, em Roma e Avignon. Visando legitimar o poder da nova dinastia, o cronista apresenta o rei avisino como o "Messias de Lisboa" e instaurador do Evangelho Português, sendo o único capaz de libertar Portugal do Anticristo, representado pelo rei de Castela, apoiante do papa de Avignon e que pretendia obter para si o trono de Portugal. São enfatizados conceitos relacionados a temas bíblicos, como o de Messias, associado a um rei salvador, vinculado aos monarcas do Antigo Testamento e com analogia a Cristo. Assim, D. João I está associado aos bons reis bíblicos, como Josias, que eram guerreiros, justos e fieis a Iaweh. O cronista apresenta exemplos de "milagres" relacionados a eventos bíblicos, que confirmavam a "eleição" de D. João por Deus, como os ocorridos no cerco de Lisboa (1384) e na Batalha de Aljubarrota (1385).

Palavras-chave: *Bíblia*; D. João I; Fernão Lopes.

Abstract

The goal of this paper is to present the elements that helped to build the image of John I of Portugal, first king of Avis' Dynasty, by the chronicler Fernão Lopes. In a period of belief in eschatological ideas by groups such as Beghards and Spiritual Franciscans, marked by events such as famine and the Black Death, a part of the Portuguese population believed in the coming of an ideal ruler who would bring a new period of happiness on earth, presented by Lopes as the Seventh Age. This is also the moment of the "Great Schism", with two popes in Christianity, in Rome and Avignon. In order to legitimize the power of the new dynasty, the chronicler presents the king of Avis as the "Messiah of Lisbon" and the establisher of the Portuguese Gospel, being the only one able to free Portugal of the Anthicrist, represented by the king of Castile, a supporter of the pope of Avignon and sought to obtain for himself the throne of Portugal. We emphasize concepts related to biblical themes such as Messias, linked to a savior king, connected to the kings of *Old Testament* and with analogies to Christ. Thus, John I is associated with the good biblical kings, such as Josiah, who were warriors, faire kings and faithful to Yahweh. The chronicler presents examples of "miracles" related to Biblical events which confirmed the "election" of King John by God, such as those ocurring at the Seige of Lisbon (1384) an in Aljubarrota Battle (1385).

Keywords: *Bible*; John I, of Portugal; Fernão Lopes

● **Enviado em: 17/04/2012**
● **Aprovado em: 01/12/2012**

[1] Doutora em História Medieval. Docente do Departamento de História e Geografia da UEMA. É uma das coordenadoras do **Mnemosyne - Laboratório de História Antiga e Medieval da UEMA**. Coordena o projeto de pesquisa *O Rei e a Legitimação da Dinastia de Avis*, desenvolvido com alunos de iniciação científica.

Introdução

D. João I, filho bastardo do rei D. Pedro, ascendeu ao poder através do Movimento de Avis de 1383-1385, com apoio de nobres secundogênitos, de comerciantes e da população pobre de Lisbôa, sendo inicialmente nomeado como regedor e depois coroado como monarca, em 1385.

Também se destaca a preocupação com a memória, em registrar os acontecimentos relacionados à nova Dinastia, daí o fato de Fernão Lopes ter sido contratado em 1418 por D. Duarte, filho do monarca e soberano subsequente, para escrever as crônicas de todos os reis até então, o que denota o intuito em glorificar os feitos do iniciador da nova dinastia, que acabou conhecido como D. João, o da "Boa Memória".

A *Crónica de D. João I* foi composta logo após a sua morte com o propósito de apresentar D. João como o eleito de Deus, "Messias" de Lisboa, que teria vencido os castelhanos que desejavam ocupar o trono português, graças ao apoio da 'boa nobreza' – os nobres secundogênitos, e da 'arraia miúda', o povo de Lisboa. Já nessa obra o soberano é apresentado por Lopes como modelo de perfeição, devoto, bom marido, bom governante. Seu comandante militar – Nun'Alvares, o seu complemento, "estrela da manhã", caridoso, bondoso, bom cristão, exímio guerreiro e fiel ao seu dirigente. D. João, com o seu apoio, teria vencido batalhas contra os castelhanos em território português, como as batalhas de Atoleiros e Aljubarrota.

Outro elemento importante é que o período em questão é marcado pelo Cisma do Ocidente, com a existência simultânea de dois papas, um em Roma e outro em Avignon. Num contexto de crise religiosa, marcado pela Peste e a fome, como foi o final da Idade Média, possibilitou que grupos de orientação joaquimita[2], como os beguinos e franciscanos espirituais acreditassem que estava se aproximando em Portugal a vinda de um governante com traços messiânicos, capaz de trazer a justiça e a paz e lutar contra o mal. Fernão Lopes se apropria dessas ideias e transforma D. João de Portugal no modelo de rei escolhido por Deus em oposição a D. Juan de Castela, visto como mau cristão e exemplo do Anticristo, que desejava o trono de Portugal e tinha o apoio da nobreza tradicional lusa.

Boa parte dessa nobreza apoiou, na época, as pretensões do monarca castelhano e foram os nobres secundos, como Nuno Álvares Pereira, os partidários do Mestre de Avis. Por isso, Lopes faz no seu relato uma oposição entre os "bons portugueses", aliados de D. João, considerados a "boa

[2] Grupos que seguiam ideias do monge calabrês Joaquim de Fiore (†1202), que acreditava ser o mundo dividido em três eras, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. Nesta última era, que se iniciaria em 1260, ocorreria uma mudança, precedida de um período de grandes provações, caracterizado pela vinda do Anticristo. Após a derrota deste, seria estabelecida a Jerusalém Celeste. As ideias de Joaquim foram consideradas heréticas depois da sua morte, mas tiveram grande repercussão, especialmente no final da Idade Média quando devido a um período de peste e fome se acreditava que o fim do mundo estava próximo.

oliveira portuguesa" e os "enxertos tortos", maus portugueses, especialmente, os da alta nobreza, que apoiaram D. Juan[3]. A imagem dos ramos da oliveira é inspirada num exemplo bíblico retirado da *Epístola 11 de São Paulo aos Romanos*, associando os ramos naturais embora desnaturados aos judeus e os ramos enxertados na boa árvore aos cristãos.[4]

A ideia mais presente na *Crónica de D. João I* é a da luta entre dois partidos: o de D. João, Mestre de Avis, que representa a verdadeira Fé – o cristianismo e o de D. Juan de Castela, que segundo o texto escrito por Fernão Lopes é um herético e cismático, por apoiar o papa de Avignon, o 'anti-papa'. Assim, Castela é associada ao Anticristo que vem causar uma série de tribulações a Portugal: a guerra, a fome e a peste. Esta última milagrosamente, segundo o cronista não atacava os portugueses, mas somente os castelhanos, o que representaria uma interferência do divino ao lado dos portugueses. Todo o texto da crônica se apoia na dualidade entre D. João, o Messias, isto é, o governante designado por Deus para salvar Portugal, e o Anticristo, D. Juan de Castela, o representante do mal.

Esses termos são explicitamente mencionados na primeira parte relato, respectivamente no cap. 63 que fala do povo do "Mexias de Lisboa", os humildes, e o 123, sobre o Anticristo, no qual o cronista explica que o motivo das lutas era a divisão entre os nobres em Portugal, o que denotava a existência de pecados no reino, motivo pelo qual toda a população seria posta à prova.

Elementos Bíblicos na Crónica: Messianismo, Escatologia, Rei Perfeito

O **messianismo** pode ser entendido como "essencialmente a crença religiosa na vinda de um Redentor que porá fim à ordem atual das coisas, quer seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade"[5].

No sentido histórico-sociológico, o messianismo compõe-se de um legado de doutrinas que prometem a felicidade na terra sob a liderança de uma pessoa que empreenderia reformas políticas, religiosas ou sociais, as quais são apresentadas como ordens, missões ou emissões divinas. Deus pode ser manifestado através de um personagem (messianismo), de um mensageiro (profetismo) ou de um reino ou reinado (milenarismo).

Com relação à sua tipologia, o *messianismo político* é aquele ligado a instauração de regimes ou de dinastias que utilizam um discurso baseado no nacionalismo e associado a um líder messiânico apresentado como iniciador de uma nova era[6].

---

3 ACCORSI JR, Paulo. "*Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa*". *A Prosa Civilizadora na Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 103-132.

4 SARAIVA, António José. *Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 173.

5 DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milenarismos*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2000, p. 20.

O messianismo representado por D. João se insere no *messianismo político*, pois a Dinastia de Avis ao se implantar no poder criou um discurso em que apresenta *D. João como aquele capaz de garantir a salvação do povo português* e o iniciador de um novo tempo de felicidade, descrito por Fernão Lopes como a Sétima Idade, na qual membros de categoria inferior seriam nobilitados. O desenvolvimento deste messianismo está inserido também na crença no chamado *messianismo cósmico* que prevê um período de abundância e de paz com a chegada do verdadeiro Messias estabelecendo o Juízo Final.

Segundo Desroche, o *messianismo cósmico* tem a sua raiz no passado, no caso do cristianismo, a criação do homem no Éden, e evoca no presente a esperança de um futuro, isto é, a Nova Jerusalém na terra com o início do reinado de Cristo e dos eleitos e a condenação eterna dos maus ao Inferno[7].

Este rei ideal tem características dos reis do *Antigo Testamento*, os quais eram guerreiros e expansionistas. Deus mostrava a sua ligação com eles favorecendo-os nas guerras, o que confirmava a aliança com o povo Israel, visto como um povo eleito. De acordo com o relato de Fernão Lopes, os portugueses também serão vistos com esta característica, uma vez que Deus os favoreceu nas lutas contra os castelhanos, mais poderosos militarmente e que pretendiam tomar o reino.

O nome Messias vem do aramaico *Meshihà* e sua raiz é *meshah* (ungir), que designava a união sacerdotal, profética e régia. No *Antigo Testamento*, este termo era utilizado para denominar o rei e os sacerdotes[8]. Exemplos de reis ungidos foram Davi e Saul e no caso de sacerdotes, Arão e seus filhos.

Na *Bíblia* a benção de Noé dada a Sem (Gen, 9, 24) anunciava que a salvação do mundo sairia de Sem e de sua família, os semitas. Entre os semitas, Abraão foi escolhido como o portador da profecia e através de sua descendência todos os povos da terra seriam abençoados, pois segundo o *Antigo Testamento* é de Israel que virá a salvação[9].

No sentido teológico, o messianismo designa as ideias sobre o Messias do *Antigo Testamento*. Ali, a aliança de Deus com o povo de Israel se concretiza na aliança do Monte Sinai, na qual este povo é o escolhido para levar o cetro de Judá, isto é a religião judaica, apresentada como perfeita, verdadeira e definitiva, devendo ser seguida por todos os povos. Israel, segundo a *Bíblia*, será o condutor deste Messianismo expresso em expressões como "Restaurador do Povo de Deus", "Messias de Israel" e "Salvador da Humanidade" no fim dos tempos.

---

6 DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milenarismos*, p. 34.
7 *Ibid*., p. 35.
8 BAUER, Johannes B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo: Loyola, 1988, v. 1, p. 689.
9 *Ibid*., p. 690.

O Messias, identificado com um elemento pertencente à casa de Davi, é "um rei sacerdote que virá no fim dos tempos para instaurar o amor, a justiça, a unidade e a paz"[10]. Estes termos mais tarde foram associados a Jesus de Nazaré, entendido na religião cristã como o Messias já vindo. Já o judaísmo continua a crer que os tempos messiânicos continuam por vir.

O rei ungido encarna na sua pessoa a natureza e condição da realeza do povo eleito. A esperança dos judeus que se veem como um povo eleito está essencialmente ligada à figura do **rei Davi**. Para a *Bíblia* ele é o verdadeiro fundador da monarquia em Israel. A realeza de Davi foi proclamada em Hebron, cidade mais importante de Judá. A conquista de Jerusalém garante a confirmação de Davi como rei de todo Israel[11], o que só perdurou durante o seu reinado. Por isso, Davi personifica o modelo de Messias.

A partir do **Novo Testamento**, o Messias é identificado com Jesus, o Cristo. *Christós*, o Messias foi crucificado e ressurgido. O Messias, salvador da humanidade dará então início ao Juízo Final e ao estabelecimento do Reino de Deus na terra.

A escatologia judaico-cristã prevê a terra onde corre leite e mel para os judeus e se enriquece com a evocação de um chefe, um salvador ou rei futuro, o Messias, Ungido do senhor e descendente da casa de Davi[12].

A ideia deste rei futuro está relacionada a calamidades como a destruição de Israel e o cativeiro na Babilônia, eventos que são vistos como pecados que levaram à cólera divina. Assim, o Messias passa a ser visto como servidor de Iahweh, profeta perseguido e salvador, Messias redentor capaz de garantir um novo futuro a todas as nações e também a ressurreição dos mortos. Com a vinda do Messias, um novo reino será criado. Segundo Le Goff "o judaísmo é a religião da espera e da esperança isto é a própria essência da escatologia"[13].

Já no cristianismo, o nascimento de Cristo inicia o reino de Deus e antecipa o reino futuro. Somente quando o evangelho for pregado em toda terra virá o fim. No *Apocalipse de São João* o Messias é identificado com Jesus, que marcará o início do Juízo Final. Antes deste período ocorrerá a ressurreição dos santos e mártires por mil anos, logo a seguir o Anticristo retornará, será derrotado por Cristo e se iniciará o Paraíso na terra.

A característica básica do messianismo, segundo Pinharanda Gomes, é a existência de "enviados", "mensageiros celestes" ou "homens escolhidos", que podem estar associados a alguns

---

10 GOMES, Pinharanda. "Messianismo". In: Polis. *Encilopédia VERBO da Sociedade e do* Estado. Lisboa: Verbo, 1986, v. 4, p. 208.

11 2 Sm5. Todas as referências da *Bíblia* citadas no texto foram extraídas de *A Bíblia de Jerusalém.* São Paulo: Paulus, 1995.

12 LE GOFF, Jacques. "Escatologia". In: *Memória e História*. *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 436.

13 *Ibid.,* p. 436-437.

monarcas[14], como, por exemplo, Afonso Henriques e seu papel na Batalha de Ourique, D. Sebastião, tido como Príncipe Perfeito, o Desejado e D. João de Avis, o "Mexias de Lisboa". Através destas vinculações procurava-se associar elementos da perfeição messiânica a figuras humanas.

O termo Messias mais tarde será identificado com um salvador, seja ele herói ou líder espiritual com capacidade de restabelecer a felicidade, conceito ligado a tradições lendárias como a Idade do Ouro.

D. João como Messias está relacionado no plano simbólico à idéia de "novo Davi", Imperador dos Últimos dias que combate o Anticristo de acordo com as expectativas de grupos que possuíam crenças milenaristas em Portugal, tais como os franciscanos espirituais e os beguinos[15].

A categorização de D. João como Messias possui aproximação com os bons reis do *Antigo Testamento*, guerreiros e fiéis a Iahweh e por isso têm a sua proteção. Lutam por seu território e tem garantido por Deus a posse da Terra Prometida, que para os judeus é Israel e para os portugueses a manutenção do reino de Portugal, de acordo com a construção elaborada pela Dinastia de Avis.

Numa releitura cristã, D. João possui ainda analogias com o próprio Cristo e foi escolhido por Deus na missão de conduzir o reino de Portugal, daí ser possível chamá-lo de "Messias". Os pesquisadores que estudaram a *Crónica de D. João I* afirmam que esse **messias não é Cristo**. Para Rebelo, após o assassinato do Conde Andeiro, tido por amante da rainha regente, D. Leonor, a população reconhece D. João "*como chefe*, **não como Messias Prometido**"[16]. E a chamada Revolução de Avis está ligada mais a um "desejo de melhoria das condições sociais"[17]. No entanto, Rebelo também sublinha a existência de elementos para-religiosos, reminiscências bíblicas que "insinuam a **identificação dele (D. João) com Cristo**"[18] (grifos nossos).

Fernão Lopes adota a livre técnica do sermão e da exegese medieval. Desta forma, várias passagens do documento possuem um sentido moral e alegórico. As exigências do discurso procuram reproduzir a imagem de "certas expectações milenaristas".

Garcez Ventura afirma que o povo do Messias de Lisboa é o "povo de um salvador sediado numa cidade, não Jerusalém, mas Lisboa. E esse salvador redime do pecado, não do pecado, da sujeição ao rei de Castela"[19].

---

14 GOMES, Pinharanda. "Messianismo". *Op. Cit.*, p. 208.

15 Segundo Delumeau, soberanos tidos como Reis ou Imperadores dos Últimos Dias, como o imperador germânico Sigismundo (†1437) eram qualificados no século XV como "*lux mundi*, *secundus David* [luz do mundo, novo David] e novo *Carlos Magno*". Cf. DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 69.

16 REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 58.

17 REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, p. 58.

18 REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, p. 57.

19 VENTURA, Margarida Garcez. *O Messias de Lisboa*. Lisboa: Cosmos, 1992, p. 50.

Assim no nível simbólico, D. João será associado ao Messias, um salvador que tem relação com os reis do Antigo Testamento e analogias com Cristo, sem ser ele próprio o Cristo. Este Messias luta contra o mal que dentro de um contexto de Cisma do Ocidente e medo do fim do mundo é apresentado no discurso de Fernão Lopes como D. João de Castela, mencionado explicitamente no texto como agente do Anticristo, que segundo Ventura "enfrentava o nosso Cristo, o nosso Messias"[20].

Quanto à figura do *Anticristo* significa no judaísmo e no cristianismo um adversário de Deus nos últimos tempos da história. O antagonista de Deus pode ser representado por *Satanás, pelo dragão e por um tirano*, um falso profeta corruptor dos homens bons. O poder e a sedução estão associados ao Anticristo[21]. Haveria também um pseudo-messias dos judeus, corruptor do mundo segundo o *Evangelho a Nicodemo* e um combate final entre Enoc e Elias com o Anticristo, de acordo com o *Apocalipse*[22].

Os temas do relato de Fernão Lopes estão essencialmente relacionados à escatologia cristã. A escatologia, do grego *escatha*, que significa 'as últimas coisas' designa as idéias relacionadas ao fim do mundo ou aos eventos que atingirão o seu término no Juízo Final. "Em sentido mais amplo, entende-se por elas todas as esperanças e aspirações de conotações religiosas prevendo o surgimento na terra de uma ordem perfeita, de certa forma paradisíaca[23]".

No pensamento cristão, Deus é associado a Cristo, o ungido, o rei dos Reis. Cristo está relacionado a um importante atributo da função régia: a justiça. De acordo com a escatologia cristã, acredita-se que no final dos tempos haverá o derradeiro julgamento da humanidade quando os eleitos permanecerão com o Pai no estabelecimento de seu Reino na terra e os pecadores sofrerão a danação eterna.

A figura do Anticristo é muito presente nos textos que vão falar do período anterior à segunda vinda de Cristo. Este assunto que liga escatologia e milenarismo está também diretamente relacionado com a *Crónica de D. João I*. Neste texto, temos a figura do Anticristo representado por Castela e pelo Messias de Lisboa, isto é, D. João e seus apoiantes. A noção de escatologia individual se une com a escatologia coletiva. D. João é o único, segundo o relato, que pode salvar Portugal e o reino do domínio do Anticristo. Assim, a salvação coletiva que o Messias fornece aos súditos está diretamente relacionada à possibilidade de que individualmente cada um atinja a salvação.

---

20 *Ibid*.

21 BERARDINO, Angelo Di (Org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes/Paulus, 2002, p. 108.

22 Ap 11, 3-13

23 TÖPFER, Bernhard. "Escatologia e Milenarismo". In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Imprensa Oficial/EDUSC, v. 1, p. 353.

Diversos autores medievais viam como elemento escatológico principal a vinda do Anticristo. A Igreja utilizava esta preocupação para realizar o controle dos fiéis. Sabia-se que o fim estava próximo, porém sua data era incerta. Assim, o pensamento oficial apresentava uma visão pessimista do futuro até o advento do Juízo Final. O positivo era voltado ao passado, com a criação do mundo e vinda de Cristo ou para o futuro distante na outra vida e no Juízo Final. A Igreja podia assim realizar a conversão dos fiéis, inspirando-lhes o terror por seus pecados.

Os modelos dos reis do *Antigo Testamento* foram utilizados para que os monarcas pudessem ser instruídos. Foram assim confeccionados *Espelhos de Príncipes* que visavam fornecer aos monarcas regras corretas de comportamento para reger a sociedade[24]. Dentre as figuras mais importantes estavam os reis Davi, Salomão, Ezequias e Josias. O principal traço destes reis era a obediência a Deus, a preservação da sua fé e a luta contra os inimigos de Iahweh. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, obra de caráter nobiliárquico do século XIV, apresentava uma genealogia dos reis bíblicos e no quadro a seguir aparecem algumas das características destes reis.

No período medieval considerava-se que o rei recebia o seu poder diretamente de Deus. Por isso, o bom rei deveria ser capaz de manter e expandir a fé cristã, defender a Igreja e garantir ao reino a paz e a aplicação da justiça. Suas qualidades individuais elevavam as qualidades morais e religiosas de seus súditos.

Quadro 1: Os Bons Reis Bíblicos no Nobiliário do Conde D. Pedro

Os Bons Reis Bíblicos no *Nobiliário do Conde D. Pedro*	
Rei	Citação
Davi	"e foi mui bõo rei e boõ profeta, e fez os salmos e a lei e foi rei sobre Judá e sobre Jerusalém (...) Reinou el rei Davi quorenta anos (...) e soteranom-no em Jerusalém, sa cidade."[25]
Salomão	"Despois da morte d'el rei David, reinou seu filho, rei Salomon, em Jerusalem e sobre todo Jerusalem [isto é, por todo Israel]. E fez o templo de Deus em Jerusalem e acabou-o em sete anos. (...) E reinou o rei Salamon quorenta annos, ante que adorasse os ídolos ."[26]
Asa	"(...) foi mui bõo e mui dereito, e temia Deus e quebrantou todolos idolos que achou em sa terra, e fez muitas batalhas com Basa (...) e com outros reis (...) e cobrou gram parte do reino, que havia perdido Roboam, o filho de Salamon. E venceo muitas batalhas (...)".[27]
Ezequias	"e foi boo rei e direito, e quebrantou todolos idolos e quebrantou a serpente d'arame que fez Moises em no deserto, que ainda tem os Judeus a mui grande honra".[28]

[24] LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999, pp. 357-358.
[25] *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (org. por José Mattoso). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, v. II/1LL, 1E1.
[26] LL, 1E2.
[27] LL, 1F5.
[28] LL, 1F20.

Josias	"Regnou Josias em Jerusalem XXXI annos, e foi boo rei e amigo de Deus e amou-o e teme-o, e todalas fazendas que achou no templo, todalas deitou ende, e fez todo o que prougue a Deus. Em aqueles dias, veio Pharaão Necao, rei do Egipto, contra el rei de Siria ao rio d'Eufrates. E sahio Josias aa carreira e morreo no campo de Majedom."[29]

Dentre as características do rei ibérico, estava o *rei cristianíssimo*, que se caracterizava pela atividade guerreira na luta contra os infiéis, a atitude religiosa do monarca e sua relação com a Igreja, seguindo os seus mandamentos. O rei cristianíssimo é um modelo de rei ideal, por isso conhecer, servir e louvar a Deus eram algumas de suas funções. Tinha a responsabilidade pela salvação não apenas de sua alma, como a de todos os habitantes do reino. Seu principal símbolo é a esfera dourada coroada por uma cruz dourada[30].

O rei cristianíssimo devia proteger a Igreja, além de dar doações e privilégios a esta instituição, sendo-lhe obediente, o que nem sempre ocorria na prática. Porém, no caso de D. João I, a obediência ao papa de Roma considerado pelo cronista como legítimo foi um dos fatores que lhe garantiram a sustentação ideológica para assumir o papel de rei uma vez que era bastardo. A obediência ao clero "oficial" funcionou assim como uma estratégia política tanto nas crônicas como no discurso de João das Regras nas cortes de Coimbra (1385) antes de sua aclamação como rei.

Assim, a obediência à Igreja, traço do rei cristianíssimo, somada aos elementos messiânicos que este rei possuía, segundo a descrição de Fernão Lopes na sua crônica, garantiram a sustentabilidade política da nova dinastia e a sua aceitação pela sociedade.

As realizações do rei medieval estavam relacionadas a ideias éticas. A virtude é um dos eixos fundamentais de legitimação do poder régio. O monarca, além de cristianíssimo, devia ser um *rei virtuosíssimo*, possuindo mais virtudes que todos os seus súditos, o que contribuía para fundamentar a superioridade régia, traço fundamental para o exercício do ofício de rei. Ele necessitava controlar em si mesmo todos os vícios, como a luxúria, avareza, soberba, inveja, fúria e outros. As virtudes do rei — sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, piedade, temor de Deus — eram fundamentais para a sua aplicação da justiça, e também como modelo aos súditos, que deveriam se inspirar nas ações do monarca[31].

Portanto, o rei virtuoso deveria possuir todas as virtudes exigidas ao bom cristão, tanto as teologais (fé, esperança e caridade) quanto as cardeais (justiça, força, prudência e temperança), as

[29] LL, 1F23.
[30] Sobre o rei cristianíssimo, cf. NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*. Madrid: EUDEMA Universidad, 1988, p. 79-84.
[31] NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*, *Ibid.*, p. 84-86.

quais eram ansiadas por todos os fiéis para obterem a salvação, mas consideradas imprescindíveis ao ofício régio.

A posse desse conjunto de virtudes é mais um indicador da superioridade monárquica, pois apenas os soberanos eram idealmente os possuidores de todos os atributos. Além disso, nem todos os nobres estariam aptos à realização deste ofício, sendo o rei muitas vezes obrigado a renunciar aos seus interesses para juntamente com seus ministros fazer o que fosse melhor para o reino[32].

Convém agora fazer uma síntese sobre o rei que D. João I representa na *Crónica de Fernão Lopes*: o rei com elementos messiânicos. Nieto Soria apresenta uma tipologia sobre este tipo de rei, que articula dentro do chamado *messianismo régio*[33]. Obviamente não se trata do "rei-messias" como igual a Cristo, mas do rei medieval dentro da perspectiva de *messianismo político* conceituada por Desroche[34].

Este rei é um chefe político escolhido por Deus, o que garante a sua legitimidade no poder. Ele tem aproximações com os reis do Antigo Testamento. Em primeiro lugar, segundo Soria, é considerado um escolhido para realizar uma determinada tarefa e por isso age como um instrumento do divino. Na obra de Fernão Lopes, a função de D. João é clara: expulsar os castelhanos que representam o Anticristo e levar o reino à salvação.

O rei com características messiânicas é esperado para realizar uma empresa há muito desejada e tem a seu favor a eleição divina. Elementos sobrenaturais estão ligados à sua figura, como as profecias e os sonhos. Neste sentido, um exemplo é o sonho do rei D. Pedro, pai de D. João I, que sonha que seu filho João apagaria um imenso fogo[35] . Há também o sonho de Frei Barroca, um religioso inspirado por Deus que sonha que D. João seria o rei de Portugal[36].

Devido aos desígnios da Providência Divina, o eleito de Deus enquanto chefe terreno é protegido pela divindade para que possa realizar os Seus desígnios, levando à salvação do povo de Iahweh. Ao atuar como agente do plano divino e sagrado, a função régia ganha uma nova sacralidade.

Na Espanha e também em Portugal, a idéia do rei com atributos messiânicos está associada a alguns grupos influenciados pelo joaquimismo, os espirituais, *fraticelli* e beguinos, os quais esperavam a vinda de um rei salvador antes do Juízo Final, que estabeleceria um período de

32 NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*, *Ibid.*, p. 88.

33 NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*, *Ibid.,* p. 71-77.

34 Cf DESROCHE, H. *Op*. Cit., p. 34.

35 Este episódio, relatado na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes (Lisboa: Civilização, 1977, p. 196), pode ser interpretado com o fato de que D. João "salvaria" Portugal do domínio castelhano. Outro elemento a ser destacado é a intertextualidade das crônicas de Fernão Lopes (Crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I) que dialogam entre si e que procuram justificar o primeiro rei avisino.

36 Este religioso de origem castelhana vai a Portugal, faz muitos milagres e prevê que D. João e seus filhos seriam reis de Portugal. FERNÃO LOPES. *Crónica de D. João* I. Ed. preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, v. I, p. 47-49. Dorante será citada com a abreviação: CDJ.

felicidade na terra, sendo ajudado por ordens monásticas puras, como os franciscanos. Desta forma, o messianismo régio está indissociado do pensamento escatológico.

Estas ideias foram utilizadas como objeto de propaganda, manipulando profecias acerca do caráter sobrenatural dos monarcas e sua ligação com a divindade. Conforme mencionei antes, na *Crónica de D. João I* o messianismo é uma estratégia política que visava à legitimação da Dinastia de Avis, legitimação esta garantida pelos sinais divinos, através de sonhos proféticos e milagres que confirmariam a eleição de D. João por Deus. Além disso, fica claro também o seu aspecto de rei-guerreiro cristão contra os seus inimigos, os "heréticos e cismáticos", segundo a expressão do cronista, opositores do escolhido de Deus. Por isso, "o rei eleito governa um povo eleito", fator que contribui para a "exaltação de um incipiente sentimento nacional"[37].

Uma crença bastante associada ao rei com aspectos messiânicos era a de que Deus o protegia contra os seus inimigos. Isto se confirma na lógica da *Crónica de D. João I*: por mais que o exército castelhano fosse mais poderoso, a intervenção divina agia em favor do Messias de Portugal. Assim, no Cerco de Lisboa, a peste atinge somente os castelhanos e estes são obrigados a baixar o cerco quando a própria esposa daquele monarca é acometida pela peste. Outro momento crucial é a batalha de Aljubarrota (1385). Ali, embora com um exército mais bem equipado, o monarca castelhano não consegue vencer, o que é explicado pelo cronista como o juízo de Deus, que defendia o monarca português contra os seus agressores.

Assim, devido à proteção divina, o soberano adquiria força, coragem, valor e prudência necessários para conseguir a glória pretendida.

ALGUNS EXEMPLOS BÍBLICOS E SUA RELAÇÃO COM A CRÓNICA

1. Cerco de Lisboa

Durante este cerco muitas pessoas ficaram isoladas e sem víveres, sendo o exército castelhano muito mais poderoso que o português. O capítulo 136 da **Crónica** relata a falta de água: "morria já a gemte com sede, assi homeẽs e molheres, come moços pequenos"[38]. Logo a seguir é relatada a falta de alimentos em Lisboa; as esmolas públicas começam a se mostrar insuficientes. Depois ocorre a falta de trigo e o seu encarecimento. Segundo o cronista, Deus envia uma peste que atinge somente o exército castelhano. Mesmo quando prisioneiros portugueses eram colocados com os infectados, não adoeciam[39].

37 NIETO SORIA, José Manuel. Op. *Cit*., p. 72.
38 CDJ, I, p. 269.
39 CDJ, I, p. 311.

O cronista interpreta a peste que obrigou o rei a baixar o cerco como um castigo divino. O rei de Castela é mostrado como insensível, pois só levantou o cerco depois que a sua própria esposa, D. Beatriz, foi atingida por um bubão da doença[40]. Depois, um religioso franciscano, frei Rodrigo de Cintra faz um discurso buscando a explicação daquele evento, que segundo ele possuía analogia com alguns episódios da *Bíblia*.

Um deles é o referente ao rei Ezequias, quando Jerusalém foi cercada por Senaqueribe, rei de Assur. Naquele momento, o "anjo da morte" tirou a vida de cento e oitenta e cinco mil homens. Assim, Senaqueribe fugiu somente com dez homens, com grande espanto e temor[41].

É importante observar que, dentre os reis mencionados no *Livro dos Reis* bíblico, apenas Ezequias e Josias mereceram a aprovação sem reservas de Deus, pois outros monarcas, embora louvados, não desapareceram com os "lugares altos", uma alusão ao paganismo. Ezequias é um modelo de bom rei que também aparece citado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, conforme visto antes.

Sobre este rei, a *Bíblia* afirma que ele "fez o que agrada aos olhos de Iahweh", pois havia combatido os ídolos pagãos, abolindo os lugares altos. Assim, "depois dele, não houve entre todos os reis de Judá quem se lhe pudesse comparar; e antes dele também não houve" (*II Reis*, 18, 3-5). É importante observarmos os elementos das narrativas dos feitos deste rei, pois eles indicam modelos que também deveriam ser aplicados no relato das ações de D. João, o escolhido de Deus. Nestes modelos figuravam a necessidade de obediência a Deus e a perseguição aos seus inimigos. Em contrapartida, assim como Ezequias foi protegido pela divindade, o mesmo aconteceria ao outro eleito de Deus, D. João.

Assim, fica clara no relato de Fernão Lopes – com o destaque conferido ao anjo da morte, à peste e à mão de Deus – a influência dos exemplos bíblicos. Outra comparação estabelecida no sermão de Frei Rodrigo é entre a peste que atacou a esposa de D. João de Castela e a peste que matou o primogênito do faraó do Egito, na décima praga enviada por Deus como castigo ao governante egípcio que não queria permitir a saída dos hebreus de seu reino. Para o franciscano, o rei de Castela agira do mesmo modo que o faraó, pois não aceitara os bons conselhos para baixar o cerco sobre Lisboa até que a doença atingiu a sua mulher por vontade divina, o que levou ao descerco[42].

Por fim, Frei Rodrigo pressagia que, se o rei de Castela voltasse a Portugal, seria punido com a morte de outros primogênitos, numa nova demonstração do poder de Deus contra os inimigos dos cristãos. Tal presságio mostra a crença num Deus vingativo e que exige a obediência de seus

40 CDJ, I, p. 314.
41 CDJ, I, p. 317.
42 CDJ, I, p. 318.

fiéis. Segundo tal pensamento, os bons cristãos, representados por D. João, o seguidor do papa de Roma, seriam salvos; já o mesmo não aconteceria com aqueles que o atacassem injustamente.

Outro interessante exemplo fornecido pelo franciscano sobre o padecimento de uma cidade é o de Judite e a cidade de Betúlia[43], a qual sofreu o cerco do assírio Olorfenes, que veio tomar a cidade com cento e vinte mil infantes, doze mil cavaleiros e uma grande multidão de gente que ia a pé (*Judite*, 7). Tal grandeza pode ser comparada com o poderio do rei de Castela que, segundo Fernão Lopes, veio com cinco mil lanças, mais mil ginetes e seis mil besteiros[44].

De acordo com o relato bíblico, o rei Olorfenes, ao cercar a cidade, havia fechado os seus poços de água. Judite então saiu da cidade, foi ao acampamento do rei, embebedou-o e cortou a sua cabeça (Judite, 14, 1-4). Frei Rodrigo, portanto, dá exemplos de como o povo eleito de Deus é protegido pela divindade e vence os seus inimigos.

Na Crónica, a cidade de Lisboa é vista como uma personagem que sofre e anseia ser protegida, por seu "esposo", D. João. Segundo Teresa Amado, há no relato uma perfeita identidade entre a população e o Mestre de Avis e entre a cidade e D. João. Lisboa está associada à Jerusalém Celeste, assim como D. João tem analogias com Cristo[45]. Os portugueses sofrem tormentos devido aos seus pecados e mostram o seu merecimento em serem vitoriosos na luta, motivo pelo qual os castelhanos são obrigados a baixar o cerco.

No seu enfrentamento com os castelhanos os portugueses são vistos como mártires e bons cristãos ao passo que o rei de Castela, é visto como mau cristão e herético, por apoiar o papa de Avignon.

2. O Evangelho Português

Segundo o cronista D. João vem instaurar novos tempos e uma verdade baseada na *Bíblia*. Por este motivo, além de ser o predestinado a "salvar" Portugal do domínio castelhano, D. João auxilia a difusão do cristianismo em Portugal graças à adoção do Evangelho Português, no qual ele leva, de acordo com o cronista, o fato de todos acreditarem no papa de Roma, num momento da existência de dois papas na Cristandade, o de Roma e o de Avignon. A luta contra o rei castelhano se torna, pela visão de Lopes, uma luta religiosa contra o mal. Ao mesmo tempo, D. João é comparado a Cristo e D. Nuno a S. Pedro. D. João é comparado ainda a Moisés, aquele que levaria o povo a uma terra abundante em leite e mel.

Nos capítulos 159 a 161 da primeira parte do relato, o cronista descreve o fim do cerco de Lisboa, a glorificação da cidade de Lisboa e dos heróis, explica o *Evangelho Português* e anuncia a

[43] CDJ, I, p. 317,
[44] CDJ, I, p. 319.
[45] AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, Contador de História*. Lisboa: Estampa, 1991, p. 38.

Sétima Idade. Nestes capítulos, algumas palavras associadas ao messianismo aparecem com insistência, tais como mártires, apóstolos e discípulos, referentes aos bons portugueses e relacionados, portanto, à boa mansa oliveira portuguesa. Entre os capítulos 159 e 162, a expressão "mártires", aparece onze vezes. Outras expressões ligadas aos bons portugueses estão associadas ao vocábulo "apóstolos" (duas menções) e "discípulos" (uma menção). Já as referências aos castelhanos nos mesmos capítulos os identificam com maus cristãos por serem "induzidos por Satanás" e "enxertos tortos" (uma menção de cada expressão), além de serem "adoradores de ídolos" (duas menções).

O próprio cronista nos dá a conceituação da palavra mártir, a mais utilizada por ele nestes capítulos. Para Fernão Lopes, "mártir", além de identificar os moradores de Lisboa que apoiaram o Mestre de Avis, estava também associado ao conceito de testemunha. Segundo o autor, "martir quer dizer testemunha, bem testemunhas som os de Lixboa, dos que no çerco dela morrerom, e de suas tribullaçõoes e, padeçimentos"[46].

A palavra "testemunho" (*martys*) significa, desde o século II, na linguagem cristã, aquele que sofre e morre por causa da sua fé. O espetáculo do martírio é visto como um testemunho dos sofrimentos e a possibilidade de ressurreição[47]. Portanto, ao equiparar os guerreiros de D. João a mártires, Fernão Lopes associa os bons portugueses ao sofrimento de Cristo e dos santos que tombaram pela vitória do cristianismo.

D. João é ainda apresentado como um verdadeiro cristão, que seguia o papa legítimo de Roma em oposição a D. João de Castela, apoiante do papa cismático. O Evangelho Português pregava uma sociedade mais justa, na qual os humildes seriam protegidos pelo rei. Esta idéia foi, provavelmente, inspirada no franciscanismo e nos ideais de Joaquim de Fiore. Segundo Fernão Lopes, assim como Jesus salvou a humanidade e mandou seus apóstolos para pregarem o evangelho,

> assi o Meestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos gaanharom, **emviou NunAllvarez e seus companheiros preegar pello rreino ho evamgelho portuguees**, o qual era que todos creessem e tevessem firme ho Papa Urbano seer verdadeiro pastor da egreja, [fora cuja hobediencia nenhũ salvarse podia;][48] (grifo nosso).

Portanto, aqueles que não fossem favoráveis ao papa de Roma, iriam para o Inferno. A função de D. João I, segundo o relato de Fernão Lopes, se equiparava à de Cristo. Como Cristo

46 CDJ, I, p. 343.
47 BERARDINO, Angelo Di (Org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes/Paulus, 2002, p. 895.
48 CDJ, I, p. 340.

salvou a humanidade dos seus pecados, o Mestre de Avis salvava a população do papa ilegítimo e a afastava do "mal", levando-a a se aproximar do "bem", Deus.

A comparação entre Mestre de Avis-Cristo e Nuno Álvares-S. Pedro é realizada em dois momentos. Além da vinculação ao *Evangelho Português* (cap. 159), no final do mesmo capítulo o cronista, após haver citado os "apóstolos" de D. João, apresenta outra vez a comparação bíblica[49]. Cristo era o salvador da humanidade, assim como D. João seria o salvador do reino de Portugal e S. Pedro, associado a D. Nuno, é o fundador da primeira igreja e por isso identificado no texto com o papa de Roma e a manutenção da fé cristã.[50]

Desta forma, o relato deixa bastante clara a unidade entre o mestre e seu comandante militar, capazes de, amparados um no outro, construir uma sociedade baseada em novos fundamentos – como a lealdade a um território – a partir do apoio dos nobres secundogênitos, como o era D. Nuno.

Além da comparação entre D. João e Cristo, o rei também aparece associado à figura de Moisés que, na *Bíblia*, levou os hebreus à terra prometida onde corria leite e mel. Segundo Lopes: "Estomçe partio o Meestre com elles **assi como Moises** quamdo trouve os filhos dIsrael pello deserto, levamdo esta hordenança"[51] (grifo nosso).

É bom lembrar que os séculos XIV e XV foram marcados pela idéia de que o fim dos tempos estava próximo e de que, antes da chegada da Parusia, haveria um período de domínio do Anticristo. As tribulações sofridas pela cidade de Lisboa, vítima da fome, da sede, da guerra e da peste (embora este último tormento, de acordo com o relato, só atingisse os castelhanos), poderiam significar um curto estabelecimento da vitória do Anticristo na terra, representado pelo papa de Avignon e por seu apoiante, D. Juan de Castela. Por esse motivo seria necessário derrotar o Anticristo uma vez mais.

3. A Sétima Idade: Um "Novo Tempo" em Portugal

Segundo o cronista, a Sétima Idade é o momento de felicidade na terra, relacionado com os novos tempos trazidos a Portugal pela nova Dinastia, iniciada sob o reinado de D. João.

A vitória de D. João de Portugal, atestada pela suspensão do cerco, podia ser entendida como o estabelecimento de uma nova sociedade, um novo período de felicidade na terra, governado por um rei escolhido por Deus, período que se estenderia até o momento do aparecimento do Salvador na terra (Cristo), que separaria definitivamente os pecadores dos salvos. Este rei escolhido pertencia também a uma dinastia escolhida, a Dinastia de Avis. Neste novo período da humanidade,

---

49 CDJ, I, p. 342.

50 ZIERER, Adriana M. "O Papel da Guerra na Legitimação Simbólica de D. João I, o Messias de Lisboa." In: *Métis.* Caxias do Sul: Educs, 2007, v. 6, n. 11, p. 230.

51 CDJ, I, p. 340.

segundo o cronista, elementos das categorias inferiores seriam nobilitados e um período de justiça e de atendimento aos anseios dos "humildes" se estabeleceria[52].

Segundo Rebelo, a Sétima Idade apresentada por Fernão Lopes foi diretamente inspirada em *De Temporibus*, de Beda, o qual anunciava que a humanidade já estaria na sexta idade, a idade decrépita: "**A sexta idade em que vivemos** não tem certidão de anos nem conto de gerações, **e como idade decrépita**, que é, **deve acabar com o fim do século**."[53] (grifo nosso)

Ao contrário de outros pensadores medievais como Santo Agostinho, Beda e Joaquim de Fiore, que vêem a Sexta Idade como um período de decadência próximo do fim dos tempos, o cronista apresenta a Sétima Idade como um tempo de paz e prosperidade na terra. Para Agostinho, a cronologia cristã envolvia a identificação de diferentes períodos: *infantia* (da criação de Adão e Eva ao dilúvio), *pueritia* (do dilúvio a Abraão), *juventus* (de Davi ao exílio da Babilônia), *aetas senior* (do Exílio ao nascimento de Cristo) e *senectus* (de Cristo ao fim dos tempos). A sétima e última idade se localizaria além do tempo terreno[54].

Já para Fernão Lopes, o mundo não terminava com a Sexta Idade, mas a esta se seguiria um novo período de felicidade. É também na Sétima Idade, segundo o cronista, que haveria o Juízo Final, uma vez que ocorreria o momento da "follgamça das sprituaaes almas que no Paraíso averiã"[55]. O autor, porém, não avança sobre o derradeiro fim da humanidade, afirmando que ninguém poderia saber quando chegaria este momento, somente Deus.

A ideia de que D. João estabelece uma nova Era e a associação entre o rei de Castela com o mal, podem ser comparados aos escritos cristãos proféticos, como as sibilinas cristãs, que previam a luta de um Imperador dos Últimos Dias contra o Anticristo. Os momentos de embate contra o Anticristo, segundo esta literatura e também de acordo com o pensamento de Joaquim de Fiore, são dois. Num primeiro momento, o Anticristo é derrotado e o novo período de felicidade é estabelecido por um Imperador dos Últimos Dias, cujo reinado deveria durar por volta de cento e doze anos. Porém, de acordo com os mesmos escritos proféticos, o Anticristo viria uma segunda vez assolar a Cristandade.

Seu reinado duraria três anos e meio, após o qual ocorreria a sua morte no Monte das Oliveiras pelas mãos do próprio Cristo ou do Arcanjo S. Miguel. A derrota do Anticristo pelo Messias na *Bíblia* é citada na *Segunda Epístola aos Tessalonicenses* (2, 2-8) e no *Apocalipse de São João* (19, 21). É bom lembrar que a vitória de D. João no cerco de Lisboa é parcial, uma vez que o

52 CDJ, I, p. 350.
53 BEDA *apud* REBELO, *op. Cit*., p. 138.
54 FRANCO JR., Hilário. *O Ano Mil. Tempo de Medo ou de Esperança*? São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 35-36. SANTO AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os Pagãos*. Petrópolis: Vozes, 1990, v. II, cap. XXX, p. 588.
55 CDJ, I, p. 350.

exército castelhano retornaria a Portugal, o que indicava a necessidade de um segundo enfrentamento dos portugueses contra as forças do Anticristo, representadas pelo rei de Castela.

4. A Batalha de Aljubarrota (1385)

Um terceiro e último momento que representa um verdadeiro ordálio, segundo a historiadora Maria Helena Coelho é a batalha de Aljubarrota, ocorrida em 1385, quando D. João já tinha sido aclamado como rei[56]. Essa batalha pode ser entendida como a segunda vinda do Anticristo, representado pelo rei de Castela, que vem atacar Portugal e perde o combate.

A vitória do exército português contra um exército muito mais poderoso numericamente representou, de acordo com a visão do cronista, a confirmação dos milagres anteriores e da escolha divina sobre o "Messias de Lisboa". Significou, segundo Coelho, a "consagração absoluta e carismática da nova realeza"[57]. Os milagres que pressagiam a vitória de D. João são reafirmados no texto cronístico por outro franciscano, frei Pedro, num discurso após a batalha. Esse religioso lembra alguns milagres ocorridos, como a aclamação de D. João como rei por um bebê de oito meses. D. João é também comparado a Josué, que derrubou o muro de Jericó, enfrentou uma coligação de cinco reis e após a morte de Moisés levou o povo eleito à Canaã, a terra prometida[58]. A relação com Josué também está relacionada a outro rei messiânico português, Afonso Henriques, a quem Cristo crucificado apareceu antes da Batalha de Ourique[59]. D. João I possui assim características messiânicas que lhe dão continuidade com a imagem do primeiro monarca avisino.

Além disso, são enfatizadas procissões antes e depois da batalha, o fato dos portugueses serem bons cristãos, que rezavam à Virgem Maria e a S. Jorge e o fato de o rei de Castela ser um mau cristão, que atacou Portugal, desrespeitando igrejas, destruindo-as e mandando decepar as mãos de homens, mulheres e crianças[60]. É bastante enfatizado que o "Juízo de Deus" seria feito. Por todos esses motivos, D. João de Portugal, na visão de Lopes, por ser um cristão exemplar, é o eleito pela divindade e vence o combate[61], o que confirma a sua eleição como rei eleito de Deus para governar Portugal.

---

56 COELHO, Maria Helena. *D. João I*. Lisboa: Questões e Debates, 2008, p. 336.

57 COELHO, p. 336.

58 CDJ, II, p. 124.

59 COELHO, *Ibid*., p. 324. ZIERER, Adriana. "Afonso Henriques, D. João e D. Sebastião: o messianismo na legitimação simbólica da Dinastia de Avis". In: VIERA, Ana Livia e ZIERER, Adriana (Orgs). *História Antiga e Medieval*. Rupturas, transformações e permanências: sociedade e imaginário. São Luís: Ed. UEMA, 2009, v. 2, pp. 49-63. FERREIRA, Roberto G. F. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa*: *análise do mito afonsino (séculos XIII-XVI)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.

60 CDJ, II, p. 64.

61 Segundo Coelho, os motivos que levaram à vitória de D. João foram a estratégia militar de D. Nuno e um melhor posicionamento tático do exército português no conflito, que minimizaram o fato desse exército ser

Conclusão

Através do estudo da *Crónica de D. João I* é possível observar que Fernão Lopes justificou o iniciador da nova dinastia através de um importante argumento: a legitimação bíblica. D. João se tornou pela pena do cronista um chefe político esperado por Deus para salvar Portugal da dominação de Castela e é ajudado nesse intento pelos nobres secundogênitos e pela população pobre da cidade de Lisbôa.

A vitória em conflitos bélicos parece confirmar a escolha divina sobre D. João, que tal como os bons reis bíblicos era fiel a Deus (através da fidelidade ao papa de Roma, que o fazia ser o responsável pelo Evangelho Português), vencia os conflitos armados, tal como Josias e outros bons reis bíblicos (representados principalmente pelos episódios no Cerco de Lisboa e na Batalha de Aljubarrota) e por fim foi capaz de iniciar um Novo Tempo, visto pelo cronista como uma época de felicidade na Terra, antes do Juízo Final, a Sétima Idade. Por esse motivo, o "Messias", ligado aos reis do Antigo Testamento e com analogias a Cristo, foi o condutor do povo de Deus à terra que corria leite e mel, tal qual Josué, período representado pelo estabelecimento da Dinastia de Avis no poder, no qual alguns elementos de categoria inferior foram nobilitados. Isso não representou, porém uma mudança na estrutura social.

A vitória obtida por um rei de origem bastarda foi conseguida em Portugal tanto no plano político quanto no campo simbólico, uma vez que a imagem de D. João como o rei da Boa Memória, cujos fatos memoráveis do reinado deveriam ser lembrados na posteridade, prosseguiu no tempo e se consolidou graças a uma série de medidas da nova dinastia. A glorificação do primeiro monarca avisino foi realizada de várias maneiras: através do relato de Fernão Lopes, na escrita de manuais de comportamento do rei e da nobreza, realizado por D. João e seus filhos D. Duarte e o Infante D. Pedro (*Livro da Montaria*, *Leal Conselheiro*, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, entre outros), pela criação do Mosteiro da Batalha, enaltecendo a dinastia de Avis e seus feitos guerreiros. Outros elementos foram a construção de um panteão em Batalha onde foram colocados os túmulos de D. João e seus filhos, o desenvolvimento da heráldica e a apresentação tanto do casal régio (D. João e sua esposa D. Filipa de Lancastre), como dos seus descendentes, a "Ínclita Geração", como um modelo de comportamento aos súditos.

Todos esses aspectos e ainda outros, como a Tomada de Ceuta e o caráter cruzadístico associado a esse empreendimento, contribuíram para a boa memória do primeiro rei avisino. De acordo com Lopes, o "Messias de Lisboa" foi escolhido por Deus para governar de acordo com

numericamente menor que o do castelhano. COELHO, *Op. Cit.*, pp. 107-112. Como mostra a autora no seu livro, a guerra contra Castela não se encerrou na vitória de Aljubarrota e a paz só foi assinada em 1411. Ver também SOUZA, Armindo. "D. João I". In: *História de Portugal*. Coord. por José Mattoso. Lisboa: Estampa, s/d, v. II, pp. 497-498.

elementos bíblicos, inspirado nas ações dos bons reis bíblicos do *Velho Testamento* e com analogias a Cristo. Assim como este último foi o Salvador da humanidade, o Mestre de Avis e depois rei, D. João I, da Boa Memória, foi, segundo o cronista, o salvador do reino português.



Uma 'Terceira Via' para o Estudo das Idéias Políticas: A *Vorstellungsgeschichte* como resposta aos problemas colocados pela Cambridge School of the History of Political Thought

A 'Third Way' for the Study of the Political Ideas: The *Vorstellungsgeschichte* as a reply to the questions presented by the Cambridge School of the History of Political Thought

Lukas Gabriel Grzybowski[1]
Doutorando em História - Universität Hamburg

Resumo

A história das idéias políticas é um ramo de investigações estabelecido desde, pelo menos, o século XIX. Em meados do século XX, contudo, ela passou a sofrer fortes ataques vindos dos novos desenvolvimentos da filosofia e da lingüística. Alguns historiadores buscaram incorporar aspectos desses avanços na pesquisa do pensamento político, criando assim a Cambridge School of the History of Political Thought. Hoje, anos após o auge daqueles debates, é possível notar que as propostas teóricas e metodológicas da Cambridge School criaram um verdadeiro entrave à pesquisa da história das idéias. Surgida na Alemanha ao mesmo tempo em que a escola inglesa, a Vorstellungsgeschichte se apresenta como uma 'terceira via' para o estudo do pensamento de épocas passadas. Baseando-se em uma revolução do paradigma historiográfico, ela propõe um novo olhar sobre o passado que vem complementar o conhecimento sobre as idéias dos homens de outras épocas e apresenta-se como solução a diversos problemas colocados pelos historiadores de Cambridge.

Palavras-chave: História das idéias políticas; Vorstellungsgeschichte; Cambridge School of the History of Political Thought.

Abstract

The history of political ideas is a research field established since at least the nineteenth century. In mid-twentieth century, however, it suffered strong attacks from the new developments in philosophy and linguistics. Some historians have sought to incorporate aspects of these advances in the study of political thought, forming the Cambridge School of the History of Political Thought. Today, years after those discussions, it is possible to see that many of the theoretical and methodological proposals, that the Cambridge School have created, became a real barrier to the research in the history of ideas. Arisen in Germany at that same time, the Vorstellungsgeschichte presents itself as a 'third way' for the study of the thought of past ages. Based on a paradigm shift, it proposes a new look to the past which seeks to complement the knowledge about the ideas of men of past times, and presents itself as a solution to various problems posed by historians of Cambridge.

Keywords: History of political ideas; Vorstellungsgeschichte; Cambridge School of the History of Political Thought.

● **Enviado em: 28/06/2012**
● **Aprovado em: 28/11/2012**

[1] Universität Hamburg. Bolsista do convênio binacional CNPq/DAAD

John Pocock escreveu há algum tempo "(...) good work done in a context of methodological confusion is in a sense done by chance, or by some coincidence of virtù and fortuna; it's done despite the available methods, and lacks the critical autonomy which comes only when the method is operating positively to produce the work."[2] Com a proliferação de teorias e metodologias para a pesquisa histórica das idéias, e em especial as idéias políticas, o pesquisador/estudante encontra-se envolto em um 'mar tenebroso', sem muitas vezes compreender sequer o conteúdo em discussão, quando o tema é metodologia. A resposta de muitos pesquisadores e estudantes para tal situação é um fechamento à discussão e uma abordagem neo-historicista, que tenta, através de uma redução radical ao conteúdo das fontes históricas, evitar as malquistas intromissões de teoristas e filósofos em seu *métier*. Tal resposta, contudo, não se mostra efetiva em longo prazo. Diante dos ataques oferecidos por lingüistas e filósofos pós-estruturalistas e pós-modernistas, procuraram responder aos desafios propostos por aqueles, elaborar uma nova metodologia para a pesquisa das idéias do passado. Dentre estes historiadores destacam-se as figuras de John Dunn, Quentin Skinner e John Pocock, que formaram o centro da chamada 'Cambridge School of the History of Political Thought', e cujas pesquisas mostraram um avanço significativo diante das posições muitas vezes agressivas de seus contendores.

Passados alguns anos desde os mais graves embates no campo das teorias da história, é possível realizar uma análise das contribuições, mas também dos prejuízos trazidos pela escola de Cambridge. Diante das solicitações mais recentes feitas à disciplina História, é preciso refletir novamente sobre o envolvimento das teorias pós-modernas e pós-estruturalistas na atividade histórica, e observar como o historiador lida hoje com os problemas colocados pela discussão acadêmica. Minha proposta é realizar um curto balanço da atividade de pesquisa hoje no campo da história das idéias, enfatizando as reflexões da escola de Cambridge, como um dos grupos com maior projeção atualmente neste campo acadêmico. Em seguida discutirei os pontos críticos dessa proposta metodológica e finalmente apresentarei algumas idéias que, acredito, apresentam soluções tanto à crítica da história das idéias em seu formato tradicional quanto aos problemas que a disciplina trouxe para si com a incorporação das propostas feitas pela Cambridge School of the History of Political Thought.

Inicialmente farei uma breve apresentação do histórico das pesquisas acerca do pensamento político – enfatizando o período medieval – a fim de que fique claro ao leitor quais as metodologias tradicionalmente se empregaram nas pesquisas acadêmicas, e que passaram a sofrer fortes críticas a partir de meados do século XX em meio ao turbilhão teórico provocado pelas propostas de

[2] POCOCK, John Greville Agard. *Politics, language, and time: Essays on political thought and history.* Repr. da Ed. New York, 1971. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1989, p. 11.

filósofos, linguistas, antropólogos e sociólogos, e que afetaram diretamente o trabalho do historiador.

Segundo J. H. Burns existem duas formas clássicas de abordagem do tema do pensamento político pelos historiadores[3]. Por um lado uma abordagem biográfica, e por outro lado uma abordagem temática. Em virtude da discussão que aqui realizarei, interessa-me especialmente a abordagem temática do pensamento político, pois esta se envolveu mais diretamente nos embates teóricos que estão aqui em questão. Em relação à abordagem biográfica, farei comentários pontuais onde creio sejam estes relevantes. De modo geral, contudo, a discussão aqui apresentada refere-se a problemas presentes em ambas as abordagens da história das idéias políticas.

**

Desde o século XIX com a publicação da obra de Otto Von Gierke acerca do *Deutsches Genossenschaftsrecht*[4] (direito sobre associações) a abordagem temática do pensamento político medieval tomou força. O historiador alemão, naquele momento, buscava compreender um tema fundamental para explicar o desenvolvimento do pensamento político moderno na Alemanha em processo de unificação (a obra começou a ser publicada ainda em 1868). A terceira parte dessa obra foi traduzida em 1900 para o inglês por F. W. Maitland sob o título de *Political Theories of the Middle Age*[5], um título, a propósito, que se repetiria a partir de então, em pequenas variações, em diversos estudos. Dentre os trabalhos que se seguiram à publicação de Von Gierke destaca-se a obra dos irmãos Carlyle, publicada em seis volumes a partir de 1906[6]. Seguindo a tendência lançada pelo historiador alemão os ingleses optaram por um estudo de conceitos jurídicos como reflexo dos desenvolvimentos do pensamento político. Em sua obra vemos pela primeira vez temas como '*The source of Law'* e '*The theory of the divine right*'[7], que virão a marcar as pesquisas nas décadas

3 BURNS, J. H. "Introduction" In:. BURNS, J. H. (ed.). *The Cambridge history of medieval political thought: C. 150-c. 1450.* 1st ppbk. Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. 4.

4 GIERKE, Otto von. *Das deutsche Genossenschaftsrecht: Dritter Band: Die Staats- und Korporationslehre des Altertums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland.* Darmstadt, Wiss. Buchgemeinschaft, 1954

5 GIERKE, Otto von. *Political Theories of the Middle Age.* Cambridge, Univ. Pr, 1900

6 CARLYLE, Alexander J.; CARLYLE, Robert Warrand. *A history of mediaeval political theory in the West: Vol. I. The roman lawyers of the second century to the political writers of the ninth.* 3 ed. Edinburgh, Blackwood, 1950; CARLYLE, Alexander J.; CARLYLE, Robert Warrand. *A history of mediaeval political theory in the West: Vol. II. The political theory of the roman lawyers and canonists from the tenth century to the thirteenth century.* 3 ed. Edinburgh, Blackwood, 1950; CARLYLE, Alexander J.; CARLYLE, Robert Warrand. *A history of mediaeval political theory in the West: Vol. III. Political theory from the tenth century to the thirteenth.* 3 ed. Edinburgh, Blackwood, 1950; CARLYLE, Alexander J.; CARLYLE, Robert Warrand. *A history of mediaeval political theory in the West: Vol IV. Theories of the relation of the empire and the papacy from the tenth century to the twelfth.* 2 ed. Edinburgh, Blackwood, 1950; CARLYLE, Alexander J.; CARLYLE, Robert Warrand. *A history of mediaeval political theory in the West: Vol. V. Political theory of the thirteenth century.* 4 ed. Edinburgh, Blackwood, 1950; CARLYLE, Alexander J.; CARLYLE, Robert Warrand. *A history of mediaeval political theory in the West: Vol VI. Political theory from 1300 to 1600.* 3 ed. Edinburgh, Blackwood, 1950

7 Cf. BURNS, J. H. Op. Cit., 1991. (ver acima nota 3), p. 5.

subsequentes. A obra dos Carlyle também se centra em uma análise vinculada a uma perspectiva jurídico-constitucional do pensamento político medieval, e os conceitos formulados pelos irmãos apontam para uma sociedade na qual o poder é fruto da relação contratual[8] entre dominados e dominantes, indicando que no medievo vigorava fundamentalmente uma teoria ascendente[9] do poder régio, uma soberania concedida a partir das bases, conceito próximo ao do direito sobre as associações, defendido por von Gierke. Essa noção reflete majoritariamente conceitos modernos, associados à noção de monarquia constitucional, como esta veio a se desenvolver especialmente no universo europeu entre a época moderna e o fim do século XIX, contexto no qual os autores – tanto von Gierke quanto os irmãos Carlyle – estavam inseridos.[10] E embora diversos problemas a ela relacionados já tenham sido reconhecidos, tal perspectiva tem ainda grande influência sobre os estudos do pensamento político.[11]

Ullmann concorda com os irmãos Carlyle sobre a existência de uma teoria ascendente do poder régio. Porém critica a ênfase colocada nesse modelo – como também o faz Otto v. Gierke – em detrimento de seu antagonista, o modelo descendente do poder, o qual foi preponderante, para o historiador austríaco, no medievo ocidental desde a cristianização dos povos germânicos até ao menos o século XIII. A característica mais importante dos trabalhos de Walter Ullmann é o conceito que subjaz a sua abordagem do pensamento político medieval.

Já em suas primeiras obras o autor austríaco desenvolve a tese de que o pensamento político medieval se dividiria em duas teorias fundamentais, as quais ofereceriam toda a base de discussão teórica em termos de política no medievo. Ambas são teses político-filosóficas que partem da discussão da origem do poder.[12] Assim sendo, a primeira dessas teorias é a da origem ascendente do poder, também conhecida como teoria 'populista[5]. De acordo com Ullmann, nesse modelo as competências legislativas e de autoridade governamental estão localizadas junto ao povo, à comunidade. A essa tese, o historiador associa as formas germânicas de organização política anteriores à incorporação desses povos ao universo de influência romano e à sua subseqüente cristianização. "Since original power resided in the people, it was they who in their popular assemblies elected a war leader or a duke or a king, and the like. (...) He was said to represent the

8 A referência a este *topos* moderno é aqui proposital. Ela reflete a busca dos pesquisadores por associar aquilo que lhes é estranho a categorias do saber reconhecidas em seu meio. O problema gerado com esta prática será um dos pontos principais da crítica que esta historiografia receberá durante as gerações seguintes.

9 A nomenclatura 'teoria ascendente' – e seu oposto 'teoria descendente' – são conceitos explorados extensivamente por Walter Ullmann, que propagou em suas pesquisas esta terminologia. Veja abaixo página 3.

10 Vale lembrar que os irmãos Carlyle escreviam em um período marcado pelo Vitorianismo no Reino Unido e Otto von Gierke teve sua obra marcada pela unificação alemã sob a coroa prussiana e o subseqüente Gilherminismo.

11 BURNS, J. H. Op. Cit., 1991. (ver acima nota 3)

12 OAKLEY, Francis. *Politics and eternity: Studies in the history of medieval and early-modern political thought.* Leiden; Boston, Brill, 1999, pp. 29–33.

community and remained therefore accountable to the popular assembly."[13] A outra teoria, diametralmente oposta a esta primeira, é a chamada descendente. "Here original power was located in a supreme being which, because of the prevailing Christian ideas, came to be seen as divinity itself."[14] Nesse modelo, portanto, ao contrário do modelo ascendente, todo o poder provém de uma entidade metafísica e é delegado às autoridades 'governamentais', sendo que o poder se origina o mais distante possível da base popular. Na concepção de Walter Ullmann "The history of political ideas in the Middle Ages is to a very large extend a history of the conflicts between these two theories of government."[15] Enquanto na teoria ascendente elementos como consenso, representação, e cidadania estavam presentes, no segundo tema a fé substitui a noção de consenso, assim como surgem as noções de ofício delegado a partir da divindade, substituindo a noção de representação, e a figura do fiel vem substituir o cidadão[16]. Para Ullmann, o tema ascendente era mais perene, mais antigo, tendo existido durante a antiguidade na República romana e entre as monarquias eletivas das tribos germânicas, assim como no ambiente da polis grega.[17] O segundo tema aparece mais tarde, no início do período medieval, numa congruência de influências da teologia judaico-cristã e da prática política no período do principado romano, especialmente após a cristianização do Império, a partir do século IV, sob forte influência do aparato teórico das instituições eclesiásticas da nova religião. "This very strong ecclesiastical character of early political thought marked it of both from ancient – Greek and Roman – as well as modern political thinking."[18] Sobre a soma dessas características é que o historiador austríaco irá desenvolver toda a sua pesquisa envolvendo o tema do pensamento político medieval. É também por conta de sua fidelidade à sua tese que Ullmann será criticado por muitos historiadores, uma vez que, em sua busca por um grande modelo para explicar as idéias políticas no medievo ocidental, o autor acabou por deixar de prestar a devida atenção a casos singulares, além do fato de sua interpretação marcadamente hermenêutica por vezes falhar em reconhecer aspectos exteriores ao texto e ao método sobre eles aplicado para explicar estas diversas singularidades.

**

[13] ULLMANN, Walter. *A history of political thought: The Middle Ages.* Repr. with revisions ed. Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 1970, p. 12.
[14] ULLMANN, Walter. Op. Cit., 1970. (ver acima nota 13), p. 13.
[15] ULLMANN, Walter. Op. Cit., 1970. (ver acima nota 13), p. 13.
[16] OAKLEY, Francis. Op. Cit., 1999. (ver acima nota 12), p. 29–30.
[17] OAKLEY, Francis. Op. Cit., 1999. (ver acima nota 12), p. 30.
[18] ULLMANN, Walter. Op. Cit., 1970. (ver acima nota 13), p. 14. também em OAKLEY, Francis. Op. Cit., 1999. (ver acima nota 12), p. 30.. Em sua obra mais recente Francis Oakley critica duramente este conceito, o qual ele acredita ter se tornado quase um axioma dentro dos estudos do pensamento e da teoria política, de que a Idade Média constitui um período intermediário desconexo do período clássico e do período moderno. Mais adiante esta crítica será apresentada em maior detalhe. OAKLEY, Francis. *Empty bottles of gentilism: Kingship and the divine in late antiquity and the early Middle Ages (to 1050).* New Haven, Yale University Press, 2010, p. x.

Ao mesmo tempo em que Walter Ullmann estava no auge de sua produção intelectual, uma nova crítica às metodologias das ciências humanas e sociais era lançada da parte dos lingüistas e filósofos ligados às teorias da comunicação. Surgia naquele momento o que viria a ser conhecido como o *linguistic turn*, e a História (a disciplina acadêmica) seria uma das maiores afetadas pelas propostas desse movimento intelectual. No ambiente das pesquisas a respeito das idéias políticas, a resposta veio de um grupo de pensadores vinculados à universidade de Cambridge. A estes – Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock para citar os mais destacados – costumou-se chamar de Cambridge School of the History of the Political Thought.

Fugindo da proposta analítica da hermenêutica tradicional, os autores envolvidos com a Cambridge School buscaram incorporar em sua metodologia as considerações mais recentes do chamado *linguistic turn*. Este consistia em um novo ponto de vista em relação ao texto. Dentre algumas de suas propostas estão a compreensão do texto dentro de um contexto lingüístico que envolve inumeráveis variantes, sendo que o texto deixa de apresentar um caráter estático universal e passa a ser inserido num ambiente de representações e trocas de significados. Em suas versões mais extremas, propõe-se que o texto é uma entidade autônoma, independente do enunciador e do enunciatário, e viva no ato interpretativo, que passa a ser entendido como construção singular ao processo de interpretação, não mais vinculado aos atores presentes no 'ato de fala'. Desse modo, falava-se de uma 'morte do autor'.

Tal proposta, da forma extrema como colocada, representou em seu momento um duro golpe à ciência histórica de forma geral, e em especial para a história das idéias. Embasada especialmente nos resquícios escritos do passado, a ciência histórica viu-se tolhida de sua principal fonte material[19], sobre a qual ela – ao menos desde a institucionalização da disciplina acadêmica – embasava todo seu trabalho. O avanço que a escola de *Annales* apresentou em suas reflexões a respeito do papel do historiador e suas influências sobre o processo de construção do conhecimento histórico já apontava para o fato de que o historiador, enquanto intérprete dos textos analisados, tinha um papel ativo na transmissão do conhecimento histórico, enquanto intermediário – assim como as próprias fontes o eram – entre *res gestae* e *narratio rerum gestarum*. Essa proposta, contudo, não excluía do texto como fonte de informações sobre o passado, que poderiam ser adquiridos através do trabalho analítico do historiador, o que o chamado *linguistic turn* defendia. Esta corrente dos estudos lingüísticos negava a possibilidade de se obter reais informações sobre o passado através dos textos, pois seria impossível recuperar quaisquer elementos do fato passado

[19] As fontes ainda estavam presentes, eram resquícios materiais do passado. Seu conteúdo, ou melhor, a capacidade de compreensão desse conteúdo nos moldes até então defendidos pelos historiadores é que foi tomada à disciplina histórica. A metodologia aplicada ao trabalho de pesquisa foi contestada em seus elementos mais fundamentais. A história como era até então conhecida, perdia sua validade, e todo o conhecimento do passado até então desenvolvido era negado, tido como um equívoco, ou mesmo mera ficção.

através de uma narrativa. O texto enquanto entidade independente era incapaz de conter – e transmitir – o 'autor' em seu conteúdo, tornando impossível distinguir ente *res gestae* e *narratio*. A situação se tornava ainda mais complicada com a idéia de que o conhecimento histórico se tornaria impossível mediante o uso do texto, pois esse consiste em uma narrativa e sendo assim seria independente de seu autor, e perderia sua almejada objetividade e seu caráter de ciência.

Este golpe atingiu os historiadores das idéias de modo mais pesado, especialmente por conta da própria natureza da história das idéias. Esta encontrava nos próprios textos seu objeto de análise. As narrativas não seriam o meio pelo qual o historiador chegaria aos dados a serem analisados[20], mas sim o próprio objeto de análise - o texto escrito tido como depositário direto do pensamento de seu autor, o vestígio material que permitiria ao historiador acesso quase direto às idéias de uma época. A história das idéias cria ser possível, fazendo uso de uma análise hermenêutica do texto escrito, encontrar os elementos que caracterizavam o pensamento de um autor e/ou época. As propostas radicais surgidas no âmbito do *linguistic turn*, contudo, negavam aos historiadores a possibilidade de se aproximar das ideologias presentes no passado por meio do texto escrito. Esta 'proibição', por assim dizer, do papel intermediador do texto ameaçava a própria existência de uma história das idéias, senão da ciência histórica como um todo. Diante dessa ameaça é que alguns historiadores se propuseram ao debate com os filósofos e lingüistas, e lançaram uma nova abordagem teórico-metodológica para o estudo da história das idéias, em específico das idéias políticas, a partir de meados da década de 1960. Cada um desses autores citados – assim como outros vinculados ao grupo, mas não citados neste artigo – desenvolveu pesquisas de modo diferente, mas usando como base teórica os mesmos pressupostos, oriundos das críticas realizadas no âmbito do *linguistic turn*.

**

Quentin Skinner critica a postura tradicional dos estudos da história das idéias a partir de suas duas vertentes principais. Por um lado o grupo que defende a pesquisa baseada somente no texto analisado, buscando no mesmo os chamados "(...) ›elementos atemporais‹ em forma de ›idéias universais‹ ou mesmo ›sabedoria atemporal‹ de ›aplicabilidade universal‹ (...)"[21]. Skinner vê nesse tipo de abordagem um problema bastante sério,

> "Pois se em uma dessas investigações a única preocupação é identificar as 'perguntas e respostas atemporais' nas 'grandes obras', e provar com isso sua

[20] Aqui me refiro à postura tradicional, de abordar as narrativas históricas, as fontes, como meios pelos quais o historiador poderia alcançar os 'fatos' históricos.

[21] „(…)›zeitlose Elemente‹ in Form ›universaler Ideen‹ oder sogar ›überzeitliche Weisheiten‹ von ›universaler Anwendungsmöglichkeit‹ (…)"SKINNER, Quentin. "Bedeutung und Verstehen in der Ideengeschichte" In:. MULSOW, M.; MAHLER, A. (eds.). *Die Cambridge School der politischen Ideengeschichte.* Orig.-Ausg., 1. Berlin, Suhrkamp, 2010, p. 22–23. tradução livre.

> relevância perene, então não somente pode o historiador, mas deve, é obrigado, a concentrar-se somente naquilo que os clássicos disseram acerca desses 'conceitos fundamentais' e 'questões eternas'"[22]

E "(...) que cada pesquisa que se restringe àquilo que um autor clássico diz corre sempre o risco de se emaranhar em absurdos históricos"[23]. Esse chamado absurdo histórico poderia ser até certo ponto reduzido à noção de anacronismo, enquanto a ameaça talvez mais constante no trabalho do historiador, em especial do historiador das idéias, que, no intuito de acessar o conteúdo do texto analisado, força a sua compreensão a partir de categorias filosóficas ou discursivas que não estavam acessíveis ao autor do texto, e, portanto, não poderiam ter influenciado o pensamento do autor no momento da composição de sua obra. Tal interferência deve então ser encarada como uma interferência moderna, que não corresponde ao real sentido do texto analisado. É uma falha na análise do historiador a partir de sua própria abordagem metodológica defectiva e, portanto, constitui um 'absurdo' nos termos de Skinner.

Risco maior, contudo, o autor identifica na ação de historiadores que, no intuito de encontrar os grandes temas nas obras analisadas, garimpam o texto em busca de um conceito que o autor 'deveria apresentar'. Neste caso, em grande parte o risco se encontra na busca de enquadrar o autor em uma corrente de pensamento sua contemporânea, a despeito das evidências reais disso no texto analisado. Os historiadores tecem, então, uma colcha de retalhos de proposições desconexas e marginais nos textos analisados a fim de ali encontrar a contribuição do personagem analisado às 'grandes questões'. Skinner questiona essa abordagem, pois

> "se todos esses autores quisessem formular todas as teorias a eles aparentemente atribuídas, por que então eles não o fizeram de modo claro, aberto, demonstrativo, de modo que o historiador é forçado a reconstruir suas intenções implícitas a partir de suposições e indicações vagas? A única resposta plausível a esta questão elimina obviamente qualquer fundamento da própria afirmação, a saber, que o autor não queria de fato formular tal teoria ou ensinamento, e mesmo sequer poderia vir a formular tal teoria."[24]

---

22 „Denn wenn es in einer solchen Untersuchung nur darum geht, die ›zeitlosen Fragen und Antworten‹ in den ›großen Werken‹ aufzuspüren und damit deren durchgängige Relevanz nachzuweisen, so kann sich der Historiker nicht nur, sondern er muss sich ausschließlich auf das konzentrieren, was die Klassiker zu diesen ›fundamentalen Konzepten‹ und ›immerwährenden Fragen‹ *gesagt* haben." SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 23. tradução livre.

23 „(…) dass jede Untersuchung, die sich auf das beschränkt, was ein klassischer Autor *sagt,* immer Gefahr läuft, sich in historischen Absurditäten zu verstricken" SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 26. tradução livre.

24 „Wenn all diese Autoren angeblich die ihnen zugeschriebenen Lehren formulieren wollten, warum haben sie dies dann so demonstrativ nicht getan, dass der Historiker ihre impliziten Absichten aus Vermutungen und vagen Andeutungen rekonstruieren muss? Die einzig plausible Antwort entzieht selbstverständlich der Behauptung selbst jeglichen Boden: nämlich, dass der Autor eine solche Lehre eben nicht formulieren wollte, ja nicht einmal hätte formulieren können." SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 30. tradução livre.

Essa forma de investigação histórica Quentin Skinner qualifica como o 'mito da teoria', uma idéia fantasiosa e equivocada, de que grandes teorias permeiam o plano de fundo das idéias políticas, e que cada teoria específica surge a partir de sua interação com essa 'entidade' maior.

Skinner aponta para diversas formas de abordagem do conteúdo histórico a partir dessa crença e conclui "A primeira forma do Mito da teoria consiste então em considerar quaisquer observações ou expressões de um teorista clássico falsamente como se fosse seu grande ensinamento, ou contribuição ao tema, o que o historiador por conta de seu próprio caráter intelectual e mental espera."[25] Entende-se, portanto, que nesse caso trata-se não de uma pesquisa que parte dos dados contidos nas fontes para então se chegar às teorias que em determinado período ou determinado autor estavam presentes, mas sim um processo inverso, em que o historiador já apresenta *a priori* certa concepção daquilo que pretende encontrar nas fontes, concepção que parte não do período ou autor a ser estudado, mas de seu próprio tempo e suas próprias convicções – como apresentado para o caso das obras de von Gierke e dos irmãos Carlyle.[26] O perigo do anacronismo acaba dessa forma se concretizando no trabalho historiográfico. Uma significativa variante desse fenômeno é a crença de que determinado autor deva ter se expressado ou ao menos deva ter alguma opinião a respeito de textos, teorias ou fenômenos contemporâneos sobre os quais ele de fato não se expressou em sua obra[27] – nesse caso o perigo se repete. E pela mesma razão outra variação, ou mito, é a crença de que um autor obrigatoriamente apresenta uma coerência interna em seus escritos, que abrange toda a sua obra. Em outras palavras, o autor é imutável em suas convicções político-teóricas, e isso deve ser confirmado através de seus escritos – seja necessário para isso tanto ignorar obras incoerentes como imaginar uma coerência inexistente através das mais absurdas proposições. Desse modo forma-se "(...) um mito no sentido em que uma história compilada segundo esse método contém somente com muita dificuldade alguma representação qualquer sobre o pensamento, ou as idéias, que de fato foram pensados no passado"[28]

**

25 „Die erste Form des Mythos der Lehre besteht also darin, irgendwelche verstreuten oder zufälligen Bemerkungen eines klassischen Theoretikers fälschlicherweise für seine ›Lehre‹ zu einem der Themen zu halten, die der Historiker aufgrund seiner *mentalen Prägung* erwartet." SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 33. tradução livre.

26 É importante sempre ressaltar que uma análise posterior nos permite verificar os (pré-)conceitos que marcaram a produção destes autores, os quais, contudo, criam estar seguindo uma metodologia aceita e com isso seguindo a almejada objetividade dos estudos históricos. Devemos estar cientes que o caso presente não é diferente e que no futuro as reflexões atuais a respeito da história das idéias políticas poderão sofrer o mesmo tipo de crítica que hoje se lança a estes trabalhos clássicos.

27 SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 33.

28 „(…) einem Mythos in dem Sinne, dass eine nach dieser Methode verfasste Geschichte schwerlich irgendwelche historischen Darstellung von Gedanken enthalten kann, die tatsächlich in der Vergangenheit gedacht wurden." SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 46. tradução livre.

A análise textual, contudo, não é a única forma de produção da história das idéias em prática. Concomitantemente um grupo cada vez maior de pesquisadores, em especial os historiadores, reconhece os perigos acima mencionados e como contraponto ao modelo da análise textual tem se tornado comum a chamada análise contextual.[29] Neste tipo de abordagem o pesquisador, por partir da premissa de que o autor de uma obra responde a questões e estímulos presentes em seu ambiente, enfoca o contexto social, político, intelectual, religioso etc. que deu origem à obra, pois

> "se está então correto afirmar que a compreensão de uma idéia exige a compreensão de todas as possibilidades e atividades nas quais e sobre as quais um Ator (ato de fala) poderia ter utilizado determinada formulação, então ao menos uma parte dessa compreensão precisa consistir em compreender um tipo de sociedade para a qual um Autor escreveu e à qual ele queria convencer."[30]

Skinner identifica, então, nessa segunda metodologia uma significativa vantagem em relação à análise textual, ao menos no que se refere ao problema do anacronismo oriundo da desconsideração do contexto no qual o texto se insere, segundo ele, comum naquele método de pesquisa. Este método, contudo não é livre de falhas e

> "embora, como eu já coloquei, uma investigação do contexto social pode eventualmente auxiliar na compreensão de um texto, o pressuposto básico do método contextual, ou seja, que as idéias de um texto podem ser compreendidas nas categorias do contexto social em que o texto se insere, é comprovadamente errado e serve, portanto, não como guia para a compreensão, mas como fonte de confusões generalizadas na história das idéias."[31]

Com sua crítica também à pesquisa de base contextual na história das idéias Quentin Skinner acaba por excluir ambas as até então existentes práticas historiográficas em relação às idéias. Para o professor britânico então "quem se concentra exclusivamente sobre Texto ou sobre o contexto social para determinar o significado de um texto, não será capaz de identificar alguns dos

---

29 SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21)

30 „Wenn es denn stimmt, dass das Verstehen einer Idee das Verstehen aller Gelegenheiten und Aktivitäten erfordert, bei denen ein Akteur die entsprechende Formulierung verwendet haben könnte, dann muss ganz offensichtlich zumindest ein Teil solchen Verstehens darin bestehen, eine Art von Gesellschaft, für die ein Autor schrieb und die er überzeugen wollte, zu erfassen" SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 70. tradução livre.

31 „Obwohl, wie ich schon eingeräumt habe, eine Untersuchung des sozialen Kontextes das Verständnis eines Textes möglicherweise *unterstützen* kann, ist die Grundannahme der kontextuellen Methode, dass nämlich die Ideen eines Textes in Kategorien des sozialen Kontextes zu verstehen sind, erwiesenermaßen irrig und dient folglich nicht als Leitfaden zum Verständnis, sondern als Quelle weitverbreiteter Verwirrungen in der Ideengeschichte." SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 73. tradução livre.

problemas mais complexos em relação às condições de compreensão de textos - quem dirá então solucioná-los."[32]

Para Skinner, então, assim como para outros membros da escola de Cambridge, os métodos tradicionais de pesquisa do pensamento político apresentam falhas fundamentais, que impediriam um resultado positivo no desenvolvimento de uma pesquisa histórica. Para estes historiadores uma solução possível seria a incorporação de elementos defendidos pelo *linguistic turn* em sua base teórica, a fim de afastar os citados problemas. Cada autor da escola de Cambridge encontrou em seus trabalhos formas diferentes de realizar essa assimilação teórica. Skinner centrou-se na busca por uma resposta para a pergunta 'o que o autor pretendia ao dizer o que disse da forma em que disse?'. A partir de técnicas de análise do discurso e fundamentos teóricos da lingüística ele crê ser possível chegar a uma interpretação dos significados mais próxima do provável intencionado pelo autor. Uma plena compreensão, contudo, ele mesmo defende ser impossível. Pocock, por sua vez, acredita ser possível decifrar os conteúdos do pensamento político a partir do momento em que o historiador decifrar a linguagem, o verdadeiro conteúdo lingüístico presente nas expressões do pensamento. Ambos autores desenvolveram, então, cada qual com base em seus pressupostos, uma vasta literatura a respeito do pensamento político no período moderno. Sua influência, contudo ultrapassou os limites temporais de seus objetos e uma forte crítica foi também lançada aos historiadores do pensamento político medieval.

**

Hoje, passadas algumas décadas desde os embates mais violentos em torno de uma teoria e uma metodologia de pesquisa da história das idéias políticas é possível observar também as falhas da abordagem da Cambridge School of the History of Political Thought, e se coloca em questão a validade de muitas das críticas lançadas pelos teóricos pós-estruturalistas e pós-modernos, sobretudo àqueles vinculados ao chamado *linguistic turn*.

Um dos maiores críticos da Cambridge School em relação às idéias políticas é Francis Oakley. Profundo conhecedor da literatura a respeito do pensamento político medieval e moderno, segundo ele, os historiadores de Cambridge interpretaram muitas vezes erroneamente as propostas de outros teóricos, especialmente daqueles que, como ele, acreditam em uma abordagem contextual das fontes como ferramenta válida, senão a mais válida para uma correta compreensão do

[32] „Wer sich entweder ausschließlich auf den Text oder auf den sozialen Kontext konzentriert, um die Bedeutung eines Textes zu bestimmen, wird nicht in der Lage sein, einige der schwierigsten Probleme bezüglich der Verstehensbedingungen von Texten zu erkennen – geschweige denn, sie zu lösen" SKINNER, Quentin. Op. Cit., 2010. (ver acima nota 21), p. 80. tradução livre.

pensamento político. O historiador britânico concorda com diversas críticas lançadas pelos adeptos do *linguistic turn* no que se refere à análise das fontes medievais a respeito do tema do pensamento político, mas acredita que as soluções apresentadas por historiadores como Quentin Skinner e John Pocock são demasiado radicais e, em seu radicalismo, acabam por minar um avanço positivo no desenvolvimento de uma metodologia para a história das idéias políticas. O excesso de teorização dos escritos da Cambridge School of the History of Political Thought levou seus adeptos a um distanciamento das realidades pesquisadas, segundo Oakley, o que leva ao perigo das abstrações na história, sem um embasamento nas próprias fontes, o que deve ser interpretado como um erro, por fugir dos objetivos da ciência histórica: o conhecimento a respeito do passado - opinião compartilhada por outros historiadores do pensamento político.[33]

A proposta teórico-metodológica de Fancis Oakley, contudo, não escapa do problema colocado pela crítica a uma história do pensamento político realizada a partir de uma perspectiva contextual. Oakley apresenta um avanço dessa metodologia em relação aos estudos mais tradicionais, e uma resposta aos ataques da Cambridge School, especialmente quando aponta para o fato de que em grande parte aqueles historiadores estão, apesar de seu esforço na delimitação de uma teoria e metodologia adequada às exigências feitas pela filosofia e pela lingüísitca, igualmente sujeitos aos problemas que criticam. O contexto da análise de Fancis Oakley não se restringe ao conceito simplificado que este termo carrega, mas baseia-se nas reflexões de Arthur Lovejoy[34], o qual defende que na história das idéias é preciso admitir a existência de dois contextos operando simultaneamente. Por um lado um contexto transversal, como o aspecto mais comumente reconhecido sob o termo 'contexto', o ambiente em que a idéia surgiu, e seu relacionamento com outras idéias suas contemporâneas. Por outro lado um contexto longitudinal, que observa o desenvolvimento de determinada idéia em relação à sua historicidade, como parte de um processo histórico derivado de idéias anteriores e que servirá de base para idéias futuras a ela. Para Oakley o contexto refere-se a estas duas dimensões, sendo que a idéia investigada encontra-se na intersecção destas duas dimensões contextuais. Um modelo similar apresenta-nos C. S. Lewis em relação às investigações da literatura medieval. Para este professor de Oxford e Cambridge a investigação da literatura medieval deve levar em conta dois tipos de contexto para a caracterização de uma obra

[33] Cf. OAKLEY, Francis. Op. Cit., 1999. (ver acima nota 12), especialmente os capítulos 1 e 5; OAKLEY, Francis. *Omnipotence, covenant, & order: An excursion in the history of ideas from Abelard to Leibniz.* 1. publ. ed. Ithaca, Cornell University Press, 1984, especialmente o capítulo 1. Outros historiadores que concordam com a posição de Francis Oakley são NEDERMAN, Cary J. *Lineages of European political thought: Explorations along the medievalmodern divide from John of Salisbury to Hegel.* Washington, DC, Catholic Univ. of America Press, 2009, que expressa as mesmas idéias no capítulo 2. Vale ressaltar, contudo, que Cary Nederman discorda de Oakley em outros aspectos da pesquisa. Antony Black concorda com a posição de Oakley em suas obras anteriores cf. BLACK, Antony. *Political thought in Europe: 1250 - 1450.* Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1992. Em seus trabalhos mais recentes o historiador britânico afastou-se da discussão.

[34] Cf. OAKLEY, Francis. Op. Cit., 1984. (ver acima nota 33)

literária, que de modo similar a Lovejoy, se estendem por um lado de modo sincrônico, por outro, de modo diacrônico sobre o tempo.[35]

Essa resposta às propostas metodológicas da Cambridge School of the History of Political Thought, conquanto seja válida, falha em escapar da armadilha teórico-metodológica posta por seus críticos ao tentar estabelecer sua argumentação sobre o mesmo paradigma historiográfico que as abordagens tradicionais, e, como procurei apresentar, também a própria pretensa alternativa – as teorias de Skinner, Pocock e demais – o fazem. Uma vez constatado este fato é possível afirmar que somente com uma real mudança no paradigma historiográfico que subjaz às pesquisas do pensamento e das idéias no passado será possível encontrar uma real alternativa ao problema proposto pela filosofia e a linguística, levando a um possível salto qualitativo no que se refere ao conhecimento do passado. É justamente a esta mudança de paradigma que um grupo de historiadores alemães desafia seus pares com o desenvolvimento da chamada 'Vorstellungsgeschichte'.

**

Como visto, ocorreram a partir da década de 1960 inúmeras discussões a respeito da história das idéias, especialmente a história das idéias políticas, que tentaram incorporar às teorias e metodologias da história das idéias os mais recentes desenvolvimentos das ciências humanas e sociais. Neste processo, contudo, os modelos de aproximação aos eventos passados permaneceram invariáveis, fundamentando-se ainda sobre a história factual e a história estrutural. Os embates ocorreram dentro de um *setting* já estabelecido dentro da ciência histórica, o qual somente de modo muito restrito foi desafiado. Discutia-se – e discute-se ainda – ao fim e ao cabo sobre os problemas surgidos durante as pesquisas em vista das diferentes metodologias e teorias aplicadas na análise histórica, problemas que, em última análise, envolviam o questionamento não do *modus operandi* dos historiadores, mas da confiabilidade ou preferência d'uma ou d'outra teoria. Pouquíssimos historiadores propunham pensar a história fora das fronteiras da história factual e/ou estrutural.

Como alternativa a ambas formas de aproximação às "realidades passadas" – para empregar o termo apresentado por Hans-Werner Goetz[36] – desenvolveu-se na historiografia alemã uma 'terceira via' para abordar o passado: a chamada Vorstellungsgeschichte.

---

35 Cf. LEWIS, Clive S. *The discarded image: An introduction to medieval and Renaissance literature.* Canto ed. Cambridge, UK, Cambridge Univ. Press, 2007

36 GOETZ, Hans-Werner. "„Vorstellungsgeschichte": Menschliche Vorstellungen und Meinungen als Dimension der Vergangenheit: Bemerkungen zu einem jüngeren Arbeitsfeld der Geschichtswissenschaft als Beitrag zu einer Methodik der Quellenauswertung" In:. GOETZ, H.-W., et al. (eds.). *Vorstellungsgeschichte: Gesammelte Schriften zu Wahrnehmungen, Deutungen und Vorstellungen im Mittelalter.* Bochum, Winkler, 2007, p. 8.

> "As idéias ou ideologias e as mentalidades humanas tem-se chamado de 'terceiro nível' da observação histórica, as quais de fato não conseguem sequer ser compreendidas em consonância com os fatos oriundos de ações humanas nem com as estruturas que baseiam estes fatos, mas do contrário descrevem as 'superestruturas ideológicas' destes, e oferecem, conquanto fossem conscientes, à História e às relações temporais a visão de mundo daquela época, a 'percepção'".[37]

A Vorstellungsgeschichte parte então de um novo tipo de pergunta e busca alcançar com isso resultados distintos daqueles da história estrutural e factual. Diferentemente dessas formas de conhecimento histórico, a Vorstellungsgeschichte não se detém aos aspectos tangíveis do passado, mas centra-se nas idéias que os indivíduos do passado tinham de seu meio, suas visões de mundo. [38] Para isso ela apresenta um novo modelo de aproximação às fontes históricas, em especial em relação às chamadas 'fontes narrativas', pois o autor das fontes analisadas, que até então era visto dentro da 'crítica das fontes' como um obstáculo[39] para se chegar às informações sobre o passado, passa a ser o centro da análise histórica. Já não se procura mais descobrir 'o que aconteceu', mas 'como os contemporâneos perceberam e processaram este ocorrido'. [40]

> "A 'Vorstellungsgeschichte' dirige-se [...] ao próprio compositor da fonte e pergunta por suas impressões, percepções e julgamentos sobre o passado, pela opinião e pelas atitudes de certo individuo afetado, ou seja, (ela pergunta) a um contemporâneo envolvido nos acontecimentos e estruturas a respeito de seu ambiente. [...] Ela não quer mais então penetrar até a realidade passada no sentido da História 'tradicional', mas investiga como essa realidade (objetiva) ocorre na visão subjetiva dos seus contemporâneos". [41]

---

37 „Als eine ‚dritte Ebene' historischer Betrachtungsweisen hat man die menschlichen Ideen oder Vorstellungen und die Mentalitäten bezeichnet, die tatsächlich weder mit handlungsorientierten Ereignissen noch mit den diesen zugrundeliegenden Strukturen zu erfassen sind, sondern deren ‚ideologischen Überbau' beschreiben und, soweit sie bewusst waren, die damalige Sicht, die ‚Wahrnehmung', der Zeitverhältnisse und der Geschichte bieten." GOETZ, Hans-Werner. *Proseminar Geschichte: Mittelalter.* 3., überarb ed. Stuttgart, Ulmer, 2006, p. 328.. Tradução livre.

38 GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36)

39 „[…] die seit dem 18. und 19. Jahrhundert angewandte Quellenkritik sucht - neben der Frage der Echtheit - vor allem die „Tendenz" des Zeugnisses zu erfassen, um eine wichtige Fehlerquelle, die Verzerrung historischer Inhalte durch die persönlichen Anschauungen und die subjektive Einflußnahme des Quellenverfassers auf seinen Bericht, nach Möglichkeit auszuschalten."GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 3–4.

40 „Sie fragt also: 'Wie hat der Zeitgenosse das Faktum X gesehen?' (wobei X ebenso Ereignis wie Struktur sein kann)." GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 8.; „Leitfragen: Wie sahen Menschen früherer Zeiten sich selbst? Wie sahen und beurteilten sie ihre Lebenswelt?" GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2006. (ver acima nota 37), p. 328.

41 „Die 'Vorstellungsgeschichte' wendet sich […] an den Verfasser der Quelle selbst und fragt nach dessen Eindrücken, Auffassungen und Urteilen über die Vergangenheit, nach der Stellungnahme und Einstellung eines betroffenen, nämlich in den Ereignissen und Strukturen befangenen Zeitgenossen zu seiner Umwelt. […]Sie will also nicht mehr bis zu der vergangenen Wirklichkeit im Sinne der 'traditionellen' Geschichtswissenschaft vordringen, sondern untersucht, wie sich diese (objektive) Wirklichkeit in der subjektiven Sicht der Zeitgenossen abgespielt hat." GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 8.

Como coloca Helmut Beumann, a Vorstellungsgeschichte se aproxima das fontes narrativas a partir de uma nova postura, que não observa a narrativa como um meio através do qual o historiador moderno pode chegar às informações acerca do passado, mas elas mesmas como o objeto a ser investigado em sua completude.[42] Desse modo o pesquisador se aproxima do autor da fonte e de suas perspectivas em relação ao passado, e os fatos e/ou estruturas recuam ao segundo plano na investigação, dando espaço para a compreensão do homem do passado em uma nova dimensão, uma dimensão criada pelo homem do passado para o homem do passado, e que para isso utiliza-se do lugar-comum das concepções e visões de mundo desse passado. E a pesquisa pode ser ainda mais ousada "[...] quando se pergunta ao mesmo texto a respeito da postura do seu autor a respeito dos problemas e condições políticas, jurídicas, sociais, religiosas, eclesiásticas e intelectuais de sua época". [43] A fonte narrativa não representa somente um relato seco e muitas vezes impreciso do passado, mas passa a ser vista como "[...] auto-interpretação de uma época"[44].

O texto mesmo assume um novo status dentro das propostas dessa metodologia, pois

> "[...] mais que um simples papel de um veículo imperfeito para a transmissão de notícias históricas, ele é o espaço privilegiado para as discussões intelectuais dos indivíduos de certa época com a realidade que os cerca, e a manifestação daqueles sempre renovados esforços de determinar o próprio ambiente histórico com base no passado, de trazer a tradição histórica para o presente e interpretar este com ajuda daquela."[45]

O autor do texto desempenha então um papel fundamental no processo de transmissão do conhecimento histórico. Ele está presente em seus escritos na medida em que ali assenta suas percepções e suas visões de mundo em relação ao seu presente e passado. Ele representa, contudo, não somente a si mesmo, mas ao grupo a que pertence, e no medievo a sua maioria é oriunda das elites sociais. "Com eles [os textos] expressou-se aquele grupo social, em cujas mãos a liderança política se assentava [...] [eles] não somente escreveram textos de história, mas também a

---

42 BEUMANN, Helmut. "Die Historiographie des Mittelalters als Quelle für die Ideengeschichte des Königtums" In:. BEUMANN, H. (ed.). *Ideengeschichtliche Studien zu Einhard und anderen Geschichtsschreibern des frühen Mittelalters.* 2. Darmstadt, Wiss. Buchges, 1969, p. 42.

43 „[…] wenn man den gleichen Text nach der Stellung des Verfassers zu den politischen, staatsrechtlichen, sozialen, religiösen, kirchenpolitischen und geistigen Problemen und Verhältnissen seiner Zeit befragt."BEUMANN, Helmut. Op. Cit., 1969. (ver acima nota 42), p. 42.

44 „[…] Selbstinterpretation des Zeitalters […]"BEUMANN, Helmut. Op. Cit., 1969. (ver acima nota 42), p. 42.

45 „[…]weit über eine bloße Rolle eines unvollkommenen Vehikels für historische Nachrichten hinaus ist sie der zentrale Ort für die geistige Auseinandersetzung des Zeitgenossen mit der ihn umgebenden Wirklichkeit und der Niederschlag jener immer wieder erneuerten Bemühungen, den eigenen geschichtlichen Standort auf dem Hintergrund der Vergangenheit zu bestimmen, die geschichtliche Tradition an die Gegenwart heranzuführen und diese mit Hilfe jener zu deuten."BEUMANN, Helmut. Op. Cit., 1969. (ver acima nota 42), p. 42.. Goetz também cita este trecho como uma das reflexões centrais que sustentam a Vorstellungsgeschichte. GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36)

fizeram."[46] Tendo isso em mente o historiador moderno passa a ter acesso ao pensamento e às ideias do homem do passado. Ele pode investigar tanto o pensamento do indivíduo que compôs o texto, quanto as mentalidades do grupo a que este indivíduo pertence. Essa proposta está ainda plenamente de acordo com as mais modernas definições do que vem a ser história. "Uma 'Vorstellungsgeschichte' não reconstrói o passado em sua facticidade, mas o passado enquanto a 'realidade processada pelos indivíduos seus contemporâneos'. Uma vez que cada vez mais hoje se define a 'História' como a imagem do passado de cada época, nesse sentido uma 'Vostellungsgeschichte' lida de fato com 'a História de épocas passadas'."[47] Uma história das idéias produzida sob tais considerações metodológicas tem muito a oferecer para a construção do conhecimento histórico.

**

Uma vez que esta metodologia procura compreender o pensamento dos homens do passado é inegável a sua vantagem para o estudo de temas como o pensamento político – assim como de outras expressões do pensamento humano.[48] Tendo isso em mente, e considerando o fato de que a Vorstellungsgeschichte, em princípio, por seu próprio caráter abrange um vasto espectro de fontes, que são as fontes narrativas, é possível chegar à conclusão de que esta proposta é capaz de oferecer preciosas compreensões a respeito dos modos de pensar dos homens do passado, e desta forma as pesquisas realizadas sob esta proposta metodológica vêm complementar um importante aspecto do conhecimento histórico que até então era pouco investigado.[49] Apesar da historiografia anteriormente apresentada preocupar-se diretamente com o pensamento no passado, a história das idéias tradicional parte dos pressupostos de uma história factual ou estrutural para alcançar seus

46 „Mit ihnen ist also jene Gesellschaftsschicht zu Wort gekommen, in deren Händen die Politische Führung lag. […] [sie] haben nicht nur Geschichte geschrieben, sondern auch gemacht."BEUMANN, Helmut. Op. Cit., 1969. (ver acima nota 42), p. 44–45.

47 „Eine 'Vorstellungsgeschichte' rekonstruiert nicht die Vergangenheit in ihrer Faktizität, sondern die Vergangenheit als die 'verarbeitete Wirklichkeit des Zeitgenossen'. Da man 'Geschichte' heute zunehmend als das Vergangenheitsbild der jeweiligen Gegenwart definiert, behandelt eine 'Vorstellungsgeschichte' in diesem Sinn tatsächlich 'die Geschichte vergangener Zeiten'."GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 5–6.

48 Goetz defende a idéia, à qual eu subscrevo, de que „[…]grundsätzlich aber bleibt der Ansatz nicht auf Fragen beschränkt, die dem „Politischen" verhaftet sind, sondern er läßt sich, wie zahlreiche Untersuchungen beweisen, auf andere Bereiche übertragen, die an „Ideen" interessiert sind, seien sie historiographischer oder theologischer, gesellschaftlicher oder gar naturwissenschaftlicher Art. Kurz, er ist anwendbar auf alle Fragen, die die historischen Tatbestände nicht in ihrem objektiv abgelaufenen Geschehniszusammenhang zu erfassen trachten, sondern ihre Filterung „im Spiegel der Quellen" zum Gegenstand haben, also die Ideen, Ansichten, Vorstellungen der Menschen vergangener Zeiten untersuchen und hier nicht länger lediglich Vorarbeiten für eine Quelleninterpretation leisten, sondern – über den quellenkritischen Ansatz hinaus – in den Vorstellungen der Quellenverfasser ihr eigentliches Erkenntnisziel sehen." GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 4–5.

49 Goetz aponta para este fato em GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36)

resultados, o que a conduz a deter-se sobre as fontes que se lhe apresentem como depositários do pensamento de épocas passadas. Ela detém-se a investigar as obras compostas especificamente para a transmissão do pensamento, as obras filosóficas e teológicas, os tratados, obras cujo objetivo principal é apresentar de forma sistemática e organizada as idéias em torno de determinado tema. Centrando-se nestes fenômenos, a historia tradicional é levada a ignorar outras formas de transmissão das idéias, a saber, as idéias e visões de mundo que são transmitidas de forma (por vezes) não propositada em meio à comunicação entre os seres humanos. A Vorstellungsgeschichte investiga justamente as idéias, visões de mundo, percepções dos sujeitos do passado a respeito de seu próprio ambiente, presente e passado, espelhadas nas expressões do pensamento e cristalizadas no universo da comunicação/transmissão de idéias. Ela coloca-se como uma terceira via para a interpretação do passado[50], que não se detém nos métodos e teorias da história tradicional factual ou estrutural[51], mas também não se propõe a substituí-los[52]; é uma via complementar que, a partir de novas perguntas[53], pretende fornecer novos conhecimentos sobre o passado e, dessa forma, enriquecer nossa visão de história.

Em relação à história do pensamento político esta nova proposta abre um leque de possibilidades que até então eram ignorados pela historiografia. Especialmente para épocas como a Idade Média primordial onde há uma escassez de fontes a serem investigadas de modo geral, e especialmente sob a perspectiva da história tradicional, a Vorstellungsgeschichte pode tornar-se uma ferramenta eficiente para a investigação das idéias políticas – e das idéias de modo geral

50 „Sie […] repräsentiert gleichsam einen dritten Bereich der vergangenen Wirklichkeit und eine neue (dritte) Art geschichtswissenschaftlicher Betrachtung mit eigenen Methoden und Ergebnissen.“ GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 6.

51 „Sie erschließt weder Fakten noch Strukturen, sondern das zeitgenössische Verständnis von Geschichte […]“ GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 6.

52 „Vorstellungen nun umgreifen zwar nicht einen völlig anderen Bereich, denn sie können sich durchaus auf dieselben Ereignisse und Strukturen beziehen, verlagern aber den Schwerpunkt der Fragestellung, indem sie die Person, den zeitgenössischen Interpreten, in den Mittelpunkt stellen und dessen Reflexion und Äußerungen zu seiner Umgebung oder zu einzelnen Teilfragen wiedergeben.“ GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 7.

53 „Eine 'Vorstellungsgeschichte' entwickelt also einen anderen Frageansatz.“ GOETZ, Hans-Werner. Op. Cit., 2007. (ver acima nota 36), p. 7.

E des ally foi pera mall – o reinado de D. Sancho II na cronística medieval portuguesa

E des ally foi pera mall – the kingship of Sancho II in portuguese medieval chronicles

Filipe Alves Moreira[1]
Instituto de Filosofia/Universidade do Porto

Resumo

Análise dos relatos do reinado de D. Sancho II presentes nas mais antigas crónicas portuguesas hoje conhecidas.

Abstract

This study analyses the accounts of the reign of Sancho II according to the oldest Portuguese chronicles.

Palavras-chave: Sancho II; crónicas medievais portuguesas; processos de legitimação.

Keywords: Sancho II; Medieval Portuguese chronicles; legitimating processes.

- **Enviado em: 29/07/2012**
- **Aprovado em: 28/11/2012**

[1] Filipe Alves Moreira (Instituto de Filosofia/Universidade do Porto; Bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência SFRH/BPD/72825/2010).

A primeira versão do presente artigo serviu de comunicação apresentada ao VI Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, realizado na Universidade de Coimbra em 2006. A sua leitura deverá ser complementada com o que entretanto deixei expresso em Moreira, Filipe Alves, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008. Devem também ter-se em conta alguns textos ibéricos que, apesar de normalmente esquecidos pela crítica portuguesa, fornecem importantes achegas para a compreensão do problema de que aqui me ocupo. Dois exemplos são a *Crónica de Castela* e certo *Sumário Analístico de la História Gothica*, obras que poderão remontar ainda ao séc. XIII.

No Prólogo da sua edição da *Crónica de D. Sancho II* de Rui de Pina (1728), diz Miguel Lopes Ferreira, referindo-se à má imagem deste monarca, que «sem duvida que a administração do governo, que derão os povos a seu irmão D. Affonso Conde de Bolonha em França, foy a cauza do muito que tem padecido a Real opinião deste Principe, porque não há quem senão atreva a hum desgraçado, ainda que lhe anime as veas hum sangue soberano»[2] – com o que expressava, em retórica da época, a velha e mais que sabida ideia segundo a qual a estima dos povos (ou seja por interesses imediatos ou seja por certa tendência a confundir *inteligibilidade histórica* com *inevitabilidade histórica*) vai normalmente para os vencedores. Nesse sentido, não se pode dizer que seja particularmente feliz o lugar que D. Sancho II ocupa na tradição cronística nacional. Único rei medieval português a ser deposto, e um dos poucos a sê-lo em toda a nossa História (acompanha-o D. Afonso VI), compreende-se que a sua imagem dificilmente pudesse deixar de ser negativa, por muito que algumas interessantes tentativas de reabilitação (tais a de Fr. António Brandão ou a de alguns compiladores do séc. XVI) se tenham igualmente verificado. Tem, no entanto, e como todas as imagens, os seus ritmos, as suas causas e as suas estratégias. Entender algumas delas mediante uma análise das crónicas portuguesas mais antigas que até nós chegaram (a chamada *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, a *Crónica de 1344* e a *Crónica de 1419*) é o que neste trabalho me proponho fazer.

Na *IVª Crónica Breve* (que Diego Catalán demonstrou ser um fragmento de certa *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341 – 42* que no século XVI ainda pôde ser manejada por Cristóvão Rodrigues Acenheiro[3]), o reinado de D. Sancho II assume algum destaque, em virtude de ser, para além do de D. Afonso Henriques, o único a ultrapassar os registos linhagístico ou analístico que caracterizam os restantes e assim ostentar características mais específica ou potencialmente literárias. Por ele começarei.

Apresenta esta obra um relato que se preocupa, pode dizer-se que exclusivamente, com a deposição do monarca, já que sobre a sua acção enquanto governante nada nos é dito, a não ser, e de forma visivelmente convencional, que «começou de seer muy boo Rey e de Justiça»[4]. Afirmação que surge já, no entanto, como contraponto à sua posterior acção governativa, a qual veio, segundo o texto, progressivamente a deteriorar-se, circunstância para que se adiantam duas razões. O primeiro factor que, no dizer da crónica, concorreu para este estado de coisas foi a má influência de alguns conselheiros, tópico aliás bastante glosado pela historiografia medieval[5]. Terão sido eles (o nome

2 *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello, 1976, p. 125.
3 Catalán, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962.
4 *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, edição de António Cruz, Porto, Biblioteca Municipal, 1968, p. 146.
5 Cf., p. ex., Barros Dias, Isabel de, *Metamorfoses de Babel*, Lisboa, FCT/FCG, 2003, pp. 290-305.

não é explicitado) que fizeram com que o rei deixasse de ser justiçoso, falta particularmente grave que o levaria à perdição. Tudo se complicaria ainda mais quando D. Sancho decide casar com Mécia Lopes de Haro, aparentemente ainda por acção dos anónimos maus conselheiros e também contra a vontade de sua tia, a poderosa Berengária (e digo"aparentemente" porque a sintaxe da passagem em questão, com o predomínio, comum na prosa mais arcaica, da copulativa dificulta um tanto a sua correcta interpretação: «ouve maos conselheiros e despois da alli em diante nom foi justiçosso e saio de mandado da Rainha dona Beringeira sua tia e cassouse com Miçia Lopez»[6]). A partir daí, e nas expressivas palavras do texto, «foi pera mal». Declarada a mudança na qualidade governativa do monarca e as razões que para tal contribuíram, passa a crónica a ocupar-se da reacção do reino. Ou, mais precisamente, do clero, pois é ele quem, depois de reunido em conselho, toma a iniciativa de queixar-se ao Papa, tendo como porta-vozes os bispos de Braga e Coimbra. Será interessante notarmos que a reunião dosprelados portugueses com o Papa é construída com base no discurso directo, o que em toda a *IV^a Crónica Breve* só tem paralelo no reinado de D. Afonso Henriques e constitui uma exemplificação do carácter literariamente mais elaborado destes dois reinados, a que há pouco me referia. Na cúria Papal, a queixa dos bispos resume-se a um único mas grave defeito do rei, o de não fazer justiça, noção que aqui se há-de entender com o sentido alargado de «garantia da ordem e manutenção da equidade»[7]. Tendo em conta o que é exposto pela delegação portuguesa, o Papa declara-lhe que pode escolher novo monarca, exigindo porém que o candidato cumpra dois requisitos: seja natural do reino e saiba fazer justiça. Isto ouvido, os bispos propõem imediatamente o Conde de Bolonha. São, em seguida, brevemente narrados os acontecimentos que se seguiram à chegada de D. Afonso a Portugal. Segundo a crónica, foi sem dificuldades de maior que ele se apoderou do reino, não tendo enfrentado resistência, ou, pelo menos, resistência à altura. Mesmo a única cidade que não tomou, Coimbra, não o terá sido «senom por que nom veo hi ho conde ca se ell hi veera asi a filhara bem como as outras»[8]. Segue-se o pedido de ajuda que D. Sancho endereçou ao infante D. Afonso de Castela, futuro Afonso X, mas o texto passa em claro qualquer episódio de guerra entre as duas facções, limitando-se a dizer que, acompanhado de «myum gram cavallaria», o infante castelhano levou consigo o rei português. Termina o relato, e como seria de esperar, com a indicação da morte, local de sepultura e número de anos de reinado de D. Sancho, expressos estes em forma todavia curiosa que adiante comentarei.

Mesmo a partir deste breve resumo, julgo facilmente constatável que, em parâmetros literário-narrativos e por isso potencialmente mais atractivos e/ou eficazes, procura este texto (i) justificar a deposição de D. Sancho II, (ii) explicar a escolha do seu substituto e (iii) mostrar quão

6 *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, p. 146.
7 Mattoso, José, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, I.N. – C.M., 1992, p. 59.
8 *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, p. 146.

acertadas se revelaram estas manobras. Urde, nesse sentido, uma trama lógica e coesa, primeiro silenciando, digamos que convenientemente, qualquer boa ou memorável acção que a D. Sancho se pudesse imputar, depois colocando o mau estado da terra em relação directa com actos do monarca, finalmente atribuindo ao próprio reino tanto a escolha como a presumivelmente rápida aceitação do novo governante (sinal, no fundo, de que tinha sido feita a escolha certa). Tratar-se-á, portanto e acima de tudo, de um discurso legitimatório que selecciona, ordena e interrelaciona um conjunto de acções e personagens do passado dotando-as de sentido e patenteando opções argumentativas que dão corpo a um discurso ideológico. Mas isto, que, atentos os procedimentos habituais na historiografia medieval, poderia não passar de uma constatação algo banalizante, adquire considerável importância se virmos mais de perto alguns curiosos aspectos deste texto.

Há, em primeiro lugar, a circunstância, atrás brevemente referida, de ser o reinado de D. Sancho II o único que em toda a *IVª Crónica Breve* partilha com o de D. Afonso Henriques a forma narrativa e um conjunto de procedimentos que, emancipando-o da mera sucessão de eventos ou linhas genealógicas, o tornam aberto à intensificação de sentidos normalmente indiciadora de maiores interesse e investimento por parte dos redactores, compiladores ou cronistas medievais. A respeito de D. Afonso I, tal acréscimo de investimento será facilmente explicável pelo seu estatuto de *fundador* e correlativa abundância de produção textual que sobre ele se foi acumulando. Mas como o compreender no caso de D. Sancho II? Justificá-lo-á apenas a circunstância, sem dúvida rara e potencialmente geradora de perplexidades, de estarmos perante um rei vítima da sobreposição e do real funcionamento da autoridade papal? Talvez não. É que no próprio texto se encontram, segundo creio, certas marcas de contra-discursividade que poderão indiciar que o seu redactor estaria não só justificando um ponto de vista, mas também respondendo a, ou combatendo, pontos de vista contrários.

Diz-nos a *IVª Crónica Breve*, com efeito, que uma vez chegado a Portugal, o Conde de Bolonha tomou todas as boas vilas do reino à excepção de Coimbra, e que esta apenas se manteve porque D. Afonso a ela não se dirigiu. Ora, que a substituição de um mau rei por uma personagem escolhida pelo próprio reino desemboque textualmente num clima de boa aceitação do novo governante e que essa boa aceitação acabe por funcionar como prova de que se tomou a decisão correcta, compreende-se. Mas que haja necessidade de mencionar – e justificar – o caso específico e isolado de determinada localidade, já é algo que me parece francamente *suspeito* e apenas compreensível se postularmos a existência de versões diversas do período e acontecimentos em questão, nas quais a cidade de Coimbra, aliás de acordo com o que terá sido a realidade histórica[9], figuraria como um foco de resistência ao novo rei e às quais responderia o texto da *IVª Crónica*

[9] Cf, p. ex, Ventura, Leontina, *Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 73-84.

Breve. Há mesmo um par de factos que me parecem vir em reforço desta hipótese. O primeiro é a efectiva existência de textos que aludem à resistência de Coimbra aquando da vinda do Conde de Bolonha, designadamente uma conhecida narrativa da *Crónica de 1419* (donde passaria para Rui de Pina e, através dele, para a historiografia posterior) acerca da heróica atitude do alcaide Martim de Freitas, que adiante referirei um pouco mais detalhadamente. Imaginar que a *Crónica de 1419* possa ter inventado este episódio seria, a um tempo, desconhecer por completo a sua técnica historiográfica[10], desprezar gratuitamente as indicações que ela própria fornece acerca das suas fontes e esquecer que, embora essencialmente ficcional, coincide o episódio com o que sabemos da realidade historicamente verificável pelo menos na referência a Coimbra como centro de resistência ao novo poder. Teremos, por isso, de supor a existência prévia de tradições textuais em torno da reacção dessa cidade e parece-me perfeitamente admissível que o texto da *IVª Crónica Breve*, ou pelo menos a sua parte final, tivesse em mente a refutação dessas mesmas tradições, fosse qual fosse a sua textualidade concreta. Por outro lado, e como veremos, o comportamento dos cronistas posteriores mostra-nos que a versão da *IVª Crónica Breve* era manifestamente incompatível com narrativas que davam conta de localidades que permaneceram fieís a D. Sancho II, pois a partir do momento em que essas narrativas vão sendo acolhidas pelas crónicas, os seus redactores vêem-se obrigados a omitir a afirmação da *IVª Crónica* segundo a qual a excepção de Coimbra se deveu unicamente à não ida de D. Afonso lá, atitude que inclusivamente causará certos desajustes textuais típicos da imperfeita harmonização de fontes contraditórias. Outra possível marca de contra-discursividade reside na forma como esta crónica menciona o número de anos que durou o reinado de D. Sancho, salientando que «o tempo dos vinte E seis annos deusse A contar despois que ell compeçou a Reinar»[11]. Correndo embora o risco da banalidade, lembro que, em princípio, a duração de cada reinado tanto poderá ser contabilizada desde o alçamento até à morte do soberano como em sentido contrário, e que apenas no caso de alguém deixar de ser rei ainda em vida esse procedimento deixa de fazer sentido, pois nesse caso não deverão ser contados os anos que medeiam entre o fim do reinado e a morte do indivíduo em causa. Ora, a curiosa advertência da *IVª Crónica Breve* talvez queira dizer isso mesmo, ou seja, que à data da morte de D. Sancho já ele não era rei e por isso a contabilidade do número de anos do seu reinado não poderia senão fazer-se tomando como ponto de partida o seu alçamento. E é sem dúvida coerente o texto, pois, tanto no diálogo entre os prelados portugueses e o Papa como no momento da vinda de D. Afonso, vai-nos

[10] Sobre a qual se podem ver as indicações fornecidas por Basto, A. Magalhães, *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, Universidade, 1960 e Cintra, Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 voll, Lisboa, Academia das Ciências/I.N.-C.M., 1951-1990. Ocupei-me demoradamente dos processos de construção textual usados pelo redactor desta Crónica em Moreira, Filipe Alves, *A «Crónica de Portugal de 1419». Fontes, estratégias e posteridade*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, policopiada.

[11] *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, p. 147.

ele dizendo que «qual Rey quiserdes filhar tal filhade», «E tolheo o Reyno a sseu Jrmaão», «E ataa quy [ida de D. Sancho para Castela] Reinou»[12]. Mas não será também para contestar outras versões dos acontecimentos que se lança esta advertência? Na verdade, se recorrermos uma vez mais a textos posteriores, facilmente constataremos a efectiva existência de versões contraditórias acerca do fim do reinado de D. Sancho II. Notou-o, por exemplo, e com toda a clareza, o cronista de 1419, quando afirmou:

> E, posto que em alguns livros seja conteudo que ele reynou xxiiiiº anos, e em outros xxbi, e todo he verdade, mas huns lhe contarom os anos de seu reinado os que vivera em Portugal, que forom xxiiiiº e mais não, e outros lhe derom dous que andara em Castela e asy disserão que reynara xxbi anos[13]

O que significa que, ou por ignorância ou por estratégia argumentativa, havia pelo menos dois pontos de vista antagónicos acerca da deposição de D. Sancho: uns, certamente devido a considerarem ter sido ele apenas destituído da governação do país, contavam como anos do seu reinado o tempo passado no exílio castelhano; outros, evidentemente considerando-o despossuído pelo papa também da dignidade régia, consideravam a chegada de D. Afonso como ponto final do reinado anterior. Daí que a *IVª Crónica Breve*, que apesar dos vinte e seis anos parece tomar partido pela segunda destas opiniões, se tenha visto obrigada a refutar a posição contrária à sua. Temos, portanto, na mais antiga crónica portuguesa hoje conhecida, uma história do reinado de D. Sancho II que se ocupa exclusivamente do processo de deposição, que se preocupa em justificá-lo mediante um texto narrativo e que terá contado entre as suas motivações a refutação explícita de teses opostas às que ela própria veiculava. É este texto que, directa ou indirectamente, servirá de matriz às duas crónicas seguintes[14]. Ambas continuarão a ocupar-se exculsivamente do processo de deposição do rei e ambas aceitarão a estrutura narrativa da *IVª Crónica Breve*. Acrescentar-lhe-ão, porém, numerosas informações e alguns novos episódios, reescrevendo ou rasurando outros.

Na *Crónica de 1344*, o reinado de D. Sancho II deixa de ser, com o de D. Afonso Henriques, o único a apresentar uma forma narrativa, partilhando agora essa característica também com os de D. Dinis e D. Afonso IV, facto que sem dúvida se explica pela circunstância de o autor da primeira redacção desta crónica ter sido o Conde de Barcelos, naturalmente interessado em amplificar a

12 *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, pp. 146 – 147.

13 *Crónica de Portugal de 1419*, edição de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade, 1998, p. 141.

14 Como é bem sabido desde o magnífico trabalho de Lindley Cintra, da *Crónica de 1344* apenas susbsistem dois manuscritos fragmentários da primeira redacção (única atribuível ao Conde de Barcelos), nenhum dos quais, e por razões meramente conjunturais, alcança a secção onde se encontra a História de Portugal. Tanto a análise interna dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV como a comparação com o texto da *IVª Crónica Breve* e da *Crónica de 1419* permitem, porém, garantir que a segunda redacção manteve neste ponto as linhas gerais da primeira. Em ordem a clarificar a exposição, limito-me, por isso, a apresentar em nota os poucos casos em que será possível admitir divergências entre os textos da primeira e da segunda redacção da *Crónica de 1344*.

memória do pai (sobretudo)[15] e do irmão. Com isto, a história do malogrado rei começa a perder algum do destaque que tinha na *IVª Crónica Breve*, tendência que de resto a passagem do tempo e a sucessão de crónicas apenas virão acentuar.

Tal como a *IVª Crónica Breve*, a *Crónica de 1344* afirma que D. Sancho começou por ser bom rei, mas, devido à acção de maus conselheiros, foi perdendo essa qualidade, deixando de fazer justiça. Acentua e particulariza, no entanto, as consequências nefastas dessa falta: «desperecia a terra e hia toda ẽ perdiçom, ca roubavã os caminhos e faziã todo dãpno na terra»[16]. Também diferentemente da *IVª Crónica Breve*, a *Crónica de 1344* dissocia o casamento de Sancho com Mécia Lopes da sua má governação, pois não só coloca a notícia do casamento depois de ter mencionado as consequências do mau governo do rei, como a apresenta de forma meramente factual, sem qualquer juízo de valor: «Casou este dõ Sancho com dona Miçia Lopez, filha de dom Lopo de Bizcaya, e nom ouve della filhos»[17]. O resultado é a insistência na culpabilização dos conselheiros do rei, aos quais são agora inculcadas praticamente todas as culpas na perdição da terra, facto que sairá inclusivamente reforçado de um episódio posterior. Significativamente diversa é também a versão do pedido de deposição de D. Sancho, uma vez que neste texto a iniciativa é dos fidalgos e do povo. Ao clero é assim retirada a liderança do processo, limitando-se ele a aderir à decisão, previamente estabelecida por outros estratos, de pedir a exoneração do rei. Mantém-se, contudo, a composição da embaixada a Roma, uma vez mais constituida pelos bispos de Braga e Coimbra. Também idêntica é a argumentação apresentada ao Papa, embora lhe seja introduzido um matiz que os cronistas posteriores não deixarão de aproveitar: a simplicidade do rei: «E eles contarom ao Papa como se perdia Portugal per mingua de justiça que nom fazia el rey per sua simplicidade»[18]. Ainda idêntico, posto que resumido e apresentado em discurso indirecto[19], é, por último, o diálogo entre os prelados e o Papa. A partir daqui, a *Crónica de 1344* inclui um relato consideravelmente mais desenvolvido dos acontecimentos.

Uma preocupação visivel desta obra é a de salientar que, ao chegar a Portugal, o Conde de Bolonha vinha como regedor e não como rei, circunstância em que, como vimos, se afasta da *IVª Crónica Breve*. Fá-lo, em primeiro lugar, mediante uma reescrita do texto. Com efeito, na resposta

---

15 Quanto a algumas das estratégias usadas por esta crónica na construção da imagem de D. Dinis veja-se Gomes, Rita Braga, "Léxico feudo-vassálico nos primeiros relatos do reinado de D. Dinis" in *Seminário Medieval 2007-2008*, org. de Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha, José Carlos Ribeiro Miranda, Porto, Estratégias Criativas 2009.

16 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 238.

17 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 238.

18 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 239.

19 A *Crónica de 1419*, que decorre da primeira redacção da *Crónica de 1344*, mantém o discurso directo. É, por isso, muito provável que a modificação discursiva se deva à segunda redacção. Cf. Moreira, Filipe Alves, "A primeira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, fonte da *Crónica de 1419*?" in *Seminário Medieval 2007-2008*, org. de Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha, José Carlos Ribeiro Miranda, Porto, Estratégias Criativas 2009.

do Papa às queixas dos bispos e no momento em que é proposto o nome do sucessor de Sancho, a *Crónica de 1344* substitui a palavra "rei", que constava da versão da crónica anterior, pela palavra "governador". Um pouco depois, quando é descrita a chegada do Conde de Bolonha ao nosso país, o narrador é bastante explícito:

> E mandou dizer a seu irmão el rey dom Sancho que viinha per mãdado do Papa, non por lhe tolher o regno ne por seer rey, mas pera lhe governar a terra e seer feita justiça en ella. E que lhe conhoceria senhorio como a seu rey e senhor afora esto que o Papa
> mandava[20].

A narração dos acontecimentos subsequentes à decisão do Papa e à chegada do Conde de Bolonha é enriquecida com pormenores como a promessa que Sancho faz ao infante Afonso de Castela de lhe deixar o reino após a sua morte, ou a descrição do percurso das tropas castelhanas e do rei português, indicando-se que chegaram «ataa Abyul, que he IIII legoas de Leiria», sem que, contudo, e uma vez mais, seja narrado qualquer confronto militar entre os dois lados.

Neste ponto, e antes de mencionar a morte de D. Sancho, a crónica introduz porém uma acção completamente nova, o chamado "episódio de Trancoso". Conta ela que, estando o rei português e as tropas castelhanas «e Moreiras que he a par de Trancoso», Fernão Garcia, «o que chamorom Esgaravinha, o que foy boo trobador»[21], dirige-se a D. Sancho depois de ter cumprimentado todos os presentes, excepto um. Declarando-se enviado pelos irmãos, que ficaram em Trancoso, assegura-lhe que aquela vila o reconhece como rei e senhor e propõe-lhe que, em vez de ir para Castela, o rei se recolha lá. Com uma condição, a de que Martim Gil e os seus homens não o acompanhem. E o "boo trovador" lança acusações duríssimas ao Soverosa: «Martym Gil nen os seus que estragorõ toda vossa terra e que nũca quis que se en ella fezesse justiça e matou os que quis sem dereito e leixou os que se pagou como nõ devia (…) E eu o matarei ou lhe farey dizer pella garganta que vos conselhou mal e como nõ devia»[22].

Ouvindo estas palavras, o Soverosa refuta as acusações que lhe são dirigidas, e faz sinal a alguns homens para que saiam armados e matem o Esgaravunha. Apercebendo-se disso, e depois de o rei lhe ter dito que não queria ir para Trancoso, Fernão Garcia pede a dois castelhanos que o escoltem até casa, o que efectivamente acontece. Creio que este episódio pode ser visto como uma espécie de narrativa exemplar quando perspectivado face à caracterização geral que a crónica faz deste reinado. Recordo que ela principia por atribuir aos conselheiros as culpas da perdição da terra, declarando que D. Sancho nada fazia contra isso (certamente devido à sua simplicidade), e que o

[20] *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 239.
[21] *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 240.
[22] *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 240.

mesmo estado de coisas ressalta deste episódio, de forma particularmente impressiva. De facto, ao passo que a actuação e o discurso do Esgaravunha se preocupam em distanciar o rei dos conselheiros, conservando a dignidade régia daquele e atribuindo graves crimes a estes (particularmente a Martim Gil, o principal visado), o resto do episódio, com a tentativa infame (e explicitamente apelidada de traição) de Martim Gil assassinar Fernão Garcia, a que se junta a total inércia do rei português, que perante tudo isto se limita a recusar a proposta que lhe é apresentada, não vem senão realçar o quadro previamente delineado.

Comparando globalmente o relato desta crónica com o da *IVª Crónica Breve*, direi que, para além do acrescento de várias informações novas, a grande diferença reside em que, ao contrário da sua fonte principal, a *Crónica de 1344* preocupa-se em resguardar um pouco a imagem do rei, imputando o que de negativo aconteceu no país à actuação dos seus conselheiros e particularizando um deles. Outra divergência significativa encontra-se na forma como são tratados os acontecimentos que se seguiram à chegada do Conde de Bolonha a Portugal. Embora continue sem mencionar qualquer episódio de guerra civil, e ainda não aluda à resistência de alcaides, a *Crónica de 1344*, contrariamente à sua fonte, já insinua que houve parcelas do território que se mantiveram fiéis a D. Sancho, nomeadamente a vila de Trancoso, que o reconhece como rei e senhor. Certamente por isso, o seu redactor omitiu a afirmação da *IVª Crónica Breve* segundo a qual todas as boas vilas do reino, excepto Coimbra, foram tomadas pelo *bolonhês*. Omissão que, de resto, provocou alguma deficiência estrutural, pois D. Pedro não terá encontrado melhor maneira de ligar a informação vinda da *IVª Crónica Breve* à que lhe proporcionava a sua fonte para o episódio de Trancoso senão mediante uma simples justaposição narrativa que deixa a sequência de eventos sem a devida explicação[23]:

> E el rey nõ quis catar por ne hũa destas cousas; ante se foi pera Castella ao iffante dom Affonso e rogouo que veese cõ elle a Portugall (…). E o iffante veo com elle a Portugal (…). E entom era ho conde dom Affomso en Obidos ca lho aviam entregado. E entom tornaronsse el rey dõ Sancho e o iffante dõ Affonso pera Castela e, en se tornando, foram pousar hũu dia e Moreiras (…)[24]

Também em consonância com a sua ênfase em declarar que D. Afonso veio a Portugal como regedor e não como rei, modifica esta crónica algumas passagens do diálogo entre os bispos portugeses e o Papa, ao mesmo tempo que omite a indicação da *IVª Crónica Breve* acerca da forma

[23] Conforme notou o cronista de 1419: «E, posto que na coroniqua d.Espanha faça menção que el.rey dom Sancho chegou com estas gemtes atee Abul, pero não diz em ela nem achamos em nehũa das estorias que desto falom, peroo nos muyto trabalhamos por saber, como vierom e que fizerom quando entrarom pelo regno ou por que se tornarom tão asynha», *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 132-133.

[24] *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 239.

correcta de contabilizar o número de anos do reinado de D. Sancho, mantendo embora a informação de que ele «regnou XXVI anos»[25]. Passemos à *Crónica de 1419*.

O primeiro aspecto a notar nesta obra é o significativo aumento da matéria dedicada a D. Sancho II, aumento que aliás se verifica em todos os restantes reinados. Basta dizer que às escassas linhas e ao capítulo único que lhe dedicam a *IVª Crónica Breve* e a *Crónica de 1344* correspondem, na *Crónica de 1419*, nada menos que 10 capítulos.

Considerado em relação aos textos anteriores, o relato desta crónica preocupa-se em acrescentar informações, colmatar lacunas e aproximar-se do que o cronista crê terá sido a verdade histórica, embora vá também incluir novos episódios de carácter acentuadamente ficcional. Importante inovação metodológica é a transcrição, genericamente muito fiel, de diversos documentos régios ou pontifícios respeitantes ao processo de deposição de D. Sancho e suas decorrências.

Se atentarmos nas principais divergências de fundo atrás notadas entre as versões da *IVª Crónica Breve* e da *Crónica de 1344*, verificaremos que a *Crónica de 1419* aproxima-se da *IVª Crónica Breve* na forma como acentua as culpas de D. Sancho II, mas afasta-se dela no que diz respeito aos acontecimentos relacionados com a vinda do Conde de Bolonha.

A obra quatrocentista não só volta a considerar o casamento com Mécia Lopes de Haro como tendo sido um dos factores decisivos na perdição do monarca, como acentua ainda mais toda a sua carga negativa, convocando duas falhas particularmente graves: a consaguinidade e a diferença de estatuto social (não sendo Mécia de linhagem régia), a que se junta, numa demonização da figura feminina ausente de qualquer das outras versões, a acusação, feita por «alguns», de que o rei terá sido enfeitiçado[26]. Convirá dizer, entretanto, e de acordo com a técnica historiográfica desta crónica, que embora nenhum destes aspectos esteja nas duas crónicas anteriores, não foram certamente invenções do cronista de 1419, já que pelo menos a diferença de estatuto linhagístico entre ambos os esposos era já condenada em anais do século XIV[27]. Por outro lado, ao incluir as cartas em que o Papa exorta Sancho a mudar de rumo, o cronista, ademais de convenientemente documentar o seu texto, vem mostrar-nos como o monarca não aproveitou as oportunidades que teve para se regenerar. Neste cenário, a acção dos conselheiros é apenas mais uma razão para a ruina do país, e já não a razão principal, como na *IVª Crónica Breve* e sobretudo na *Crónica de 1344* sucedia.

25 *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, p. 239.
26 *Crónica de Portugal de 1419*, p. 119.
27 Assim o chamado *Breve Cronicon Alcobacense*: Boaventura, Fr. Fortunato de, *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*, Lisboa, 1827, pp. 42-44.

Nota-se a mesma radicalização de pontos de vista nos capítulos por esta crónica consagrados à vinda do Conde de Bolonha a Portugal, embora desta vez a discordância seja sobretudo com a *IVª Crónica Breve*. Com efeito, a *Crónica de 1419* não só afirma que houve quem resistisse ao *bolonhês*, como inclui duas célebres narrativas cujos protagonistas são dois alcaides que, exemplarmente fiéis a D. Sancho, resistem ao cerco de seu irmão. Um é o alcaide de Celorico da Beira, Fernão Rodrigues Pacheco, o outro é o alcaide de Coimbra, Martim de Freitas.

Não nos é hoje possível identificar a origem destas narrativas, que terão seguramente tido circulação autónoma[28]. São, em todo o caso, dois episódios literariamente bem construídos com base numa série de tópicos das histórias de cercos prolongados, tais como o papel destacado do alcaide ou a grande fome que obriga os sitiados a comerem tudo o que tenham à mão (e lembro, a propósito, o cerco de Valência pelo Cid ou a resistência do alcaide de Aguiar às investidas de Afonso IX de Leão, episódios contados tanto pelas crónicas castelhanas como pelas portuguesas[29]). Mas será importante salientar – e com isto termino – que, a respeito de Coimbra, a *Crónica de 1419* diverge frontalmente da *IVª Crónica Breve*, a qual, recorde-se, dizia que essa cidade não fora tomada senão porque «nom veo hi o Conde ca se el hi veera asi a filhara bem como as outras». Esta divergência fez já com que alguns historiadores do séc. XIX (que conheciam o epsiódio de Martim de Freitas através de Rui de Pina) duvidassem da efectiva existência do cerco de Coimbra, e levou Carolina Michäelis de Vasconcelos a colocar a hipótese de que a explicação dada pela *IVª Crónica Breve* fosse um acrescento posterior[30]. Acontece que a concordância textual com o título VII do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (que ao contrário da *Crónica de 1344* pouco se afasta da sua fonte) invalida esta hipótese e garante-nos que a frase constava já do texto de que decorrem, ou seja da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*. Ora, não será surpreendente que textos do séc. XIV ou do séc. XV acolham narrativas de fidelidade a Sancho II, já que, como muito bem diz José Mattoso, para estes textos «o que estava em causa era a fidelidade ou a traição e não a pessoa do senhor»[31]. O que é surpreendente é que a *IVª Crónica Breve*, tradicionalmente considerada como sendo da mesma época, se preocupe, pelo contrário, em obnubilar qualquer episódio de resistência ao *bolonhês*. Quererá isto dizer que o relato do reinado de D. Sancho II nela presente terá primeiro circulado autonomamente e sob a forma de cantar de escárnio, como chegou

[28] O episódio de Coimbra ajusta-se, como vimos já, à efectiva actuação dessa cidade aquando da vinda de D. Afonso e a resistência do alcaide de Celorico parece ter também alguma base tradicional, pois é mencionada num famoso cantar de Aires Peres Vuiturom, «A lealdade aa bezerra pela Beira muito anda!» (*Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*, edição de Graça Videira Lopes, Lisboa, Estampa, 2002).

[29] Figuram ambos na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que os tomou da cronística alfonsina ou post-alfonsina.

[30] Vasconcelos, Carolina Michaelis de, «Em volta de Sancho II», Lusitânia, II, fascículo 1, apud *Dispersos – Originais Portugueses, I. Vária*, Lisboa, Ocidente, s/d, pp. 23-36.

[31] Mattoso, José, *Narrativas do Livro de Linhagens*, Lisboa, I.N.-C.M., 1983, p. 90.

a pensar Cintra[32]? Ou, como me inclino antes a pensar[33], serão a cronologia, fases de redacção e contexto de produção desta crónica mais complexos do que se poderia pensar, e diversos dos comummente aceites?



[32] *Crónica Geral de Espanha de 1344*, I, p. CCCLXXV.
[33] Desenvolvi este ponto de vista em *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*, pp. 54-66.

RESENHAS

FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, 226p.

Thiago David Stadler
Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 25/08/2012**
● **Aprovado em: 27/11/2012**

Diferença de olhar. Foi assim que há tempos o historiador brasileiro Renan Frighetto[1] desenvolveu uma sólida produção intelectual em torno da temática "Antiguidade Tardia" [2]. Quem sabe é nesta obra que aqui apresentamos– "*Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de Transformações (séculos II – VIII)*" – que o autor expõe da maneira mais límpida suas concepções e o justo olhar diferenciado acerca do período anteriormente citado. Tal percepção baseia-se nas palavras do próprio autor – "Para chegarmos nesse instante, o da redação deste livro, foram necessários 25 anos de preparação e aprimoramento (...)"[3] -, mas também através da exposição de seus argumentos que rejuvenescem velhas concepções do plantel histórico. A importância dessa renovação do pensamento proposta pelo autor vai ao encontro das reflexões atuais sobre o próprio *fazer história*, pois demonstra a vivacidade dos estudos históricos e a incoerência de um quase axioma que anuncia a impotência de se trabalhar com o passado remoto. Foi no Prefácio da obra que Renan Frighetto encontrou espaço para conversar com seus leitores sobre estes problemas metodológicos trazendo, por exemplo, distinções entre o historiador visto como "estudioso do passado" e "estudioso que analisa e interpreta o passado"; a ilusão do conhecimento total; a necessidade de especialização do historiador que almeja a erudição e, talvez, a contribuição mais pontual: o interesse e os estudos sobre Antiguidade Tardia em terras brasileiras.

---

1 Doutor em História Antiga (Universidad de Salamanca, 1996); Mestre em História Antiga e Medieval (UFRJ, 1990); graduado em História (UGF, 1984); Professor Associado de História Antiga e Medieval do Departamento de História da UFPR (desde 1997) e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, desenvolve suas atividades de pesquisa junto ao Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED) da UFPR.

2 Dentre outras produções: Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2000. v. 1. 154p; Valério do Bierzo. Autobiografia. 1. ed. Noia - La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2006. v. 1. 146p; Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV. Revista de História (UFES), v. 25, p. 114-130, 2011.

3 FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.14.

Poderíamos conduzir o restante de nossa resenha com a exposição acerca da forma do livro, seus capítulos, etc., mas esta tarefa o autor resume em linhas gerais em sua Apresentação: "O livro está dividido em 08 partes assim dispostas: 01 capítulo introdutório, 04 capítulos que tratam do tema proposto de forma cronológica, 01 capítulo de conclusões parciais, 01 índice onomástico e 01 glossário"[4]. Logo, pretendemos expor os principais pontos da obra "Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de Transformações (séculos II – VIII)" por outro viés: através da acuidade conceitual com que Renan Frighetto trata sua temática. Essa opção surge a partir da consciente, pois perceptível, aliança entre o profundo conhecimento contextual do período e o rigor conceitual apresentado pelo autor.

Num primeiro momento poderíamos pensar que o estudo proposto pelo autor visaria apenas o conceito de "Antiguidade Tardia" – forjado, como dito no livro, no século XX pelo arqueólogo alemão Aleis Riegl e o filólogo de mesma origem Johannes Straub -, mas estaríamos ignorando, pela superficialidade, a pluralidade de conceitos trabalhados pelo autor. Que a Antiguidade Tardia é o *pote de ouro* visado no livro, sem dúvida, mas não podemos ignorar a beleza de todo o caminho construído a sete cores que nos leva até ele. Partindo dessa rápida analogia apresentamos sete pares de conceitos que em nosso entendimento sustentam a construção do conceito-chave – Antiguidade Tardia. São eles: 1) *ruptura e decadência*; 2) *adoção e hereditariedade;* 3) *primus inter pares e escolhidos por Deus*; 4) *espaço citadino e espaço rural;* 5) *cidadão e súdito;* 6) *império e reino*; 7) *unidade e identidade*. No texto que se segue tais noções aparecem ora ligadas ao centro romano ora voltadas às particularidades das monarquias romano-bárbaras – traço de toda a obra aqui apresentada.

A primeira díade guia as seguintes e inaugura a discussão proposta pelo autor: as transformações que notamos nos âmbitos social e político a partir do século II d.C no Império Romano são *rupturas* ou *decadência* das instituições, modelos, espaços, etc? É provável que tal questionamento já fosse responsável por inquietações das mais variadas, pois não seria, justamente, o século II d.C o aclamado *período de ouro*? Período de Trajano e sua máxima expansão territorial; Adriano e sua admiração pelos estudos gregos; época de apologistas e reformas públicas, além, é claro, de um dos nomes mais lembrados pelos interessados em História Antiga, Marco Aurélio. Contudo, o mesmo período apresenta fraquezas na sustentação do poder, mudanças na forma de escolha do soberano, grupos políticos diferenciados, etc., que direcionam o autor ao caminho das *rupturas.* Habituados pelo mau hábito de pensarmos as *transformações* envoltas na neblina composta pelos simples elementos da "melhoria ou decadência", o autor expõe seus argumentos de

[4] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.11.

forma que as nuanças de um século II d.C sejam compreendidas como elementos fundamentais da posterior desestruturação política romana dos séculos IV-V d.C.

Dessa maneira, o autor estruturou tais questões em seu Capítulo 1 – *"Os antecedentes: o principado e os primeiros sinais de crise político-institucional no mundo romano*" -, refletindo sobre os governos de Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Cômodo. Nesse exercício de reflexão sobre os princípios de transformações notamos o segundo grupo conceitual – *adoção e hereditariedade* – que atua conjuntamente com o terceiro grupo - *primus inter pares e escolhidos por Deus*. As quatro noções aplicam-se na seleção/legitimação do soberano, ou seja, ora o juízo trabalha com a escolha por consenso, forçada ou não, ora com a possibilidade de uma linhagem de poder graças aos laços hereditários. Pensar estas transformações – Trajano é o símbolo da pura *adoção*, enquanto Marco Aurélio rompe com a tradição ao adotar seu filho, Cômodo – como decadência política é um possível olhar, mas abre-se o leque para reinterpretar um possível infortúnio como um bem, cuja utilidade talvez torne-se visível depois. O mesmo acontece com a forma de legitimação do soberano: um legitimado por ser o melhor dentre os homens, adornado com as melhores virtudes e aclamado por legiões e senado, outro, porventura, escolhido como símbolo divino. E aqui, cabem algumas preocupações que o autor apresenta em sua obra: o poder legitimado pelo divino não é novidade no século II d.C, mas o domínio que o cristianismo exerce nos séculos posteriores leva a legitimação para o campo do divino Uno – o Deus dos cristãos. Outro ponto de transformação, não decadência, mas *ruptura*.

Quando nos deparamos com o Capítulo 2 – *"A crise do sistema polis/civitas: a regionalização e a fragmentação do poder político imperial no século III*" – outros são os conceitos que Frighetto trabalha na tentativa de nos apresentar sua concepção de Antiguidade Tardia. Novamente, o autor começa com orientações e reordenações sobre o senso comum cristalizado quando se fala do século III d.C. Assim como o século II d.C ganha contornos de ouro o século posterior é cunhado em latão. Lê-se habitualmente que é no século III que a crise política, social, econômica instaura-se no Império Romano. Vemos com o autor que "surge o conceito de crise sendo este, geralmente, associado unicamente à ideia de quebra, de ruptura ou decadência de algo que anteriormente fora perfeito e foi substituído pelo imperfeito"[5]. Percebemos, dessa forma, que o capítulo 1 ganha importância ao desmistificar o século de ouro (II d.C) e, por conseguinte, o capítulo 2 apresenta novos argumentos que reinterpretam o século III não como imperfeito decadente. Tal tarefa é cumprida com a apresentação dos feitos e propostas da dinastia dos Severos (de Septimo Severo a Alexandre Severo) e elucidações acerca da "Anarquia Militar" (de Maximino

[5] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.55.

a Diocleciano). Aqui é a vez da quarta díade conceitual – *espaço citadino e espaço rural* – ser apresentada e compreendida

Renan Frighetto propõe que o esvaziamento político, econômico e cultural das cidades mediterrânicas e o posterior crescimento das *villas* representam real mudança no tocante à detenção do poder. Aqui não se fala do soberano em específico, mas dos grupos que alimentam o poder imperial romano. Do papel relegado ao ócio produtivo, como encontramos em diversos autores do século II d.C, como por exemplo, nas epístolas plinianas, o ambiente rural passa a ter também destaque político a partir do século III – regionalização do poder e valorização de outros segmentos sociais – "as *villas* serão cada vez mais embelezadas por seus proprietários, elementos senatoriais interessados em fazer de suas propriedades rurais, reproduções fiéis do estilo de vida citadino"[6]. Se no primeiro momento apresentamos as *rupturas* em torno da figura do líder, agora, guiados pelo autor, mostramos que as transformações sentidas entre os séculos II – VIII também atingem o todo social. Talvez esta seja uma das intenções do autor: demonstrar a riqueza de fontes e a complexidade das redes formadas entre os ambitos político, social, econômico, cultural que formam um conjunto vivo de interações. Da adoção tida como legítima para a forma hereditária de escolha; da legitimação do soberano pelas virtudes e por ser o primeiro entre os pares para o imperativo divino; do orgulho citadino para o brilhantismo provincial – principalmente fronteiriço.

À medida que andamos pelos caminhos que Renan Frighetto constrói em seu livro percebemos que os dois primeiros capítulos servem como preparativos necessários à compreensão dos próximos passos. Tal percepção se apoia no conteúdo do Capítulo 3 onde o autor caracteriza a renovada instituição política romana como *Império Romano tardio*. Aqui cabe uma observação referente ao todo da produção intelectual de Frighetto: a díade *tradição/renovação* é muito cara ao autor. Desprezar essa informação não é aconselhável, pois ela traduz muito do posicionamento tomado na obra em questão. Por exemplo: no terceiro capítulo – "*A Renouatio Imperii: diarquia, tetrarquia e a nova configuração do Império Romano Tardio*" – o autor pensa as transformações do último terço do século III e o alvorecer do século IV neste movimento dialético: a construção ideológica do período possui cores do passado glorioso (*tradição*), mas apresenta novos tons dominantes (*renovação*). Nas palavras do autor: "Encontramos, entre o final do século III e o século VI, diversas renovações do passado imperial romano, travestindo-o com o manto de "novas" interpretações políticas e ideológicas"[7]. Assim, avante no caminho da Antiguidade Tardia, Frighetto expõe as propostas de Diocleciano, por exemplo, no tocante às sucessões imperiais – tetrarquia -, à

[6] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.56.

[7] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.93.

condição sagrada dos soberanos, assim como, a projeção político-ideológica do cristianismo no período de Constantino.

Faltam-nos ainda três pares de conceitos e um capítulo para encerrar a exposição desta obra. A relação *cidadão/súdito* é intimamente ligada a de *império/reino*, visto que denotam uma alternância de estatuto institucional e político. Ao pensar as transformações contidas no recorte temporal aqui analisado (séc. II – VIII) Frighetto retoma as origens do termo cidadão e as implicações políticas no período do principado, além de apontar para o famoso edito promulgado em 212, pelo então soberano Caracala, que concedia cidadania a todos os homens e mulheres livres do território romano. Novamente as *rupturas* político-sociais destes primeiros séculos da Era cristã dão conta de alterar a essência de tais concepções, "o cidadão romano dava lugar ao súdito romano que venerava o imperador como chefe militar vitorioso e escolhido pela vontade dos deuses para exercer o seu poder sobre todo o orbe romano"[8]. Todo este complexo conceitual e contextual que nos é apresentado ganha, como acréscimo final, não menos importante, mas decisivo, a inserção do elemento bárbaro na constituição do todo social, político, econômico. Entre os séculos III e V a presença das tribos bárbaras nas regiões limítrofes romanas possibilitaram a formação duma "intensa interação cultural". Com essa temática o autor desenvolve seu quarto capítulo – "*Da barbárie à civilização: os bárbaros e a sua integração no mundo imperial romano (séculos IV-VIII)*" – refletindo sobre os Godos no Oriente e Ocidente Romano, o Reino Visigodo, a Renovação Imperial de Justiniano, os Francos nos séculos VII e VIII, dentre tantos outros pontos.

Tal integração dos bárbaros ao mundo imperial romano teria como aglutinador a relação com o cristianismo. Essa aliança não se limitava ao campo religioso, mas influenciava toda a construção político-ideológica. Ao abordar essa temática Frighetto expõe as transformações que a perspectiva cristã trouxe no entendimento de *império/reino:* até o século II o Império era pautado no poder militar temporário; a partir do século III o Império exercido pelo príncipe terá conotação militar e sagrada – perspectivas pagãs e cristãs. Todavia, com a influência cristã e neoplatônica a noção de Reino, antes deplorável, passa a ser bem vista – autoridade dada por Deus em um espaço hegemônico. Nessa linha, a última díade conceitual – *unidade e identidade* – é entendida como a tentativa de forjar uma identidade coletiva entre reinos bárbaros e a civilização greco-romana. Justamente o cristianismo apresentava-se como a inequívoca vinculação à civilização e, consequentemente, dotada de unidade.

De Trajano à Cômodo; de Septimio Severo a Diocleciano; dos Godos aos Francos; do principado aos reinos; da barbárie à civilização. Um livro que pede atenção ao leitor, mas dispensa abstrações tolas. Retomando a analogia inicial vemos que o caminho pode ser tão precioso quanto o

[8] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.180.

pote de ouro apresentado nesta obra. Diferente da lenda, aqui o *pote* existe: a Antiguidade Tardia é uma "nova antiguidade sob o ponto de vista político e institucional"[9].



[9] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.179.

CARVALHO, Margarida Maria de. *Paideia e retórica no Séc. IV D.C.:* a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. São Paulo: Annablume, 2010, 182p.

Janira Feliciano Pohlmann[1]
Doutoranda em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 13/08/2012**
● **Aprovado em: 27/11/2012**

Margarida Maria de Carvalho doutorou-se em História Econômica pela Universidade de São Paulo em 2003 e fez dois pós-doutorados: o primeiro na Universidade Estadual de Campinas, finalizado em 2007; o segundo na Universidad de Barcelona, o qual completou em março de 2009. Atualmente é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca. Dentre os temas pesquisados pela professora, destacamos a História da Roma Antiga examinada sob o ponto de vista da Antiguidade Tardia.

Neste livro, a leitura que a pesquisadora propõe é guiada por questões contextuais próprias do século IV, entendido como um período significativamente fluido e repleto de particularidades, o que distancia a percepção da autora das noções de declínio apontadas Eduard Gibbon.

Na esteira dos trabalhos que revisitam a Antiguidade para apreciá-la imersa em suas peculiaridades, Margarida Maria de Carvalho debruçou seus exames sobre a *paidéia*, ou seja, sobre o processo educacional romano, especificamente a paidéia da IV centúria, com o intuito de compreender os discursos elaborados a partir e dentro daquele cenário formativo. Como é adequado para os historiadores que evitam as generalizações e buscam as características do processo histórico, embora tenha lançado mão de documentos variados, a autora elegeu um *corpus* de textos específico para aprofundar suas análises: o *Contra Juliano* escrito pelo monge Gregório Nazianzeno entre 364 e 365, após a morte do imperador Juliano. Conforme afirmação de Carvalho, tal *corpus* é composto por dois discursos considerados exemplos da "retórica cristã empregada em oposição a um Imperador"[2] que abandonou a fé cristã.

---

[1] Autora desta resenha é doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná, na Linha "Cultura e Poder". Bolsista REUNI (do programa de pós-graduação), sob orientação do Professor Dr. Renan Frighetto. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED-UFPR).

[2] CARVALHO, Margarida Maria de. *Paideia e retórica no Séc. IV D.C.:* a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. São Paulo: Annablume, 2010, p. 21.

Para abordar esta documentação e esclarecer seus argumentos, Margarida Maria de Carvalho dividiu seu livro em três capítulos centrais acompanhados de uma *Introdução* e das *Considerações Finais*.

Sua *Introdução* traz ao leitor informações sobre os documentos estudados e uma ampla discussão teórico-metodológica sobre alguns conceitos/elementos importantes para o entendimento dos exames realizados pela autora: a *paidéia* e a retórica.

Como o título do capítulo I sugere, *História da Imagem do Imperador Juliano*, aqui a autora *conversa* com diversos personagens que escreveram a respeito do imperador Juliano. Apresenta este governante como um indivíduo constantemente estudado e comentado por uma rica literatura. Insere-se neste debate, é fato. No entanto, compromete-se com uma leitura renovada e uma abordagem crítica sobre a documentação a respeito deste líder romano. Para tanto, Margarida Maria de Carvalho opta por desconstruir os discursos elaborados por Gregório para denegrir Juliano. Através desta metodologia, a autora se dispõe a compreender a linguagem e a imagem edificadas de maneira depreciativa pelos escritos do bispo.

Uma imersão na vida de Gregório Nazianzeno e em seus discursos *Contra Juliano* é feita no capítulo II do livro, intitulado *Dados sobre Gregório Nazianzeno e seus discursos contra Juliano*. A formação intelectual, amparada na paidéia e na retórica, recebe uma preciosa atenção de Margarida Maria de Carvalho para demonstrar como os vínculos entre a oratória e o poder político começaram a se estreitar especialmente a partir do século IV. Era visível a importância do uso correto da palavra para legitimar ou denegrir destacados personagens públicos. Por isso, aquele bem formado na arte de se expressar claramente passou a integrar o círculo de poder imperial para corroborar as políticas públicas ou criticá-las de acordo com as exigências do contexto de elaboração do discurso. Este último caminho foi a preferência de Gregório com relação às ações do imperador Juliano, recentemente morto no ano de 363 – lembremos que o monge começou a escrever seu *Contra Juliano* em 364, sob o governo de Joviano.

Em seu capítulo III, *A Construção da Imagem do Imperador Juliano: interpretação Retórica de Contra Juliano*, a autora propõe uma explanação dos discursos de Gregório baseada na obra *Sobre os Resultados*, um manual de retórica de Hermógenes bastante utilizado por autores dos séculos II, III e IV. Apropriada desta metodologia, Margarida Maria de Carvalho observa que as críticas à paidéia de Juliano, presentes nos panegíricos de Gregório, foram elaboradas para denegrir um imperador que havia percebido e limitado a força política dos discursos dos mestres cristãos. Notamos que, apesar dos conflitos religiosos aqui expostos, o acento político é consistente e inegável. Tais aspectos são cuidadosamente verificados ao longo do livro da pesquisadora.

Apesar de a autora apresentar diversos pareceres sobre seus estudos ao longo da obra, adiciona, ainda, algumas conclusões sob o título de *Considerações Finais*. Entre elas, salienta o papel dos panegíricos como alicerce da teoria política do Império Romano e a combinação da formação clássica com a canônica que alimentava as palavras de Gregório Nazianzeno ao macular a imagem do imperador recentemente morto, Juliano.

Ao longo de todos os capítulos, trechos de documentos da época são apresentados ao leitor e examinados detalhadamente por Margarida Maria de Carvalho. Tal procedimento fortalece os argumentos da autora e esclarece ao público suas provas históricas referentes ao período por ela estudado. Longe de insistir na polêmica dicotômica cristianismo/paganismo, a autora explora a problemática político-ideológica do Império Romano pelo ponto de vista de um escritor cristão que se empenhou em denegrir a figura de um imperador que havia abdicado da fé cristã e restringido a retórica dos mestres cristãos. Logo, situações do século IV, comumente tidas pela historiografia como conflitos restritos a religião, no livro de Margarida Maria de Carvalho receberam uma interpretação retórica e uma releitura coerentes com seu contexto de elaboração, o qual congrega elementos políticos, sociais, econômicos, culturais e religiosos – sem dúvida religiosos, mas não exclusivamente. A autora mergulha na formação de Gregório para compreender seus objetivos ao censurar a paidéia de Juliano. Mais do que a religião, são os aspectos educacionais o foco da obra de Margarida Maria de Carvalho. Talvez um alerta constante – e muito atual – sobre a importância dos sistemas educacionais: formadores de ideias e elaboradores de imagens.

ZÉTOLA, Bruno Miranda. *Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, 301p.

Danilo Medeiros Gazzotti
Mestrando em História
Universidade Federal do Paraná - Bolsista CNPq

● **Enviado em: 15/10/2012**
● **Aprovado em: 27/11/2012**

Bruna Miranda Zétola doutorou-se em História na Universidade Federal do Paraná em 2009. Como diplomata de carreira, serviu no Departamento Cultural do Itamaraty e, desde 2009, exerce a função de Adido Cultural da Embaixada do Brasil em Lima. O Presente trabalho é resultado da sua tese de doutoramento.

Com o desejo de conciliar a áreas acadêmica e diplomática, ambas de seu interesse, o autor resolveu dedicar-se ao tema da política externa e das relações diplomáticas no Ocidente tardo-antigo. Ao propor tomar a diplomacia como objeto de estudo Zétola não quis fazer um retorno à tradicional História Diplomática que se limitava a narrar os feitos de grandes estadistas na construção da grandeza nacional. O que o mesmo fez foi uma abordagem que analise um dos mais significativos elementos na cultura política no mundo antigo para melhor se compreender não apenas as relações entre os povos tardo-antigos e as estruturas políticas internas dessas unidades políticas, mas também a própria cultura política desse período.

O Estudo tem como recorte temporal o Ocidente Tardo-Antigo, o qual o autor entende como o território europeu compreendido pela antiga *Pars Occidentalis* do Império Romano. Mas isso não significa que o mesmo ignorou os sucessos políticos ocorridos no Oriente, pois muito deles terão significativas implicações para o sistema político do Ocidente tardo-antigo.

Para escrever esta obra, Zétola, propõe seguir sob o prisma teórico o caminho traçado por quatro autores consagrados no período da Antiguidade Tardia. O primeiro deles é Peter Brown do qual o autor utiliza o conceito de Antiguidade Tardia. O Segundo autor é Georges Duby, que tem o conceito de Ideologia proposto na obra "As três ordens ou o imaginários do feudalismo" utilizado por Zétola. O Terceiro teórico em que Zétola se ampara é a historiadora espanhola Valverde Castro que considera as duas dimensões- simbólica e material - da política externa como veículo de legitimação do poder monárquico. Por fim, o autor, utiliza-se da proposta de P. D. King, que considera o pensamento político das unidades políticas soberanas tardo-antigas como algo

heterogêneo e multifacetado. Além desses autores Zétola destaca que utiliza alguns referenciais próprios aos estudos das Relações Internacionais que também foram utilizados nessa obra, como os conceitos de diplomacia e de "unidade política soberana".

Sobre as fontes utilizadas nesse livro, o autor, destaca que teve que recorrer a um extenso número delas, isso deve-se ao fato de que as informações referentes às relações diplomáticas estarem diluídas em textos das mais diversas naturezas. O autor explica que por constituírem um elemento corriqueiro das comunicações políticas na Antiguidade Tardia, as missões diplomáticas e os processos de negociação entre soberanos não dispõe de um tratado normativo que sintetize regras processuais de envio de emissários, técnicas e recursos de negociação ou recomendação sobre como gerir a política externa de um reino. Esses elementos eram vivenciados na prática política quotidiana, de modo que a informação auferida do conjunto de relatos circunstanciais e isolados é que lhe permitiu sistematizar as relações diplomáticas do período.

Entre as fontes destacadas por Zétola cuja natureza propicia a obtenção de maiores detalhes sobre a política externa e a prática diplomática na Antiguidade Tardia estão em primeiro lugar as crônicas. Zétola destaca entre elas a de Idácio de Chaves, por a mesma ter dispensado mais atenção ao tema das relações diplomáticas e ter registrado a troca de legações sobre o prisma político. Uma segunda crônica utilizada é a de Gregório de Tours, que utiliza a troca de legações com recurso narrativo. Outra crônica empregada nessa pesquisa é de Pseudo-Fredegário, o qual não apresenta o envio de legações com mera informação, mas como recurso literário.

Além das crônicas, Zétola, utiliza-se das epistolas, as quais considera como outras fontes privilegiadas para o estudo das relações diplomáticas, pois por meio delas o historiador não encontra apenas o teor das negociações de importantes eventos políticos, mas também detalhes procedimentais que propiciam o entendimento dos padrões de comunicação política da época. Para este trabalho, Zétola recorreu a um epistolário variado, cronológica e geograficamente, que inclui a correspondência de nobres, como o senador romano Cícero, o aristocrata ostrogodo-romano Cassiodoro e o conde visigodo Bulgar; de bispos, com Avito de Viena e Bráulio de Zaragosa e de soberanos, como o visigodo Sisebuto e os reis da Austrásia.

Por fim Zétola utiliza-se também das fontes de cunho legislativo as quais mais do que aferir a prática quotidiana das relações diplomáticas, servem para desvelar o imaginário político coletivo de uma sociedade, assim como suas influências e suas dimensões ideológicas. Com essa intenção o autor recorreu a legislação romana, com destaque a Digesta de Justiniano, o Código Teodosiano e as Institutas de Gaio; assim como à legislação das monarquias romano-germânicas, em especial à Lei dos Burgúndios, que possui um capítulo referente ao envio de emissários.

O autor dividiu sua obra em quatro capítulos, cada um relativamente autônomo dos demais, pois os mesmos desenvolvem as variadas dimensões que compõem as relações diplomáticas na Antiguidade Tardia. Ao realizar esta divisão, o autor, propõe destacar, por diferentes prismas, os elementos que lhe pareceram essenciais para o entendimento das relações diplomáticas de qualquer período histórico: as relações de identidade e alteridade entre as unidade políticas soberanas, os padrões de comunicação política entre essas unidades, as motivações para essas comunicações diplomáticas e as implicações de poder delas decorrentes.

No primeiro capítulo o autor aborda o processo de construção política das monarquias romano-germânicas, com ênfase nas relações de identidade e alteridade do período. Segundo Zétola, com a desestruturação do Império Romano do Ocidente, os soberanos tardo-antigos precisaram empregar esforços para estruturar suas unidades políticas como soberanas. Para tanto, precisavam atuar em três dimensões, constituir um *populus*, definir uma *patria* e organizar um *regnum*. Neste capítulo o autor chega a conclusão de que apesar dos esforços para criar-se uma identidade monárquica, a identidade nobiliárquica "supranacional" constituía um expressivo óbice para esses projetos de unidades políticos-territoriais.

Segundo o mesmo diferentemente do que ocorria no Império Romano, nas monarquias tardo-antigas que o sucederam, os diversos níveis de identificação social- como o citadino, o aristocrático, o monárquico e o cristão - coexistiam sem que houvesse uma hierarquia muito clara de um deles sobre os demais. Por essa razão, os soberanos do período vão se esforçar por robustecer os laços de identidade de suas populações, com seus territórios e sua administração, isto é, vincular as *gente* às *patriae e submetê-las* aos *regna*. Para isso, valeram-se de recursos materiais, como a elaboração de códigos legislativos, e imagéticos, como a sacralização da figura do monarca.

No segundo Capítulo, Zétola, analisa a evolução da prática diplomática do mundo clássico para o mundo tardo-antigo. Segundo o autor, por meio da comparação diacrônica da seleção e da formação de emissários, das regras de protocolo, das técnicas de negociação e de outros elementos integrantes da atividade diplomática nota-se que há mais continuidades do que rupturas na comunicação política tardo-antiga. Segundo o mesmo isso deve-se ao papel da nobreza como instituição portadora dos traços culturais romanos, nesse momento revestidos de um verniz cristão.

Para o autor, as poucas rupturas que se verificam nos parâmetros de comunicação diplomática tardo-antigos se devem, sobretudo, à introdução dos cristianismo como um componente decisivo no horizonte do imaginário político da época. Para tanto, foi de fundamental importância o papel de bispos e de outras altas hierarquias eclesiásticas, que contavam com a esmerada formação intelectual e, por essa razão, eram solicitados pelos soberanos para integrar missões diplomáticas do

período. Esses indivíduos foram introduzindo, paulatinamente, alguns aspectos desdobrados da ideologia cristã no âmbito das relações diplomáticas do período.

O terceiro capítulo trata das perspectivas de política externa e das atuações diplomáticas na Antiguidade Tardia. Segundo o autor a desestruturação do Império Romano do Ocidente abriu caminho para um período extremamente dinâmico para as relações diplomáticas. Com efeito, no lugar de uma entidade política apenas passaram a coexistir diversas unidades autônomas, aumentando a complexidade das comunicações do período. Cada uma dessas unidades possuía objetivos de política externa relacionados com a sua sobrevivência e ampliação de poder como entidade soberana. esses objetivos de política externa eram operacionalizados por meio de diferentes estratégias de atuação diplomática, que variavam de acordo com as capacidades de cada reino e com as realidades políticas globais do Ocidente tardo-antigo. Desse modo o autor nos informa que só se pode compreender adequadamente uma determinada estratégia diplomática de um reino a partir do contexto político mais amplo da realidade verificada nas demais unidades soberanas do período. Por essa razão, Zétola, opta por contemplar os objetivos de política externa e as atuações diplomáticas de todos os principais contendores tardo-antigos.

Neste capítulo ele expos uma visão de conjunto com relação aos sucessos que ocorriam nas principais unidades político soberanas do Ocidente tardo-antigo, bem como no Império, que terá estreitas relações com essas unidades. Com este esforço ele evidenciou que as opções de política externa que um soberano tomava formavam parte de um contexto político mais amplo, de um sistema internacional, em que processos políticos ocorridos em determinada unidade desencadeavam reações políticas nas demais. Desse modo, os monarcas precisavam estar atentos ao que se passava não apenas com os reinos lindeirios, mas também com os demais contendores do período, para que tivessem um apropriado conhecimento das alianças que poderiam formar, bem como dos recursos diplomáticos mais adequados para cada ocasião. Por outro lado, o autor chega a conclusão de que a formulação da política externa também está condicionada às vicissitudes políticas internas de cada unidade soberana. Por conseguinte, o mesmo, descreveu os conflitos internos que havia em cada uma dessas unidades pelo exercício do poder soberano de estabelecer relações diplomáticas.

No último capítulo são analisadas as implicações da atividade diplomática para a legitimação do poder de diversas autoridades do período. Segundo o autor, monarcas, bispos, nobres e papas possuíam na gestão dos assuntos externos da *res publica* um importante recurso de poder. Evidentemente, que, se uma atividade serve para legitimar um poder, seu descuro também pode ser usado contra esse poder, de modo que a atuação diplomática constituía um campo ideológico do qual indivíduos retiravam elementos simbólicos contra ou a favor de determinadas

autoridades. Nesse capítulo, o mesmo, concluiu uma trajetória de demonstrar que as relações diplomáticas não são elemento acessório à política, mas um traço constitutivo da própria concepção de política e de poder na Antiguidade Tardia

Para Zétola do mesmo modo que para a nobreza laica, a prática diplomática abria a oportunidade para a nobreza eclesiástica exercer e exibir suas habilidades naquela função social que lhe cabia. No primeiro caso, trata-se da função político-militar. A um nobre esperava-se que auxiliasse o monarca a tratar dos assuntos políticos do reino, para o que poucos momentos eram mais oportunos do que o da negociação de temas de política externa com outras unidades políticas soberanas. No caso da nobreza eclesiástica, considerando a natureza universalizante do cristianismo, caiba-lhes zelar pelo bem da comunidade cristã como um todo, de modo que deveriam se ocupar não apenas das questões religiosas internas, mas também, na medida do possível, da conversão de populações hereges e pagãs e do entendimento entre as populações cristãs de todas as *gentes*.

Por fim o autor trás suas conclusões parciais sobre seu título e nos afirma que servindo como importantíssimo veículo de legitimação de poder na Antiguidade Tardia, as relações diplomáticas longe estavam de ser um epifenômeno ou um componente acessório da política da época; representavam um de seus elementos constitutivos mais importantes. Por ser um elemento constitutivo do mundo da política, a diplomacia era utilizada por diversos agentes e por variadas formas, servindo a numerosos fins, geralmente relacionados à questão do poder e do prestígio, isto é, da legitimação social. Segundo o mesmo este fato fica ainda mais nítido ao recordarmos que, nos parâmetros políticos da Antiguidade Tardia, as relações diplomáticas ocorriam, sobretudo, no âmbito das relações interpessoais, conduzidas de acordo com as virtudes, afinidades e sensibilidades de cada agente encarregado de executar a política externa.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A ***Revista Diálogos Mediterrânicos***, publicação acadêmica vinculada ao Núcleo de Estudos Mediterrânicos da Universidade Federal do Paraná, se estrutura em dossiê, artigos isolados, resenhas e entrevistas. Os trabalhos enviados devem obedecer à seguinte normativa:

SEÇÃO	TITULAÇÃO
Dossiê	Doutores; Doutores com co-autoria de Doutorandos.
Artigos	Doutores; Doutores com co-autoria de Doutorandos.
Resenhas	Doutores; Doutorandos; Mestres; Mestrandos.

1. Extensão: os artigos devem ter no máximo 20 páginas e as resenhas (de livros publicados nos últimos 07 [sete] anos) devem ter até 5 páginas.

2. Todos os textos devem ser digitados em *Word for Windows*. Margens: 2 cm. Fonte e espaçamento: *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1 ½.

- Para citações com mais de 3 linhas, destacar o texto e utilizar recuo de 4 cm, fonte tamanho 11, espaçamento entre linhas simples.

3. Resumo e palavras-chave: os artigos devem apresentar obrigatoriamente um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em Inglês (*Abstract*), ou em Francês (*Résumé*), ou em Espanhol (*Resumen*) ou Italiano (*Sintesi*) e de três palavras-chave, em Português e na língua escolhida para a tradução do resumo.

- Nos casos de artigos não escritos em Português, os resumos e palavras-chaves devem ser escritos em uma das opções de língua citadas, diferente da utilizada no artigo.
- Só serão aceitas resenhas escritas em Português.

4. Título: também traduzido para o Inglês, ou Francês, Italiano ou Espanhol. Centralizado, fonte tamanho 16, em negrito.

5. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé.

6. Citações e notas de rodapé: devem ser apresentadas em fonte *Times New Roman* corpo 10 e de acordo com as normas seguintes e em rodapé:

- Citação de Livros: SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico***.** Edição. Cidade, Editora, ano, p. ou pp.
- Citação de artigos de revistas ou capítulos de livros: SOBRENOME, Nome. "Título do Artigo" In *Título do Periódico em itálico***.** Cidade, Editora, Ano, Vol., nº, p. ou pp.
- A primeira nota deverá conter informações sobre o autor do texto, para conhecimento do editor, sendo suprimida na versão para os avaliadores.

7. Não serão aceitas bibliografias.

8. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, apresentar todos os itens acima.

9. Toda correspondência referente à ***Revista Diálogos Mediterrânicos*** deve ser encaminhada de forma eletrônica, pelo seguinte email: revistadialogosmediterranicos@hotmail.com